COLETÂNEA UNIVERSITÁRIA
FRUTOS DAS CIÊNCIAS CONTÁBEIS E GESTÃO PÚBLICA

VOLUME II

Organizadores:

Alexandre Machado Fernandes
Frederico Fonseca da Silva
Paulinho Rene Stefanello
Luiz Panhoca
José Aguirre

EDITORA FaCiência

Organizadores:
Alexandre Machado Fernandes
Frederico Fonseca da Silva
Paulinho Rene Stefanello
Luiz Panhoca
José Aguirre

Coletânea Universitária: Frutos das Ciências Contábeis e Gestão Pública - Volume II

EDITORA FaCiência

Todos direitos reservados. Proibida a tradução, versão ou reprodução, mesmo que parcial, por quaisquer processos mecânicos, eletrônico, reprográfico etc., sem a autorização por escrito do autor do artigo.

1ª edição - janeiro de 2023
Registro de Direito Autoral DOI 10.29327/567563 (por artigo)
ISBN - 978-65-89779-06-3

Capa: Roberto Ari Guindani - https://www.faciencia.edu.br/editora-faciencia
Produção Editorial: *Ricardo Sterchele* - www.frontis.com.br
Editor-Chefe: Dr. Roberto Ari Guindani
Lattes iD - http://lattes.cnpq.br/2938746639609983
Orcid iD - https://orcid.org/0000-0002-5600-5869

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Coletânea universitária [livro eletrônico]: frutos das ciências contábeis e gestão pública / organizadores Alexandre Machado Fernandes, Frederico Fonseca da Silva, Paulinho Rene Stefanello, Luiz Panhoca, José Aguirre - 2. ed. – Curitiba/PR: Editora FaCiência, 2023.

ISBN 978-65-89779-06-3

1. Artigos - Coletâneas 2. Ciências contábeis 3. Gestão pública I. Fernandes, Alexandre Machado. II. Silva, Frederico Fonseca da. III. Stefanello, Paulinho Rene. IV Panhoca, Luiz. V Aguirre, José.

21-59384 CDD- B869.3

ISBN 978-658977906-3
9 786589 779063

Apoio:
INSTITUTO Guindani

EDITORA FaCiência

Sumário

Prefácio 6

CAPÍTULO 1

Constituição de uma equipe CIPA no IFPR Campus Curitiba . . . 8
DOI 10.29327/567563.2-1

André Lang Cardoso Gomes
Eloir da Rosa
Anjor Mujica de Paula
Frederico Fonseca da Silva
Pedro Antônio Bittencourt Pacheco

CAPÍTULO 2

Método da valoração contingente na sub-bacia do Rio Queima Pé, Tangará da Serra, MT, Brasil 34
DOI 10.29327/567563.2-2

Andréia Rezende da C. Nascimento
Cleci Grzebieluckas
Cláudio Ferreira do Nascimento
Josiane Silva Costa dos Santos
Luiz Panhoca

CAPÍTULO 3

Parcerias Público-Privadas: proposta de um mecanismo eficiente junto ao Sistema Carcerário do Brasil 60
DOI 10.29327/567563.2-3

Celiane Alves de Oliveira
Ilma Costa
Anjor Mujica de Paula
Frederico Fonseca da Silva
Pedro Antônio Bittencourt Pacheco

CAPÍTULO 4

O planejamento e a reeducação financeira na vida pessoal . . .86
DOI 10.29327/567563.2-4

Alan de Oliveira da Silva
Rafael dos Santos Silva
Frederico Fonseca da Silva
Alexandre Machado Fernandes
Paulinho Rene Stefanello

CAPÍTULO 5

Reabilitação e reintegração de pessoas em situação de rua na sociedade brasileira 145
DOI 10.29327/567563.2-5

Idelmara Silva Correia
Frederico Fonseca da Silva
Anjor Mujica de Paula
Pedro Antônio Bittencourt Pacheco

CAPÍTULO 6

A importância do controle interno do patrimônio no Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Curitiba 170
DOI 10.29327/567563.2-6

Luiz Custódio
Letícia Zanchi Angulski
Alexandre Machado Fernandes
Frederico Fonseca da Silva
Paulinho Rene Stefanello
Cleverson Pereira Leal

CAPÍTULO 7

Acessibilidade em pontos de ônibus equipados com totens informativos que contém publicidade 220
DOI 10.29327/567563.2-7

Cleverton Nizer
Frederico Fonseca da Silva
Pedro Antônio Bitencourt Pacheco
Alexandre Machado Fernandes
Anjor Mujica de Paula

CAPÍTULO 8

Viabilidade econômica da suinocultura e ovinocultura: um estudo em uma propriedade familiar de Tangará da Serra - MT 263
DOI 10.29327/567563.2-8

Bethânia Batista Carneiro da Silva
Josiane Silva Costa dos Santos
Graziele de Oliveira Aragão Servilha
Luiz Panhoca

Prefácio

O volume dois chegou! Muito mais cedo do que podia se esperar.

Pelas mãos desses três “professores incansáveis”, Alexandre, Frederico e Paulinho que, mesmo com suas rotinas de aula e as atividades acadêmicas, além das próprias capacitações acadêmicas como Doutorado de dois e Pós doutorado do terceiro, esses incansáveis (sem ser repetitiva) profissionais continuam compilando os melhores trabalhos de seus respectivos orientandos e validando esses estudos e empenho, transformando-os os estáticos TCC´s em dinâmicos capítulos de livro, livremente publicizados de forma gratuita para benefícios de todos.

O volume dois vai além, pois traz a participação de profissionais do IFPR e, agora, da Universidade Complutense de Madri, que figura entre as mais antigas do mundo. Fundada pelo cardeal Francisco Jiménez de Cisneros em 1499, tem suas origens na Universidade de Alcalá, em Alcalá de Henares. A Complutence localizada nos campi Cidade Universitária de Madri e Somosaguas.

Traz também a participação de outro amigo em comum da UFPR, Luiz Panhoca que, além de também organizar esse volume, assina dois capítulos de livro, Reforçando o fato de que os três mosqueteiros, na verdade, são quatro!

No mesmo formato que o volume um, o volume dois traz quatro trabalhos da área de Gestão Pública e quatro trabalhos de Ciências Contábeis.

Dessa forma, esses oito artigos escolhidos demonstram práticas de Gestão Pública e Ciências Contábeis apresentando as me-

lhores possibilidades e buscando os melhores serviços prestados em ambos.

O livro traz apresentação de conceitos e exemplos práticos do mundo real em todos os capítulos, sendo uma leitura indispensável para quem quer conhecer melhor esses dois universos formativos de forma mais prática e direta.

Danielle Fonseca
Pedagoga (e fã desses incansáveis)

CAPÍTULO 1

Constituição de uma equipe CIPA no IFPR Campus Curitiba

DOI 10.29327/567563.2-1

André Lang Cardoso Gomes[1]
Eloir da Rosa[2]
Anjor Mujica de Paula[3]
Frederico Fonseca da Silva[4]
Pedro Antônio Bittencourt Pacheco[5]

RESUMO: Com base em alguns trabalhos já orientados na área de segurança do trabalho do curso de Gestão Pública do IFPR - *Campus* Curitiba, e outros estudos especializados na área, este trabalho de conclusão de curso procurou pesquisar e comentar, a necessidade da constituição de um grupo de pessoas (CIPA) tendo em vistas, a intervenção nos diversos assuntos inerentes a segurança do trabalho no IFPR - Instituto Federal do Paraná - *Campus* Curitiba. Para tanto, inicialmente apresenta o que é uma CIPA, de acordo com os aspectos legais previstos na NR-05 do Ministério do Trabalho. Em seguida, faz-se um pré-dimensionamento para uma visualização do número de integrantes necessários para compor a

1 - Concluinte do Curso Superior Tecnologia em Gestão Pública, do IFPR - Instituto Federal do Paraná, Campus Curitiba. E-mail: andrelang123@hotmail.com
2 - Concluinte do Curso Superior Tecnologia em Gestão Pública, do IFPR - Instituto Federal do Paraná, Campus Curitiba. E-mail: eloirrosa2017itfpr@gmail.com
3 - Pesquisador e Professor do IFPR - Instituto Federal do Paraná. Mestre de Engenharia de Produção. E-mail: anjor@ifpr.edu.br
4 - Professor e Pesquisador do IFPR - Instituto Federal do Paraná. Doutor em Irrigação e Meio Ambiente, ORCID.0000-0003-2817-6983. E-mail: anjor.mujica@ifpr.edu.br
5 - Professor e Pesquisador do IFPR - Instituto Federal do Paraná, Instituto Federal do Paraná. ORCID 0000-0002-7547-8442. E-mail: pedro.pacheco@ifpr.edu.br

equipe de segurança, em função do grau de risco e do número de pessoas encontradas nesse espaço de trabalho. Por último, são apresentadas as considerações finais do estudo.

PALAVRAS CHAVE: CIPA, Normas Regulamentadoras, Saúde do Trabalhador, Riscos Ocupacionais.

CONSTITUTION OF AN ICAP TEAM AT IFPR CAMPUS CURITIBA (CURITIBA, BRAZIL)

ABSTRACT: Based on some work already oriented in the area of work safety of the Public Management course at IFPR - *Campus* Curitiba (Curitiba, Parana, Brazil), and other specialized studies in the area, this course conclusion work will study and comment on the need to constitute a group of people (CIPA in Portuguese, it means, Internal Committee for Accident Prevention) with a view to intervening in the various issues inherent to work safety at the IFPR - Federal Institute of Parana - *Campus* Curitiba. Therefore, the bulletin presents what a CIPA is, in accordance with the legal aspects resolved in NR-05 of the Ministry of Labor. Then, there is a pre-dimensioning to visualize the number of members combined to compose the security team, depending on the degree of risk and the number of people found in this workspace. Finally, they are designated as the final considerations of the study.

KEY WORDS: CIPA, Regulatory Standards, Worker's Health, Occupational Risks.

1 Introdução

Fundado no final do ano de 2008, o IFPR - Instituto Federal do Paraná - *Campus* Curitiba, atualmente conta com, aproximadamente, 281 funcionários, com 30 cursos ofertados entre técnico integrado ao ensino médio, Médio subsequente, ensino superior, especialização (Pós-Graduação *Lato sensu*) e mestrado (*Stricto sensu*).

Embora seja um espaço laborativo caracterizado essencialmente como de ensino-aprendizagem, inúmeras outras atividades

também são desenvolvidas, tais como: manutenção (principalmente pelo fato do mesmo está instalado em um prédio histórico e secular), obras de construção civil (adequação do espaço e ampliação natural do campus), parte administrativa, atendimento ao público, limpeza, vigilância, entre outras.

Estas atividades, por sua vez, envolvem diversos riscos à integridade física das pessoas como acidentes e doenças ocupacionais. Assim, este trabalho de conclusão de curso procura verificar as possibilidades da constituição de uma CIPA - Comissão Interna de Prevenção de Acidentes, no referido Campus, localizado no histórico bairro Rebouças, centro da cidade de Curitiba, que é a capital do estado do Paraná.

Para tanto, inicialmente procurou-se na literatura pertinente sobre o assunto, caracterizar tal grupo de trabalho. Em seguida, com base em alguns estudos já realizados no próprio campus, envolvendo a segurança do trabalho, problematiza a necessidade / formação da equipe. Por último, procuramos caracterizar legalmente, em termos de número de integrantes, em função da Norma Regulamentadora específica sobre o assunto (NR-5, BRASIL, 1978b), a qual está prevista na Portaria 3.214 do Ministério do Trabalho (BRASIL, 1978a).

Procurando verificar a necessidade / possibilidades de uma CIPA - no *Campus*, o objetivo do presente estudo consistiu em verificar a necessidade e existência de uma CIPA no Campus Curitiba do IFPR, no contexto de atender a uma exigência legal da Lei Federal vigente.

2 Fundamentação teórica

Primeiro daremos início descrevendo o que é a CIPA e seus objetivos, posteriormente discorreremos sobre a localização legal desta Norma e mostraremos também sobre os principais pontos da Norma Regulamentadora 5 que caracteriza a CIPA. Comentaremos sobre o IFPR - *Campus* Curitiba e algumas faltas que nele há, falaremos também de um caso de implementação da CISSPA que deu certo no IFRS. Por fim, evidenciaremos alguns dados para dimensionar a equipe.

2.1 O que é CIPA?

Ao iniciar o referido artigo buscou-se compreender o que é a CIPA - Comissão Interna de Prevenção de Acidentes, seus objetivos e atribuições (SAOBERNARDO, 2022).

Essa Comissão Interna de Prevenção de Acidentes, também conhecida pela sua sigla CIPA, é o nome que se dá ao conjunto de pessoas designadas a discutir e propor soluções tendo por objetivo a prevenção de acidentes e doenças relacionadas ao trabalho (PONTOTEL, 2021).

Segundo Guia Trabalhista (GUIA TRABALHISTA, 2022) a CIPA será composta de representantes do empregador e dos empregados. Os representantes dos empregadores, titulares e suplentes serão por eles designados. Os representantes dos empregados, titulares e suplentes serão eleitos em escrutínio secreto, do qual participem, independente de filiação sindical, exclusivamente os empregados interessados. O mandato dos membros eleitos da CIPA terá a duração de um ano, permitida uma reeleição.

A CIPA começou a ser escrita por volta da segunda metade do século XVIII, a partir da Revolução Industrial na Inglaterra. Esse fato se deu devido ao elevado número de acidentes e lesões originados dos maquinários (PROLIFE, 2022).

Ainda de acordo com a Prolife (2022), no Brasil, a CIPA nasceu em 10 de novembro de 1944. E foi exatamente essa comissão que alavancou a implantação da Segurança do Trabalho no solo brasileiro. A primeira Portaria a regulamentar as comissões internas foi a de número 229, de 19 de junho de 1945, ao tempo em que a primeira reunião da CIPA, no Hospital das Clínicas de São Paulo, aconteceu em 22/11/79 (USP, 2019).

2.2 Portarias

A CIPA tem sua origem no artigo 82 do Decreto-Lei 7.036, de 10 de novembro de 1944. Esse Decreto Lei foi a certidão de nascimento da CIPA. Seu texto diz o seguinte:

"Art. 82 Os empregadores, cujo número de empregados seja superior a 100, deverão providenciar a organização, em seu estabelecimentos, de comissões internas, com representantes dos empregados, para o fim de estimular o interesse pelas questões de prevenção de acidentes, apresentar sugestões quanto à orientação e fiscalização das medidas de proteção ao trabalho, realizar palestras instrutivas, propor a instituição de concursos e prêmios e tomar outras providências tendentes a educar o empregado na prática de prevenir acidentes."

Em 19 de junho de 1945, foi baixada a Portaria 229, que deu a primeira regulamentação da recém-criada. A segunda regulamentação da CIPA se deu pela Portaria 155, de 27 de novembro de 1953. A terceira veio com a Portaria 32 de 29 de novembro de 1968, e a quarta com a Portaria 3.456 de 3 de agosto de 1977. E 22 de dezembro de 1977, foi sancionada a Lei 6.514 que oficializou mais uma revisão no Capítulo V da CLT, em que a CIPA ganhou mais ênfase nos enunciados dos artigos 163, 164 e 165 da CLT (CIPA, GUIA PRÁTICO, 2009).

Em 8 de Junho de 1978, surge a Portaria número 3.214 (BRASIL, 1978a) que revoga todas as outras portarias anteriormente ratificadas. Essa portaria passa a aprovar 28 Normas Regulamentadoras - NR de acordo com a Lei n° 6.514 de 22 de dezembro de 1977 (BRASIL, 1977) relativas à Segurança e Medicina do Trabalho.

A Norma Regulamentadora NR 5 (BRASIL, 1978a) tendo como objetivo principal observar e relatar condições de riscos no ambiente de trabalho e solicitar medidas para reduzir, neutralizar e ou até mesmo eliminar os riscos existentes.

Visando uma melhor interpretação quanto ao objetivo desta comissão, fez com que a Portaria número 5 de 18 de abril de 1994 estabelecesse o seguinte:

- Prevenção de acidentes do trabalho e doenças mediante ao controle dos riscos presentes no ambiente de modo a tornar compatível o trabalho com a preservação da vida e a promoção da saúde dos trabalhadores.

– É perceptível que esse novo texto dá um maior foco na prevenção de acidentes e doenças.

Atualmente pode se dizer que mesmo sofrendo várias alterações e ainda precisa ser revisada e outras ações aplicadas. Não se pode negar que benefícios foram adquiridos através dessa comissão ao longo desses anos, mas muito ainda precisa ser feito.

Outro ponto considerável e que merece atenção é exatamente desvincular a CIPA como algo que garanta a estabilidade de emprego somente pois, de acordo com NOBEADVOGADOS (2022), a única situação que permite a empresa demitir o empregado cieiro que goza de estabilidade é quando o mesmo comete falta grave que permita a aplicação da justa causa (artigo 165 da CLT). Se não houve demissão por justa causa devidamente comprovada, a demissão é irregular.

Desse modo é necessário por parte do empregador e empresa fazer funcionar a CIPA de um modo a ser uma ferramenta a mais na erradicação dos acidentes do trabalho (PROLIFE, 2022).

2.3 NR-5

NR é uma sigla para Normas Regulamentadoras, que no Brasil são atreladas à ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, todos os documentos que normatizam, dentre várias atividades, inclusive a segurança do trabalho. As normas são numeradas de acordo com sua publicação, assim a NR-1 foi a primeira a ser publicada, depois a NR-2 e assim por diante, a CIPA é a NR-5 ou seja, a 5ª norma a ser publicada, isso em 1978.

A NR-5 está dividida em 8 partes e 1 quadros, sendo:

- Objetivo
- Campo de Aplicação
- Atribuições
- Constituição e estruturação
- Processo eleitoral
- Funcionamento

- Treinamento
- CIPA das organizações contratadas para prestação de serviços

2.3.1 Objetivo da CIPA e campo de aplicação

Esta norma regulamentadora - NR - estabelece os parâmetros e os requisitos da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA tendo por objetivo a prevenção de acidentes e doenças relacionadas ao trabalho, de modo a tornar compatível permanentemente o trabalho com a preservação da vida e promoção da saúde do trabalhador. A equipe deve seguir alguns passos para alcançar seus objetivos. São eles:

1) Definir quais são as condições de risco na empresa;
2) Observar se elas estão em desacordo;
3) Relatar as condições do ambiente de trabalho;
4) Criar planos de ação para regularizar os itens em não conformidade.

Assim, o objetivo central dessa comissão é fiscalizar a segurança dos trabalhadores. Além disso, a equipe também deve agir na prevenção de acidentes e doenças do trabalho, promovendo qualidade de vida para todos os colaboradores.

Dessa forma, o intuito é, principalmente, evitar doenças ocupacionais que podem levar ao afastamento de funcionários. Para isso, a comissão deve observar, solicitar, planejar e propor medidas preventivas.

Além disso, cabe à comissão estabelecer um plano estratégico junto ao SESMT (Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho) quando houver. Este, por ser composto por profissionais especializados na área, é o órgão apto a colocar em prática as melhorias.

Nesse sentido, a CIPA também atua na orientação dos colaboradores. É seu papel distribuir materiais e promover treinamentos

que discutam o tema. Dessa forma, será possível introduzir na empresa uma cultura de prevenção de acidentes.

A CIPA tem algumas frentes de atuação para garantir a segurança dos colaboradores. Logo, após a estruturação e o treinamento desta comissão, seus membros podem realizar algumas ações. Dentre elas, estão:

SIPAT

A organização da Semana Interna de Prevenção a Acidentes de Trabalho (SIPAT) é uma das boas práticas da CIPA. Esse evento é composto por palestras, campanhas, ações e atividades com o objetivo de conscientizar os trabalhadores.

Além disso, o evento é obrigatório para todas as empresas que têm a comissão formada e deve ser realizado anualmente. Assim, seus principais objetivos são:

- Conscientizar sobre a importância de eliminar os acidentes de trabalho;
- Criar um senso de vigilância entre os colaboradores;
- Provisionar recursos que permitam o reconhecimento e a correção de riscos no ambiente laboral;
- Resgatar valores de segurança e qualidade de vida – esquecidos pela correria da rotina.

É importante ressaltar que a principal causa dos acidentes de trabalho no Brasil ainda é o descumprimento das normas de proteção e condições inadequadas nos ambientes laborais.

Esse cenário pode levar a limitações físicas permanentes ou, até mesmo, a acidentes fatais. Por esse motivo, é de extrema importância que esse trabalho de conscientização seja levado a sério.

As organizações e os órgãos públicos da administração direta e indireta, bem como os órgãos dos Poderes Legislativo, Judiciário e Ministério Público, que possuam empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, devem constituir e manter CIPA.

Nos termos previstos em lei, aplica-se o disposto nesta NR a outras relações jurídicas de trabalho.

2.3.2 Atribuições

A CIPA tem por atribuição, de acordo com Guia Trabalhista (2022b), identificar os riscos do processo de trabalho e elaborar o mapa de riscos, com a participação do maior número de trabalhadores, com assessoria do SESMT, onde houver; elaborar plano de trabalho que possibilite a ação preventiva na solução de problemas de segurança e saúde no trabalho; participar da implementação e do controle da qualidade das medidas de prevenção necessárias, bem como da avaliação das prioridades de ação nos locais de trabalho; realizar, periodicamente, verificações nos ambientes e condições de trabalho visando a identificação de situações que venham a trazer riscos para a segurança e saúde dos trabalhadores.

Ademais, de acordo com a NR-5 (BRASIL, 1978b) essas atribuições também consistem em:

a) Acompanhar o processo de identificação de perigos e avaliação de riscos bem como a adoção de medidas de prevenção implementadas pela organização;

b) Registrar a percepção dos riscos dos trabalhadores, em conformidade com o subitem 1.5.3.3 da NR-1 (BRASIL, 2020), por meio do mapa de risco ou outra técnica ou ferramenta apropriada à sua escolha, sem ordem de preferência, com assessoria do Serviço Especializado em Segurança e em Medicina do Trabalho - SESMT, onde houver;

c) verificar os ambientes e as condições de trabalho visando identificar situações que possam trazer riscos para a segurança e saúde dos trabalhadores;

d) elaborar e acompanhar plano de trabalho que possibilite a ação preventiva em segurança e saúde no trabalho;

e) participar no desenvolvimento e implementação de programas relacionados à segurança e saúde no trabalho;

f) acompanhar a análise dos acidentes e doenças relacionadas ao trabalho, nos termos da NR-1 e propor, quando for o caso, medidas para a solução dos problemas identificados;

g) requisitar à organização as informações sobre questões relacionadas à segurança e saúde dos trabalhadores, incluindo as Comunicações de Acidente de Trabalho - CAT emitidas pela organização, resguardados o sigilo médico e as informações pessoais;

h) propor ao SESMT, quando houver, ou à organização, a análise das condições ou situações de trabalho nas quais considere haver risco grave e iminente à segurança e saúde dos trabalhadores e, se for o caso, a interrupção das atividades até a adoção das medidas corretivas e de controle; e,

i) promover, anualmente, em conjunto com o SESMT, onde houver, a Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho - SIPAT, conforme programação definida pela CIPA.

Cabe à organização:

a) proporcionar aos membros da CIPA os meios necessários ao desempenho de suas atribuições, garantindo tempo suficiente para a realização das tarefas constantes no plano de trabalho;

b) permitir a colaboração dos trabalhadores nas ações da CIPA; e,

c) fornecer à CIPA, quando requisitadas, as informações relacionadas às suas atribuições.

Cabe aos trabalhadores indicar à CIPA, ao SESMT e à organização situações de riscos e apresentar sugestões para melhoria das condições de trabalho.

Dessa forma, cabe ao Presidente da CIPA:

a) convocar os membros para as reuniões; e,

b) coordenar as reuniões, encaminhando à organização e ao SESMT, quando houver, as decisões da comissão.

Cabe ao Vice-Presidente substituir o Presidente nos seus impedimentos eventuais ou nos seus afastamentos temporários.

O Presidente e o Vice-Presidente da CIPA, em conjunto, terão as seguintes atribuições de:

a) coordenar e supervisionar as atividades da CIPA, zelando para que os objetivos propostos sejam alcançados; e,

b) divulgar as decisões da CIPA a todos os trabalhadores do estabelecimento.

No que se refere a Constituição e Estruturação dessa Comissão:

- A CIPA será constituída por estabelecimento e composta de representantes da organização e dos empregados, de acordo com o dimensionamento previsto no Quadro I desta NR, ressalvadas as disposições para setores econômicos específicos.
- A CIPA das organizações que operem em regime sazonal devem ser dimensionadas tomando por base a média aritmética do número de trabalhadores do ano civil anterior e obedecido o Quadro I desta NR.
- Os representantes da organização na CIPA, titulares e suplentes, serão por ela designados.
- Os representantes dos empregados, titulares e suplentes, serão eleitos em escrutínio secreto, do qual participem, independentemente de filiação sindical, exclusivamente os empregados interessados.
- A organização designará dentre seus representantes o Presidente da CIPA, e os representantes eleitos dos empregados escolherão dentre os titulares o vice-presidente.
- O mandato dos membros eleitos da CIPA terá a duração de um ano, permitida uma reeleição.
- Os membros da CIPA, eleitos e designados serão empossados no primeiro dia útil após o término do mandato anterior.

- A organização deve fornecer cópias das atas de eleição e posse aos membros titulares e suplentes da CIPA.

Processo eleitoral:

- Compete ao empregador convocar eleições para escolha dos representantes dos empregados na CIPA, no prazo mínimo de 60 (sessenta) dias antes do término do mandato em curso.
- A organização deve comunicar, com antecedência, podendo ser por meio eletrônico, com confirmação de entrega, o início do processo eleitoral ao sindicato da categoria preponderante.
- O Presidente e o Vice-Presidente da CIPA constituirão dentre seus membros a comissão eleitoral, que será a responsável pela organização e acompanhamento do processo eleitoral.
- Nos estabelecimentos onde não houver CIPA, a comissão eleitoral será constituída pela organização.

Quanto ao Funcionamento:

- A CIPA terá reuniões ordinárias mensais, de acordo com o calendário preestabelecido.
- As reuniões ordinárias da CIPA serão realizadas na organização, preferencialmente de forma presencial, podendo a participação ocorrer de forma remota.
- A data e horário das reuniões serão acordadas entre os seus membros observando os turnos e as jornadas de trabalho.
- As reuniões da CIPA terão atas assinadas pelos presentes.
- As atas das reuniões devem ser disponibilizadas a todos os integrantes da CIPA, podendo ser por meio eletrônico.

No que concerne ao Treinamento, o deve contemplar, no mínimo, os seguintes itens:

a) estudo do ambiente, das condições de trabalho, bem como dos riscos originados do processo produtivo;

b) noções sobre acidentes e doenças relacionadas ao trabalho decorrentes das condições de trabalho e da exposição aos riscos existentes no estabelecimento e suas medidas de prevenção;

c) metodologia de investigação e análise de acidentes e doenças relacionadas ao trabalho;

CIPA das organizações contratadas para prestação de serviços:

- A organização de prestação de serviços deve constituir CIPA centralizada quando o número total de seus empregados na Unidade da Federação se enquadrar no Quadro I desta NR.
- Quando a organização contratada para prestação de serviços a terceiros exercer suas atividades em estabelecimento de contratante enquadrado em grau de riscos 3 ou 4 e o número total de seus empregados no estabelecimento da contratante se enquadrar no Quadro 1 desta NR, deve constituir CIPA própria neste estabelecimento, considerando o grau de risco da contratante.
- A organização contratada está dispensada da constituição da CIPA própria no caso de prestação de serviços a terceiros com até 180 (cento e oitenta) dias de duração.

2.4 Necessidade da CIPA

De acordo com Nunes (2009), o direito à saúde dos trabalhadores foi um dos primeiros a ser reivindicado. Durante a revolução industrial a situação trabalhista era precária, poucos ou quase nulos eram os direitos, jornadas extenuantes de trabalho, somados a ambientes insalubres, falta de higiene e exploração infantil. Tudo isso resultava em inúmeros acidentes, muitos deles fatais. Conforme os direitos foram sendo conquistados, a situação se tornou mais favorável ao trabalhador.

Segundo Cairo Júnior (2002), além do fator humanitário - que é o principal ponto - os acidentes também provocam perdas econômicas. Gerando danos tanto para o empregador como para o em-

pregado. Para o líder empresarial o dano pode ser financeiro, devido à ausência momentânea de uma mão-de-obra qualificada na linha de produção, além de poder arcar com custos adicionais, como indenizações e o ter que responder judicialmente pelo acidente. Todavia para o empregado o dano pode ser irreparável.

O acidente de trabalho, de acordo com Souza (2010), pode ser categorizado em quatro âmbitos: administrativo, previdenciário, penal e civil.

Apenas por exemplo, no que concerne à responsabilidade administrativa, a ocorrência de acidentes de trabalho pode ensejar na demonstração do descumprimento das normas de saúde e segurança do trabalho, que pode ocasionar multas, embargos ou interdições, as mais flagrantes atuações das SRT´s - Superintendências Regionais do Trabalho (SOUZA, 2010)

Souza (2010) ainda relata que a ocorrência de acidentes do trabalho igualmente impõe responsabilidades de ordem previdenciária. Com efeito, o gozo de benefício previdenciário pelo trabalhador em razão do acidente pode ocasionar o aumento do índice de sinistralidade não apenas da empresa, mas de toda a categoria, o que repercute diretamente no Fator Acidentário de Prevenção - FAP, e no cálculo do valor do SAT - Seguro de Acidente do Trabalho.

Há ainda que se falar em repercussão penal dos acidentes de trabalho. De fato, é muito comum a ocorrência de mortes ou lesões corporais em acidentes de trabalho. A conduta dolosa ou culposa do agente que der causa a esses resultados é que determinará a tipificação penal da conduta. Também pode ocorrer o crime de exposição da vida ou a saúde de outrem a perigo direto e iminente, previsto no artigo 132 do Código Penal. O simples descumprimento das regras de segurança e higiene no trabalho, independente da ocorrência de acidente, já caracteriza a contravenção penal, conforme previsto no artigo 19 § 2º da Lei nº 8.213/1991 (BRASIL, 1991).

Há ainda que se falar acerca da responsabilidade civil. Com efeito, a responsabilidade civil decorrente de acidente de trabalho consiste em indenização por danos material, moral e estético, e são

devidas independentemente daquelas outras já mencionadas. A responsabilidade civil implica na indenização não apenas do que o trabalhador perdeu, mas igualmente daquilo o que deixou/deixará de ter (danos materiais, como morais e estéticos) (SOUZA, 2010)

Com a implementação da terceirização, onde a ideia inicial de um lado era reduzir a responsabilidade por parte do empregador perante ao empregado e do outro aumentar a produtividade. Onde a responsabilidade com o trabalhador não seria mais por parte da empresa contratante, mas da empresa que presta os serviços terceirizados.

Contudo, notou-se algumas incongruências nesse mecanismo, tendo os Tribunais Trabalhistas entendido que a possibilidade de exoneração completa de responsabilidade por parte do tomador seria injusta (SOUZA, 2010).

De acordo com Walczak (s/d), é dever da CIPA orientar o empregador no que diz respeito aos riscos do trabalho, também é dever fiscalizar o terceirizado e esclarecer quanto ao uso de EPI's conforme legal e contratualmente estipulados.

Segundo Neto (2017) a CIPA é um dos braços mais importantes da Segurança do Trabalho. Quem tem uma CIPA atuante já tem meio caminho andado rumo ao objetivo de ter um ambiente de trabalho mais seguro.

Embora todas as empresas necessitam constituir a CIPA poucas são as empresas que realizam um trabalho íntegro nesse quesito seja por total falta de desconhecimento, seja pelo pouco interesse (NETO, 2017).

De acordo com Kanashiro (2012) muitos são aqueles que têm problemas em relação à CIPA, pensam que a prevenção de acidentes é assunto para especialistas e não para empregados de atividades laborais. Dessa forma, a visão que se tem da CIPA é que esses trabalhadores seriam meros coadjuvantes passivos, que ofereceriam algumas informações aos especialistas. Correndo o risco ainda de serem responsabilizados pelos acidentes.

Por essa razão a CIPA talvez não seja tão difundida da maneira que deveria, a intenção não é eliminar os especialistas em segurança no trabalho, mas oferecer a essas informações diretas daqueles que conhecem o serviço de maneira a gerar a prevenção, antecipar os possíveis riscos e problemas ao trabalhador (KANASHIRO, 2012).

Para tanto, a comissão deve investigar os acidentes ocorridos com a finalidade de eliminar o risco de um novo acidente, também deve promover ações para evitar que esses aconteçam, informando sempre sobre o uso dos equipamentos de segurança e a observação das normas. Também faz parte do trabalho da comissão à promoção da SIPAT - Semana Interna de Prevenção de Acidentes (KANASHIRO, 2012).

3 Metodologia

A metodologia usada no presente trabalho foi de caráter de pesquisa bibliográfica e documental, além da pesquisa de campo de acordo com Gil (2008) e Thiollent (1986).

Pesquisa bibliográfica, pois, nos baseamos em alguns artigos, Normas Regulamentadoras e Portaria para construir a estrutura do texto; e, Pesquisa de campo uma vez que a mesma se deu na coleta de dados através dos servidores da secretaria do IFPR - *Campus* Curitiba para ter uma noção do dimensionamento da equipe CIPA.

Ainda de acordo com Gil (2008), a pesquisa de campo procura o aprofundamento de uma realidade específica. É basicamente realizada por meio da observação direta das atividades do grupo estudado e de entrevistas com informantes para captar as explicações e interpretações que ocorrem naquela realidade.

4 Resultados e discussão

Nos resultados e discussão vamos abordar sobre o dimensionamento da equipe CIPA, os métodos usados e como se dá - segundo as normas - esse dimensionamento. Também discorreremos

sobre o *Campus* Curitiba e o *Campus* Rolante, apontando as faltas e o sucesso de implementação da equipe CISSPA respectivamente.

4.1 Dimensionamento da equipe CIPA no Campus Curitiba

De acordo com a NR-5, instituições públicas devem manter uma equipe CIPA em regular funcionamento. E através dessa equipe promover a integração com intuito da prevenção de acidentes e doenças.

A CIPA será composta pelo representante dos servidores e terceirizados, de acordo com o Quadro I da referida NR-5 e com o número de empregados no *Campus*, onde a quantidade de integrantes na equipe CIPA será proporcional. Deverá ser feita uma comissão interna para designar os integrantes e que, conforme o item 5.4.4 da NR-5 os mesmos serão eleitos em escrutínio secreto.

4.1.1 Dimensão da comunidade e constituição da equipe

Conforme dados repassados pela Secretaria do *Campus* Curitiba, assim é a distribuição quali-quantitativa dos Servidores: Técnico-Administrativos 45; Docentes 192; Professores Substitutos 9; Demais Servidores em exercício provisório no campus 7; Terceirizados permanentes 28. O que totaliza 281 pessoas.

O Quadro 1 apresenta-se a quantidade de alunos por ano de 2014 a 2020 cuja média é de 3.445 estudantes.

Quadro 1. Número de Alunos no Campus Curitiba

2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
3.148	3.750	2.648	2.910	3.364	3.935	4.364

Fonte: SISTEC (2020)

A Tabela 1 vem da Portaria 422 (BRASIL, 2021) que dimensiona a necessidade do tamanho da CIPA de um determinado setor ou instituição com base no número de funcionários para com o seu respectivo grau de risco.

Tabela 1. Tabela de dimensionamento da CIPA

GRAU de RISCO*	NÚMERO DE PARTICIPANTES DA CIPA	0 a 19	20 a 29	30 a 50	51 a 80	81 a 100	101 a 120	121 a 140	141 a 300	301 a 500	501 a 1000	1001 a 2500	2500 a 5000	5000 a 10.000	Acima de 10.000 p/ cada grupo de 2500 acrescentar
1	Efetivos					1	1	1	1	2	4	5	6	8	1
	Suplentes					1	1	1	1	2	3	4	5	6	1
2	Efetivos				1	1	2	2	3	4	5	6	8	10	1
	Suplentes				1	1	1	1	2	3	4	5	6	8	1
3	Efetivos		1	1	2	2	2	3	4	5	6	8	10	12	2
	Suplentes		1	1	1	1	1	2	2	4	4	6	8	8	2
4	Efetivos		1	2	3	3	4	4	4	5	6	9	11	13	2
	Suplentes		1	1	2	2	2	2	3	4	5	7	8	10	2

Fonte: Portaria nº 422 (Nova NR-5) (BRASIL, 2021)

* Grau de Risco conforme estabelecido no Quadro I da NR-4 - Relação da Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE (Versão 2.0), com correspondente Grau de Risco - GR para fins de dimensionamento do SESMT.

Observa-se de forma grave e injustificável que no atual contexto do IFPR o mesmo transgride uma Lei Federal ao não ter uma Comissão Interna para Prevenção de Acidentes, pelo menos no Campus Curitiba, que se caracteriza por ser o maior campus dos 26 existentes em todo o estado.

O item 5.2.1 da NR-5, determina que devem constituir CIPA, por estabelecimento, e mantê-la em regular funcionamento. Portanto faz-se necessário, urgentemente, a constituição de uma equipe para segurança no trabalho no *Campus* Curitiba, atendendo aos conformes do artigo 163 da CLT, que prevê a criação de um grupo CIPA para locais com mais de 50 trabalhadores. Principalmente para contemplar, inclusive, os trabalhadores terceirizados que desenvolvem as suas atividades no *Campus.*

Essas atribuições não se restringem somente a obrigatoriedade do uso de EPI's, mas também como meio de orientar corretamente os empregados na forma de trabalho.

Além de gerar a necessária segurança, para a preservação da vida e saúde dos trabalhadores (em geral), a atuação das CIPAS, inclusive no que tange à fiscalização do terceirizado, é capaz de auxiliar o empregador no que tange à responsabilidade que lhe pode ser imposta em razão da atuação dos terceirizados (SOUZA, 2010).

Em razão desse entendimento é que, ao nosso ver, a CIPA serve não como defensora de um interesse contraposto com o empregador, mas com interesses comuns. Ambos buscarão evitar acidentes, preservando, assim, segundo Souza (2010), a saúde do trabalhador, independente do seu vínculo de emprego com o empresário, bem como limitando a eventual responsabilidade da empresa.

A equipe CIPA irá abranger toda a comunidade do *Campus*, isso inclui servidores, terceirizados e, principalmente, alunos, não somente pelo se constituir em maior número, mas por ser o objeto e razão principal de existência de uma instituição federal de ensino.

Assim, como o número de alunos varia no decorrer dos anos (expresso no Quadro 1), e as eleições - conforme a Portaria nº 422 (BRASIL, 2021), as mesmas devem ser feitas anualmente. Dessa forma, a equipe CIPA vai variar seu tamanho proporcionalmente ao número total de pessoas ao longo dos anos.

De acordo com o Quadro I na NR-4 (BRASIL, 2018), o Instituto Federal se classifica como educação profissional de nível técnico. Sendo assim, seu grau de risco se estabelece como 2. Portanto, conforme o Quadro I e com o total de pessoas que circulam no ambiente escolar, o *Campus* Curitiba deverá possuir 8 efetivos e 6 suplentes na equipe CIPA. É importante destacar também que esses integrantes devem se organizar conforme os turnos escolares.

Vale salientar também, devido à nova realidade que nos encontramos com a pandemia da COVID-19, essa equipe CIPA deverá fiscalizar se as pessoas estão cumprindo com as normas sanitárias estabelecidas pelos Governos Federal, Estadual, Municipal e resoluções internas, para evitar o contágio dentro do ambiente escolar.

Verificamos que são inúmeras as atividades envolvendo riscos de acidentes e doenças ocupacionais desenvolvidas nesse espaço de trabalho e estudo. Entre elas podemos citar a construção civil de novas edificações, em função da ampliação do próprio *Campus*, bem como, atividades de manutenção envolvendo riscos de acidentes, como, por exemplo, quedas de nível, choques elétricos, entre outros (PAULA e SILVA, 2021).

Assim, notamos a necessidade/importância da constituição de um grupo de pessoas treinadas na prevenção de acidentes e doenças ocupacionais, aptas a atuarem sistematicamente, por meio de inspeções, vistorias, reuniões, entre outros procedimentos.

No entanto, defendemos a implementação de uma CIPA, sem todos aqueles procedimentos legais previstos na eleição dos seus membros, justamente para não “engessar”, quer dizer, sem burocratizar demais o projeto no instituto.

Por outro lado, lembramos também, a falta de uma política institucional expressa de segurança do trabalho nos seus domínios. Pensamos que a CIPA é parte integrante, do conjunto mais amplo das iniciativas da organização.

Como foi visto, uma organização que pretende ser vista como uma instituição de excelência de ensino na sociedade, necessita cuidar com o maior zelo possível, a segurança dos que frequentam, trabalham e estudam no campus. Vimos, durante o levantamento de dados, que ainda falta, também, uma brigada de emergências escolar, prevista na legislação do corpo de bombeiros, conforme Portaria 108 (BRASIL, 2019).

Convém reforçar que falta também, uma rotina de trabalho no controle das empresas terceirizadas. Enfim, são situações importantes para as quais a Instituição, infelizmente, ainda não acordou, levando a suposição que a segurança dos seus não seja a prioridade ao longo das gestões institucionais maiores.

4.2 Sobre o Campus Curitiba e o Campus Rolante

Os Institutos Federais como instituições de ensino ofertam os mais variados tipos de cursos, dentre eles alguns que requerem atividades estudantis em laboratórios, o que implica também em riscos de acidentes para alunos. Isso é um dos motivos, se não o principal, de uma equipe CIPA ter que abranger toda a comunidade do *Campus*.

De acordo com Breganó e Rimolo (2017) em um estudo de caso que foi desenvolvido no IFPR sobre uma brigada de incêndio que também se faz necessária no *Campus, j*unto com a implementação de tal equipe poderá também, em conjunto, integrar como uma só equipe junto com a CIPA. Sendo assim, para a segurança no trabalho e estudantil, abarca duas necessidades requisitadas para esse ambiente educacional.

É de extrema importância que toda e qualquer instituição de ensino, e também, estabelecimentos onde circula um grande número de pessoas diariamente, tenham uma brigada de incêndio (SEITO *et al.*, 2008)

Do mesmo modo o item 5.2 da NR-5 da CIPA diz que devem constituir CIPA, por estabelecimento, e mantê-la em regular funcionamento as empresas privadas, públicas *(grifo nosso),* sociedades de economia mista, órgãos da administração direta e indireta, instituições beneficentes, associações recreativas, cooperativas, bem como outras instituições que admitam trabalhadores como empregados.

O motivo de citarmos a brigada de incêndio em conjunto com a CIPA, é devido às atividades de risco presentes no *Campus* que são alunos em laboratórios e os serviços prestados por terceirizados. Evidenciando essas faltas de segurança nesse ambiente estudantil, onde há uma grande circulação de pessoas constantemente, durante os três turnos com atividades diversas.

Tomando como exemplo outros institutos federais, observa-se que o Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS, 2022), promoveu a formação de uma equipe de Comissão Interna de Saúde,

Segurança e Prevenção de Acidentes (CISSPA) com o objetivo de evitar acidentes inerentes ao ambiente de trabalho. A equipe é formada por profissionais de diferentes áreas, focando na segurança do trabalho, para que, por meio das fiscalizações, transformem o meio laboral num ambiente saudável e seguro.

Assim como o IFRS (2022), o IFSULDEMINAS (2022) também instituiu a CISSPA que possui caráter prevencionista sobre questões pertinentes ao meio ambiente, à saúde e à segurança do trabalho e tem como finalidade a melhoria das condições de trabalho e do meio ambiente, buscando soluções que promovam o bem-estar físico, psíquico e social do profissional em educação. É, ainda, responsável por planejar, coordenar e orientar as ações de prevenção de acidentes de trabalho e doenças do trabalho, e pelas condições do ambiente de trabalho e por todos os aspectos que afetam a saúde e segurança.

A observação inicial da equipe CISSPA permite a produção de manuais e relatórios sobre as formas de trabalho, de modo que se adaptem às realidades ocupacionais dos trabalhadores de diversos setores. Sendo assim, se possibilita a criação de políticas de segurança e saúde, orientações, como é o caso da obrigatoriedade do uso de EPI's e EPC's (IFRS, 2022; IFSULDEMINAS, 2022).

As benesses que surgem através da CISSPA não se restringem somente ao que foi especificado acima, a formação e concentração do conhecimento técnico possibilita a implementação de normas internas e orientações. Por exemplo, os servidores do IFRS seguem a orientação para o uso EPI no formato de manual com instruções específicas por atividade e uma ficha de controle de EPI com o intuito de atender a NR-6 (BRASIL, 2020).

Percebe-se então que a criação de uma equipe CISSPA especializada não possui nenhum ônus pois, além de prover a segurança e saúde dos trabalhadores, atua também, em prol da proteção da empresa, visto que estará em concordância com o que é previsto em lei. O trabalho regular de inspeção da equipe reforça as políticas preventivas e permitem a adequação do ambiente em situações subsequentes.

5 Considerações finais

Através do presente trabalho conseguimos trazer as principais informações para justificar o motivo de constituir uma equipe CIPA no IFPR, uma vez que o mesmo se encontra em desacordo, descumprindo uma lei federal que determina a existência de uma CIPA em função da finalidade e da quantidade de pessoas (servidores e aluno) no campus.

É um trabalho objetivo e bem específico abordando um assunto de pertinência para a comunidade do *Campus*.

Sobre a brigada de incêndio que é inexistente no *Campus*. A ideia é mesclar a equipe da brigada com a CIPA, de forma a facilitar a efetivação do grupo.

Outro ponto do trabalho é a questão da desburocratização da implementação para que a equipe se forme de maneira mais "orgânica", fluida, com maior flexibilidade e agilidade.

Ademais, a constituição da CIPA não traz nenhum ônus à administração do *Campus* e, consequentemente, solucionará e, poderá evitar, pois sabe-se que, às vezes, acidentes são inevitáveis.

Referências

BRASIL. **Dados estatísticos - Saúde e segurança do trabalhador**. Disponível em: https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/previdencia-social/saude-e-seguranca-do-trabalhador/dados-de-acidentes-do-trabalho. Acesso em: 20. Mar.2022.

_____.**Portaria nº 3.214**, de 08 de junho de 1978. 1978b. Disponível em: https://www.jacoby.pro.br/diversos/nr_16_perigosas.pdf. Acesso em 14.abr.2022.

_____.NR-5. **Comissão Interna de Prevenção de Acidentes**. 1978a. Portaria MTb n.º 3.214.

_____. **Lei Nº 6.514**, de 22 de dezembro de 1977. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6514.htm. Acesso em 14.abr.2022.

_____. **Lei Nº 8.213**, de 24 de julho de 1991. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213cons.htm. Acesso em 15.abr.2022.

_____. **PORTARIA/MTP Nº 422**, de 7 de outubro de 2021. Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria/mtp-n-422-de-7-de-outubro-de-2021-351613291. Acesso em 15.abr.2022.

_____. **PORTARIA Nº 108**, de 12 de julho de 2019. 2019. Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-108-de-12-de-julho-de-2019-201842597. Acesso em 15.abr.2022.

BREGANÓ, H.P.; RIMOLO, R.T. **Custo de Implantação do Projeto da Brigada de Incêndio IFPR - Campus Curitiba: Um Estudo de Caso.** 2017.

CAIRO JUNIOR, J. **O acidente do trabalho e a responsabilidade civil do empregador**. Dissertação de Mestrado. UFPE. Recife, 2002, 171 p. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/4597/1/arquivo6003_1.pdf. Acesso em 15.abr.2022.

CIPA - **GUIA PRÁTICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO.** 2009. Disponível em: https://books.google.com.br/ Acesso em 24 abr.2022

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUIA TRABALHISTA. **CIPA - COMISSÃO INTERNA DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES**. 2022a. Disponível em: http://www.guiatrabalhista.com.br/guia/cipa.htm. Acesso em 14.abr.2022.

_____. **CIPA – Atribuições**. 2022b. Disponível em: http://www.guiatrabalhista.com.br/guia/cipa_atribuicoes.htm. Acesso em 15.abr.2022.

_____. Ministério do Trabalho e da Previdência Social. **Norma Regulamentadora No. 1 (NR-1)**. 2020. Disponível em: https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/composicao/orgaos-especificos/secretaria-de-trabalho/inspecao/seguranca-e-saude-no-trabalho/ctpp-nrs/nr-1. Acesso em 15.abr.2022.

_____. Norma Regulamentadora No. 4 (NR-4). 2018. Disponível em: https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/composicao/orgaos-especificos/secretaria-de-trabalho/inspecao/seguranca-e-saude-no-trabalho/ctpp-nrs/norma-regulamentadora-no-4-nr-4. Acesso em 15.abr.2022.

IFRS - Instituto Federal do Rio Grande do Sul. **Comissão Interna de Saúde, Segurança e Prevenção de Acidentes.** Disponível em: https://ifrs.edu.br/rolante/institucional/comissoes/comissao-interna-de-saude-seguranca-e-prevencao-de-acidentes-cisspa/. Acesso em 26. Mar.2022.

IFSULDEMINAS. **Saúde e qualidade de vida**. 2022. Disponível em: https://portal.poa.ifsuldeminas.edu.br/noticias-nao-publicadas/saude-e-qualidade-de-vida. Acesso em 15.abr.2022.

KANASHIRO, D. Q. **CIPA.** (2012). Disponível em: ttps://administradores.com.br/artigos/artigo-cientifico-cipa Acesso em 05.mai.2022.

NETO, N.W. **A Importância da CIPA:** O que você precisa saber. Disponível em: https://segurancadotrabalhonwn.com/a-importancia-da-cipa/ Acesso em 05.mai.2022.

NOBEADVOGADOS. **11 Direitos Trabalhistas do Empregado Membro da CIPA. 2022.** Disponível em: https://nobeadvogados.com.br/11-direitos-trabalhistas-do-empregado-membro-da-cipa/#:~:text=A%20%C3%BAnica%20situa%C3%A7%C3%A3o%20que%20permite,comprovada%2C%20a%20demiss%C3%A3o%20%C3%A9%20irregular. Acesso em 14.abr.2022.

NUNES, I.B. O trabalho infantil na revolução industrial inglesa: uma contribuição ao trabalho docente na sétima série. Secretaria de Estado da Educação, UFPR, Núcleo de Educação de Curitiba, Curitiba, 2009, 21 pag.

PAULA, A.M.; SILVA, F.F. **Manual de Segurança no Trabalho nos Institutos Federais de Ensino.** 2021.

PONTOTEL - Entenda o que é a CIPA, o que diz a lei e sua obrigatoriedade. 2021. Disponível em: https://www.pontotel.com.br/cipa/. Acesso em 14.abr.2022.

PROLIFE. CIPA: Conheça a história completa. 2022. Disponível em: https://prolifeengenharia.com.br/a-historia-da-cipa/. Acesso em 14.abr.2022.

SAOBERNARDO. O QUE É CIPA E QUAL É SEU OBJETIVO? 2022**.** Disponível em: https://www.saobernardo.sp.gov.br/documents/10181/20576/DESCRI%C3%87%C3%83O+CIPA_otz.pdf/6030d54a-678e-43d7-a394-f01e8b966beb. Acesso em 14.abr.2022.

SEITO, A.I.; GILL, A.A.; PANNONI, F.D.; ONO, R.; SILVA, S.B.D.; CARLO, U.D.; SILVA, V.P. **A segurança contra incêndio no Brasil**. São Paulo: Projeto Editora, p. 44-45, 2008.

SISTEC. **Portal de Informações IFPR**. 2020. Disponível em: http://info.ifpr.edu.br/dados-gerais-ifpr/. Acesso em: 27.out.2021.

SOUZA, T.R.P. **CIPA e a fiscalização de terceirizados**. 2010 Disponível em: http://artigoscheckpoint.thomsonreuters.com.br/a/538p/cipa-e-a-fiscalizacao-de-terceirizados-tercio-roberto-peixoto-souza Acesso em: 14.out.2021.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa** - ação. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1986.

USP - UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**. 40 anos de CIPA no Hospital das Clínicas.** 2019. Disponível em: https://jornal.fmrp.usp.br/40-anos-de-cipa-no-hospital-das-clinicas/. Acesso em 14.abr.2022.

WALCZAK, D.F. Responsabilidades do empregador e do empregado quanto aos equipamentos de proteção individual. Disponível em: https://monografias.brasilescola.uol.com.br/direito/responsabilidades-empregador-empregado-quanto-aos-equipamentos-protecao-individual.htm. Acesso em 14.abr.2022.

CAPÍTULO 2

Método da valoração contingente na sub-bacia do Rio Queima Pé, Tangará da Serra, MT, Brasil

DOI 10.29327/567563.2-2

Andréia Rezende da C. Nascimento[1]
Cleci Grzebieluckas[2]
Cláudio Ferreira do Nascimento[3]
Josiane Silva Costa dos Santos[4]
Luiz Panhoca[5]

RESUMO: O bom gerenciamento das práticas ambientais em bacias hidrográficas torna-se premente, uma vez que a água tornou fator limitante no desenvolvimento econômico e social, neste contexto a política de Pagamento por Serviços Ambientais hídrico apresenta-se como um forte aliado na mitigação dos danos em bacias hidrográficas. Dessa forma o objetivo da pesquisa foi verificar quanto os consumidores de água estão dispostos a pagar e os proprietários a receber pelos serviços de recuperação e preservação da Sub bacia do rio Queima Pé. A coleta de dados quali-quantitativos se deu por meio da aplicação de formulários estruturados com perguntas abertas e fechadas direcionados tanto para moradores urbanos quanto proprietários rurais, o número de pesquisados para a cidade e meio rural foi cem e oito, respectivamente. Através da análise dos formulários foi possível constatar que a maioria (66%)

1 - Email andreia.rezende@ifmt.edu.br
2 - Email cleci@unemat.br
3 - Email claudio.nascimento@estudante.ifmt.edu.br
4 - Email Josiane.santos@unemat.br
5 - Email panhoca@ufpr.br

dos pesquisados urbanos estão Dispostos a Pagar algum valor na recuperação e preservação da Sub-bacia do rio Queima Pé. Conforme as declarações o valor estimado para a Disposição a Pagar foi de R$ 337,82/ha/ano, já a Disposição a Receber dos proprietários, que também foi estimada, consistiu em R$ 751,31/ha/ano. As incongruências entre Disposição a Pagar e Disposição a Receber são observadas na maioria dos estudos, porém subsídios governamentais podem ajudar a reduzir as diferenças entre elas.

Palavras-chave: Método da valoração contingente, bacia hidrográfica, política pública

CONTINGENT VALUATION METHOD IN THE QUEIMA PÉ RIVER SUB-BASIN, TANGARÁ DA SERRA, MATO GROSSO STATE, BRAZIL

ABSTRACT: The good management of environmental practices in watersheds becomes urgent, once water has become a limiting factor in economic and social development, in this context the policy for Payment for Environmental Services water is a strong ally in the mitigation of Watershed damage. Thus, the objective of the research was to verify how much the water consumers are willing to pay and the owners to receive for the services of recovery and preservation of the subbasin of the Queima Pé river. The collection of qualitative and quantitative data was done through the application of structured forms with open and closed questions directed to both urban dwellers and rural landowners, the number of researched for the city and rural area were one hundred and eight respectively. Through the analysis of the forms, it was possible to verify that the majority (66%) of the urban surveyed are willing to pay some value in the recovery and preservation of the Queima Pé river sub-basin. According to the declarations, the estimated value for the Disposal to Pay was R$ 337.82 ha/year, and the Disposition Receivable of the owners, which was also estimated, consisted of R$ 751.31 ha/year. The inconsistencies between willingness to pay and willingness to receive are observed in most studies, but government subsidies can help reduce the differences between them.

Keyword: Contingent valuation method, watershed, public policy

Introdução

O Brasil é considerado um país rico em recursos hídricos por possuir 12% da água doce do mundo, no entanto, ainda há escassez devido às condições climáticas, distribuição geográfica irregular, urbanização crescente e muitas vezes uso perdulário. A ideia que ainda prevalece é a "inesgotabilidade da água", falso engano, pois, a reposição não acompanha o mesmo ritmo de consumo desse recurso. Sendo assim, a disponibilidade da água precisa ser monitorada e gerenciada localmente, por meio de instituições e políticas vigorosas para que, tanto as atuais quanto as futuras gerações possam usufruir desse recurso (ZAGO, 2007; TEIXEIRA, 2011; OCDE, 2015).

A criação da Lei 9.433 de 1997 que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos representa um avanço considerável na gestão da água, por adotar a bacia hidrográfica como unidade de planejamento e gestão. A Lei defende que a água deve ser tratada como um recurso natural limitado, dotado de valor econômico, contar com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades. Reconhece por meio do princípio provedor-recebedor, a importância do incentivo econômico àqueles que protegem os serviços oferecidos pelo meio ambiente, os quais auxiliam na sobrevivência de todos (BRASIL, 1997; KFOURI et al., 2011).

O Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) atua nesse sentido, como forma de remunerar aqueles que voluntariamente adotam boas práticas de conservação do meio ambiente em suas propriedades, contribuindo com a oferta dos serviços ambientais, e, consequentemente no bem-estar das pessoas que dele usufruem (SILVA et al., 2010; KFOURI et al., 2011; GUEDES et al.,2011). Baseia-se em modelos de compra e venda, o qual os vendedores entregam os resultados da conservação em troca de pagamentos negociados, colocando o meio ambiente como uma nova classe de mercadoria, disponível em transações de mercados, pelo qual todos devem pagar (BASTOS, 2007).

Os sistemas de PSA ocorrem em contextos diversificados e das mais variadas maneiras, podendo surgir a partir da necessida-

de de proteção da beleza cênica, de áreas para conservar espécies endêmicas, proteção de mananciais que abastecem populações urbanas, entre outras (GUEDES et al.,2011). O PSA hídrico vem remunerando proprietários de terras que conservam suas propriedades nas bacias hidrográficas do Rio Guandu, Rio de Janeiro, no sul de Minas Gerais, na bacia do Rio Jaguari que abastece o Sistema Cantareira (SP) e Nazaré Paulista (SP), na Bacia do Ribeirão Pipiripau no Distrito Federal e no Espírito Santo, na bacia do Rio Benevente (SANTOS et al., 2012) entre outros.

Em Mato Grosso, o município de Tangará da Serra foi um dos pioneiros no estado a criar a Lei 4.200/2014 que regulamenta a política de PSA hídrico. O PSA em Tangará da Serra está sendo implantado na Sub-Bacia do Rio Queima Pé (SBRQP), principal fornecedor de água para a população. Outrossim, integra o sistema da bacia do rio Sepotuba que está inserida na Bacia do Alto Paraguai, compondo a base do bioma Pantanal (GOUVEIA, 2013; TANGARÁ DA SERRA, 2014 a).

A bacia do rio Queima-Pé possui uma área de 16.100 ha (SERIGATTO, 2007). No entanto, apenas a área compreendida entre as Coordenadas Geográficas: Latitude 14°43'1,539"S e Longitude (nascente do rio Queima-Pé) e Latitude 14°38'7,3"S e Longitude 57°32'24,272" W (Estação de Tratamento de Água - ETA), faz parte do PSA em Tangará da Serra. Tal área equivale a 5.417,69 hectares, desses, 88.9% são de áreas exploradas com agricultura, pecuária, mineração, área urbana e outras. A área total de APPs é de 262,95 hectares (TANGARÁ DA SERRA, 2014 d).

O PSA em Tangará da Serra é uma proposta recente e encontra-se em fase de desenvolvimento e implantação, surgindo assim a necessidade de evidenciar resultados e informações que contribuam no planejamento e gestão do Projeto na SBRQP. Neste contexto, o objetivo da pesquisa foi verificar quanto os consumidores de água estão dispostos a pagar e os proprietários a receber pelos serviços de recuperação e preservação da SBRQP.

A evidenciação desses valores torna-se uma ferramenta que pode auxiliar no aperfeiçoamento de políticas públicas e contribuir

nas tomadas de decisões. Dessa forma, a valoração econômica e consequentemente geração de mercados dos serviços ambientais torna-se uma estratégia para alcançar a sustentabilidade econômica (FLORES et al., 2010).

Revisão teórica

Método da Valoração Contingente - MVC

O método da Valoração Contingente (MVC), procura mensurar monetariamente o impacto no nível de bem-estar das pessoas decorrente de uma variação quantitativa ou qualitativa dos recursos ambientais. E utiliza dois indicadores de valor, Disposição a Pagar (DAP) e Disposição a Receber (DAR), baseando-se na preferência dos pesquisados, por meio de entrevistas pessoais (surveys) que buscam revelar as preferencias individuais em relação ao recurso em questão (MATTOS, 2006).

O MVC pode ser utilizado quando um determinado elemento do ecossistema não pode ser valorado pelo comportamento do mercado, na maioria das vezes são aplicados para valorar elementos da natureza (biodiversidade, patrimônio paisagístico, áreas de proteção ambiental, áreas de lazer) ou qualquer outro caso no qual não existam valores de mercado (MATTOS et al., 2005).

Sendo assim, a DAP evidencia quanto os usuários estão dispostos a pagar pela preservação ou recuperação de recursos naturais, por exemplo, a melhoria da qualidade de água para consumo ou para possibilitar a pesca ou banho naquelas águas. Da mesma forma, pode-se encontrar o valor da DAR, questionando pessoas, sobre qual o valor mínimo que estaria Disposto a Receber, para preservar determinado recurso natural (MOTTA, 1997; DUBEUX, 1998; MAIA et al., 2004; MATOS et al., 2010).

Dessa forma, criam-se cenários hipotéticos de bens e serviços ambientais e simulam-se panoramas, com características mais próximas possível do mundo real. Desse modo, as preferências reveladas nas pesquisas ajudam nas decisões que os agentes tomariam

de fato caso existisse um mercado para o bem ambiental descrito no cenário hipotético.

A vantagem desse Método é que pode ser utilizado para uma gama mais ampla de recursos naturais, sendo possível aplicá-lo e adaptá-lo à quase todos os casos de valoração ambiental visto que estes são considerados bens não transacionais no mercado real (MATTOS, 2006).

A desvantagem está na criação fictícia de mercados e da qualidade da informação que os respondentes possuem. Os indivíduos podem não revelar a real DAP ou DAR, pois os compradores tentam pagar o menor preço possível, por outro lado os vendedores buscam receber preços elevados por seus produtos (MOTTA, 1997; DUBEUX, 1998; MAIA et al., 2004; MATOS et al., 2010).

O MVC apresenta diferentes técnicas (Quadro 1), de eliciação à DAP (OBARA, 1999; CUNHA, 2008). Todas elas com objetivo de facilitar os entrevistados a darem ou escolherem sua DAP máxima pelo "bem ou serviço" a ser valorado, restringindo ao máximo o número de não respostas (OBARA, 1999).

Quadro 1. Técnicas de eliciação à DAP.

Questões abertas (open-ended), os entrevistados são questionados a sugerir abertamente sua DAP máxima pelo "serviço ou bem" a eles ofertados; Lances interativos (bidding games), em que se vai aumentando o valor proposto sempre que o entrevistado responde "sim", até que diga "não" a determinado valor, ou vai-se reduzindo o valor proposto sempre que a resposta é "não", até se obter "sim" a determinado valor, que pode ser zero; Cartela de pagamento (payment card), com diversos valores anotados, pedindo-se ao entrevistado que indique qual considera mais adequado; Opção dicotômica (dictotomous choice question), em que se propõe determinado valor, obviamente com possibilidade de resposta "sim" ou "não" (logit – por referendo simples). Em seguida à primeira resposta, apresenta-se ao entrevistado um segundo valor, maior se a primeira resposta foi "sim", menor se a primeira resposta foi "não" (logit com limite duplo – por referendo com follow-up).

Fonte: Adaptado de Obara (1999); Cunha (2008).

Dessa forma percebe-se que o MVC se estrutura com base na análise das respostas de vários indivíduos, confrontados a uma situação hipotética, sendo assim, este tipo de pesquisa é sujeito a diversos tipos de erros, que conforme Obara (1999), tais erros de-

vem ser identificados e diminuídos, possibilitando garantir a validade e confiança do método. Alguns erros são apresentados a seguir.

Erro hipotético (“hypothetical bias”), a natureza hipotética do mercado no MVC pode revelar uma DAP dos pesquisados que nem sempre reflete a sua atitude verdadeira se realmente este mercado existisse. Para diminuir este tipo de erro recomenda-se a elaboração de um questionário cujo cenário hipotético e a forma de pagamento sejam o mais próximo da realidade possível.

Erro de informação (“information bias”), uma quantidade excessiva de informação pode confundir o entrevistado e promover um aumento nos erros das respostas. Portanto, o erro de informação pode ser diminuído colocando as informações de maneira simples e objetiva, a um nível de entendimento de todos os entrevistados.

Erro no método de pagamento (payment vehicle bias), tal erro ocorre quando se percebe que um número considerável de entrevistados se recusa a pagar pelo “bem ou serviço” ofertado devido a forma de pagamento ou o tipo de instituição que vai se responsabilizar pelo dinheiro arrecadado. A fim de evitar este tipo de erro, a forma de pagamento e a instituição devem ser familiares a realidade dos pesquisados.

Erro do entrevistador ou do entrevistado (“interviewer or respondet bias”), quando o pesquisador desconhece as várias técnicas de desenvolver uma boa entrevista, provavelmente há uma grande probabilidade de ele influenciar as respostas do entrevistado. Pois dependendo da forma em que a questão é colocada, o entrevistado pode optar por uma questão que julgue “correta” tentando agradar o pesquisador, mas não reflete sua verdadeira opinião.

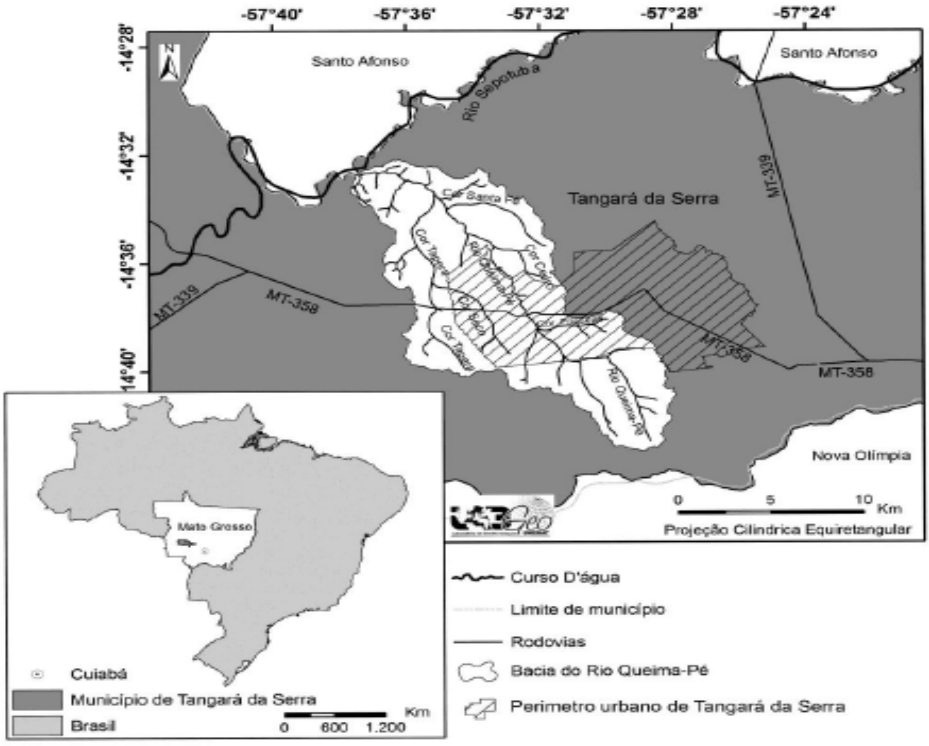
A utilização do MVC permite ampliar o conhecimento a respeito das possibilidades de valorar o meio ambiente, no entanto Motta (1997) argumenta que é importante que para esse tipo de método o pesquisador tenha o máximo de acuracidade na escolha do perfil dos pesquisados e busque alto grau de realismo nos cenários construídos, aumentando a familiaridade dos entrevistados com esses cenários.

2 Metodologia

2.1 Área de estudo

O estudo foi realizado em Tangará da Serra (figura 1), região Sudoeste do estado de Mato Grosso. O município está localizado entre as coordenadas geográficas: Latitude 14º 04' 38'' Sul e Longitude 57º 03' 45'' Oeste, no degrau anterior à Serra dos Parecis, divisor de águas entre as bacias do rio Amazonas e do rio Paraguai (TANGARÁ DA SERRA, 2014 d). Em 2010 o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) era de 0,729 (ATLAS BRASIL, 2013) com população estimada para 2015 de 94.289 (IBGE, 2015).

Figura 1. Localização da área de estudo.



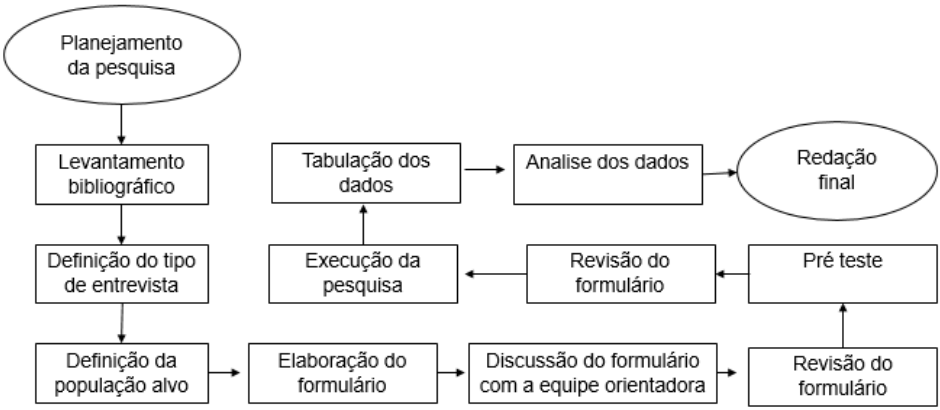
Fonte: Gouveia (2013).

O rio Queima-Pé nasce ao sul do Município de Tangará da Serra junto às Glebas Esmeralda, Santa Fé e Aurora, margeando parte da Sede do Município. Na margem direita tem por afluentes os córregos Figueira e Cristalino, que atravessam os loteamentos urbanos Vila Alta; Jardim Presidente; Vila Esmeralda e San Diego. Na margem esquerda, os córregos da Pedreira, Tapera e Uberabinha atravessando diversas propriedades rurais (GROSSI, 2006).

2.2 Etapas da pesquisa, população, método e instrumento de coleta

Para melhor entendimento das etapas da pesquisa, adotou-se um fluxograma (Figura 2) indicando todos os passos seguidos.

Figura 2. Fluxograma das etapas da pesquisa



Fonte: Adaptado de Obara (1999).

A investigação foi realizada com dois públicos: moradores urbanos e proprietários de área rural no entorno do rio Queima Pé. Na área urbana foram selecionados aleatoriamente 100 moradores, para tanto, dividiu-se a cidade em quadrantes, Norte, Sul, Leste e Oeste, para cada quadrante entrevistou-se 25 pessoas. A única restrição da escolha ao entrevistado foi que este tivesse idade igual ou superior a 18 anos.

Foram pesquisados oito proprietários (as) de área rural, que receberam melhorias em suas propriedades para adesão ao PSA de Tangará da Serra. Destaca-se que as melhorias foram realizadas em 11 propriedades, no entanto, três proprietários (as) não puderam participar, uma porque não se dispôs a responder, outro estava em repouso médico e outro em viagem.

Assim, adotou-se o método não probabilístico e o número de pesquisados se deu por conveniência, definido por Machado (2012) como sendo um método em que o pesquisador seleciona membros da população mais acessíveis. Esse método foi utilizado tanto para a definição dos pesquisados urbanos quanto para os proprietários de área rural.

Utilizou-se o MVC a fim de identificar o quanto os moradores urbanos estavam Dispostos a Pagar (DAP) para um fundo destinado aos proprietários de áreas no entorno do rio Queima Pé, para que estes recuperem e preservem o rio. Também foi questionado a esses proprietários qual seria sua Disposição a Receber (DAR) pelos serviços de preservação e recuperação do rio Queima Pé.

Para o levantamento da DAP o instrumento de coleta utilizado foi o formulário estruturado contendo 10 questões abertas e fechadas, dividido em quatro etapas. **A primeira** com questões socioeconômicas. **A segunda** buscou analisar a percepção ambiental dos pesquisado em relação ao rio Queima Pé. **A terceira** identificou se os pesquisados tinham conhecimento da contribuição financeira para o PSA Queima Pé, que fazem desde o ano de 2015, sendo essa contribuição destacada na fatura de água.

O cálculo para a contribuição do PSA é de 1,5 % sobre o valor da água e esgoto, conforme a tabela 1 a qual tem por base a fatura de água de uma residência localizada no quadrante Norte. Ao realizar a pesquisa foi solicitado ao participante qual o valor médio pago na fatura de água, a partir desses valores foi estimada a contribuição média do PSA por residência e desta forma, obteve-se o valor médio de R$ 0,44.

Tabela 1. Demonstração da fatura de água de uma residência.

Especificações dos serviços	Valor faturado $
Valor da água	35,32
Esgoto	21,19
Taxa lixo	9,31
PSA Queima Pé – LC 198/14	0,84
Total	66,66

Fonte: Dados da pesquisa

A quarta etapa buscou a DAP, por meio do modelo referendo simples, no qual o entrevistado responde sim ou não, caso concorde ou discorde do pagamento (SILVEIRA et al., 2013). A estimativa do valor da DAP se deu por meio do modelo Cartela de pagamento – o qual diversos valores são apontados e pede-se ao entrevistado que indique qual considera ser o mais adequado (CUNHA, 2008). Para esta pesquisa foram apresentadas três opções: de R$ 0,50 a R$ 1,00, de R$ 1,50 a R$ 2,00 e outro valor.

A coleta de dados com os moradores urbanos se deu por meio de visitas nas casas, sempre em horário comercial, no período de dezembro de 2015 a fevereiro de 2016.

O levantamento de dados com os proprietários rurais ocorreu nos meses de maio e junho de 2016 por meio de formulário estruturado contendo 13 questões abertas e fechadas e observação in loco. Sendo que seis formulários foram aplicados nas propriedades rurais e dois na cidade.

A fim de atender aos padrões éticos e morais da investigação, a pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). Por meio da Plataforma Brasil obteve-se o Certificado de Apresentação para a Apreciação Ética (CAAE) e aprovação para a realização da pesquisa sob parecer consubstanciado nº 1.457.807.

A participação dos atores envolvidos na pesquisa ficou condicionada à assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), ficando o participante informado sobre o conteúdo da pesquisa, autorizando a divulgação dos dados fornecidos por ele.

Objetivando preservar o anonimato não foram divulgados nomes dos participantes.

3 Resultados

Os proprietários com área no entorno da sub bacia do rio Queima Pé, na maioria (62,5%) são do sexo masculino, a idade média dos proprietários (as) é de 61 anos, 75% destes possuem ensino fundamental e a renda familiar varia entre um a quatro salários mínimos e meio.

Já dos 100 moradores (as) urbanos pesquisados, 74% foram do sexo feminino, sendo que, para Tangará da Serra o número de homens e mulheres tem basicamente a mesma proporção (IBGE, 2010). No tocante a idade dos pesquisados, verificou-se que a faixa etária de maior ocorrência (59%) está entre as classes três e quatro (Tabela 2), ou seja, acima de 40 anos de idade.

O fato da pesquisa ter sido realizada porta a porta e em horário comercial, pode ter contribuído para essa faixa etária, uma vez que, pessoas com idades classificadas nas classes um e dois provavelmente trabalhavam fora ou estavam em horário de estudos, pois na cidade há oferta de ensino superior no período integral.

Tabela 2. Distribuição dos pesquisados por faixa etária nos quadrantes da cidade.

Classe	Idade	Número de indivíduos				%
		Quadrante Norte	Quadrante Sul	Quadrante Leste	Quadrante Oeste	
1	18 a 28 anos	6	4	4	5	19
2	29 a 39 anos	4	6	6	6	22
3	40 a 50 anos	9	8	7	5	29
4	Acima de 51 anos	6	7	8	9	30
	Total	25	25	25	25	100

Fonte: Dados da pesquisa

Quanto ao grau de escolaridade, mesmo a cidade sendo considerada universitária, 51% dos pesquisados não possuem o ensino médio completo. Sendo que o grupo de pessoas com ensino médio completo foi o que mais se demonstrou favorável a DAP (82%). Por outro lado, o grupo do ensino fundamental completo foi o menos favorável (60%), seguido pelo grupo do ensino superior completo (59%) (Tabela 3).

Tabela 3. Distribuição dos pesquisados por escolaridade e % de aceitação à DAP.

Escolaridade	Número de indivíduos por Quadrante				Total	% Aceitação a DAP	
	Norte	Sul	Leste	Oeste	%	Sim	Não
Analfabeto	1	2	3	1	7	43	57
Ensino Fundamental Incompleto	6	4	2	7	19	71	29
Ensino Fundamental Completo	0	4	1	0	5	40	60
Ensino Médio Incompleto	1	5	11	3	20	65	35
Ensino Médio Completo	3	4	5	5	17	82	18
Ensino Superior Incompleto	6	1	2	1	10	60	40
Ensino Superior Completo	8	5	1	8	22	41	59
Total	25	25	25	25	100	-	-

Fonte: Dados da pesquisa

A renda familiar da maior parte dos domicílios pesquisados (74%) ficou acima de dois salários mínimos, sendo as pessoas classificadas na faixa quatro, o grupo mais favorável (72%) a DAP (Tabela 4), as faixas um e dois foram os grupos menos favoráveis com 100% e 40%, respectivamente.

Tabela 4. Distribuição dos pesquisados por renda familiar mensal e % de aceitação à DAP.

Faixa	Renda R$	Número de indivíduos por Quadrante				Total	%Aceitação a DAP	
		Norte	Sul	Leste	Oeste	%	Sim	Não
1	Até 788,00 Entre 789,00 à 1.576,00	1	1	0	0	2	00	100
2	Entre 1.577,00 à	3	6	8	7	24	60	40
3	2.364,00	5	6	9	6	26	71	29
4	Entre 2.365,00 à	5	5	4	3	17	72	28
5	3.152,00 Acima de 3.153,00	11	7	4	9	31	69	31
Total		25	25	25	25	100	-	-

Fonte: Dados da pesquisa

A maior parte dos domicílios pesquisados (75%) são compostos por dois a quatro membros, sendo que com cinco e seis membros representou 17% e 6% respectivamente.

Para verificar o conhecimento sobre a origem da água que abastece suas casas, foi citado o nome de três rios (Ararão, Sepotuba, Queima Pé ou outros rios) em seguida, pedia-se qual a alternativa julgava ser a correta. Logo, 65% apontaram o rio Queima Pé como sendo aquele que abastece suas residências, o que demonstra que boa parte dos pesquisados conhecem a origem da água que usam, uma vez que, o SAMAE utiliza-se unicamente dos recursos hídricos do rio Queima Pé e seus adjacentes, para abastecer a cidade.

Quando questionados se acreditavam que a preservação em torno do rio Queima Pé ajudaria a manter a qualidade e quantidade de água necessária para o consumo da população tangaraense, a maioria (96%) disse que sim. Desta forma, buscou-se então entender a relação entre concordarem com as ações de preservação e a DAP por tais ações.

A pesquisa evidenciou que 66% mostraram-se favoráveis a DAP, concordando em contribuir com algum valor para a recuperação e preservação do rio Queima Pé. Já os 34% que não concordaram, justificaram com motivos variados conforme tabela 5. A maioria

(42,85%) alegaram que já se paga muitos tributos. O que demonstra a atitude de protesto, e a mensagem de que os cidadãos estão cansados das altas taxas tributárias impostas pelos governantes.

Tabela 5. Motivos alegados pelos pesquisados para não aceitarem contribuir com algum valor para a conservação do Rio Queima Pé.

Motivos	n. de vezes citada	%
Já paga muitos impostos	15	42,85
Dever do poder público	8	22,86
Não confia que os valores arrecadados serão realmente destinados para a melhoria do rio Queima Pé	6	17,15
A renda não permite	5	14,29
O rio Queima Pé já não suporta mais atender a demanda, é preciso investir em outros rios ex. rio Sepotuba	1	2,85

Fonte: Dados da pesquisa

Identificou-se que 75% dos respondentes alegaram desconhecer a contribuição de 1,5% para o PSA. Antes de serem informados que já contribuíam com esse percentual sobre o valor da água, 84,84% dos pesquisados (Tabela 6) se prontificaram a colaborar entre R$ 0,50 a R$ 2,00, porém, ao serem informados que já estavam contribuindo e questionados a respeito da contribuição se essa deveria ser elevada, reduzida, extinta ou mantida, 45% optaram por manter o índice 1,5%.

Tabela 6. Valores mensal da DAP por quadrante.

Valor proposto R$	Número de indivíduo por quadrante				Frequência de resposta	%
	Norte	Sul	Leste	Oeste		
De 0,50 a 1,00	4	3	7	5	19	28,78
De 1,50 a 2,00	10	11	7	9	37	56,06
Outro valor	3	3	0	4	10	15,15
Total	17	17	14	17	66	100

Fonte: Dados da pesquisa

Quando perguntado aos proprietários (as) quanto estariam dispostos a receber anualmente para deixar um hectare de terra atualmente ocupada pela principal plantação voltar a ser floresta em sua propriedade, 50% deles disseram não saber o valor. A outra metade disse que estaria disposta a receber R$ 9.456,00, R$ 36.000,00, R$ 103,00, R$ 1.000,00, respectivamente por hectare/ano.

Conforme descrito na metodologia a contribuição do PSA por residência estimada foi de R$ 0,44. Se esse valor for atribuído a todos os hidrômetros da cidade, que conforme o SAMAE chega a aproximadamente 30.500 unidades, obtém-se um valor anual de R$ 161.040,00 de contribuição para o PSA do rio Queima Pé, porém esse valor fica abaixo do previsto pelo SAMAE que planejou arrecadar anualmente R$ 200.000,00.

3.1 Cenário hipotético para a DAP e DAR

Utilizando-se das informações contidas na tabela 6 e, considerando o número de hidrômetros instalados em Tangará da Serra, pode-se chegar a outro resultado para o PSA, já que a maioria se mostrou disposta a contribuir com valores entre R$1,50 a R$ 2,00 por mês, obtendo-se uma média de R$ 1,75. Essa média multiplicada pelo número de hidrômetros alcançaria um montante anual de R$ 640.500,00, ou seja, 220% a mais do previsto pelo SAMAE (R$ 200,000,00), e 290% acima do valor real arrecadado (R$ 164.169,62). Levando-se em consideração que a cobrança iniciou em março de 2015, e ao final do referido ano o valor arrecadado era de R$ 136.808,02 (TANGARÁ DA SERRA, 2015 c), simulou-se uma média aos demais meses para atingir R$ 164.169,62.

Para estimar a área do PSA que receberá incentivo financeiro utilizou-se como parâmetro o Código Florestal o qual determina que sejam destinadas para reserva legal 35% e 80% para imóvel situado em área de cerrado e Amazônia respectivamente, sendo que Tangará da Serra situa-se em uma região ecotonal (Cerrado e Amazônia).

Dessa forma levou-se em consideração que da área de abrangência total do PSA (5.417,69 hectares) somente o que for de reserva legal deverá receber incentivos financeiros, ou seja, 35% da área total do Projeto. Sendo assim, obteve-se uma superfície de 1896 hectares que hipoteticamente receberá adequações para as exigências do PSA e sobre ela incidirá o cálculo para a remuneração aos proprietários.

Com base nessas previsões elaborou-se uma estimativa (Tabela 7) dos valores a serem pagos anualmente aos proprietários que aderirem ao PSA.

Tabela 7- Estimativas do valor do PSA anual com base em 1.896 hectares.

Estimativa do valor de PSA	Valor anual total R$	Valor anual/ha R$
Previsto pelo SAMAE	200.000,00	105.48
Previsto pela pesquisa	640.500,00	337,82
Fonte: Dados da pesquisa		

Utilizando-se dos valores obtidos (R$ 9.456,00, R$ 36.000,00, R$ 103,00, R$ 1.000,00) nas respostas dos (as) proprietários (as) de área rural, estimou-se um valor médio de R$ 751,31ha/ano para a DAR, acima dos valores previstos na tabela 7.

4 Discussão

Esperava-se que quanto maior a renda melhor a adesão a DAP, no entanto essa expectativa não se concretizou, uma vez que o grupo de pessoas com maior renda não foi o de maior aceitação a DAP, fato esse também percebido no estudo de Mattos (2006), o qual constatou que o efeito marginal da variável renda familiar foi pequeno, pois o aumento de uma unidade monetária elevou em apenas aproximadamente 0,004 pontos percentuais a probabilidade de uma pessoa ter disposição a pagar positiva.

Já em Finco (2003) a DAP é positivamente correlacionada com o nível de renda dos participantes, o mesmo ocorre nos estudos de Serra et al. (2004) e Freitas et al. (2010). Sendo assim, per-

cebe-se que a renda nem sempre será um fator determinante para a aceitação da DAP.

O maior grau de escolaridade também não foi determinante para a concordância à DAP, pois as pessoas do ensino superior não foram as que mais aceitaram a DAP, evidenciando dessa forma que não se educa para a preservação ambiental. Em Freitas et al. (2010) a variável escolaridade não apresentou relação com a DAP, por outro lado, nos estudos de Serra et al. (2004), Mattos (2006), Finco (2003) essa variável apresentou-se como influenciadora direta no quesito aceitação à DAP.

Esperava-se uma relação direta entre as variáveis renda, escolaridade e DAP, pois conforme Pearce et al. (1990) as pessoas com melhor renda e o nível de estudo mais elevados demandam melhorias ambientais já que suas necessidades básicas e materiais foram satisfeitas. Desta forma, anseiam melhorar sua qualidade de vida, aumentando seu nível de bem-estar, o que muitas vezes é alcançado através das melhorias ambientais.

O resultado do estudo mostrou que 66% dos pesquisados manifestaram disposição a pagar algum valor para a recuperação e preservação do rio Queima Pé. Este índice é superior ao estudo de Cunha (2008) que encontrou em São Paulo (SP) a DAP de 63,24%, Mattos et al. (2007) em Minas Gerais (MG) 55%, Silveira et al. (2013), também em MG, 34,3% e Freitas et al. (2010) no Amazonas (AM) 19%. Infere-se que nas regiões onde os recursos hídricos estão se esvaindo as pessoas são mais suscetíveis à DAP, quando esta se relaciona com melhorias aos recursos hídricos.

Após o cenário sobre os percentuais de aceitação à DAP em diferentes regiões do País, pode-se dizer que o índice (66%) encontrado nesta pesquisa foi satisfatório. No entanto, poderia ter sido melhor uma vez que se trata da recuperação do rio abastecedor de água para a população tangaraense, pois no México a aceitação a DAP foi de 90% para melhoria dos serviços hidrológicos (FLORES et al. 2010).

A estimativa de valores da DAP previstos na tabela 7, são superiores ou próximos aos valores pagos em outras regiões do País, pois, no Projeto Produtores de Água e Floresta (PAF) no distrito de Lídice no Rio Claro (RJ), o valor gira em torno de R$ 10,00 a R$ 60,00 por ha/ano (PAIVA; COELHO, 2015). Já em Extrema/MG o valor do PSA em 2014 foi de R$ 221,00/ha/ano, valores calculados com base em 100 Unidades Fiscais do Município (KFOURI; FAVERO, 2011; EXTREMA, 2015). Em Zanichelli (2011) o pagamento do Projeto Oásis atinge o teto máximo de R$ 370,00 ha/ano.

Por outro lado, o valor da DAR aqui encontrada ficou 122% acima da média da DAP. No entanto, as discrepâncias entre os valores da DAP e DAR são explicadas por Motta (1997); Dubeux (1998); Maia et al. (2004) e Matos et al. (2010) quando dizem que os indivíduos podem não revelar a real DAP ou DAR, pois os compradores tentam pagar o menor preço possível, enquanto os vendedores buscam receber preços elevados por seus produtos. Corroborando com essa ideia Cunha (2008) diz que o valor para a DAP e a DAR geralmente é incoerente, por motivo bastante óbvio, o entrevistado tende a aumentar a sua disposição a receber, e a diminuir a disposição a pagar.

5 Conclusões

A pesquisa buscou a disposição a pagar dos consumidores de água e a disposição a receber dos proprietários de área rural pelos serviços de recuperação e preservação da SBRQP em Tangará da Serra MT. Para atender ao objetivo utilizou-se do MVC e suas variáveis DAP e DAR.

Verificou-se que a maioria dos usuários está disposta a pagar algum valor pelos serviços de manutenção e recuperação do referido rio. Por outro lado, a DAR manifestada pelos agricultores ficou acima da DAP dos usuários de água. Sendo que os valores de contribuição encontrados na pesquisa para o PSA hídrico, foram acima da média cobrada atualmente pelo SAMAE.

Identificou-se ainda que os grupos classificados com menor renda foram também os com menos aceitação a DAP. Quanto à escolaridade, o grupo do ensino fundamental completo, seguido do superior completo foram os menos adeptos à DAP.

Embora o MVC possa atribuir valor ao ativo ambiental, não responde se a sua degradação, diminuirá ou aumentará, restando para isso o constante monitoramento. Portanto espera-se que os resultados obtidos na pesquisa, sejam capazes de melhorar a política do PSA em Tangará da Serra, bem como contribuir no desenvolvimento de futuros trabalhos que versarem sobre PSA em bacias hidrográficas.

As dificuldades encontradas na pesquisa referem-se à resistência por parte dos pesquisados em assinar o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE), pois sempre demonstravam certo receio, uma vez que, tal documento exige também a transcrição de números do Registro Geral (RG) e Cadastro de Pessoa Física (CPF), outrossim o vislumbre dos valores da DAP e DAR, uma vez que, para ambas se utilizou de cenários hipotéticos e estimativas tanto de valores quanto de área.

Sugere-se que após a implantação total do PSA em Tangará da Serra e a consequente adesão dos agricultores ao Projeto, novas pesquisas sejam realizadas. Evidenciando os valores reais do PSA, a opinião dos proprietários engajados no Programa, bem como os resultados trazidos pela implantação do PSA na SBRQ.

Agradecimento

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso - FAPEMAT, pela concessão da bolsa de estudos com apoio da CAPES

Referências

ANA - AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS. **Folder**- Programa Produtor de Águas.pdf. Boas práticas e Modernas Tecnologias em irrigação. Brasília: ANA, 2008. Disponível em: < http://produtordeagua.

ana.gov.br/Portals/0/DocsDNN6/documentos/Folder%20-%20Programa%20Produtor%20de%20%C3%81gua.pdf>. Acesso em 27/12/ 2015.

ATLAS BRASIL. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. Tangará da Serra (MT). PNUD; IPEA; FJP, 2013.Disponível em :<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/tangara-da-serra_mt#caracterizacao>. Acesso em: 24 mar. 2016.

BASTOS, C.V.R.A. Instrumentos econômicos de proteção do meio ambiente: reflexões sobre a tributação e os pagamentos por serviços ambientais**. Revista SCIENTIA IURIS**, Londrina, v. 11, p. 279-293, 2007.

BRASIL. **Lei 9.433/97**, de 8 de janeiro de 1997, regulamenta a Política Nacional de Recursos Hídricos.

_____. Câmara dos Deputados. **Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável**. Projeto de Lei nº 792, DE 2007. In: Apenso: Projeto de Lei nº 1.190, de 2007. Autor: Deputado ANSELMO DE JESUS.

CUNHA, F.L.S.J. **Valoração dos serviços ecossistêmicos em bacias hidrográficas**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) 129 folhas. Universidade Estadual de Campinas- Instituto de Economia. Campinas, 2008

DUBEUX, C.B.S. **A valoração econômica como instrumento de gestão ambiental - o caso da despoluição da baía de Guanabara**. Dissertação (Mestre em ciências em planejamento energético). 99 folhas. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro,1998.

FERNANDES, M.M. **Valoração dos Serviços Ambientais da Floresta de Mata Atlântica associados à Qualidade e Quantidade da Água na APA do Sana**. Tese (Doutorado em Ciências). 114 folhas. Universidade federal rural do Rio de Janeiro Instituto de Agronomia. Seropédica, Rio de Janeiro, 2009

FINCO, M.V.A. Valoração de Zonas Costeiras: O Método de Valoração Contingente aplicado ao Litoral do Rio Grande do Sul. In: III Seminário de Economia do Meio Ambiente, Campinas. **Anais**... Campinas: UNICAMP, 2003. Disponível em:<https://www.researchgate.net/publication/237218717>.

FOLETO, E.M; LEITE, M.B. Perspectivas do pagamento por serviços ambientais e exemplos de caso no brasil. **Revista de Estudos Ambientais (ONLINE),** v.13, n. 1, p. 6-17, jan./jun. 2011

FLORES, R.S; VERDÍN, G.P; CHÁIDEZ, J.J.N. Valoración económica de los servicios ambientales hidrológicos en El Salto, Pueblo Nuevo, Durango. **Revista Madera y Bosques**, v. 16, n 1, p, 31-49. 2010.

FREITAS, K.A.A.; FILHO, J.B; PIO, N.S; SILVA, F.F; MORAES, L.S. Valoração econômica dos benefícios ambientais percebidos pela população da bacia do Educandos provenientes do PROSAMIM**.** **Revista Acta Amazonica**, Manaus, Vol. 40 n3, p, 509 – 514, 2010.

GUEDES, F.B.; SEEHUSEN, S.E. **Pagamentos por Serviços Ambientais na Mata Atlântica**: lições aprendidas e desafios. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2011.

GOUVEIA, R.G.L. **Análise da Conservação Ambiental da Bacia Hidrográfica do Rio Queima-Pé - Município de Tangará da Serra / Mato Grosso**. Dissertação Mestrado, 73 f, Universidade do Estado de Mato Grosso. Tangará da Serra- MT, 2013

GROSSI, C.H. **Diagnóstico e Monitoramento Ambiental da Microbacia Hidrográfica do Rio Queima-Pé, MT**. Tese (Doutorado em Agronomia). 135 folhas. Faculdade de Ciências Agronômicas da UNESP, Botucatu-SP, 2006.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Renda familiar em Mato Grosso 2013**. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=mt. Acesso em 05/05/2016

_____. **Censo demográfico de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 24 de Maio, 2016.

_____. **Estimativas da população residente no Brasil e unidades da Federação com data de referência em 1º de julho de 2015**. Disponível em <Ftp://ftp.ibge.gov.br/estimativas_de_populacao/estimativas_2015/estimativa_dou_2015_20150915.pdf.>. Acesso em 14/06/2016.

JARDIM, M.H. **Pagamento por Serviços Ambientais na Gestão de Recursos Hídricos**: O caso do município de Extrema - MG. 221 folhas, Distrito Federal, 2010. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília.

KFOURI, A.; FAVERO, F. **Projeto Conservador das Águas Passo a Passo**. Uma descrição didática sobre o desenvolvimento da primeira experiência prática de pagamento por uma Prefeitura Municipal no Brasil. Brasília: The Nature Conservancy do Brasil, 2011. 58 p.

MAIA, A.G.; ROMEIRO, A, R.; REYDON, B.P. **Valoração de recursos ambientais – metodologias e recomendações**. Texto para Discussão. IE/UNICAMP n. 116, mar. 2004.

MACHADO, A. **Tipos de Amostragem 1**: Amostragem não probabilística, 24 de Outubro de 2012. Disponível em: <https://www.andremachado.blog.br/2012/10/24/tipos-de-amostragem-1-amostragem-nao-probabilistica/>. Acesso em: 20/02/2015.

MATOS, A.I.; RIBEIRO, M.I.; FERNANDES, A.; CABO, P. Análise crítica dos métodos de valoração econômica dos bens e recursos ambientais. **VIII Coloquio Ibérico de Estudios Rurales**, 2010.

MATTOS, A.D.M. **Valoração ambiental de Áreas de preservação permanente da micro bacia do Ribeirão São Bartolomeu no município de Viçosa, MG**. 2006. 91 F. Tese (Doutorado em Ciência Florestal) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2006.

MATTOS, A.D.M; JACOVINE, L.A.G.; VALVERDE, S.R.; SOUZA. A.; SILVA. M.L.; LIMA. J. E. Valoração ambiental de áreas de preservação permanente da Micro bacia do ribeirão São Bartolomeu no município de Viçosa, MG. **Revista Árvore**, Viçosa-MG, v.31, n.2, p.347-353, 2007.

MATTOS, K.M.C; MATTOS, K.M.C.; MATTOS, A. Gestão Ambiental e o uso do instrumento de Valoração Econômica do Meio Ambiente - abordagens teórica e prática. In XII SIMPEP - Bauru, SP **Anais** Bauru, Brasil, 07 a 09 de novembro de 2005.

MOTTA, R.S. **Valoração e precificação dos recursos ambientais para uma economia verde**. Economia Verde, desafios e oportunidades. 2011.

MOTTA, R.S. **Manual de Valoração Econômica do Meio Ambiente** - 1997. Rio de Janeiro, IPEA/MMA/PNUD/CNPq, 1997.

OBARA, A.T. **Valoração econômica de unidades e conservação o método de valoração contingente**. Caso de estudo: Estação ecológica de Jataí (Luiz Antônio- SP), 1999. 122 fl. Tese (Doutorado em Ecologia) – Programa de Pós Graduação em Ecologia e Recursos Naturais. São Carlos, São Paulo, 1999.

OCDE. **Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico. Governança dos Recursos Hídricos no Brasil,** 2015. Publishing Paris. http://dx.doi.org/10.1787/9789264238169-pt

OGASSAVARA, R.C. Valoração Econômica Ambiental. **Boletim Responsabilidade Social e Ambiental do Sistema Financeira.** Banco central do Brasil (Dinor/Deor). Ano 3, nº 30, maio de 2008.

PAIVA, R.F.P.S; COELHO, R.C. O Programa Produtor de Água e Floresta de Rio Claro/RJ enquanto ferramenta de gestão ambiental: o perfil e a percepção ambiental dos produtores inscritos. **Revista**

Desenvolvimento e Meio Ambiente, vol.33, abril 2015, DOI: 10.5380/dma.v33i0.36702

PARKER, C.; CRANFORD, M.; OAKES, N.; LEGGETT, M. **The Little Biodiversity** Finance Book, Global Canopy Programme; Oxford. ed., 2012.

PEIXOTO, M.; Pagamento por serviços ambientais – Aspectos teóricos e proposições legislativas. Textos para Discussão 105. **Núcleo de Estudos e Pesquisas do Senado Federal.** Novembro, 2011.

PEREIRA JÚNIOR, J.C.; Valoração Econômica Ambiental - conceitos e métodos. Disponível em < https://www.ecodebate.com.br/2014/01/15/valoracao-economica-ambiental-conceitos-e-metodos-artigo-de-joao-charlet-pereira-junior>. Acesso em 10/04/2016.

PEARCE, D.W.; TURNER, R.K. **Economics of natural resources and environment.** Londres: Harvester Wheashealf, 1990.

PREFEITURA DE EXTREMA. **Book extrema** 2015. Disponível em: <www.extrema.mg.gov.br>. Acesso em: 20/03/2016.

RICHARDSON, R.J.; et al. **Pesquisa Social Métodos e Técnicas**. 3ª ed. Rev. Ampliada. São Paulo, 2012.

RODRIGURES, L.C.; PESSOA, S.P.M.; NEVES, R.J.; NEVES, S.M.A.S.; SILVA, J.S.V.; KREITLOW, J.P. Análise multitemporal e índice de transformação antrópica da bacia do rio Queima-Pé - Tangará da Serra/MT. In: Simpósio de Geotecnologias no Pantanal, IV, 2012, Bonito. **Anais**…Bonito: MT, 2012.

SANTOS, P.; BRITO, B.; MASCHIETTO, F.; OSÓRIO, G.; MONZONI, M. (org). **Marco Regulatório sobre pagamento por serviços ambientais**. Belém, PA: IMAZON; FGV, 2012.

SERIGATTO, E.M.; RIBEIRO, C.A.A.; SOARES, V.P.; KER, J.C.; MARTINS, S.V.; VILELA, M.F. Conflito de uso da terra nas áreas de preservação permanente na sub-bacia do rio Queima-Pé, MT: um estudo de caso. **Anais**... XIII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, Florianópolis, Brasil, 21-26 abril 2007, INPE, p. 3569-3576

SERIGATTO, E.M. **Delimitação automática das Áreas de Preservação Permanente e identificação dos conflitos de uso da terra na bacia hidrográfica do Rio Sepotuba**, 2006. 203 f. Tese (Doutorado em Ciências Florestal) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Florestal. Viçosa, Minas Gerais, 2006.

SILVA, A.G. **Valoração econômica ambiental em unidades de conservação**: um panorama do contexto brasileiro. 2015. Dissertação (Mestrado em Ciências da Engenharia Ambiental) - Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo,

São Carlos, 2015. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/18/18139/tde-16122015-111251/>. Acesso em: 2016-07.08

SILVA, R.D.; LEE, F. Pagamento por Serviços Ambientais na América Latina: um esforço de síntese e reflexão. In Congresso da Associação Latino-americana de Sociologia Rural, 2010, Porto de Galinhas. **Anais** do VIII Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural, 15-19 de Novembro de 2010, 2010.

SILVEIRA, V.C.; CIRINO, J.F.; PRADO FILHO, J.F. Valoração econômica da área de proteção ambiental estadual da cachoeira das andorinhas - MG, **Revista Árvore**, Viçosa-MG, v.37, n.2, p.257-266, 2013.

SIEBERT, D. **Relatório do Projeto Produtor de Águas/ Queima Pé**. Tangará da Serra: IPAC, 2015, 02 p. (Série texto Técnico).

SOUZA, H.M.L.; NUNES, J.R.S. Avaliação dos parâmetros físicos químicos e bacteriológicos do córrego Filgueira pertencente a microbacia do Queima - Pé de Tangará da Serra/ MT. **Engenharia Ambiental**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 110 - 124, 2008.

SMITH, M.; GROOT, D.; PERROT-MAITRE, D.; BERGKAMP, G. **Pago: Establecer pagos por servicios de cuencas**. IUCN, Gland, Suiza, 112 pp. 2006.

TANGARÁ DA SERRA (MT) A. Câmara Municipal. **Lei 4.200, 17 Abr. 2014**. Dispõe sobre a criação do Projeto de Pagamento por Serviços Ambientais, no município de Tangará da Serra, Mato Grosso.

TANGARÁ DA SERRA (MT) B. Câmara Municipal**. Lei Complementar Nº198, de 17 de outubro de 2014**. Dispõe sobre a criação do Fundo Especial para recuperação das Bacias Hidrográficas do Município de Tangará da Serra e dá outras Providências.

TANGARÁ DA SERRA (MT) C. **Portal da Transparência Pública**. 2015. Disponível em < http://sistemas.samaetga.com.br/portaltransparencia/Receitas.aspx>. Acesso em: 10/04/2016.

TANGARÁ DA SERRA (MT) D. **Projeto Produtor de Água**. Bacia Queima Pé Tangará da Serra, Mato Grosso 2014.

TEIXEIRA, C.G. **Pagamento por serviços ambientais de proteção às nascentes como forma de sustentabilidade e preservação ambiental**, 2011. 198 fl. Dissertação (Dissertação em Direito socioambiental) – Programa de Pós Graduação em Direito. Curitiba, Paraná, 2011.

WUNDER, S. (coord); BÖRNER, J.; RÜGNITZ, M.; PEREIRA, T.L. **Pagamento por serviços ambientais**: perspectivas para a Amazônia Legal. 2ª ed., rev. – Brasília: MMA, 2009.

ZAGO, V.C.P. A valoração econômica da água - uma reflexão sobre a legislação de gestão dos recursos hídricos do Mato Grosso do Sul. **INTERAÇÕES Revista internacional de Desenvolvimento Local**, Campo Grande - MS, v. 8, n. 1, p. 27-32, Mar. 2007.

ZANICHELLI, S.B. **Valoração Econômica dos Bens e Serviços Ambientais: Uma análise do Projeto Oásis**. 2011. 110 folhas. Dissertação (Mestrado em administração) - Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2011.

CAPÍTULO 3

Parcerias Público-Privadas: proposta de um mecanismo eficiente junto ao Sistema Carcerário do Brasil

DOI 10.29327/567563.2-3

Celiane Alves de Oliveira [1]
Ilma Costa [2]
Anjor Mujica de Paula[3]
Frederico Fonseca da Silva[4]
Pedro Antônio Bittencourt Pacheco[5]

RESUMO: Esse estudo trata da implementação de Parcerias Público-Privadas na administração do sistema carcerário brasileiro. O sistema prisional atual é considerado sem estrutura, descumpridor das leis e que sofre com tamanha escassez dos recursos públicos para a realização de investimentos de modo efetivo nos setores de responsabilidade estatal, fazendo surgir a ideia da participação do setor privado nas penitenciárias, com o objetivo de melhorar os serviços oferecidos. No entanto, é importante ressaltar que a execução, a fiscalização, a responsabilidade e a titularidade da pena seguem sendo privativas do Estado. Para tanto, este estudo teve como objetivo geral analisar a proposta de realização de Parcerias

1 - Concluinte do Curso Superior Tecnologia em Gestão Pública, do IFPR - Instituto Federal do Paraná, Campus Curitiba. E-mail:
2 - Concluinte do Curso Superior Tecnologia em Gestão Pública, do IFPR - Instituto Federal do Paraná, Campus Curitiba. E-mail:
3 - Pesquisador e Professor do IFPR - Instituto Federal do Paraná. Mestre de Engenharia de Produção. E-mail: anjor.mujica@ifpr.edu.br
4 - Professor e Pesquisador do IFPR - Instituto Federal do Paraná. Doutor em Irrigação e Meio Ambiente, ORCID.0000-0003-2817-6983. E-mail: frederico.silva@ifpr.edu.br
5 - Professor e Pesquisador do IFPR - Instituto Federal do Paraná, Instituto Federal do Paraná. ORCID 0000-0002-7547-8442. E-mail: pedro.pacheco@ifpr.edu.br

Público-Privadas no sistema carcerário brasileiro. Para compor este estudo foi realizada uma pesquisa bibliográfica qualitativa em livros, artigos, monografias, anais, leis e decretos publicados com relação ao tema proposto. Sabe-se que o Estado não consegue cuidar do prisioneiro e que é necessário melhorar o sistema carcerário com urgência. Assim, entende-se que essa Parceria Público-Privada seria uma opção de melhoria do sistema carcerário tanto para os prisioneiros quanto para os trabalhadores do serviço público.

Palavras-Chave: Parceria Público-Privada. Sistema Carcerário Brasileiro. Penitenciária. Poder Público. Setor Privado.

PUBLIC-PRIVATE PARTNERSHIPS: PROPOSAL FOR AN EFFICIENT MECHANISM TOGETHER WITH BRAZIL'S PRISON SYSTEM

ABSTRACT: This study deals with the implementation of Public-Private Partnerships in the administration of the Brazilian prison system. The current prison system is considered without structure, in breach of the laws and which suffers from such a shortage of public resources to make investments effectively in the sectors of state responsibility, giving rise to the idea of the participation of the private sector in prisons, with the objective of to improve the services offered. However, it is important to emphasize that the execution, supervision, responsibility and ownership of the sentence continue to be the responsibility of the State. Therefore, this study had as general objective to analyze the proposal to carry out Public-Private Partnerships in the Brazilian prison system. To compose this study, qualitative bibliographic research was carried out in books, articles, monographs, annals, laws and decrees published in relation to the proposed theme. It is known that the State cannot take care of the prisoner and that it is urgently necessary to improve the prison system. Thus, it is understood that this Public-Private Partnership would be an option to improve the prison system for both prisoners and public service workers.

Key words: Public-private partnership. Brazilian Prison System. Penitentiary. Public Power. Private sector

1 Introdução

Este estudo tem como tema as parcerias público-privadas no sistema carcerário brasileiro. Este é um assunto tratado tanto no Direito Penal quanto no Direito Administrativo e. consequentemente, de interesse direto da Gestão Pública, e visa a regulamentação de como devem ser realizadas as parcerias com o Estado em relação as penitenciárias brasileiras, visto que não há uma lei específica que regulamente e apresente vantagens e desvantagens na implementação destas parcerias.

A superlotação dos sistemas penitenciários é um dos grandes desafios enfrentados no Brasil, assim como a ineficiência e a falta de estrutura dos presídios, a degradação das condições de alojamento, a falta de cumprimento das garantias fundamentais dos presos e das leis, a falta de recursos públicos para realizar investimentos no setor, dentre outros. Dessa forma, surgiu a ideia da participação do setor privado nas penitenciárias no Brasil, sendo fomentada sua melhoria, visto que, se há ineficiência do Estado com relação a prestação do serviço, é coerente realizar uma parceria com os entes privados para administrar os presídios mantendo execução, a fiscalização, a responsabilidade e a titularidade da pena, sob a tutela do Estado.

Para tanto, a questão problema desse estudo é: as parcerias público-privadas podem ser consideradas uma proposta eficiente para a melhoria do serviço prestado pelo sistema carcerário brasileiro?

Este estudo tem como objetivo geral analisar a proposta de realização de parcerias público-privadas no sistema carcerário brasileiro. Além de ter como objetivos específicos conceituar e apresentar as características do delito; especificar as características e as espécies da pena; especificar os tipos de crimes mais cometidos no Brasil e com maior reincidência; descrever como funciona o sistema carcerário brasileiro; demonstrar como ocorre a realização das propostas de parceria público-privada nas penitenciárias no país.

Para compor este estudo foi realizada uma pesquisa bibliográfica qualitativa em livros, artigos, monografias, anais, leis e decretos publicados com relação ao tema proposto. Após a realização do levantamento bibliográfico sobre o assunto foram selecionados os textos mais adequados ao tema e desenvolvido o texto presente nesse trabalho.

A partir desse estudo foi possível observar que não existe nenhum óbice legal para que haja a intervenção parcial da participação do setor privado na administração e construção das penitenciárias, dado que, estão vencidos os argumentos com relação a delegação do poder disciplinar.

2 Referencial teórico

2.1 Conceito e características do delito

Boschi (2004) considera o delito como a conduta humana sancionada pelo legislador como uma pena. De acordo com a técnica jurídica, com a omissão ou ação típica, culpável e antijurídica, cuja pena é a sua consequência. Conforme o autor, os juristas ficam satisfeitos com essa definição por apontar as características mais essenciais do delito, que são os juízos de desvalor que acabam recaindo sobre o seu autor (culpabilidade) ou fator humano (antijuridicidade ou injusto).

É apresentado pelo delito um aspecto analítico, material e formal. O formal se apresenta como sendo do âmbito do direito positivo, isto é, que incrimina a lei penal em vigência (PRADO *et al., 2014)*. É observado que o princípio da legalidade penal, com base na Constituição de 1988, estabelece que e “não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem lei anterior que a comine” (BRASIL, 1988). Possui preocupação com o aspecto nominal, externo. Aqui entram as definições como a de que o crime é considerado uma conduta (omissão ou ação) contrária ao Direito, o que é atribuído pela lei uma pena (PIMENTEL, 1983).

De acordo com Prado *et al.* (2014), o aspecto material tem relação com o conteúdo do ilício penal, isto é, o que a sociedade de-

termina, em um certo momento histórico, leva em consideração que a lei penal deve proibir. De acordo com Roxin (2006 *apud* GRECO, 2009), é considerado o conceito material de crime como prévio à disposição no Código Penal sendo fornecido ao legislador um critério político-criminal com relação ao que deve ser punido pelo Direito Penal e o que fica na impunidade.

Capez (2015) afirma que o aspecto analítico consiste naquele que procura o estabelecimento dos elementos estruturais do crime. O intuito é proporcionar a decisão mais justa e correta sobre a infração penal e o autor, fazendo o julgador desenvolver o seu raciocínio por fases e, considere que para existir a infração penal existe a necessidade de que o fato seja ilícito e típico.

Vale ressaltar que o sujeito ativo no delito sempre será a pessoa física. As coisas e os animais irracionais não podem ser considerados sujeitos ativos do crime, visto que falta o elemento vontade. Também não existe vontade própria da pessoa jurídica, ficando suscetível de configuração da culpa e do dolo, presenças indispensáveis para o direito penal moderno, que é a culpabilidade (SANTOS, 2017).

Ocorre a existência do delito por haver o bem jurídico penal (objeto), isto é, um ente material ou imaterial cuja extração é feita do contexto social (a propriedade, a liberdade, a saúde, a vida, dentre outros), de titularidade metaindividual ou individual, visto como fundamental para o desenvolvimento e a coexistência digna do homem e, devido a isso, protegido jurídico-penalmente (PRADO *et al., 2014)*.

É fundamental no Estado Democrático de Direito que haja a investigação ontológica da espécie incriminadora. O crime não é somente aquilo que o legislador diz ser, de modo formal, visto que, nenhuma conduta pode ser vista como criminosa se, de alguma maneira, não colocar os valores fundamentais da sociedade em perigo (CAPEZ, 2015).

2.2 Conceito, espécies e características da pena

De acordo com Nucci (2011), após um breve conceito com relação ao delito, é importante adentrar na pena, que existe somente

devido ao crime. Nucci afirma que a pena consiste na sansão estabelecida pelo Estado ao criminoso, por meio da ação penal, com o intuito de retribuir ao delito perpetrado e prevenir os crimes.

Capez (2015) afirma que a pena é considerada uma sansão penal de caráter aflitivo, estabelecida pelo Estado, com uma sentença, àquele que é culpado pela prática de uma infração penal, que consiste na privação de um bem jurídico, com o intuito de retribuir o delinquente de forma punitiva, com a promoção da sua readaptação social e a prevenção de transgressões novas pela intimidação direcionada para a coletividade.

Foucalt (1984) afirma que a pena é o sinal de que, se o sujeito praticar certo delito, ele terá a consciência de que haverá punição pela lei vigente. Esta ideia faz o homem pensar antes de agir, visto que uma ação pode gerar reações que não são desejáveis. “Os que abusam da liberdade pública serão privados da sua; serão retirados direitos civis dos que abusarem das vantagens da lei e dos privilégios das funções púbicas [...]”.

O caráter preventivo da pena se desdobra em dois aspectos, que são geral e especial, subdivididas em negativo e positivo. O negativo é o poder intimidativo que representa toda sociedade, que é destinatária da norma penal. O positivo mostra e reafirma a eficiência e existência do direito penal. No aspecto especial positivo, o autor do delito é intimidade para que não cometa novamente o delito, sendo recolhido ao cárcere, quando necessário, o que evita que outras infrações penais sejam praticadas. O especial negativo é a proposta de ressocialização do condenado, para que ao finalizar a pena ele possa voltar ao convívio social (NUCCI, 2011).

Nucci (2011) ainda aborda que o sistema normativo brasileiro atual declara sobre o caráter reeducativo e punitivo da pena que deve ser estabelecido pelo juiz a pena de acordo com a necessidade e que seja suficiente para prevenir e reprovar o crime. É disposto ainda na Lei de Execução Penal, artigo 10, que “a assistência ao preso e ao internado é dever do Estado, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade”.

Existem no Brasil três espécies de pena: privativa de liberdade, restritiva de direito e pecuniária. A pena privativa de liberdade é aquela na qual o sujeito perde a liberdade, ficando em regime de detenção ou reclusão. Deve ser cumprida em regime fechado (estabelecimento penal de segurança média ou máxima) a reclusão, semiaberto (colônia industrial, agrícola ou semelhante) e aberto (estuda ou trabalha durante o dia e casa de albergado nas folgas e à noite). É cumprida em regime semiaberto ou aberto a detenção (SANTANA, 2012).

Já as penas restritivas de direitos são a perda de valores e bens, prestação pecuniária, limitação de fim de semana, interdição temporária de direitos e prestação de serviços à comunidade. A pena pecuniária consiste na multa (NUCCI, 2011).

2.3 TIPOS DE CRIMES MAIS COMETIDOS E REINCIDENTES NO BRASIL

Para Soares (2015), o conceito de crime está voltado pata o comportamento do indivíduo, ou seja, a exteriorização da conduta por meio de uma ação ou omissão no mundo concreto, por meio de um comportamento positivo, ou seja, uma ação “fazer”, ou de uma inatividade indevida, ou seja, a omissão de um “não fazer” o que era preciso fazer, sendo uma conduta merecedora de punição.

Já para a Criminologia, o crime deve ser visto como um problema comunitário e social, sendo visto como um problema comunitário, ou seja, um problema social, abrangendo vários elementos como, por exemplo, o aumento em massa da população (SILVA, 2011).

De acordo com Baratta (2011), a escola liberal clássica desenvolveu-se na Europa em meados do século XVIII e primeira metade do século XIX. Conforme preceitos desta escola, o delinquente não é considerado um ser diferente dos outros, ou seja, o comportamento infracional surgia do comportamento do indivíduo e não de causas patológicas, em outras palavras, o indivíduo era considerado normal.

A referida escola se detinha principalmente sobre o delito e sobre o pacto social, que estava, segundo a filosofia política do liberalismo clássico, na base do Estado e do direito. A pena, por sua vez, viria a modificar o comportamento do indivíduo delinquente e também viria a defender a sociedade do crime. Os limites da pena eram arbitrados pelo poder punitivo do Estado e eram assinalados pela necessidade e utilidade da pena e pelo princípio da legalidade (BARATTA, 2011).

Segundo Farias Júnior (2011) se abstrai que na escola clássica o homem criminoso é dotado de livre-arbítrio e não há que se cogitar as causas ou fatores criminógenos ou de influxos exógenos ou endógenos influenciadores do comportamento criminoso.

Segundo Sodré (*apud* FARIAS JUNIOR, 2011), a escola clássica encarou sempre todos os problemas, referentes aos crimes e à pena, à luz do método apriorístico, metafísico e dedutivo; o método experimental, positivo, verdadeiramente científico é de todo estranho aos seus estudos.

Para Rossi (*apud* FARIAS JUNIOR, 2011), a pena provém do mal praticado pelo delinquente e não pelo mal que se quer prevenir. A ideia de moral deverá sempre prevalecer: Punir para restabelecer a ordem mesmo que não traga emenda.

Bornia (2007) considera que a finalidade da pena é o restabelecimento da ordem moral perturbada pelo crime. O castigo compensa o mal e repara a moral. Assim dizia este filósofo: “o abrandamento da pena é um incitamento à delinquência, é um escândalo político”.

Seguindo esta mesma linha de raciocínio, preleciona Branco (2014) que:

> O homem é submetido às leis criminais por causa de sua natureza moral; por conseguinte, ninguém pode ser socialmente responsável por seu ato se não for moralmente responsável. [...] Em outro momento afirmava que: “a imputabilidade moral é a condição indispensável para a

imputabilidade social. O crime não é um ente de fato e sim um ente jurídico, não é uma ação, mas uma infração.

Segundo ainda Farias Júnior (2011) existem vários fatores que deram origem a teoria da escola clássica, tais como:

a) A vingança como retribuição do mal pelo mal: trata-se de uma reação contra a ofensa, contra o crime; b) A vingança coletiva: refere-se à vingança exercida por tribos e/ou clãs contra os seus ofensores; c) O talião: uma ação ofensiva corresponde a uma ação ofensiva de igual proporção contra o seu ofensor - “olho por olho, dente por dente”; d) A vingança divina: Os povos antigos acreditavam que a violação à boa convivência ofendia a divindade e que sua cólera faria recair desgraça sobre todos, então seria necessário reagir contra o ofensor para que a divindade descarregasse a sua ira. Sendo assim, surgiu a figura do juiz, que representava a sociedade perante a divindade, exercendo uma justiça retributiva; e) A vingança pública: esta vingança é equivalente à vingança divina e por mais aterradores que fossem os castigos e os suplícios infligidos contra os delinquentes, nunca houvera eficaz efeito inibitório da criminalidade; f) O Cristianismo: Jesus Cristo nasceu na Galileia e passou a pregar o amor e o monoteísmo, numa época que imperava o politeísmo e as penas eram: flagelação, amputação dos membros, morte na fogueira, lançamento às feras, etc. O que acabou por levá-lo à cruz e outros de seus seguidores lançados às feras no Coliseu de Roma; g) O livre-arbitrismo: o Imperador Constantino no ano de 325 se converteu ao cristianismo e declarou reconhecida a igreja pelo Estado. Naquele momento a conduta contra a fé cristã foi convertida em delito. O crime passou a se confundir com o pecado e o estado acabou por aceitar o poder punitivo da igreja sobre os religiosos e os profanos; h) O despotismo do Santo Ofício da Inquisição: a igreja punia aqueles que não professassem a fé católica e este crime era denominado heresia. Se renegasse a fé

católica era chamado de apóstata e o seu crime denominado de apostasia. Milhões de hereges e apóstatas foram queimados, as prisões eram subterrâneas, as celas eram sujas e escuras como forma de se fazer cumprir penitência, de fazê-los purgar; i) O ciclo do terror: refere-se ao período do absolutismo (tiranismo) onde o rei era Estado, era a lei. Muitos inocentes foram condenados e muito culpados ficaram impunes, sendo que as execuções eram dotadas de um ritual teatral e suas carnes eram cortadas e queimadas com líquidos ferventes, seus membros eram quebrados e cortados. O gritar, o gemer, a expressão de dor deveria ser mostrada a todos e todas estas cenas horríveis deveriam ficar na memória de todos (FOUCAULT, 1977); e, j) A Revolução Francesa e o nascimento da pena de prisão: Como forma de resposta aos abusos de poder e à tirania, a França vivia um clima de intolerância, abominação e repúdio ao caótico regime que resultou na Revolução Francesa e na queda da Bastilha, que levou milhares de indivíduos à guilhotina, inclusive os nobres.

Baratta (2011) aponta que a Escola Positiva foi inspirada na filosofia e na psicologia do positivismo naturalista e que predominou no final do século passado e início deste. Esta escola caracteriza-se pela tendência de superar as teorias patológicas da criminalidade, ou seja, as teorias baseadas sobre as características biológicas e psicológicas que diferenciam os sujeitos “criminosos” dos indivíduos “normais”, e sobre a negação do livre-arbitrismo.

O ideal da Escola Positiva, ainda segundo Baratta (2011), era individualizar “sinais” antropológicos de criminalidade e de observar indivíduos em zona rigidamente circunscrita dentro do universo social, ou seja, do cárcere e do manicômio judiciário. A referida escola busca individualizar as causas desta diversidade, os fatores que determinam o comportamento criminoso, para que, por fim possa combatê-lo com uma série de fatores que tendem, sobretudo, a modificar o delinquente.

Segundo ainda Farias Júnior (2011), o que determina o comportamento do homem criminoso é o centro gravitacional de toda a sua doutrina. Mas, somente em 1876, a partir de uma obra chamada “O homem delinquente” de Césare Lombroso que as respostas passaram a ser dadas e se pôde considerar a existência tanto da criminologia quanto da Escola Positiva.

Quando se fala de criminologia, ou simplesmente da Escola Positiva, não há que se esquecer de comentar as ideias lombrosianas que foram de suma importância para o estudo e a evolução da criminologia (SANTOS, 2017).

Baratta (2011) ainda assinala que Césare Lombroso era médico do sistema penitenciário italiano e sob esta condição aproveitou a oportunidade para autopsiar os cadáveres de presos e concluir sobre os estigmas criminógenos. Foram 383 (trezentos e oitenta e três) cadáveres necropsiados, destes o de maior relevância para a sua análise foi a do famoso Vivela, pois naquele momento encontrou em seu crânio, uma fosseta occipital média, que era característica do homem primitivo e lhe levou a concluir que havia ali uma relação entre o instinto sanguinário e a reação atávica.

Quando lançou o seu livro “L´uomo delinqüente” em 1876[1] admitira as seguintes hipóteses: a) O homem criminoso propriamente dito é nato; b) É idêntico ao louco moral; c) Apresenta base epilética; e, d) Constitui, por conjunto de anomalias, tipo especial, denominado tipo lombrosiano.

Lombroso embora não negasse a influência de fatores sociais, afirma que os fatores biológicos ou antropológicos eram predominantes na influência do comportamento criminoso. Por conseguinte, Lombroso classificava o delinquente (BARATTA, 2011) em: a) Nato; b) Louco; c) Por paixão; e, d) Por ocasião.

Baratta (2011) ainda afirma que as ideias lombrosianas foram muito criticadas, mas não caíram no esquecimento. Sua obra fora tão importante que representou o marco inicial da Criminologia e da Escola Positiva.

1 - A transcrição (já traduzida para o português) dessa rara obra pode ser encontrada no endereço eletrônico: file:///C:/Users/proff/Downloads/LOMBROSO.pdf

Diversas teorias sociológicas buscam elucidar os ensejos que induzem os sujeitos a infringir leis, perpetrando crimes. Por meio do enfoque sociológico ao crime e a violência, foi possível expor palpites que expliquem o comportamento errôneo, fundamentadas em relações situadas na sociedade e servindo como exemplo para uma maioria, chamada delinquência juvenil (BRANCO, 2014).

Portanto, Lyra (2015) aponta que é possível congregar as distintas investidas sociológicas dos crimes de dois grandes programas de pesquisa: teorias estruturalistas e teorias individualistas. A primeira busca a pesquisa macroestrutural a qual analisa fatores a respeito das taxas de criminalidade de algumas localidades ou grupos. Entretanto, teorias permeadas na linha adotada pelo segundo programa de pesquisa (teorias individuais), buscam contrapor à questão do contexto sócio-econômico-ambiental, resumidamente, alguns indivíduos incumbem crimes e outros não.

Para Peixoto (2013), as teorias individualistas (teoria da “Associação Diferencial - Aprendizado Social”, teoria do “Controle Social” e a teoria do “Autocontrole”) dão início a partir da presunção de que a elucidação na prática de crimes necessita ser dirigida através da análise de fatores cognitivos, motivacionais, psicossociais, e interpessoais, os quais afetam diretamente na adequação do comportamento individual. Embora haja modificações entre as teorias individualistas relacionadas ao poder explicativo (alcance e limites) e de fatores psicossociais, é usual para explicar a revelação de conduta desviante, a miragem que perpassa as distintas abordagens: crédito a respeito da investigação dos porquês de crimes com estruturas simbólicas as quais adentram as analogias dos indivíduos entre si e a estrutura social.

Após todas essas contextualizações faz-se necessário apontar quais são os crimes mais cometidos no Brasil. De acordo com Silva (2021) são: Crimes contra a administração pública; Crimes contra a pessoa; Crimes contra o patrimônio; Crimes ambientais; Crimes eleitorais e entre outros.

Segundo Pretes (2021), o Brasil teve um grande aumento nos assassinatos no ano de 2020 em comparação ao ano de 2019. O aumento das mortes aconteceu durante a pandemia.

É importante analisar os aspectos que se referem ao contexto tanto da prisão como do sistema penitenciário, interpretasse que um dos conceitos que é dado ao conceito jurídico é de que a prisão é instrumento coercitivo estatal decorrente da aplicação de uma sanção penal transitada em julgado (SANTOS, 2017).

Nos estudos e pesquisas realizadas não se tem certeza da origem da palavra pena, para alguns estudiosos viria do latim *poena*, significando castigo, expiação, suplicio, ou ainda do latim *punere* e *pondus*, no sentido de contrabalançar, pesar em face do equilíbrio dos pratos que deve ter a balança da justiça (GOMES, 2000).

A situação do sistema penitenciário brasileiro é algo decadente, com diversas e constantes matérias de jornais de fugas, rebeliões, encontra-se na penitenciaria grandes violações dos direitos humanos dos detentos. Apresenta-se diante de um sistema ineficiente, que não conseguia atingir sua finalidade precípua que é a reintegração social do egresso, pois é alto o índice de reincidência do apenado (SANTOS, 2017).

Os problemas do sistema penitenciário brasileiro veem sendo objeto de preocupação de vários pesquisadores, segundo Onofre (2007), inclusive, de organismos internacionais, tendo em vista o distanciamento entre os direitos fundamentais, descritos pela Constituição Federal (BRASIL, 1988) e a realidade apresentada no que se refere ao tratamento dos reclusos. A constatação de alguns conceitos inerentes ao sistema serem desconhecidos pela sociedade, fato que dificulta a compreensão do sistema penitenciário.

2.4 Sistema carcerário brasileiro

O Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN), que tem como seu responsável o Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), órgão executivo subordinado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, realizou o último levantamento nacional sobre as Informações Penitenciárias em 2020 (BRASIL, 2020).

Para a elaboração do estudo, foram coletados dados advindos da plataforma digital disponibilizada pelo DEPEN. A plataforma foi programada a partir da estrutura dos instrumentos de coleta utilizados, de modo a garantir a continuidade da série histórica dos dados. Sendo assim, hoje, é possível que qualquer cidadão tenha acesso aos dados remotamente (BRASIL, 2020).

O levantamento tem como base os meses de janeiro à junho de 2020 e relata que o número de encarcerados no Brasil chega a 759.518 (setecentos e cinquenta e nove mil quinhentos e dezoito) pessoas, porém o sistema oferece um total de 511.405 (quinhentos e onze mil quatrocentos e cinco) vagas, levando uma extrapolação da taxa de ocupação, trazendo em números específicos o déficit de 248.113 (duzentos e quarenta e oito mil cento e treze) vagas no sistema prisional que amontoa e traz circunstâncias péssimas para ressocialização dos indivíduos presos, o qual deveria ser o principal objetivo da unidade prisional, tratar aquele indivíduo para que ele possa retornar a viver em sociedade (BRASIL, 2020).

Com dados precisos e específicos, o levantamento nos permite determinar com precisão algumas falhas do sistema penitenciário brasileiro. Em questão as vagas, o relatório as separam por tipo de regime, que são estes: Presos provisórios, regime fechado, regime semiaberto, regime aberto, regime disciplinar diferenciado (ARAUJO JUNIOR, 2019).

Para presos provisórios, ou seja, que estão em prisão cautelar, pessoas presas sem condenação, o sistema penitenciário oferece 146.975 (cento e quarenta e seis mil novecentas e setenta e cinco) vagas para homens e 8.038 vagas para mulheres, um total de 155.013 (cento e cinquenta e cinco mil e treze) vagas, porém, o número de homens presos sem condenação é de 210.838 (duzentos e dez mil oitocentos e trinta e oito) e o número de mulheres presas provisoriamente é de 12.586 (doze mil quinhentos e oitenta e seis), um total de 223.424 (duzentos e vinte e três mil, quatrocentos e vinte e quatro) pessoas presas aguardando julgamento, aqui já podemos definir o primeiro déficit do sistema, 68.411 (sessenta e oito mil quatrocentos e onze) vagas provisórias faltantes (SANTOS, 2017).

No regime fechado, o sistema conta com 189.606 (cento e oitenta e nove mil, seiscentos e seis) vagas para homens, entretanto, o número de presos homens cumprindo este tipo de regime é de 334.020 (trezentos e trinta e quatro mil e vinte), um déficit de 144.414 (cento e quarenta e quatro mil quatrocentos e quatorze) vagas, já as mulheres contam com 17.230 (dezessete mil duzentos e trinta) vagas, enquanto o número de presas em regime fechado é de 14.224 (quatorze mil duzentos e vinte e quatro), sobrando assim 3.006 (três mil e seis) vagas, aparentemente um respiro em meio a desordem e falta de planejamento do sistema (ONOFRE, 2007).

No regime semiaberto, o sistema oferece um total de 74.188 (setenta e quatro mil, cento e oitenta e oito) vagas, 68.729 (sessenta e oito mil setecentos e vinte e nove) para homens e 5.459 (cinco mil, quatrocentos e cinquenta e nove) para mulheres, mas os números de presos neste regime se contabilizam em 122.518 (cento e vinte e dois mil quinhentos e dezoito) presos homens, um déficit de 53.789 (cinquenta e três mil setecentos e oitenta e nove) vagas masculinas e 7.904 (sete mil novecentos e quatro) presas mulheres neste regime, com um déficit de 2.445 (dois mil quatrocentos e quarenta e cinco) vagas femininas (BRASIL, 2020).

De acordo com Santos (2017), no regime aberto, o sistema penitenciário brasileiro oferece 4.065 (quatro mil e sessenta e cinco) vagas, destas 3.735 (três mil setecentos e trinta e cinco) são destinadas aos homens e 330 (trezentos e trinta) são destinadas as mulheres. O número de presos homens em regime aberto é de 46.862 (quarenta e seis mil oitocentos e sessenta e dois) e o de mulheres é de 2.095 (dois mil e noventa e cinto).

O regime aberto está previsto no artigo 33, § 1º, C, do Código Penal e diz que “Considera-se: regime aberto a execução da pena em casa de albergado ou estabelecimento adequado”. Entretanto, em todo o Brasil, o sistema penitenciário conta com apenas 19 casas de Albergado (BRASIL, 2020), 14 destas masculinas e 5 mistas. No artigo 95 da Lei de Execuções Penais, consta expressamente que em cada região deverá haver pelo menos uma casa de Albergado. A lei nesse sentido ao usar a palavra “região” abre brecha para

o sistema penitenciário, visto que no Brasil existem 5 regiões, norte, nordeste, centro-oeste, sul e sudeste, todavia existem 26 estados e mais o Distrito Federal. Na letra da Lei o sistema penitenciário cumpre a exigência com folga, mas na prática ele deixa a desejar.

Para não ficar refém da incompetência do sistema penitenciário, o artigo 146-B, IV, da Lei de Execução Penal, incluído pela Lei nº 12.258 (BRASIL, 2010), vem suprir esta falta de casas de Albergado, possibilitando a determinação de prisão domiciliar por meio da monitoração eletrônica, visto que a súmula vinculante nº 56 do Supremo Tribunal Federal não permite a ida do preso para regime mais severo por falta de estabelecimento adequado.

O sistema também falha em relação a educação dos presos, analisando o relatório é possível ver que 65% das unidades prisionais contam com sala de aula, apenas 18% contam com sala de informática, 57% com biblioteca e 27% não tem nenhum tipo de módulo de educação (BRASIL 2020).

> Menos de 13% da população carcerária tem acesso à educação. Dos mais de 700 mil presos em todo o país, 8% são analfabetos, 70% não chegaram a concluir o ensino fundamental e 92% não concluíram o ensino médio. Não chega a 1% os que ingressam ou tenham um diploma do ensino superior. Apesar do perfil marcado pela baixa escolaridade, diretamente associada à exclusão social, nem 13% deles têm acesso a atividades educativas nas prisões (NOVO, 2019, p.256).

Com um baixo acesso as educações de base para os presos, os cursos profissionalizantes oferecidos se veem ainda mais distantes da realidade destes indivíduos. Segundo o relatório, as oficinas permanentes de capacitação oferecem cursos profissionalizantes, para o desenvolvimento de competências e para o trabalho remunerado, entretanto, 51% das unidades prisionais não tem módulo de oficina (SANTOS, 2017).

Em relação ao que tange sobre as visitas sociais, o relatório informa que 55% dos estabelecimentos tem local específico para

visita, enquanto 42% não tem e 3% dos estabelecimentos não se tem informação. Em específico para visita íntima, 34% dos estabelecimentos contam com local próprio, enquanto 63% não e 3% não se tem informação (ONOFRE, 2007).

Os dados presentes no relatório sobre o espaço disponibilizado para atendimento do serviço social é de que 27% dos estabelecimentos tem sala exclusiva, 47% utilizam sala compartilhada com outros serviços e 24% não tem sala de atendimento para serviço social. Quanto ao atendimento psicológico, 24% dos estabelecimentos contam com sala exclusiva, 46% compartilham a sala com outros serviços e 27% não tem sala para atendimento psicológico. Em relação ao atendimento jurídico gratuito, 24% dos estabelecimentos contam com sala exclusiva, 32% com sala compartilhada com outros serviços, 25% o atendimento é realizado no parlatório e 17% não tem sala de atendimento jurídico (SANTOS, 2017).

2.5 Proposta da parceria público-privada nas penitenciárias

Araújo Junior (1995) afirma que além das condições péssimas do sistema carcerário, existe ainda a falta de receita do Estado para amenizar a situação com a construção de penitenciárias novas e a melhoria das que já existem. Nesse âmbito, diversas alternativas têm sido propostas, como, por exemplo, a parceria público-privada.

Vem sendo proposto no Brasil um programa de parceria público-privada com base em uma gestão mista, isto é, que tem envolvida a administração pública e a iniciativa privada, cabendo a essa, o funcionamento, a manutenção e a construção do estabelecimento prisional, dentre outras coisas. No caso das penitenciárias, é usada a modalidade de concessão administrativa, visto que irá existir o repasse financeiro do Estado, sem ser cobrada a tarifa dos usuários (ARAUJO JUNIOR, 1995).

Esse é um projeto no qual os servidores do sistema penitenciário continuam como servidores estatais, no entanto, existe outro projeto no qual se propõe a atuação dos servidores de empresa pri-

vada, para a diminuição do investimento do setor público. A construção da penitenciária seria de responsabilidade da empresa privada, de acordo com os parâmetros da Administração, e faria o gerenciamento do centro penal. Teria a possibilidade de exploração do trabalho remunerado dos presos, logo, cada detento iria contribuir para a manutenção do local, de acordo com o que dispõe Foucault (ARAUJO JUNIOR, 1995).

De acordo com Thompson (2000), qualquer proposta de reforma penitenciária, com respeito as balizas decorrentes terão, necessariamente, que alcançar dois alvos principais: viabilizar para a penitenciárias condições para realização da regeneração dos presos e preparar o conjunto prisional para receber os detentos disponibilizando uma quantidade suficiente de vagas. É notável que o Estado está totalmente enfraquecido para arrumar todo o sistema carcerário.

As parcerias público-privadas surgiram para agregar aos princípios da eficiência da Administração Pública e da legalidade, presentes na Constituição de 1988 (BRASIL, 1988), no artigo 37[1]. O que se busca é o reforço da presença do Estado com as parcerias com o objetivo de existir comprometimento com resultados e metas e cooperação (MOURA, 2011).

É exatamente no contexto da escalada dos gastos, de presídios ineficientes e desestruturados, de superlotação dos presídios, de degradação das condições de alojamento, garantias fundamentais dos presos e descumpridor de leis, que é recusada a autorização o recursos essenciais para a construção de estabelecimentos novos, que está havendo a proposição da parceria público-privada e apresentada como uma solução para a crise no sistema carcerário brasileiro, demonstrando que há possibilidade de fornecer para o prisioneiro condições que sejam dignas para o cumprimento da pena, e dessa forma atingir a ressocialização (MINHOTO, 2000).

1 - "Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência..." BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 30 jun. 2022.

2.5.1 Proposta da implementação da parceria do ponto de vista do direito administrativo

É considerada uma prática recorrente a participação do setor privado no sistema carcerário em outros países, no entanto, no Brasil, é algo recente e bastante debatido. No Direito Administrativo é mostrado que a parceria público-privada é possível no sistema prisional (SANTOS, 2017).

Inicialmente, vale destacar que o encarceramento é considerado um serviço público, uma vez que, de acordo com Di Pietro (2014), ele consiste em "toda atividade material que a lei atribui ao Estado para que a exerça diretamente ou por meio de seus delegados, com o objetivo de satisfazer concretamente às necessidades coletivas", o que deixa claro que a administração e a manutenção de um presídio pertence ao serviço público, dado que este é executado pelo Estado de forma direta, tendo como objetivo garantir ou satisfazer as necessidades coletivas.

Di Pietro (2014) também afirma que com o atendimento dos requisitos legais relacionados a parceria público-privada, o contrato para administrar e manter os presídios não pode ser menor que cinco anos e nem maior que trinta e cinco anos, sendo admitida pela lei a prorrogação eventual. Além do limite temporal, ainda existe a exigência mínimo do valor da parceria público-privada, que é vedada sua celebração caso o valor do contrato seja menor que R$ 20 milhões.

Com relação ao Direito Administrativo, não existe óbice para a parceria público-privada, visto que está conforme todas as diretrizes doutrinárias abordadas. Além disso, traz a segurança do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos administrativos, a garantia da concessão de crédito direcionado para o financiamento de contratos de parcerias público-privadas e o compartilhamento de ganhos econômicos. É necessário que o parceiro privado assegure o cumprimento das obrigações pecuniárias que foram assumidas e a execução do contrato (DI PIETRO, 2014).

O contrato de parceria público-privada é uma opção viável, uma vez que garante os princípios administrativos do serviço público que estão dispostos na Lei nº 11.079 (BRASIL, 2004) e na Constituição de 1988 (BRASIL, 1988):

> Art. 4º Na contratação de parceria público-privada serão observadas as seguintes diretrizes:
>
> I - eficiência no cumprimento das missões de Estado e no emprego dos recursos da sociedade;
>
> II - respeito aos interesses e direitos dos destinatários dos serviços e dos entes privados incumbidos da sua execução;
>
> III - indelegabilidade das funções de regulação, jurisdicional, do exercício do poder de polícia e de outras atividades exclusivas do Estado;
>
> IV - responsabilidade fiscal na celebração e execução das parcerias;
>
> V - transparência dos procedimentos e das decisões;
>
> VI - repartição objetiva de riscos entre as partes;
>
> VII - sustentabilidade financeira e vantagens socioeconômicas dos projetos de parceria.

Devido à crise econômica e administração precária dos presídios, existe a possibilidade de que seja delegado para a iniciativa privada, com o propósito de prestar um serviço eficiente, assegurando os princípios e os direitos inerentes aos presos, sendo afastado a responsabilidade direta do Poder Público, contudo, sendo mantida a ele a titularidade do serviço (MINHOTO, 2000).

2.5.2 Legalidade da proposta de implementação da parceria público-privada no Brasil

Apesar de já existir parceria público-privada no sistema prisional brasileiro, não existe uma lei nacional específica que faça a regulamentação da gestão privada nos presídios. Entretanto, a Cons-

tituição de 1988 (BRASIL, 1988) e a Lei nº 7.210 (BRASIL, 1984), conhecida como a Lei de Execução Penal, são omissas com relação ao encarceramento ser de exclusiva responsabilidade do Poder Público. Não contém no Decreto-Lei nº 3.689/1941 nenhuma norma que impossibilite a delegação da responsabilidade prisional. Dessa forma, não existindo impedimento, é verificado que são possíveis as prisões privadas no país (MIRANDA, 2015).

Com relação ao objeto das parcerias público-privadas existe uma única vedação na Lei nº 11.079 (BRASIL, 2004), disposta no artigo 2º, §4º, inc. III: "que tenha como objeto único o fornecimento de mão-de-obra, o fornecimento e instalação de equipamentos ou a execução de obra pública".

Nos artigos 73 e 74 da Lei de Execução Penal não é proibido que os estabelecimentos prisionais sejam privatizados:

> Do Departamento Penitenciário Local:
>
> Art. 73 - a legislação local poderá criar Departamento Penitenciário ou órgão similar, com as atribuições que estabelecer.
>
> Art. 74 - o Departamento Penitenciário local, ou órgão similar, tem por finalidade supervisionar e coordena (BRASIL 2004).

De acordo com Ostermann (2014), deve-se deixar claro que no sistema prisional privado, a sentença penal continua sendo de responsabilidade exclusiva do Poder Público, assim como o acompanhamento da execução penal, sendo o confinamento de responsabilidade do privado. Não pode existir confusão entre a administração da penitenciária e a função jurisdicional do Estado.

A empresa possui sua função restrita ao estabelecimento em edital ou contrato, sendo função do Estado, necessariamente, a direção do estabelecimento penitenciário. A LEP não proíbe a participação da iniciativa privada na execução penal, ainda menciona a participação da comunidade: "Art. 4. O Estado deverá recorrer à cooperação da comunidade nas atividades de execução da pena e da medida de segurança" (BRASIL, 1984).

3 Análise e discussão dos dados/resultados

No Brasil, o sistema carcerário está em uma condição alarmante. A degradação, a superlotação dos alojamentos, a ineficiência e a falta de estrutura dos presídios, o descumprimento das garantias fundamentais dos presos e das leis, a escassez dos recursos públicos, para fazer investimentos nos setores de responsabilidade estatal é considerada praticamente inexistente, assim como a ressocialização do preso.

O grande crescimento das atribuições do Estado e a administração péssima do governo acabaram trazendo consequências consideradas desastrosas para os âmbitos econômicos e sociais. Diante disso, foi formada a ideia de Estado subsidiário, isto é, um Estado garantidor dos direitos individuais, mantenedor do bem da coletividade e que passa a fomentar, incentivar e fiscalizar a iniciativa privada. Surge a parceria com o setor privado como um modo de reduzir o tamanho do Estado e realizar a potencialização do atendimento ao princípio da eficiência na prestação dos serviços públicos.

Sabe-se que o Estado não consegue cuidar do prisioneiro e que é necessário melhorar o sistema carcerário com urgência, por meio do comprometimento de resultados e metas. A delegação de algumas funções do Estado para o ente privado, como acontece em alguns países e começou a ser experenciado em alguns estados do Brasil, pode ser uma das maneiras de realizar a correção do caos penitenciário no país.

Poderia haver a melhoria na situação das penitenciárias, uma vez que teria instalações reformadas e/ou novas com a realização das parcerias público-privadas, apropriadas para um ser humano, em condições sanitárias, com a possibilidade de receber atendimento médico, sem que haja a necessidade de deslocar o preso em casos de baixa gravidade ou urgência. Existiria o estímulo ao trabalho também, que atualmente possui um quadro deficiente.

4 Considerações finais

O tema desse trabalho foi a proposta de parcerias público-privadas no sistema carcerário brasileiro. Ele é tratado no Direito Penal e no Administrativo, visando regulamentar como devem ser realizadas as parcerias particulares com o Estado relacionadas aos presídios no Brasil, visto que não há uma lei específica.

Existiu uma oposição forte no Brasil com relação a proposta de privatização das penitenciárias, uma vez que, é alegado que há ilegalidade na privatização dos presídios. Esse argumento não possui respaldo, porque a execução, a fiscalização, a responsabilidade e a titularidade da pena seguem sendo do Estado, somente a administração do presídio seria de incumbência do setor privado, não havendo impedimento legal para essa implementação.

Não existe nenhum óbice legal para que haja a intervenção parcial da participação do setor privado na administração e construção das penitenciárias, dado que, estão vencidos os argumentos com relação a delegação do poder disciplinar. O Estado vem se mostrando falho no cumprimento das exigências da lei, na garantia da reintegração do egresso na sociedade e no atendimento do princípio da eficiência do serviço público, sendo conveniente a participação da iniciativa privada no sistema carcerário brasileiro.

Este é um desafio que pode ser encarado e que possui diversas possibilidades de ser um sucesso, desde que exista o interesse do poder público na fiscalização da implementação do sistema e do desenvolvimento conforme o que for determinado no contrato.

Referências

ARAÚJO JUNIOR, J.M. **Privatização das Prisões**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1995.

BARATTA, A. **Criminologia crítica e crítica do direito penal**: introdução à sociologia do direito penal. 6. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2011.

BORNIA, J.P. **Discriminação, preconceito e Direito Penal**. Curitiba: Juruá, 2007.

BOSCHI, J.A.P. **Das penas e seus critérios de aplicação**. 3. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004.

BRANCO, V.P.C. **Criminologia**. Ed. Sugestões Literárias S/A. São Paulo, 2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 30 jun. 2022. Art. 5º, inciso XXXIX.

____. **Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7210compilado.htm. Acesso em: 30 jun. 2022.

____. **Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l11079.htm. Acesso em: 30 jun. 2022.

____. Ministério da Justiça. **Relatórios Analíticos do Info PEN/DEPEN**. Departamento Penitenciário Nacional. 2020. Disponível em: https://www.gov.br/depen/pt-br/sisdepen/mais-informacoes/relatorios-infopen/brasil. Acesso em: 30 jun. 2022.

CAPEZ, F. **Curso de Direito Penal**: vol. I, parte geral. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

DI PIETRO, M.S.Z. **Direito administrativo**. 27. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

FARIAS JR., C.A.G. **Os adolescentes infratores e a eficácia da aplicação das medidas socioeducativas**. 2011. UECG – Universidade Estadual de Campina Grande, Campina Grande (PB), TCC. Graduação em Direito. Disponível em: http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/6069/1/PDF%20-%20Carlos%20Alberto%20Gil%20de%20Farias%20J%C3%BAnior.pdf. Acesso em: 08 jul. 2022.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. Rio de janeiro: Vozes, 1984.

____ . (1977) **Vigiar e punir**. Petrópolis, Ed. Vozes.

GOMES, P.N. **A prisão e o sistema Penitenciário: uma visão histórica**, Edulbra, 2000.

GRECO, R. **Curso de Direito Penal**: Parte Geral. 4. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2009

LYRA, R. **Criminologia**. Rio de Janeiro: ed. Forense, 2015

MINHOTO, L.D. **Privatização de presídios e criminalidade**: A gestão da violência no capitalismo global. São Paulo: Max Limonad, 2000

MIRANDA, F. **Privatização no sistema carcerário brasileiro**. 2015. Disponível em: https://amitafamitaf.jusbrasil.com.br/artigos/251309464/privatizacao-no-sistema-carcerario-brasileiro. Acesso em: 30 jun. 2022.

MOURA, V.B. **As parcerias público-privadas no sistema penitenciário brasileiro**. 2011. 43 f. Monografia (Especialização) - Curso de Direito Penal e Processo Penal, Instituto Brasiliense de Direito Público – Idp, Brasília, 2011. Cap. 5.

NOVO, B.N. A relevância da educação prisional como instrumento de ressocialização. **Revista Jus Navigandi**, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 24, n. 5847, 5 jul. 2019. Disponível em: https://jus.com.br/artigos/74918. Acesso em: 30 jun. 2022.

NUCCI, G.S. **Manual de Direito Penal**: parte geral: parte especial. 7. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011

ONOFRE, E.M. **Educação escolar**. São Carlos: EDFSCAR,2007.

OSTERMANN, F.M. **A privatização de presídios como alternativa ao caos prisional**. 2012. 32 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Direito, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Cap. 4.

PEIXOTO, A. **Criminologia**. 4ª ed. – São Paulo: Saraiva, 2013.

PIMENTEL, M.P. **O crime e a pena na atualidade**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1983

PRADO, L.R.; CARVALHO, E.M.; CARVALHO, G.M. **Curso de Direito Penal Brasileiro**. 13. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

PRETES, R**.** Brasil tem aumento de 5% nos assassinatos em 2020, ano marcado pela pandemia do novo coronavírus; alta é puxada pela região Nordeste**.** Disponível em: https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2021/02/12/brasil-tem-aumento-de-5percent-nos-assassinatos-em-2020-ano-marcado-pela-pandemia-do-novo-coronavirus-alta-e-puxada-pela-regiao-nordeste.ghtml. Acesso em: 11 jul. 2022.

ROXIN, C., 2006, p. 51 *apud* GRECO, R. Curso de Direito Penal: Parte Geral. 4. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2009

SANTANA, D.F. **Tipos de penas existentes no Brasil**: privativa de liberdade, restritivas de direito e pena de multa. 2012. Disponível em: https://www.conteudojuridico.com.br/consulta/Artigos/27810/tipos-de-penas-existentes-no-brasil-privativa-de-liberdade-restritivas-de-direito-e-pena-de-multa. Acesso em: 30 jun. 2022.

SANTOS, W.C. **Parceria público-privada no sistema penitenciário brasileiro**. Monografia (Bacharelado em Direito). Faculdade

de Ciências Jurídicas e Sociais do Centro Universitário de Brasília, 2017. Disponível em: https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/235/11875/1/21339649.pdf. Acesso em: 30 jun. 2022.

SILVA, K.E.O. **O Papel do Direito Penal no enfrentamento da discriminação**. Porto Alegre: Livraria do Advogado. 2011.

SILVA, L. Tipos de Crimes - Entenda os Mais Comuns no Brasil. 2021.

SOARES, O. **Curso de Criminologia**. Ed. Forense. Rio de Janeiro. 2015

THOMPSON, A. **A questão da Penitenciária**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

CAPÍTULO 4

O planejamento e a reeducação financeira na vida pessoal

DOI 10.29327/567563.2-4

Alan de Oliveira da Silva[1]
Rafael dos Santos Silva[2]
Frederico Fonseca da Silva[3]
Alexandre Machado Fernandes[4]
Paulinho Rene Stefanello[5]

RESUMO: O trabalho sobre planejamento e reeducação financeira na vida pessoal tem como objetivo, saber qual é o impacto que a falta de um planejamento financeiro acarreta para as pessoas físicas, identificando as características que envolvam, descrevendo os fatores que influenciam as decisões através de estudos com pesquisadores na área de planejamento financeiro, pesquisas na cidade de Foz do Iguaçu (PR) através de questionários, obtendo assim resultados dos quais muitos já sabem e/ou ter noção sobre o que

1 - Aluno concluinte do Curso Bacharelado em Ciências Contábeis, do Campus Curitiba, do IFPR - Instituto Federal do Paraná. E-mail: 641oliveira@gmail.com.
2 - Aluno concluinte do Curso Bacharelado em Ciências Contábeis, do Campus Curitiba, do IFPR - Instituto Federal do Paraná. E-mail: rafaelsasi@gmail.com.br.
3 - Engenheiro Agrônomo, doutor em Irrigação e Meio Ambiente, Pesquisador e Professor do IFPR - Instituto Federal do Paraná, Campus Curitiba, orientador do TCC da Pós. ORCID 0000-0003-2817-6983. Lattes: http://lattes.cnpq.br/4691454480439777. E-mail: frederico.silva@ifpr.edu.br
4 - Professor e Pesquisador do IFPR - Instituto Federal do Paraná. Mestre em Administração pela Universidade Federal do Paraná - UFPR. ORCID 0000-0002-1005-6169. Lattes: http://lattes.cnpq.br/7123791883265745. E-mail: alexandre.fernandes@ifpr.edu.br
5 - Professor e Pesquisador do IFPR – Instituto Federal do Paraná. Mestre em Governança e Sustentabilidade. ORCID 0000-0002-0010-1720. E-mail: paulinho.stefanello@ifpr.edu.br

é um planejamento financeiro não o colocam em prática deixando evidenciado assim, as dificuldades em tratar deste assunto. Expondo a falta de orientação que cada pessoa tem, quando o assunto é finanças. O trabalho tem como propósito apresentar soluções como reeducação financeira para que a população em geral possa se reeducar, tentando assim melhorar suas finanças.

Palavras-chave: Finanças; Investimentos; Pessoas.

PLANNING AND FINANCIAL RE-EDUCATION IN PERSONAL LIFE

ABSTRACT: The work on financial planning and reeducation in personal life aims to know what impact the lack of financial planning has on individuals, identifying the characteristics that involve, describing the factors that influence decisions through studies with researchers in the area of financial planning, research in the city of Foz do Iguaçu (PR) through questionnaires, thus obtaining results of which many already know and/or have a notion about what a financial planning is, most of them do not put it into practice, making it evident. thus, the difficulties in dealing with this issue. Exposing the lack of guidance that each person has when it comes to finances. The purpose of this work is to present solutions such as financial re-education so that the general population can re-educate themselves, thus trying to improve their finances.

Keywords: Finances, Investment, People.

1 Introdução

Este trabalho tem como objetivo saber o conceito teórico sobre planejamento financeiro, ajudar e/ou auxiliar as pessoas a fazerem um planejamento pessoal financeiro, para que tenham um controle e uma educação de suas vidas financeiras, e possam viver com mais tranquilidade e qualidade cada dia, sem preocupações. Podendo ser mais felizes E por consequências menos preocupadas com o cotidiano, além de identificar a porcentagem de pessoas,

dentre as pesquisadas, que sofrem com a falta deste planejamento financeiro.

O estudo divide-se em pesquisa teórica, onde se poderá conhecer sobre o planejamento financeiro através de alguns artigos, dissertações, livros etc., e em questionários e gráficos, feitos através da pesquisa de campo.

Como tema, este trabalho tem como tema o estudo sobre o planejamento financeiro das pessoas físicas em Foz do Iguaçu (PR).

O foco do problema consiste que o planejamento financeiro é uma ferramenta da qual as pessoas tem a sua disposição, mas que na maioria das vezes não as utiliza colocando em prática. Em função disto, qual é o impacto que a falta de planejamento financeiro trás para as pessoas físicas?

Dessa forma, teve-se como objetivo geral, tratar das finanças das pessoas físicas, relacionando o planejamento financeiro na vida das pessoas e o que a sua falta acarreta. Através do objetivo geral, foram tratados como pontos principais do presente estudo: a) Analisar as características que envolvam a presença ou a falta de planejamento financeiro por parte das pessoas físicas; b) Verificar através das características obtidas, os fatores que influenciaram as decisões financeiras tomadas por parte das pessoas físicas; e, c) Demonstrar as informações obtidas, à luz da literatura, objetivando quais os resultados embasados das decisões tomadas pelas pessoas físicas, sob a ótica do planejamento.

Por fim, como justificativa do mesmo consistiu na intenção de alertar pessoas físicas, para a importância de se fazer um planejamento financeiro pessoal. Pois é através dele que cada um poderá ter uma noção do que se pode e o que não se pode gastar. Fazendo assim, uma reeducação financeira.

2 Fundamentação teórica

2.1 Início do planejamento

Desde o começo dos tempos os homens se organizavam em grupos para defenderem seus territórios e seus bens de outros grupos inimigos. Esta era uma forma simples de planejamento.

O planejamento surgiu nas empresas, a partir da década de 1960, com um livro de estratégia de Igor Ansoff de 1965 (ANSOFF, 1990). A divisão do conhecimento se intensificou em 1970. Alguns anos depois passou por uma nova fase, onde a palavra planejamento, foi substituída pela palavra estratégia.

De acordo com o grande nível de exigência das empresas, a evolução do planejamento estratégico, aconteceu rapidamente (SERRA e FERREIRA, s/d), pois queriam dar cada vez mais embasamento, para orientar suas ações, se proteger no mercado e crescer cada vez mais.

Quadro 1. Marco Histórico da Estratégia nas Empresas

Marco Histórico da Estratégia nas Empresas	
1965	Edição do 1° livro sobre estratégia, de Igor Ansoff.
1973	Realização do 1° seminário Internacional de Administração Estratégica na Universidade de Vanderbilt.
1980	Publicação do 1° livro com desenvolvimento de conceitos próprios de estratégias, escrito por Michael Porter.
1994	Edição do livro The Rise and fall of Stratégic Planning, de Mintzberg, que mostra a precariedade dos conceitos de planejamento estratégico e marcou o início de uma nova fase dos conceitos de estratégia.
1994	Publicação de artigos na revista Internacional Management, mostrando que o planejamento estratégico deixava de ser o serviço de maior faturamento das empresas de consultorias européias.
A partir de 1996	Presença cada vez mais freqüente da palavra Sucesso nos textos sobre estratégia.

Fonte: Faria (1994)

Conforme o autor,

> O planejamento é tão antigo quanto a história. A construção das pirâmides egípcias não se concretizou sem que tivessem sido elaborados complicados planos e projetos, e sem que os administradores tivessem se preocupado com a alimentação de milhares de trabalhadores, escravos e soldados, assim como planejado o transporte dos enormes blocos de granito, originários de local, na região sul do Egito. Planos e projetos também disciplinaram outras construções importantes, a exemplos dos aquedutos construídos pelos romanos, os canais de irrigação da Mesopotâmia, os templos e fortificações das cidades antigas, templos astecas, pirâmides maias, palácios indianos, muralhas chinesas, etc. Não obstante, e com raríssima exceção, o planejamento, tal qual hoje o conhecemos, era quase que exclusivamente usado como arma de guerra, e ao qual se denominava “estratégia” ou “arte dos generais” (FARIA, 1994).

É através do planejamento que se alcança o sucesso. Este sucesso não é algo acabado, conquistado ou estático, ele é algo dinâmico, é um processo (MAINARDES *et al., 2011)*.

O planejamento estratégico (CHIAVENATO e SAPIRO, 2009) consiste em analisar as ameaças, oportunidades, pontos fortes e fracos, onde as ameaças são problemas que podem perturbar a vida da empresa, sejam pela tecnologia, concorrentes, mercados, entre outros. As oportunidades são fatores que podem levar uma empresa ao auge. É onde a empresa se destacará em relação as demais.

As ameaças, são os aspectos que podem derrotar a empresa, são os fatores limitantes dela. Já os pontos fortes são os fatores determinantes da empresa de sucesso, onde a empresa é imbatível. E os pontos fracos são os aspectos que podem derrotar a empresa, são os fatores determinantes dela. Através destes existem quatro fatores que podem ser considerados problemas e ao mesmo tempo proporcionar um equilíbrio, pois onde existem ameaças, há

também, uma grande oportunidade para a empresa (ZACCARELLI, 2012).

De acordo com Ahrens (2017), é importante analisar forças e fraquezas, tentar aumentar as forças e corrigir as fraquezas, priorizar e definir quais são as indicadas para se investir. Em seguida priorizar as ações, ou seja, identificar as forças e as fraquezas que são essenciais para uma vida financeira adequada.

Posteriormente, identificar o quanto as forças e fraquezas são raras, difíceis de imitar e difíceis de consertar. Também é importante fazer uma análise interna pois ela pode ser vista como aquilo que se pode fazer para melhorar. Em seguida, analisar as ameaças e oportunidades que estão rondando e as que estão sendo aguardadas para o futuro. Este fator também deve fazer parte da vida (FILOMENA, 2016).

A análise externa pode ser vista como aquilo que se deve fazer para melhorar o ambiente. Mais importante do que formular um planejamento estratégico é administrar e pensar estrategicamente. O planejamento estratégico faz parte da construção do futuro. É um processo dinâmico e totalmente flexível, pois assim, poderá fazer algumas mudanças, se necessário (HITT *et al., 2001)*.

2.2 Significado de planejamento

O planejamento é um processo contínuo e dinâmico que tem como função tornar realidade um objetivo. Para tal, é necessário um conjunto de ações intencionais, integradas, coordenadas e orientadas, possibilitando assim antecipadamente a tomada de decisão (FERREIRA, 1986).

Ainda, de acordo com o autor, Planejamento é:

> 1. O ato ou efeito de planejar; 2. Trabalho de preparação para qualquer empreendimento, segundo roteiros e métodos determinados; planificação, o planejamento de um livro, de uma comemoração; 3. Elaboração, por etapas, com bases técnicas (especialmente no campo socioeco-

> nômico), de planos e programas com objetivos definidos; planificação (FERREIRA, 1986).

Drucker (1989) diz que “preparar-se para o inevitável, prevenindo o indesejável e controlando o que for controlável”. Ou seja, planejamento nada mais é do que uma ferramenta que possibilitará perceber a realidade além que construir um futuro e avaliar quais serão os caminhos que serão percorridos para chegar ao objetivo desejado, podendo também checar todo o processo a que o planejamento se designa.

De acordo com Barbosa (2009), a maioria das ações tomadas no dia a dia necessitam de planejamento. Porém são tomadas sem qualquer planejamento. E essa, pode ser a causa de muitos dos problemas causados no dia a dia como a falta de tempo para os filhos, esposas ou pais, entre outros, além do problema financeiro onde a maioria das pessoas tem muita dificuldade.

E quando é feito algum planejamento, se faz também planos bons e viáveis ao invés de planos sérios. É recomendável ter em mente que um excelente planejamento leva tempo e gastos. Trata-se de um processo de deliberação e explicito que escolhe e organiza ações, antecipando os resultados esperados. Buscando alcançar alguns objetivos pré-definidos. É um ato de antecipar-se. Constitui-se no exercício de viajar até o futuro (CARDOSO JUNIOR e CUNHA, 2014).

Planejamento está conceituado como sendo,

> O estabelecimento da distribuição racional no tempo e no espaço dos recursos disponíveis, com o objetivo de atender com menor desperdício possível a hierarquia de prioridades necessárias para a realização, com êxito, de um propósito previamente definido. É a seriação lógica de fases para a melhor utilização dos recursos disponíveis visando a conduzir a pessoa ou instituição à consecução de um objetivo com o menor dispêndio e risco. Em resumo, o planejamento é a coordenação antecipada do desempenho futuro, atendendo as exigências de

> uma previa hierarquização de necessidades e de possibilidades para melhor utilizar os recursos disponíveis. O plano é a sequência lógica de fases necessárias para a realização de um trabalho, e quando os elementos são distribuídos no tempo total disponível, temos a programação. O planejamento é, pois, o estabelecimento de planos a longo prazo, já a programação é o estabelecimento de planos a curto prazo, considerando o rateio do tempo disponível entre suas fases. Normalmente, um bom planejamento sincroniza e coordena diversos programas (FARIA, 1993).

Kwasnicka (2004) afirma que o planejamento é o instrumento que os administradores utilizam para examinar a situação atual e definir maneiras de se atingir a situação futura.

Robbins (2005), explica que planejamento é a principal função da administração. E nesta função são determinados os objetivos, ocorrem as tomadas das decisões, são feitas previsões e iniciadas estratégias. Sendo assim, acredita-se que o planejamento é uma decisão por antecipação do que fazer, como fazer, por que fazer, e quem deverá fazer.

Já Chiavenato (2005) descreve que o planejamento é o processo administrativo que determina antecipadamente o que um grupo de pessoas deve fazer e quais as metas que devem ser atingidas. O planejamento administrativo significa decidir adiantadamente o que deve ser feito para alcançar determinado objetivo.

2.3 Consequências de um planejamento

A falta de conhecimento sobre o que se pretende fazer pode levar uma empresa à falência. Toda informação técnica, todo conhecimento gerencial e um bom líder que influencie as pessoas são necessários para que um planejamento dê certo, e a empresa prospere cada vez mais (PESTANA *et al, 2003)*.

Além disso, há a possibilidade das pessoas sofrerem um impacto muitas vezes positivo, com a facilidade de conseguir crédito

na praça, aumentando assim o poder econômico e social entre as classes mais humildes. Sendo assim, qualquer pessoa que tenha acesso a este crédito, poderá aproveitar essas oportunidades econômicas, principalmente a classe mais pobre, que poderão sentir-se mais dignas. Porém essas pessoas têm que se policiar para que estes benefícios, não as prejudiquem. Que essas pessoas não se afundem em dívidas por causa deste crédito (MORA, 2015).

Sempre é bom lembrar que ter benefícios sempre é maravilhoso, principalmente se por ventura surja alguma dificuldade inesperada, porém é necessário usufruir destes benefícios com muita cautela. Assim sendo, um planejamento bem elaborado pode reduzir o tempo para se alcançar um sonho. Ele pode e deve ser aplicado em todas as áreas, mas principalmente no setor financeiro. Ele ajudará a prevenir contra imprevistos (DAFT, 2006).

De acordo com Afonso (2012), um planejamento bem elaborado pode fazer mais do que anos de trabalho árduo. Porém tem-se que ter sempre em mente que o planejamento não impede que imprevistos aconteçam, mas ele ajuda a amenizar os impactos ocorridos na vida financeira.

Além de fazer o planejamento, é necessário colocá-lo em prática. É necessário ir até o fim, não o abandonar. E sempre ser flexível, caso tenha que fazer alguma mudança, pois assim como sempre se muda de decisão, pode-se mudar de objetivos e por consequência ter que mudar de planejamento. O planejamento é uma das melhores armas que se pode ter para garantir o crescimento ao longo dos anos. O planejamento é a base para tudo ser realizado. A necessidade de planejar, organizar e priorizar as ações diárias, é um ato árduo e estressantes (GONZALEZ *et al, 2011).*

2.4 Organizar e planejar

Em primeiro lugar, o ideal é planejar um orçamento familiar durante todo o ano. Por isso a importância do orçamento doméstico. O importante é, além de fazer o orçamento, se comprometer em pagar estritamente tudo o que conseguir. De acordo com BCB (2013)

- consultor financeiro, a pessoa tem que aproveitar o início do ano para fazer um orçamento detalhado e preciso, podendo assim identificar para onde está indo o dinheiro e saber o que pode ser cortado do orçamento e o que não pode.

> Colocar todos os gastos no papel, a economia que com toda certeza vai ser feita é de impressionar. A maior parte das pessoas não sabe para onde o dinheiro está indo. Sem contar o fato desse orçamento ajudar também na hora de pagar as contas do início do ano (BCB, 2013).

Alguns consultores financeiros, dentre eles Kimura (2019) ensinam que na hora de pagar as contas, deve-se dar prioridade as contas que se têm juros muito altos, como é o caso dos cartões de créditos, IPTU, IPVA, entre outros, além de priorizar as dívidas antigas, pois essas têm juros bem maiores. Os impostos sobre veículos e imóveis, caso aja condições financeiras, tem que ser pagos à vista, pois os descontos podem chegar à 10%. Segundo alguns consultores, nenhum investimento rende esta porcentagem.

O bom também, é sempre fazer uma pesquisa de preços antes de comprar qualquer produto, pois existem várias lojas com o mesmo produto e preços diferentes. Caso as pessoas estejam endividadas, devem evitar fazerem mais dívidas, e se for o caso, renegociar as dívidas antigas que forem possíveis. Fazendo isso e destinando uma pequena porcentagem do seu salário, no final do ano, além de não ter dívida alguma ainda poderá usufruir o 13º salário da maneira como bem entender (SICSÚ e CASTELAR, 2009).

2.5 Começando a planejar o futuro

Todos sabem que um bom planejamento estratégico pode trazer bons benefícios, mas poucos conseguem reservar um tempo de suas vidas para pensar e planejar de forma séria, sobre seu futuro. E fica pior quando se pensa em planejamento financeiro. Pois se houver uma pesquisa profunda, chega-se à conclusão de que um grande número de jovens e adultos nunca fizeram nenhum tipo de planejamento financeiro, e isso pode representar vários perigos. É

muito importante começar a pensar sobre o assunto (LACOMBE e HEILBORN, 2006).

O planejamento serve para lidar com o futuro. Segundo Drucker (1975), o planejamento não diz respeito a decisões futuras, mas às implicações futuras de decisões presentes. Apesar de o futuro ser incerto, quando se faz um planejamento, traça-se alguns caminhos que podem levar o futuro a ficar a favor de quem o planeja. Uma coisa é certa, que o futuro chegará para todos. Tanto para os que planejam como para os que não se importam com isso. A grande diferença está na maneira como é enfrentado.

Há dois motivos básicos para as pessoas não planejarem suas vidas, principalmente quando o assunto é financeiro. O primeiro é a falta de conhecimento, e o segundo é a falta de interesse. Atualmente, o desinteresse está mais relacionado com a falta de planejamento, embora muitos aleguem à falta de tempo. Porem esta questão de tempo não é muito válido, partindo do princípio que o tempo é o mesmo para todos e alguns planejam suas vidas e outros não. Acredita-se que a questão é falta de hábito e orientação. A escolha atual é o primeiro passo para o rumo do futuro que virá (KNÜPPE, 2006).

2.6 Os princípios e objetivos básicos do planejamento

Para Scanlan (1979), o planejamento é a primeira função e mais importante da administração. Antes de se empreender em qualquer outra atividade administrativa é preciso determinar as diretrizes, os objetivos e os meios para consegui-las.

Faria (1994) apresenta os princípios norteadores do processo de planejamento:

- Da inerência - é inerente, portanto, às atividades em geral e a todos os níveis e setores.
- Da universalidade - deve envolver todos os aspectos da situação e prever tudo que possa ocorrer.

- Da unidade - todas as partes integradas ao conjunto.
- Da previsão - uma vez que a essência é de antecipação, isso por si exige prever o futuro que pode ser de curto, médio ou longo prazo.
- Da flexibilidade - embora deva ser o mais precioso possível, deve-se criar alternativas e examinar necessidades de ajustes (FARIA, 1994).

De acordo com Maximiano (1995), o planejamento tem como objetivo criar condições para que a organização concretize seus objetivos e enfatiza três aspectos que impulsionam a elaboração do planejamento operacional: enfrentar fatos que certamente ocorrerão (eventos futuros conhecidos); criar um futuro desejável (predeterminação de eventos); e coordenar fatos entre si (promover coordenação).

> O principal objetivo do planejamento é conduzir o indivíduo ou a instituição à realização de seus fins, disciplinando a ação e evitando que a dispersão de esforços e a falta de continuidade possam ocasionar o fracasso pela perda dos recursos e de confiança dos agentes executores na instituição e nos seus executores. O planejamento tem por fim dar forma aos elementos previstos, preparando as bases da futura estrutura e de seu funcionamento administrativo, visando à melhor utilização dos recursos humanos e materiais (FARIA 1993).

2.7 Finanças

De acordo com Halfed (2006), finanças está diretamente ligada a situação financeira. É impossível comentar sobre finanças, sem mencionar tal situação, sem mencionar os recursos econômicos das pessoas e/ou empresa, sem mencionar empréstimos, fluxos de caixas, contas a pagar e a receber, e seus prováveis endividamentos.

Também pode ser relacionado aos recursos financeiros de um País. Analisar assim, as diversas formas como uma Cidade, Esta-

do ou País, obtêm e utilizam suas riquezas. Porém o foco abordado neste trabalho será finanças pessoais (FOULKS, e GRACI, 1989).

Sendo assim, tem-se que ter em mente que não existe investimento sem aplicação de recursos financeiros. Tem-se que analisar se o investimento a ser feito, se é viável ou não, avaliar se o retorno é suficiente ou insuficiente. Ter uma visão do futuro (HALFED, 2006). Como ficará no futuro com tal investimento? O que pode acontecer neste meio tempo? Se acontecer algum imprevisto, quais serão as consequências sofridas em decorrência deste investimento? Vale a pena fazer este investimento? Qual será a segunda opção, caso aconteça algum imprevisto?

Ao analisar se um produto é caro ou não, além de avaliar a quantidade de dinheiro investido, deve-se considerar também se o produto irá atender ou não as necessidades exigidas. Ter um controle operacional, onde se possa analisar como está o orçamento e se tem condições de cumpri-lo. Analisar o ambiente, alocar recursos, prever o futuro para depois efetuar tal compra de um produto e/ou serviço (MARSHALL, 1982.).

Segundo Groppelli e Nikbakht (2006), finanças é a aplicação de uma série de princípios econômicos e financeiros objetivando a maximização da riqueza da empresa e do valor de suas ações.

De acordo com Gitman (2009), onde maximizar a riqueza tem o mesmo significado de obter o maior lucro com o menor risco. Uma pessoa ou empresa pode formular estratégias, através do pensamento, planejamento e tomada de decisão, onde o pensamento analisará suas reais intenções. O planejamento tem enfoque sistemático e abrangente. E a tomada de decisão será a resposta eficaz a oportunidades e problemas inesperados. Em resumo, finanças são em parte ciência e em parte arte.

2.8 A origem das finanças

Dow e Fuentes (1997), reconhecem o crescimento sobre a economia subestimando o papel da moeda e do sistema financeiro em macroeconomia e economia monetária.

Enquanto que Greenwald *e* Stiglitz (1993) tentam identificar as razões em que as questões monetárias e financeiras foram tratadas no âmbito da economia. Pois antigamente, para conseguir comprar alguma coisa, tinha-se que ficar em fila, esperar por dias, ou até mesmo meses, como era o caso da linha telefônica, ou pelo menos ter amizades com pessoas influentes, como era o caso de pessoas que trabalhavam em algum órgão do governo. Hoje em dia, a realidade é outra, pois a concorrência é tão grande, que não precisa de quase nada, para se comprar algo. Ficou muito mais fácil, adquirir qualquer tipo de produto ou serviço, basta ter o "nome limpo". Em alguns casos, isso, nem é necessário.

A comodidade, ou a concorrência, é tanta, que para se ter um cartão de crédito, por exemplo, não é preciso fazer nada, basta ficar em casa e "atender ao telefone", já que, as empresas ligam nas residências oferecendo cartões. Com tanta facilidade no acesso/aquisição, as pessoas acabam comprando, por comodidade ou impulso, já que quando ela quer alguma coisa, e não tem dinheiro, estão ali os cartões de crédito, os cheques, e até mesmo os crediários próprios, que a maioria das lojas oferecem hoje em dia, deixando de lado e/ou esquecendo de planejar suas vidas financeiras, onde acabam fazendo dívidas em cima de dívidas, parcelando e reparcelando uma conta atrás de outra, pegando empréstimos em bancos para pagar dívidas anteriores e se afundando cada vez mais em um buraco que não tem fim (COSTA, 2004).

Segundo Carvalho (2005), esse comportamento vira uma bola de neve tão grande que algumas pessoas não resistem ao choque, por tal situação e acabam, em alguns casos até mesmo, se suicidando. Para que isso não aconteça, tem-se que ter como base primordial em suas vidas, um planejamento. Definir os objetivos, o que se quer e o que se pode comprar elaborar um orçamento e ter um controle administrativo sob essas despesas, para que mais tarde não se faça parte dessa estatística tão triste, porem real, que acontece na vida de muitas pessoas e empresas.

2.9 A origem do sistema financeiro

Para Lopes e Rossetti (2002), as mercadorias utilizadas como moedas de trocas, variavam de acordo com as necessidades das pessoas. Por isso ocorriam muita dificuldade pois em trocar as mercadorias entre si, já que enquanto alguns tinham somente um tipo de objeto para trocar, que as vezes, outras pessoas não necessitavam.

É através do sistema financeiro que tem o sistema monetário que define qual é a moeda predominante que circula no país. Cada país tem sua moeda. No Brasil é o Real (R$). A primeira moeda do Brasil foi a moeda-mercadoria, ou seja, a troca de mercadorias. Com o passar do tempo, criaram as moedas (ouro, prata e cobre) para facilitar as trocas de mercadorias (CMB, 2020).

No decorrer do século XX o Brasil adotou nove sistemas monetários diferentes, estão entre eles o (mil-réis; cruzeiro novo; cruzeiro; cruzado; cruzado novo; cruzeiro; cruzeiro real; e o real), nestas respectivas ordens. Isso aconteceu por causa da inflação (a redução do valor das mercadorias), que era muito alta, então trocavam-se as moedas para tentar controlar a inflação. Mas ela só conseguiu se estabilizar com a chegada do plano real (CMB, 2020).

Por esta razão é correto afirmar que, o dinheiro é muito mais valioso em caixa do que no futuro, pois o valor do dinheiro muda ao longo do tempo. Sendo assim os investidores preferem o dinheiro na mão, onde eles podem aumentar do que esperar a longo prazo, e correr o risco de ficar com menos. Por isso, os administradores devem estar atentos aos fatores que diminuem este valor (BBC BRASIL, 2017).

Para Vasconcellos e Garcia (2005), a moeda é um instrumento ou objeto aceito pela coletividade para intermediar as transações econômicas, para pagamento de bens ou serviços. Existem três causas fundamentais, para que isto aconteça. Elas são: Inflação; risco; e preferência pela liquidez.

De acordo com Reis (2018), a inflação, nada mais é do que o aumento geral de preços na economia, onde por consequência, o

valor real da moeda diminui. O poder real da compra da moeda hoje, é muito maior do que será amanhã em função da inflação.

O risco faz com que o futuro se torne incerto, causando um declínio no valor do dinheiro, pois se o futuro é incerto, o risco aumenta com o tempo, e como as pessoas não gostam do risco, preferem o dinheiro agora, e assim evitam investir em algo para o futuro (BCB, 2013).

E a liquidez que se refere ao grau de facilidade com que os ativos podem ser convertidos em caixa, por isso é importante tanto para os investidores quanto para os proprietários da empresa. Por esta razão, os investidores preferem deixar seu dinheiro em caixa para algumas emergências, a comprometer todo seu ativo em um futuro investimento (REIS, 2017).

O significado da palavra Sistema,

> 1. Reunião de princípios coordenados de modo a formar uma doutrina: o sistema filosófico de descartes; 2. Combinação de partes que, coordenadas, concorre para certo fim: sistema nervoso; 3. Forma de organização administrativa, política, social ou econômica de um Estado: sistema eleitoral francês; 4. Modo, forma, maneira, plano, método; 5. Geologia. Cada um dos períodos em que se dividem as eras; 6. Classe de rochas de formação analógica; 7. História natural. Método de classificação no qual se observa uma, ou um pequeno número de características; 8. Conjunto de partes coordenadas entre si (FERREIRA, 1986).

E finanças são,

> 1. A Fazenda Nacional; 2. Erário, tesouro público: a administração das Finanças do Estado; 3. A ciência e a profissão do manejo do dinheiro, especialmente do dinheiro público; 4. O estado financeiro de um país ou, p. ext., de um particular. // Finanças públicas, conjunto dos recursos e das regras que concernem à atividade financeira das administrações públicas (FERREIRA, 1986).

De acordo com um programa de educação financeira na internet (BRASIL, 2021), as pessoas e muitos empresários não sabem definir estratégias para controlar suas finanças, não conseguem administrar seu dinheiro, não conseguem economizar, ou seja, não são educados para administrar as finanças ou lidar com o dinheiro, eles não têm um controle financeiro adequado.

Segundo este programa, tem-se que ter muita firmeza e equilíbrio para manter as finanças em ordem, tanto as pessoais como as empresariais. Pois os dois tipos de finanças são muito parecidos, onde o começo de tudo é tomar uma decisão estratégica para atingir as metas, e claro, conhecer a fundo a área financeira e a situação financeira, fazendo assim uma análise e um planejamento financeiro. Fazer um levantamento e um controle das finanças. Analisar todos os recursos financeiros disponíveis, antes de fazer qualquer dívida e/ou empréstimos, analisar os juros, avaliar todas as possibilidades antes de tomar qualquer decisão. Sempre pesquisar e escolher a melhor alternativa, tanto para as empresas, como para empréstimos pessoais. Sempre controlar suas finanças e selecionar as melhores fontes de recursos financeiros, além de analisar qual será corretamente a utilização destes recursos, para que assim, não tenha uma perda desse investimento. Pois investir é coisa séria. E é um dos grandes segredos do sucesso empresarial.

De acordo com Rezende (2001), o plano de investimento é fundamental para se tomar uma decisão. Além do empréstimo, tem-se o financiamento, que possibilita a existência de algumas empresas que geralmente não possuem um capital inicial suficiente. Esse financiamento serve para bancar tal estrutura e seus custos. Chega-se à conclusão de que investimento é a quantia em dinheiro destinada para suprir uma determinada necessidade da empresa, levando em consideração as variáveis como prazo, data de pagamentos, garantias etc.

Para fazer tal financiamento é necessário conhecer os riscos, os benefícios e as potencialidades que a empresa poderá obter. Com tantas oportunidades de compras, tantas possibilidades de gastar dinheiro, é preciso ter muita firmeza e equilíbrio para manter

suas finanças pessoais em ordem. Se estas qualidades são fundamentais para administrar o orçamento doméstico, imagine como elas são vitais para a gestão das finanças de uma empresa. Administrar as finanças de uma empresa é bem parecido com administrar as contas pessoais. Na verdade, esta é uma tarefa que pode ser bastante simples e que se leva a tomar decisões estratégicas. Dentro de uma empresa o objetivo é sempre promover o crescimento e construir solidez, para atingir essa meta, é necessário conhecer o que realmente compõe a área financeira (ROSS *et al., 2000)*. Qualquer empresa existe para obter lucro. Porém, para chegar até esse objetivo, alguns pré-requisitos são necessários. Entre estes pré-requisitos, estão conhecer a fundo sua empresa e alguns conceitos básicos como: Livro caixa, que é um livro que registra todos os dias, todas as entradas e saídas de dinheiro das empresas.

Fluxo de caixa é um controle financeiro onde são organizados todos os dados atuais e futuros da empresa, isso deve ser feito ao menos uma vez por ano (SEBRAE, 2016). É como se fosse uma fotografia financeira da empresa

Dentro da estruturação financeira existe também uma estreita relação entre caixa, patrimônio e lucro (PADOVEZE e*t al.,* 1994). CAIXA: São os controles financeiros básicos, tais como o registro de caixa das entradas e saídas, contas a pagar e contas a receber controle bancário, controle de estoques e fluxo de caixa. LUCRO: É a apuração do resultado, a relação entre receitas e custos mais despesas, a margem de contribuição, a relação entre despesas e custos fixos e variáveis. A partir desses dados, é feita a avaliação do lucro ou do prejuízo, são definidas as estratégias para aumentar o lucro e, enfim, as decisões são tomadas. PATRIMÔNIO: É a estrutura patrimonial, os bens da empresa, a relação entre enriquecimento e o empobrecimento, o capital de giro, as tendências de crescimento, endividamento e rentabilidade. Não é possível analisar se a empresa está com uma boa situação financeira se não conhecer todos estes aspectos envolvidos.

De acordo com Fortuna (2008), os principais objetivos da administração financeira são os seguintes: Auxiliar na melhor utiliza-

ção dos recursos disponíveis em investimentos, financiamentos e aplicação do lucro líquido. Selecionar as melhores fontes de obtenção de recursos financeiros e analisar a correta utilização desses recursos.

Investimento é outra ferramenta importantíssima em qualquer planejamento financeiro, para tomar uma decisão estratégica é necessário fazer um plano de investimento. Na verdade, este plano é um documento destinado a estudar a situação atual e futura da empresa. Normalmente, as aplicações dos recursos na área de investimentos destinam-se a aquisição de máquinas novas, substituição de um equipamento por outro, campanha publicitária, instalação de sistema de controle de produção e estoques por computadores, compra de patente sobre processo de produção ou direitos de uso de marcas comerciais, construção de uma nova fábrica, abertura de uma nova linha de produtos e serviços, lançamento de um novo produto, decisões entre alugar e comprar, e assim sucessivamente, dependendo do tipo de negócio da empresa (FUJI, 2004).

O BCB (2013) chegou à conclusão de que a principal razão para ter suas finanças “acabadas” é não saber distinguir, necessidade de desejos. O desejo de querer possuir leva muitas pessoas a consumirem produtos por impulso. Impulsos dos quais podem levar estas, a terem conseqüências trágicas. Os indivíduos vão se afundando cada vez mais por causa de uma atitude impensada, ou mal analisada.

Geralmente os consumidores pensam somente no momento da compra e no custo em si, não pensam nas conseqüências, e os diversos custos que poderá acarretar um produto. Um exemplo seria a compra de um automóvel. Ao comprarem um automóvel, as pessoas estão pensando no conforto que este poderá oferecer, no preço do bem em si, mas dificilmente pensam nos gastos que isto ocasiona a mais, como por exemplo, o combustível, o IPVA, manutenção, entre outros gastos. O consumo dos bens deve sempre estar relacionados a suas reais necessidades. Para que assim possam organizar e planejar suas finanças (MENDES, 2015).

2.10 Controle financeiro

É difícil conseguir encontrar pessoas que conseguem viver dentro de seu orçamento financeiro. Além disso, colocam a culpa de sua situação financeira, no baixo salário. Não conseguem adaptar seu salário à suas necessidades, fazem o contrário, tentam adaptar suas necessidades a seus salários. Estes indivíduos têm que estar cientes, que ganhando um salário mínimo ou dez salários mínimos suas dificuldades serão as mesmas, pois a diferença não está no salário e sim na dificuldade de administrar suas finanças (INFOMONEY, 2007).

O controle financeiro é o primeiro passo para que isto não aconteça. De acordo com Almeida (2006), existem cinco passos para que as pessoas consigam se controlar mais. O primeiro passo: "Comprar somente o necessário". Distinguir o desejo das necessidades e se controlar ao máximo quando o assunto for desejo; Segundo passo: "Fazer um orçamento familiar e viver dentro das possibilidades que este te proporciona". Fazer com que as famílias entendam, que no momento o que se pode gastar é tal quantia, e não ultrapassar este limite, pois as conseqüências poderão ser muito sérias; Terceiro passo: Procurar seus credores e renegociar suas dívidas, fazendo parcelas que caibam dentro de seu orçamento familiar e econômico, esquecer cheques e cartões de créditos, onde os juros são os mais altos do mercado financeiro. Os credores querem receber, sendo assim estarão abertos a negociações; Quarto passo: "Fazer uma poupança, onde consiga economizar no mínimo 10%. Caso seja muito no primeiro momento, tentar começar com 5%, mas o importante é que se inicie". Pois com este dinheiro guardado, qualquer eventualidade que chegue a acontecer, não será necessária pegar dinheiro emprestado com juros absurdos; e, Quinto e último passo: "Ter itens de necessidades básicas guardados, pois caso aconteça uma eventualidade, aonde um dos membros da família chegue a perder o emprego, não ficará tão apertado o orçamento, para aqueles que ainda continuam a sustentar a família". Seria assim, um gasto a menos, até que a situação se normalize.

2.11 Como organizar as finanças

Para Vissotto Jr. (2017) só existe uma solução para as pessoas se organizar financeiramente, que seria seguir uma regra básica do “70-30”, que significa comprometer as dívidas fixas como aluguel, conta doméstica, entre outras em no máximo 70% do seu salário, onde os 30% restante ficaria para seu lazer e/ou algumas eventualidades.

Para outros consultores, tais como Matsumoto *et al.,* (2008), existem mais passos a serem seguidos: Para se organizar financeiramente, é necessário saber quais são suas despesas, seus gastos, e o que se ganha. Não ficar no “achismo”, e sim ter certeza de tudo o que se gasta e o mais importante, onde se gasta, com quem e com o que se gasta. Enfim, saber o porquê se gasta. Podendo assim, descobrir se seu dinheiro irá faltar ou sobrar no final do mês.

O mais importante é ter-se em mente das necessidades básicas, do que se precisa como moradia, vestimentas, educação e alimentação. E avaliar o que se quer, coisas superficiais, como viagens, fazer festas, reformas, entre outras. O orçamento é uma ferramenta muito importante e necessária. Pois o investimento é escolhido com fluxos de caixa de taxas de retorno satisfatório. O orçamento está ligado as despesas de capital (SMAB, 2010).

2.12 Finanças pessoais

De acordo com alguns livros de finanças pessoais, dentre eles SPC (2016), as mulheres estão entre as que mais gastam dinheiro com coisas supérfluas. Porém uma pesquisa realizada nos EUA mostra que as mulheres não são tão viciadas em gastar como os livros apontam, pelos menos, não com coisas banais. Elas gastam sim, mas na maioria das vezes gastam para comprar coisas para casa e/ou para a família. Enquanto a maioria dos homens, quando gastam, é para eles mesmos.

A mulher quando vai comprar alguma coisa, passa horas e horas, olhando e pesquisando os preços, enquanto os homens com-

pram na primeira loja em que encontrou o produto, não se importando com o preço do produto e sim, com o valor o qual o acarretará (SPC, 2016).

Ainda segundo a pesquisa de gastos do consumidor 2004-2005 dos EUA, também mostra que os homens solteiros gastam com seus carros (US$ 846 à mais do que as mulheres); comer fora (US$ 752 à mais); bebidas alcoólicas (US$ 280 à mais); e equipamentos audiovisuais (US$ 143 à mais). Se bem que é verdade que esta pesquisa também mostra que as mulheres gastam em média US$ 1.069 (US$ 246 a mais do que os homens) com roupas (MATTOSO e FERREIRA, 2012). Ou seja, ter um plano de vida futuro, faria com que estes homens e mulheres poupassem bem mais, poderiam construir uma reserva de dinheiro para emergências e investir em ações e fundos mútuos.

2.13 Planejamento financeiro

Planejamento financeiro é uma das tarefas mais importantes da vida. O sucesso ou o fracasso que se tem no decorrer da vida depende exclusivamente desse planejamento (PERETTI, 2008) O planejamento é necessário em toda atividade, tanto na área profissional, como na pessoal, mas ele é fundamental quando se trata de finanças. A gestão financeira só é eficaz com um planejamento financeiro muito eficiente. Gestão deriva do latim *gestone,* significando, gerir, gerência, administração. E, segundo Perez Jr. *et al.* (1995), administrar é planejar, organizar, dirigir e controlar recursos, visando atingir determinado objetivo.

É um processo racional de administrar sua renda, seus investimentos, suas despesas, seu patrimônio, suas dívidas. Através dele, é possível identificar as oportunidades e dificuldades, além de definir antecipadamente quais serão as estratégias usadas, para enfrentar a situação (CAMARGOS *et al*., 2005).

Num contexto tão turbulento como o do século XXI, em que o mercado se encontra numa situação que Peters (1987) classificou como caótica, dado o nível de competição entre as empresas, a vi-

são pró-ativa do executivo que planeja os rumos de sua empresa se torna uma questão fundamental. Afinal, a falta de direcionamento claro pode induzir a organização a trilhar caminhos obscuros e danosos, colocando-a em grandes dificuldades, ou até mesmo levá-la à falência, fato que impulsionam as empresas cada dia mais a elevação de seus níveis de profissionalismo e produtividade, colocando os gestores incansavelmente a procura de alternativas para superar os desafios encontrados no dia a dia.

O planejamento se faz necessário em todas as atividades da empresa, mas principalmente nas atividades da área financeira, uma gestão financeira eficaz tornou-se atualmente um fator crítico de sucesso. Halloran (1994), fala sobre o planejamento financeiro, presume a sua elaboração e resume: “embora as projeções financeiras sejam apenas uma estimativa, elas tornam-se mais concretas à medida que você colhe um número maior de informações.

Para Zdanowcz (1998), deve-se fazer uma projeção financeira para o futuro. Deve-se fazer uma projeção orçamentária, onde determinará condições de trabalho como: estimativas de vendas, os custos de aquisições de matéria prima, as contratações de mão de obra, demais custos indiretos de fabricação e de despesas operacionais da empresa. “A projeção deve especificar o quanto e quando as atividades deverão concretizar-se, considerando em parte, o presente para projetar o futuro...

> O planejamento financeiro refere-se ao processo de estimar as necessidades futuras de financiamento e identificar como os fundos anteriores foram financiados e os propósitos em que foram gastos. Com o planejamento e controle, a administração pode avaliar se os padrões existentes de financiamento e os fundos gastos são coerentes com as metas gerais da companhia. Tanto os prazos como os montantes de fundos necessários podem ser determinados por meio de técnicas de planejamento (GROPPELLI e NIKBAKHT, 2006).

Já Ross *et al.* (1995) afirmam que o planejamento financeiro determina as diretrizes de mudança numa empresa. Segundo ele,

isto acontece por três razões. Primeira, a empresa estabelece metas gerando motivações na organização e gerando referência para a avaliação de desempenho; segunda, é preciso identificar o motivo e/ou as causas das decisões que determinam investimento e financiamento; e terceira, a empresa deve estar atenta para possíveis mudanças e surpresas, em um mundo tão incerto.

Assim sendo, ter-se-á em mente que o planejamento financeiro, nada mais é do que um processo formal, no qual conduz a administração a acompanhar suas mudanças e a rever suas metas se necessário. Podendo também visualizar os possíveis investimentos, as possíveis dívidas, visando seu crescimento e sua rentabilidade com antecedência (MÜLLER, 2003).

Para Taylor (1978), orçamento é uma ferramenta adotada para controlar as finanças através do planejamento.

Zdanowicz (1998) explica que o fluxo de caixa é um instrumento que permite ao administrador financeiro planejar, organizar, coordenar, dirigir e controlar os recursos financeiros de sua empresa por um determinado período. Este ainda possibilita ao gestor acompanhar as entradas e saídas de tal recurso, assim a empresa poderá trabalhar de acordo com seus objetivos e suas metas, à curto e a longo prazo.

Para Welsh (1996) existem três dimensões temporais diferentes: Primeira, planejamento em longo prazo, geralmente cinco anos, buscando conhecer antecipadamente o impacto das ações projetadas sobre a situação da empresa; Segunda, planejamento à curto prazo, geralmente é anual, buscam estimar detalhadamente as entradas e saídas financeiras; e terceira, planejamento operacional, onde o fluxo de caixa é projetado mensal, semanal ou diário, ou seja, fazem um controle preciso das disponibilidades. Para o autor, “o controle é simplesmente a ação necessária para verificar os objetivos, planos, políticas e padrões que estão sendo atendidos”, pois além de indicar caminhos que levam a empresa a alcançar seus objetivos, eles também criam um controle que envolve as atividades operacionais e as não-operacionais.

2.14 Análise do planejamento financeiro

Através do planejamento financeiro que é estabelecido os modos, pelos quais os objetivos financeiros podem ser alcançados. Ele é uma declaração do que deve ser feito no futuro, o tempo em que uma decisão demorará a ser implantada, em caso de incerteza, deve-se fazer um planejamento a longo prazo. É através dele, que serão feitos planos financeiros e orçamentais, para atingir alguns objetivos proposto pela empresa (OLIVEIRA, 1999).

Ele é desenvolvido por meio de projeções, para se aproximar ao máximo possível de cada posição econômico-financeira esperada. Conforme Gitman (2009), este planejamento obriga a alta administração a refletir sobre os objetivos e fixar prioridades do processo. Ele também permite determinar o tipo e a natureza das necessidades de financiamento.

Groppelli e Nikbakht (2006) acreditam que planejamento financeiro é a projeção das necessidades de caixa, do estabelecimento das orientações de controle de custos, da fixação das metas, das futuras vendas e lucros, da decisão da melhor alocação dos recursos escassos e do desenvolvimento de estratégias alternativas no caso de os planos existentes não funcionarem.

O planejamento financeiro é uma das áreas mais difíceis do financeiro, pois se tem que tomar decisões diariamente, auxiliando assim as necessidades da empresa e o caixa (CHERRY, 1977).

Ainda conforme o autor,

> O planejamento financeiro ajuda a garantir a disponibilidade de fundos suficientes quando necessários, informa com antecedência as necessidades de fundos de maneira que as negociações sejam eficientes e aumentem as possibilidades de rendimento (CHERRY, 1977).

O planejamento financeiro tem como principal objetivo, a programação do orçamento, racionar os gastos e aperfeiçoar os investimentos. Administrar a renda, os investimentos, às despesas, as dívidas, é naturalmente um processo racional. Podendo transformar

assim um objetivo em realidade. Gastar menos do que ganha é sem dúvidas um dos aspectos mais importantes do planejamento financeiro, porém ele não é o único. É necessário estabelecer objetivos dos quais realmente se tenha interesse em ir atrás. Seguindo adiante até conseguir alcançá-lo (KUAZAQUI, 2006).

Além de ser um instrumento muito relevante para as organizações, o planejamento financeiro também fornece roteiros para dirigir, coordenar e controlar diversas ações para alcançar os objetivos que se deseja. O planejamento financeiro pode ser elaborado para curtos, médios e longos prazos. Este planejamento ou controle financeiro irá permitir a comparação da situação atual para a situação da qual se almeja num futuro, tendo como base as projeções entre os cenários que poderão ser otimistas, conservadores ou pessimistas (LACOMBE e HEILBORN, 2006.).

Segundo Cerbasi (2009), o planejamento financeiro pessoal significa ordenar a nossa vida financeira de tal maneira que possamos sempre ter reservas para os imprevistos da vida e sistematicamente, vagarosamente construir um patrimônio (financeiro e imobiliário).

2.15 Metas do planejamento financeiro

Uma das principais metas do planejamento financeiro que os administradores têm é a responsabilidade primária de maximizar o preço das ações de suas empresas enquanto se mantêm o menor risco possível. Depois desta decisão deve financiar os investimentos (GROPPELLI e NIKBAKHT, 2006).

Deve também, de acordo com Oliveira (1999), se ter ajustes que possam evitar expansão excessiva e uso ineficiente de recursos. Ao utilizar o financiamento para levantar fundos, os administradores devem ter todo o cuidado para incluir cláusulas de segurança que permitam o refinanciamento das dívidas quando o mercado não estiver favorável.

De acordo com Gitman (2009), para se obter os melhores resultados, o planejamento deve ser flexível, permitindo as estraté-

gias alternativas para substituir os planos já existentes. Não tomar a decisão certa, no momento adequado, pode significar um alto preço a ser pago futuramente.

2.16 Do planejamento à reeducação financeira

Atualmente o que as pessoas precisam, muito mais as pessoas físicas do que as pessoas jurídicas é uma reeducação financeira. Não sabem onde gastam tanto dinheiro, pois na maioria das vezes não tem uma casa própria, um automóvel, e se tem vivem cercados de dívidas (MÜLLER, 2003).

Conforme Bodie e Merton (2002), uma das maiores dificuldades, além de se reeducar, é tentar reeducar alguém, como é o caso dos pais com seus filhos, já que nessa difícil missão, de planejar o futuro, muitas vezes o grande empecilho são os filhos, os quais foram "ensinados" a esbanjarem dinheiro e a comprarem coisas supérfluas e/ou na "moda", sempre o mais caro, independentemente se estejam ou não dentro de suas condições financeiras.

2.17 Conselhos de consultores financeiros

Alguns autores como Kaplan e Norton (2001); Almeida (2006); Fischmann e Almeida (1991), entre outros, dão dicas financeiras. Para eles, o ambiente em que se vive é de fundamental importância, para influenciar os aspectos financeiros. A tendência é de se tentar igualar as pessoas que os rodeiam, se os amigos, colegas de trabalho entre outras, tem um estilo de vida mais consumista, a tendência é seguir os passos dessas pessoas, independente se este é muito alto ou não. Pois a tendência de todo ser humano é se igualar às pessoas que se admira.

De acordo com Peretti (2008) é muito importante que tenha isso em mente, para não cair em uma "armadilha financeira". Ter consciência das suas limitações. Viver de acordo com o que ganha. Não tentar ser o que não é, ou neste caso, o que não pode. "Poupar com sabedoria e gastar com prudência". É uma das frases mais ditas pelos consultores financeiros. De acordo com eles, tem-se que

ter em mente, de que o dinheiro que se ganha, não dá para comprar tudo, tem-se que analisar e avaliar o que realmente é necessário e mais importante naquele momento. O que realmente precisa. Antes de comprar qualquer bem, deve se fazer este questionamento a si mesmo. Isto é uma prioridade, ou vai satisfazer somente a vaidade e deixar alguém com inveja?

Para Vissotto Jr. (2017) é mais comum do que se imagina, gastar seu dinheiro com coisas inúteis. Ao invés de gastá-lo com tais coisas poderiam fazer uma aplicação financeira para garantir o futuro. Coisas supérfluas são aquelas que além de colocar as pessoas em uma situação constrangedora (Serasa; cheque devolvido; entre outros), também as impede de fazer uma aplicação financeira futura. Antes de comprar qualquer coisa, deve ser analisado qual é o custo-benefício que este produto lhe proporcionará.

2.18 Dicas do Serasa para defender seu crédito

Tem que ficar esperto também, com os prazos. Estudos do Serasa (2018) revela “que quanto maior o número de parcelas oferecido ao consumidor maior é o risco de inadimplência” e que, antes mesmo da pandemia, em julho de 2018, o número de consumidores inadimplentes no país era de 61,6 milhões.

O referido estudo orienta as pessoas para que não circule com talões de cheques, ande apenas com a quantia de folhas que pretende utilizar no dia. O mesmo deve ser feito com cartões de cheques; Ao assumir compromissos financeiros, este tem que estar de acordo com o orçamento doméstico; Não empreste seu nome a terceiros. Evitar assumir responsabilidade dos outros, por mais confiável que seja a outra pessoa.

Caso não consiga honrar as dívidas assumida, negocie afinal quem não aceitará renegociar, um dinheiro que praticamente já está perdido; Não fornecer dados pessoais por telefone, infelizmente hoje em dia, existem muitas pessoas que pegam seus dados pessoais por telefone e usam de má fé; Acompanhar a fatura do cartão de crédito, sempre que fizer alguma conta pelo mesmo, pois assim

evitará transtornos futuros; Nunca emprestar o cartão de crédito a outras pessoas, pois ele é pessoal, ninguém deve saber sua senha, nem ao menos seus entes queridos; e, Nunca deixar requisições ou cheques em brancos assinados nos talões (SERASA, 2018).

2.19 Dicas para quem perdeu o controle financeiro

No site do Procon (PROCON, 2020) encontram-se várias dicas, entre elas estão: Se desfazer de um bem, como por exemplo um carro, pois assim terá um capital ao menos para recomeçar, ou para começar a pagar suas dívidas; Passar no mínimo um ano sem comprar roupas e calçados novos, ou pelo menos até conseguir se estabilizar; Não passar perto de lojas e shopping center, pois assim evitará cair em tentação, comprando algo desnecessário; Renegociar as dívidas, mas tomar cuidado para não trocar uma dívida por outra. Caso isto aconteça, você não estará saindo de um problema e sim, entrando no segundo; Não pegar cheque especial e nem buscar empréstimos pessoais. Se você já está endividada, o que você menos precisa é uma conta a mais, então esqueça cheques, cartões, empréstimos, créditos em geral; e, Adquirir o hábito de comprar à vista e se possível adiar as compras quando não tiver dinheiro.

Para Mendes (2015), existem muitos motivos para que as pessoas comprem, entre elas estão, as necessidades, a diversão, o modismo, a importância, o status, além do apelo mercadológico do comércio. Porém existem pessoas que compram por oniomania, que é uma doença que atinge as pessoas caracterizadas como compradoras compulsivas.

Essa doença geralmente atinge as mulheres. Ela é como uma droga. E segundo Dow e Fuentes (1997), a doença pode estar associada a transtornos do humor e de ansiedade, tem o mesmo princípio de que os alcoólatras, tóxicos e viciados em medicamentos. Precisam comprar para satisfazer e/ou aliviar o sentimento de frustração. O efeito do ato de comprar é semelhante ao ato de tomar uma droga.

3 Metodologia

O trabalho é exploratório, descritivo, quantitativo, através do estudo de campo em vários pontos estratégicos com circulação de pessoas físicas como, escolas, via e-mail, imobiliária, lojas, entre outros, selecionando o público alvo de pessoas com idade entre 25 a 45 anos.

Conforme afirma Gil (2019) a pesquisa exploratória tem como finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, como vistas na formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis.

Neste trabalho utilizou-se de pesquisa quantitativa, sendo esta definida por Chueke e Lima (2012) como uma “abordagem do fenômeno investigativo envolvendo a realização de uma pesquisa de campo, na qual a coleta de dados é feita por meio de aplicação de questionário e/ou formulário junto à população alvo da pesquisa”, a qual foi aplicada a população de Foz do Iguaçu (PR).

Segundo Roesch (2005), a pesquisa quantitativa é utilizada para “medir relações entre variáveis, ou avaliar o resultado de algum sistema ou projeto”. Sendo assim, foram pesquisadas 657 pessoas para avaliar, entre as quais, os generos que mais tinham dificuldades em fazer uma planejamento financeiro, e para os que já possuiam um, quais eram as dificuldades em mantê-lo.

Também pode-se averiguar qual é a faixa etária que mais gastam por impulso, quais se preocupam com seu futuro financeiro, e destes, quem acredita ser necessário ter um planejamento desde novo, e quem acredita ser necessário fazer um planejamneto somente depois do casamento, ou ainda, somente depois do nascimento dos filhos.

3.1 População e amostra

De acordo com Roesch (2005) população é “um grupo de pessoas ou empresas que interessa entrevistar para o propósito específico de um estudo”.

A população-alvo é definida, segundo Marconi e Lakatos (2017), como “um conjunto de seres animados ou inanimados que apresentam pelo menos uma característica em comum”. Neste estudo foram pesquisadas pessoas físicas e residentes na cidade de Foz do Iguaçu (PR).

Dependendo do tamanho da população, do tempo dos entrevistadores, do custo e da capacidade de processamento dos dados, Roesch (2005) defende a necessidade de se extrair uma parcela desta população para investigar, utilizando-se assim o processo de amostragem.

Conforme salienta Gil (2019) as pesquisas sociais abrangem um universo de elementos tão grande que se torna impossível considerá-los em sua totalidade. Por essa razão, nas pesquisas sociais é muito frequente trabalhar com uma amostra, ou seja, pequena parte dos elementos que compõem o universo. É justamente neste sentido que foi pesquisado 657 pessoas. Que dentre estas foram selecionadas 383 pessoas, representando assim 95.295 pessoas com idade entre 25 e 49 anos.

Roesch (2005) caracteriza o plano de amostragem com o “propósito de construir um subconjunto da população que é representativo nas principais áreas de interesse da pesquisa”.

Emprega-se neste estudo uma amostra aleatória de pessoas físicas residentes em Foz do Iguaçu (PR), que compõem-se dos seguintes dados, Foz tem uma projeção de população para o ano de 2020 de 257.191 pessoas aproximadamente, sendo que destas, 23.972 tem entre 25 à 29 anos, 42.663 tem de 30 à 39 anos e 28.660 tem entre 40 à 49 anos. Totalizando assim as 95.295 pessoas (IBGE, 2010). Como o público alvo é de 25 à 50 anos, usamos esta amostragem e um desvio padrão de 1,96 para mais ou menos.

3.2 Coletas de dados

Foram utilizados dois tipos de instrumentos para coleta de dados. Os dados primários e os secundários. Onde pode-se através

deste, chegar a uma conclusão sobre o planejamento financeiro pessoal.

3.2.1 Dados Primários

Foram feitos levantamentos através de pesquisas, com um questionário referente ao planejamento financeiro pessoal (modelo em anexo).

3.2.2 Dados Secundários

As informações sobre literatura e sobre teoria que envolve o assunto foram obtidas através de pesquisas bibliográficas.

3.2.3 Procedimentos de Coleta e Análise de Dados

O plano de coleta de dados segundo Marconi e Lakatos (2017) é a “etapa da pesquisa em que se inicia a aplicação dos instrumentos elaborados e das técnicas selecionadas, a fim de se efetuar a coleta dos dados previstos”. Neste trabalho, a coleta de dados foi feita por questionário de perguntas objetivas.

Este trabalho tem como objetivo levar ao conhecimento dos entrevistadores, professores e futuros leitores as variaveis que influenciam na falta de um planejamento financeiro, as consequências que acarreta na vida pessoal e até mesmo na vida profissional de uma pessoa que simplesmente trabalha para sobreviver a um mundo em que o custo de vida aparenta ser barato por causa das concorrentes entre uma empresa e outra, mas que também pode acabar levando os indivíduos a falência, se não for prestado atenção aos pequenos detalhes do dia a dia durante o consumo de cada produto, desde um simples lanche até um investimento mais audasioso.

As entrevistas foram realizadasm, em um primeiro momento, com familiares e amigos dos entrevistadores, com o intuito de obter informações sobre os processos envolvidos na pesquisa. Após

as entrevistas com os familiares foram pesquisadas pessoas pelas quais passavam pela imobiliária e loja, cuja um dos avaliadores tem contato direto com ambas. Em seguida, foi aplicado o questionário em uma palestra na PROVOPAR, onde o palestrante ajudou na aplicação dos questionários, cedendo um breve espaço para que pudesse comentar sobre o trabalho e entregar alguns questionário para que assim os espectadores pudessem responder. Por fim foram realizadas pesquisas bibliográficas referentes ao estudo em questão, visando obter embasamento teórico que justifique as propostas de melhoria e reeducação financeira proposta pelo trabalho.

Para identificar a falta de um planejamento financeiro na vida dessas pessoas, foi realizado através de entrevistas de um questionário com 18 questões, para que assim possa chegar a uma conclusão.

3.3 Caracterização da pesquisa

Com objetivo de identificar as características que envolvam a presença ou a falta de planejamento financeiro por parte das pessoas físicas, os fatores que influenciaram as decisões financeiras tomadas por parte das pessoas físicas, e demonstrar quais os resultados nas decisões tomadas pelas mesmas, sob a ótica do planejamento. O estudo foi desenvolvido em pontos com maior circulação de pessoas como escolas, imobiliária, lojas, via e-mail, entre outros, com pessoas residentes na cidade de Foz do Iguaçu (PR). Independentemente de classe social.

3.3.1 Tamanho da amostra

Como universo é finito (menor que 325.000), Richardson (1999), sugere a adoção da seguinte fórmula:

$$n = \frac{Z^2.p.\ q.\ N}{E^2\ (N-1) + Z^2\ .\ p.\ q}$$

Onde:

n = Tamanho da amostra

Z^2 = Nível de confiança (escolhido em n° de desvios - sigmas)
p = Proporção da característica pesquisada no universo, calculado em percentagem.
q= Percentagem complementar (100 - p)
N = Tamanho da população
E^2 = Erro de estimação permitido

3.3.2 Cálculo da amostra

Foz do Iguaçu (PR) possui um total de 257.000 habitantes, segundo a projeção para o ano de 2020 (IBGE, 2010), no entanto, o tamanho da população a ser pesquisada é de 95.295 que são as referentes as idades entre 25 e 49 anos. Correspondendo assim a 383 entrevistados.

Portanto, se estabeleceu um nível de confiança de 100% equivalente a 1,96 σ, com margem de erro de 4%.

Substituindo-se na fórmula, tem-se:

$$n = \frac{(1.96)^2 . 95295 . 95295 . 95295}{4^2 . (95295 - 1) + (1,96)^2 . 95295 . 95295}$$

n = 383

A amostragem que corresponde ao número de pessoas a serem pesquisadas é de, aproximadamente, 383 pessoas.

3.3.3 Definição do instrumento

O questionário desenvolvido a partir do trabalho é composto por 18 questões, com a finalidade de descobrir quem pratica e quem não pratica um planejamento financeiro. E desses entrevistados quantos sabem o que é um planejamento financeiro, quem já participou de alguma palestra a respeito do assunto, entre outras.

As perguntas foram construídas de forma ordenada, para serem respondidas sem a presença do entrevistador.

3.4 Delimitação da pesquisa

A pesquisa está delimitada ao Município de Foz do Iguaçu (PR).

Para o desenvolvimento deste trabalho traçaram-se algumas delimitações, a saber: a) Quanto ao foco de investigação: Teve algumas restrições. Embora o foco fosse à população iguaçuense em geral, as pessoas pesquisadas tinham que terem uma situação financeira independente. Ou ao menos, ter um emprego para que pudesse responder ao questionário sem problema algum; b) Quanto à temporalidade: a pesquisa foi realizada entre os dias 30 de abril e 31 de maio de 2020. Embora o tempo tenha sido relativamente curto, houve pontos estratégicos para a pesquisa, que possibilitou a sua realização em um grande grupo de pessoas. Como exemplo, parte dos pesquisados participaram de uma palestra na sede da PROVOPAR em Foz do Iguaçu (PR).

3.5 Delimitação do estudo

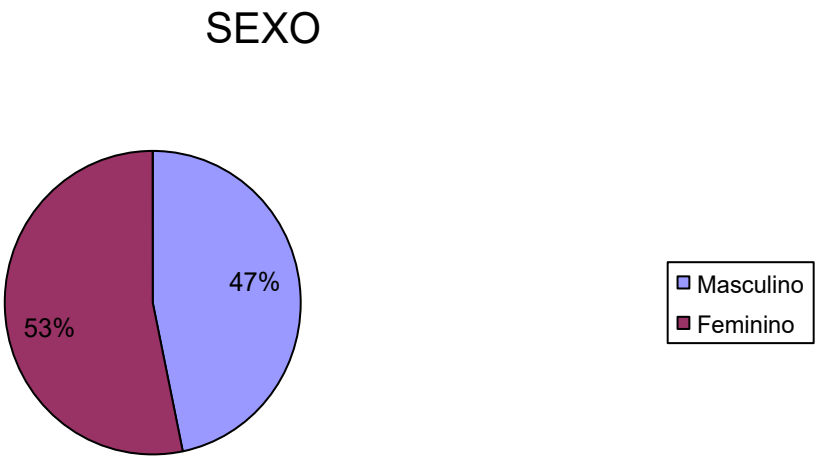
O estudo foi realizado em escolas, imobiliárias, lojas e na sede da PROVOPAR em Foz do Iguaçu, onde ocorreu uma palestra sobre o meio ambiente. Também houve envio de e-mails visando a obtenção de respostas à pesquisa.

A amostra pesquisada contou com a participação de pessoas que varia de classes sociais, idades e sexo.

4 Análise de pesquisa

Foram entrevistadas 383 pessoas, entre 25 e 45 anos, sendo feita a escolha dos participantes da pesquisa de forma aleatória e não probabilística.

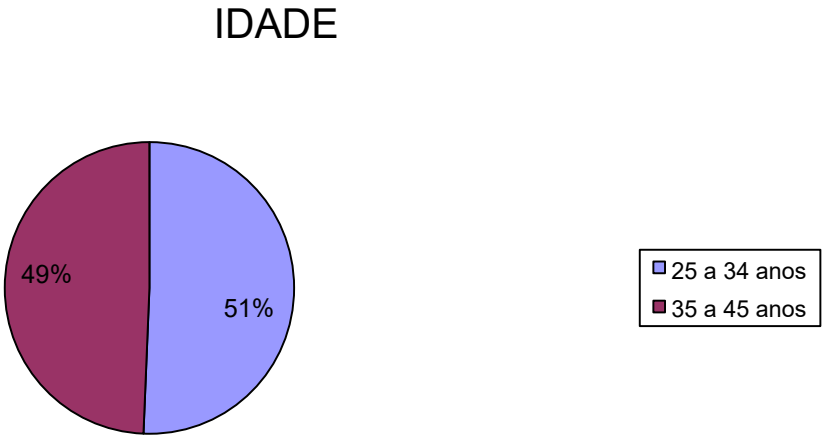
Gráfico 1: Sexo



Fonte: Os autores (2022)

No Gráfico 1, observa-se que dos 204 dos entrevistados são do sexo feminino, e 179 masculino.

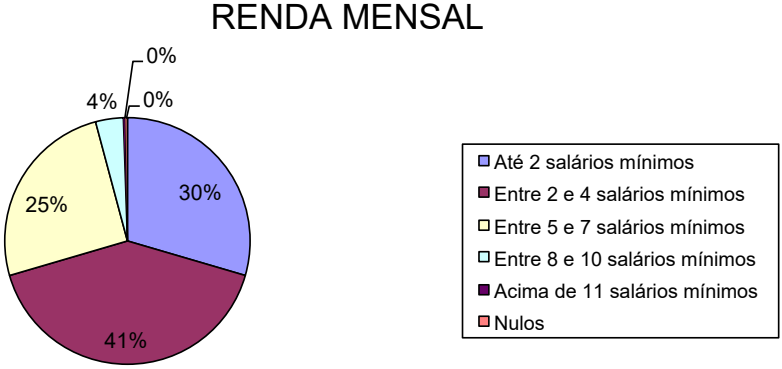
Gráfico 2: Idade



Fonte: Os autores (2022)

No Gráfico 2, vê-se que 194 dos entrevistados têm entre 25 a 34 anos, e 189 entre 35 a 45 anos.

Gráfico 3: Renda mensal

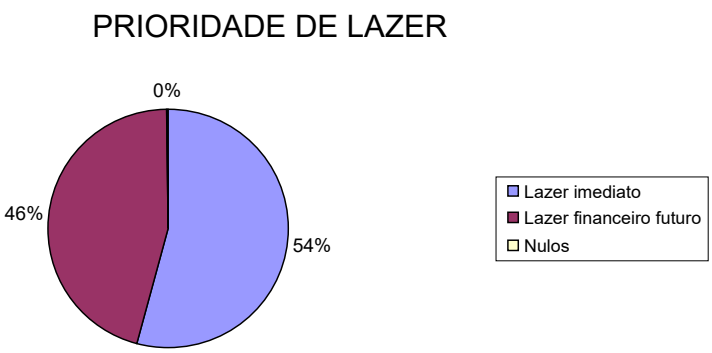


Fonte: Os autores (2022)

No Gráfico 3, mostra que 113 dos entrevistados possuem renda mensal de até 2 salários mínimos; 157 entre 2 e 4 salários mínimos; 97 entre 5 e 7 salários mínimos; 14 entre 8 e 10 salários mínimos; e, apenas 1 acima de 11 salários mínimos. Convém registrar que 1 entrevistado não respondeu essa questão.

Ainda conforme o Gráfico 3 a renda da grande maioria dos entrevistados foi de até 4 salários-mínimos, totalizando 71%.

Gráfico 4: Prioridade de lazer

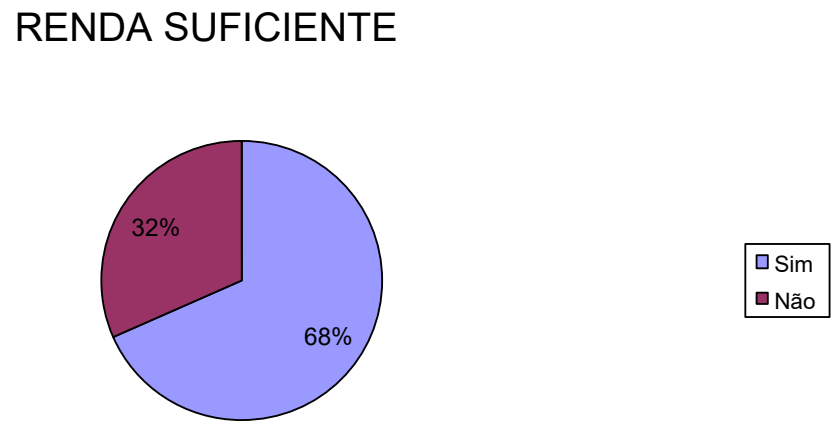


Fonte: Os autores (2022)

No Gráfico 4, constatou-se que 207 dos entrevistados dão prioridade ao lazer imediato; e, 175 ao lazer financeiro futuro. Ressaltando que 1 entrevistado não respondeu essa questão.

O que mais nos chamou à atenção, foi a baixa porcentagem em relação aos entrevistados que dão prioridade ao lazer futuro, sendo destes apenas 46%.

Gráfico 5: Renda suficiente

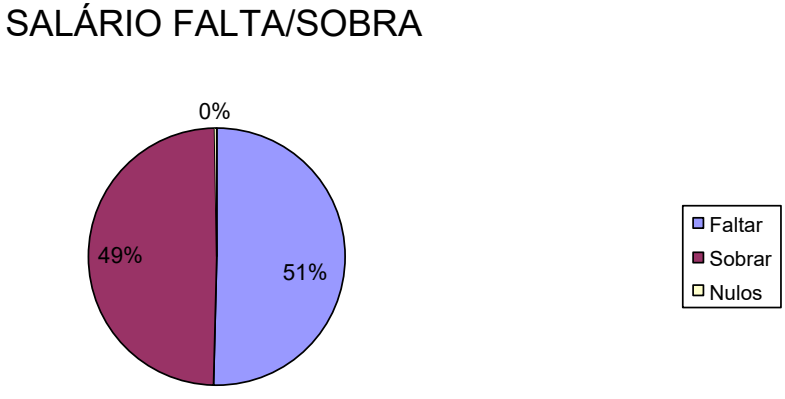


Fonte: Os autores (2022)

No Gráfico 5, 262 dos entrevistados possuem renda suficiente para pagar as despesas e 121 disseram que não.

Este Gráfico 5 também mostra que grande parte dos entrevistados possui renda suficiente para pagar suas despesas, representando 68%.

Gráfico 6: Salário falta/sobra

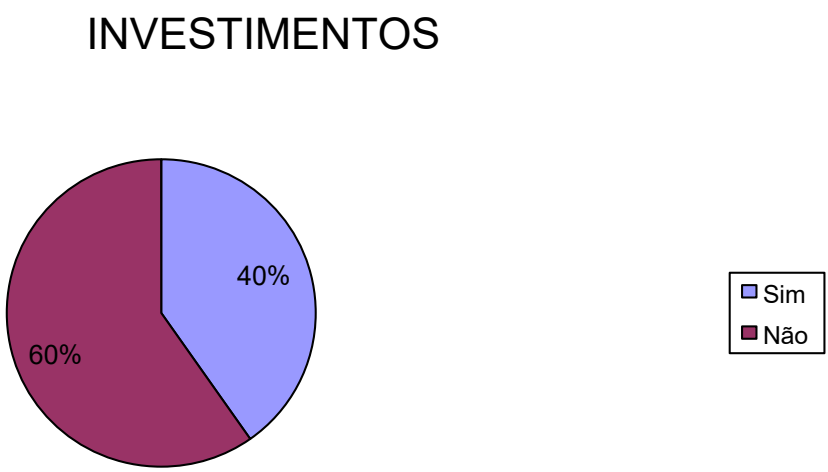


Fonte: Os autores (2022)

No Gráfico 6, 193 dos entrevistados disseram que seu salário costuma faltar no final do mês após pagar suas despesas, e 189 disseram que costuma sobrar.

Tal informação entra assim em contradição com as informações do Gráfico 5.

Gráfico 7: Investimentos

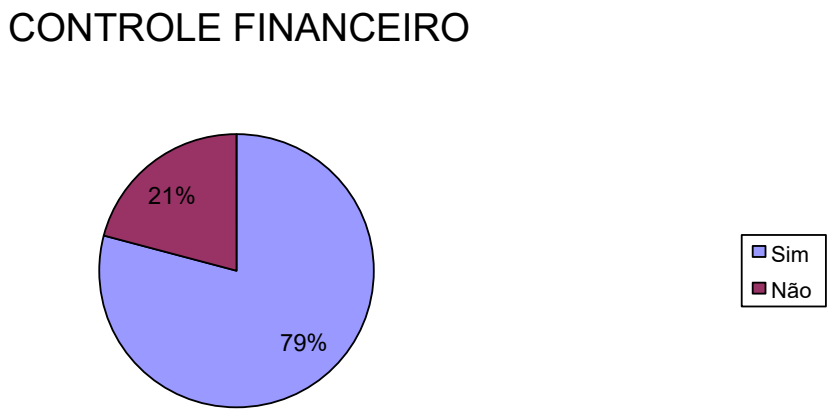


Fonte: Os autores (2022)

No Gráfico 7, 154 dos entrevistados fazem algum tipo de investimento, e 229 disseram que não. Ou seja, 60% dos pesquisados não fazem nenhum tipo de investimento, investimento esse, que no ambiente em que vivemos é fundamental que haja, para que em caso de qualquer imprevisto futuro, as pessoas não preci-

sem recorrer a empréstimos com juros altíssimos praticados hoje no mercado financeiro.

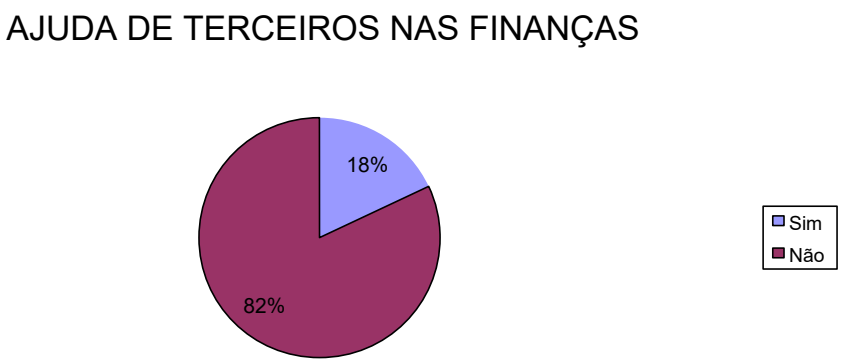
Gráfico 8: Controle financeiro



Fonte: Os autores (2022)

No Gráfico 8, 303 dos entrevistados disseram que tem controle sobre suas finanças; e, 80 disseram que não. Porém para compensar a falta de investimentos, 79% dos entrevistados, disseram que tem controle sobre suas finanças. O de acordo com Almeida (2006),existem 5 passos para que os passos e as pessoas que acham que tem controle financeiro entendem que fazem pelos dois dos passos citados.

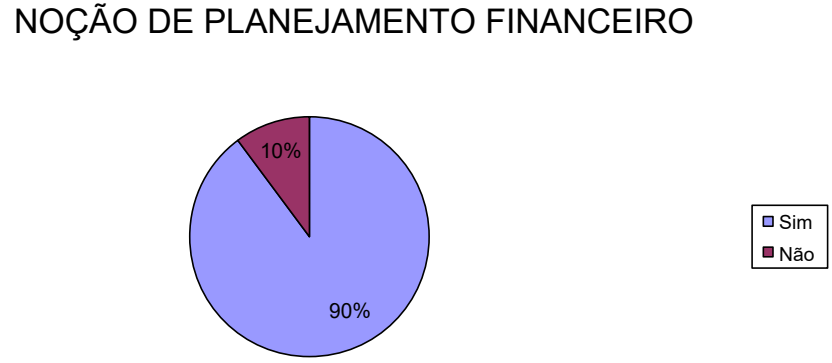
Gráfico 9: Ajuda de terceiros nas finanças



Fonte: Os autores (2022)

No Gráfico 9, 69 dos entrevistados acreditam ser necessário que alguém controle suas finanças, para que não entre em dificuldades financeiras irrecuperáveis e 314 disseram não ser necessário. Ou seja, grande parte dos entrevistados não querem, não confiam, ou simplesmente não acreditam que seja necessário alguém para cuidar de suas finanças.

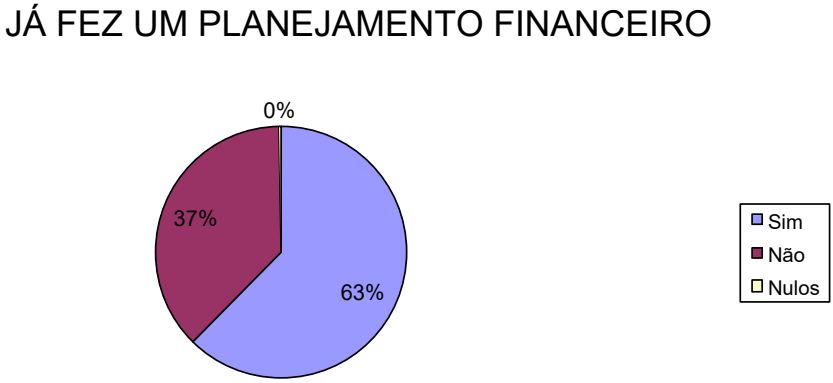
Gráfico 10: Noção de planejamento financeiro



Fonte: Os autores (2022)

No Gráfico 10, 344 dos entrevistados disseram que tem noção do que é um planejamento financeiro, e 39 disseram que não. Sendo essa uma das respostas que mais nos chamou atenção, pois, pela resposta imediata, 90% dos entrevistados disseram que tem noção do que é um planejamento financeiro.

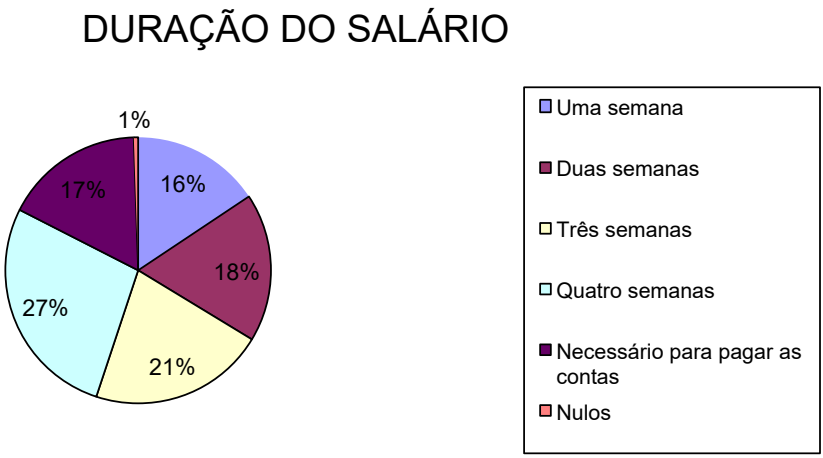
Gráfico 11: Já fez um planejamento financeiro



Fonte: Os autores (2022)

No Gráfico 11, 239 dos entrevistados já fizeram um planejamento financeiro, e 143 disseram que não, o que não reflete e está inversamente proporcional as informações no (Gráfico 10), onde apenas 63% fazem um planejamento. O gráfico representa a realidade da população brasileira nos dias atuais, o que exemplifica por que as pessoas estão com seus orçamentos estourados. Como citado por Ross *et al.* (1995) o planejamento financeiro determina as diretrizes de mudança numa empresa. Segundo ele, isto acontece por três razões. Primeira, a empresa estabelece metas gerando motivações na organização e gerando referência para a avaliação de desempenho; segunda, é preciso identificar o motivo e/ou as causas das decisões que determinam investimento e financiamento; e terceira, a empresa deve estar atenta para possíveis mudanças e surpresas, em um mundo tão incerto.

Gráfico 12: Duração do salário

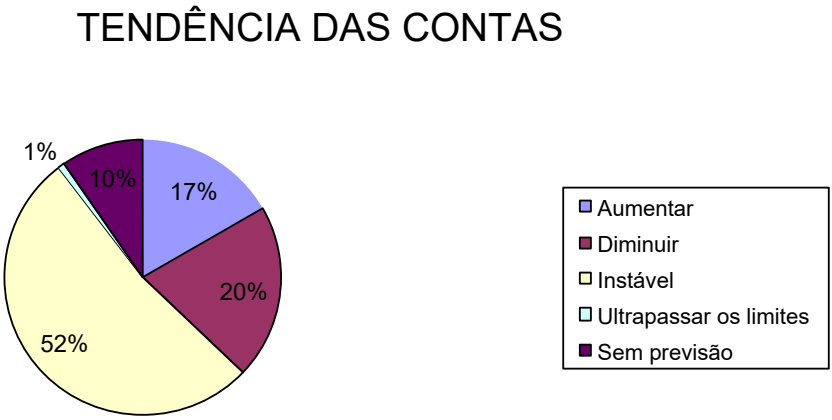


Fonte: Os autores (2022)

No Gráfico 12, 60 dos entrevistados disseram que geralmente seu salário dura uma semana; 69 disseram que dura duas semanas; 82 disseram que dura três semanas; 105 disseram que dura quatro semanas; e, 65 disseram que dura somente o necessário para pagar suas contas. Apenas 1 entrevistado não respondeu essa questão.

Este Gráfico mais uma vez nos mostra, a dificuldade que as pessoas têm em controlar suas despesas, gastando muito mais do que ganham. Ficando assim completamente desprevenidos, caso aconteça algum imprevisto.

Gráfico 13: Tendência das contas



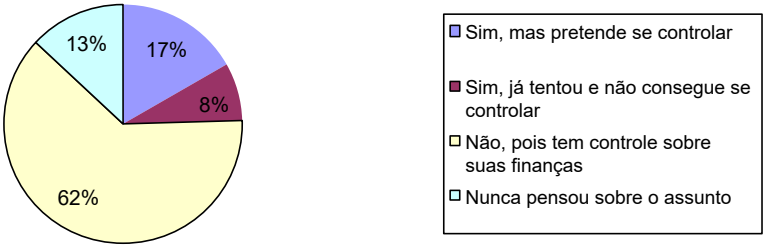
Fonte: Os autores (2022)

No Gráfico 13, 64 dos entrevistados disseram que a tendência de suas contas para os próximos seis meses é aumentar; 78 disseram que a tendência é diminuir; 201 disseram que a tendência é manter-se instável; 3 disseram que a tendência é ultrapassar todos os limites; e, 37 disseram que ainda não tem previsão.

Entende-se que com essa resposta fica totalmente clara a falta de interesse com seus próprios orçamentos. Deixando visível como é impressionante que as pessoas, cuidem muito bem das coisas dos outros (nas empresas em que trabalham), porém não conseguem se organizar quando é para seu próprio bem.

Gráfico 14: Exagera com gastos pessoais

EXAGERA COM GASTOS PESSOAIS



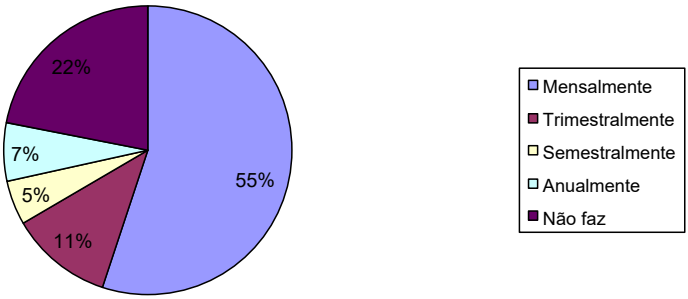
Fonte: Os autores (2022)

No Gráfico 14, 64 dos entrevistados costumam exagerar com seus gastos pessoais, mas pretendem se controlar no próximo mês; 30 entrevistados costumam exagerar com seus gastos pessoais e já tentou se controlar, mas não consegue; 239 entrevistados não costumam exagerar, por que tem controle sobre suas finanças; e, 50 entrevistados nunca pensaram sobre esse assunto.

O Gráfico 14 mostra concordância com as respostas tabuladas no Gráfico 8, pois quando perguntado aos entrevistados se eles costumam exagerar com seus gastos pessoais, 62% disseram que não, por que possuem controle sobre suas finanças.

Gráfico 15: Faz projeções financeiras

FAZ PROJEÇÕES FINANCEIRAS

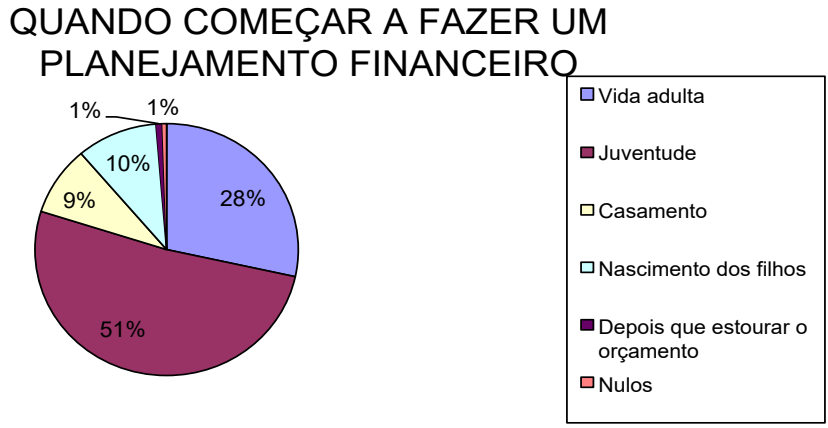


Fonte: Os autores (2022)

No Gráfico 15, 211 dos entrevistados fazem projeções da sua vida financeira todo mês; 44 entrevistados fazem a cada três meses; 19 entrevistados fazem a cada seis meses; 25 entrevistados fazem a cada doze meses; e, 84 entrevistados não fazem projeções financeiras.

Este Gráfico 15 ainda relata um resultado que pode considerar preocupante, pois 55% dos entrevistados dizem fazer projeções da sua vida financeira mensalmente, sendo que o ideal seria de seis meses a um ano. Respostas estas que foram as menos escolhidas conforme demonstra o Gráfico. Isso além dos 22% que disseram não fazerem projeções financeiras.

Gráfico 16: Quando começar a fazer um planejamento financeiro

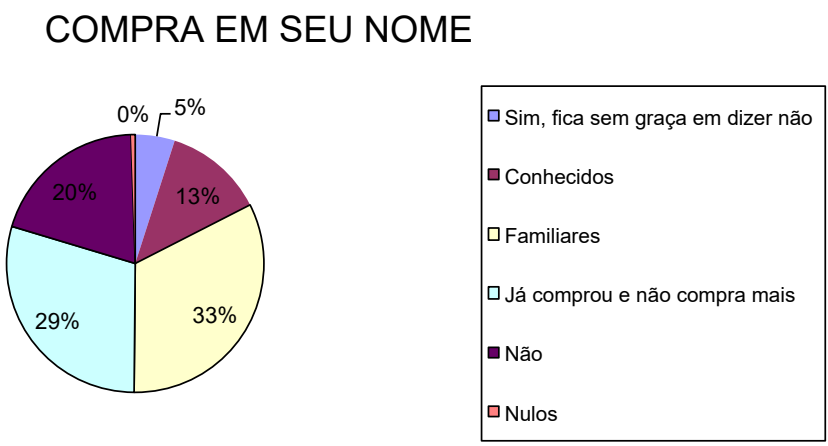


Fonte: Os autores (2022)

No Gráfico 16, 109 dos entrevistados acreditam que o planejamento financeiro devem começar a ser feito a partir da sua vida adulta; 197 entrevistados acreditam que devem começar a partir da sua juventude; 34 entrevistados acreditam que devem começar a partir do seu casamento; 38 entrevistados acreditam que devem começar a partir do nascimento de seus filhos; 3 entrevistados acreditam que devem começar somente depois que seu orçamento estiver estourado; e, 2 entrevistados não responderam essa questão.

Apesar de todas as respostas, as mais impressionantes foram as respostas do Gráfico 16, onde 10% dos entrevistados responderam que o planejamento financeiro deve ser feito, a partir do nascimento dos filhos; 9% a partir do casamento; 1% depois que o orçamento estiver estourado; e, 28% somente depois da sua vida adulta.

Gráfico 17: Compra em seu nome



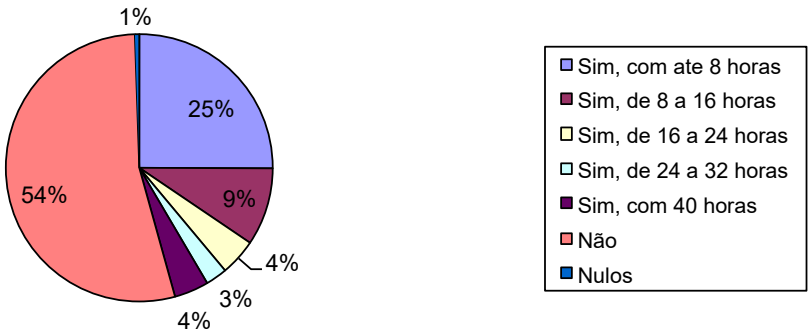
Fonte: Os autores (2022)

Gráfico 17, 19 dos entrevistados disseram que costumam comprar em seu nome para que outras pessoas paguem, pois geralmente ficam sem graça em dizer não; 48 pessoas compram apenas para conhecidos; 125 compram somente para familiares (acreditando ser mais fácil de receber posteriormente). Enquanto que 113 pessoas disseram que já compraram e não compram mais, pois já tiveram que arcar com despesas que não eram suas; 76 disseram que não compram em seu nome para que outras pessoas paguem; e, 2 entrevistados não responderam esta questão.

Neste Gráfico o que mais nos chamou atenção foram os 5% dos entrevistados que responderam que compram em seu nome para outras pessoas pois ficam sem graça em dizer não para estas.

Gráfico 18: Treinamento/cursos de finanças

TREINAMENTO/CURSOS FINANÇAS



Fonte: Os autores (2022)

No Gráfico 18, 96 dos entrevistados disseram que já participaram de algum treinamento ou curso sobre finanças ou na área financeira com até 8 horas; 36 entrevistados participaram acima de 8 horas até 16 horas; 17 entrevistados participaram acima de 16 horas até 24 horas; 10 entrevistados participaram acima de 24 horas até 32 horas; 16 entrevistados participaram acima de 40 horas; e, 206 entrevistados disseram que nunca participaram de algum treinamento ou curso sobre finanças ou na área financeira. Ainda existiram 2 entrevistados não responderam esta questão.

Para finalizar, ainda sobre as respostas apresentadas no Gráfico 18, que mostra uma falta de conhecimento mais profunda dos entrevistados, pois 54% nunca participaram de qualquer treinamento ou curso sobre finanças.

5 Conselhos de melhorias

Conscientizar-se de que uma parte de seu salário deve ser economizada para qualquer eventual emergência que aconteça. O ideal neste caso, seria fazer uma poupança, afinal é melhor ter algo rendendo poucos juros, do que não ter nada.

Fazer um orçamento familiar com a presença de todos os integrantes da família, pois somente assim eles estarão cientes do que se pode e do que não se pode gastar, e o porquê de se economizar tanto. Traçar objetivos, quais serão as metas a curto, médio e longo prazo.

Embora muitas pessoas não deem a mínima importância a estes itens, eles são importantíssimos, pois o que você espera de seu futuro? O que você pretende estar fazendo da vida, quando tiver com 25 anos? E com 35 anos? E com seus 45 anos? O que você precisa fazer hoje para que alcance os resultados esperados para daqui 20 anos? Todas estas questões devem ser respondidas, analisadas e principalmente colocadas em práticas, para que realmente se alcance os resultados esperados.

Evitar o consumismo: Muito mais do que evitar, seria saber distinguir suas necessidades das suas vontades, e aí sim, dar prioridade as necessidades deixando de lado às vontades mais fúteis; Economizar nas pequenas coisas: A maioria das pessoas não percebem que a grande parte de seu salário fica nas pequenas coisas que são gastas no dia a dia. Como lanches, doces, almoços, jantares fora sem necessidade, presentinhos para os filhos tentando “comprá-los” pela sua ausência, assim sucessivamente; Habituar-se a desligar as luzes, desligar bem as torneiras, diminuir as chamas do fogão, quando os alimentos já estiverem começados a ferver, colocar o chuveiro em posição de “verão” no verão, entre outros.

Pesquisar preços, antes de comprar qualquer produto. Tenha certeza que o tempo que você acredita que perderá pesquisando, ganhará economizando; Não parcelar as compras no cartão de crédito, pois as operadoras cobram juros de 8% e 9% ao mês, e podem chegar a cobrar taxas de 152% a 181% ao ano; Usar apenas um cartão de crédito. Pois assim, você poderá se organizar melhor, monitorar seus gastos com mais facilidade; Fazer uma pequena reserva no final de cada mês, para qualquer eventualidade, assim você não precisará mexer em seus investimentos caso aconteça algum imprevisto.

Nunca recorrer a um agiota para pagar outras dívidas. Tudo o que se espera em um caso onde a pessoa esteja com dívidas, é que ela consiga pagar suas contas, e pode ter certeza que fazendo um empréstimo ao agiota, não é um dos caminhos para liquidar suas dívidas, e sim um dos caminhos para aumenta-las; Negociar prazos maiores e parcelas menores; Exigir e guardar todos os comprovantes de pagamentos efetuados, assim você poderá se monitora melhor; Em caso de perda, extravio ou furto, comunicar imediatamente a administradora do cartão; Estar ciente de que a administradora do cartão não é obrigada a parcelar as dívidas depois de vencidas. Neste sentido procure sempre deixar que suas contas, principalmente as do cartão de crédito, vençam depois do seu pagamento.

Além desses passos, é necessário ter em mente, que todo começo de ano a dificuldade com as contas aumentam, pois tem o IPTU, o IPVA, os materiais escolares, além das contas mensais normais. Alguns consultores colocam os telefones móveis como um dos primeiros itens a serem cortados ao se tentar pôr as finanças em ordem.

As renegociações podem ser tentadas mais no final de ano, geralmente no natal, pois as financeiras costumam fazer “promoções” aos clientes endividados, oferecendo descontos nos juros. Para as financeiras sempre é bom renegociar, já que era como um “dinheiro perdido”. Caso possua dinheiro guardado, é muito melhor utilizá-lo do que pedir empréstimos, os juros do empréstimo podem ser maiores.

6 Considerações finais

Pode-se verificar que embora muitas pessoas saibam o que é um planejamento financeiro, a maioria não os coloca em prática deixando que suas dívidas tomem conta do seu bem-estar. Constatou-se que a maioria dos entrevistados não tem como hábito realizar um planejamento financeiro de médio à longo prazo, bem como o fato de a grande maioria não ter a mínima noção de como seu salário é gasto. Uma vez que não tendo conhecimentos sobre plane-

jamento e finanças, não conseguem visualizar o impacto que faz a falta de tal planejamento, faz em suas vidas.

A realização de um planejamento financeiro pessoal é de grande importância para as atividades do indivíduo e de seus familiares, pois através dos rendimentos decorrentes do seu trabalho que proverá o sustento da família. Com a falta do planejamento financeiro, ficou evidenciado através do questionário aplicado que as pessoas têm grandes dificuldades em tratar deste assunto, seja pela falta de informação, pelo desconhecimento ou falta de interesse por acreditar que seja difícil ou complicado, o que acaba prejudicando e muito sua vida pessoal e de seus familiares.

7 Referências

AFONSO, J.R.R. Fiscalidade, crédito e crise no Brasil: diagnóstico e proposições. **Estudos FUNDAP**, n. 4, jan. 2012.

AHRENS, R.B. (Organizador). **A gestão estratégica na administração - Vol. 2**. Atena Editora 2017. 312 pag. Disponível em: https://www.atenaeditora.com.br/wp-content/uploads/2017/11/E-book-Administra%C3%A7%C3%A3o-Vol.-2.1pdf.pdf. Acessado em 22.mai.2022.

ALMEIDA, M.G. **Pedagogia empresarial: saberes, práticas e referências**. Rio de Janeiro: Brasport, 2006

ANSOFF, I. Nova Estratégia Empresarial, Editora Atlas, 1990. 268 págs.

BARBOSA, M.C.S. **Práticas cotidianas na educação infantil - Bases para a reflexão sobre as orientações curriculares**. 111 pag. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/relat_seb_praticas_cotidianas.pdf. Acessado em 22.mai.2022.

BBC BRASIL. **Qual é o futuro do dinheiro - e quais riscos enfrentamos?** 2017. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/geral-42318344. Acessado em 22.mai.2022.

BCB - BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Caderno de Educação Financeira Gestão de Finanças Pessoais (Conteúdo Básico)**. 76 pag. 2013. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos_cidadania/Cuidando_do_seu_dinheiro_Gestao_de_Financas_Pessoais/caderno_cidadania_financeira.pdf. Acessado em 22.mai.2022.

BODIE, Z.; MERTON, R.C; trad. James Sunderland Cook. **Finanças.** Porto Alegre; Bookman, 2002.

BRASIL - MEC. MEC lança Programa Educação Financeira nas Escolas**. 2021.** Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/mec-lanca-programa-educacao-financeira-nas-escolas. Acessado em 22.mai.2022.

CAMARGOS, M.A; COUTINHO, E.S; AMARAL, H.F. O perfil da área de Finanças do Enanpad: um levantamento da produção cientifica e de suas tendências entre 2000-2004. **In**: Encontro Nacional da Assoc. Nacion. de Programas de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, 29, 2005, Brasília. *Anais* Rio de Janeiro: ANPAD, 2005.

CARDOSO JR, J.C.; CUNHA, A.S. **Planejamento e avaliação de políticas públicas**. IPEA, Brasília, 2015. 482 pag. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3521/1/Planejamento%20e%20avalia%C3%A7%C3%A3o%20de%20pol%C3%ADticas%20p%C3%BAblicas.pdf. Acessado em 22.mai.2022.

CARVALHO, F.A. **Investimento, poupança e financiamento: financiando o crescimento com inclusão social**. Rio de Janeiro: IE/UFRJ, 2005. (Texto para Discussão). Disponível em: https://www.ie.ufrj.br/moeda/pdfs/investimento_poupanca_e_financiamento.pdf. Acesso em: 26.abr.2021.

CERBASI, G. **Como organizar sua vida financeira: Inteligência financeira pessoal na prática**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

COSTA, M.C. **Finanças pessoais: um estado de arte**. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade - USP. São Paulo, 2004.

CMB - Casa da Moeda do Brasil. **História da CMB**. 20202. Disponível em: https://www.casadamoeda.gov.br/portal/socioambiental/cultural/historia-da-cmb.html. Acesso em: 26.abr.2021.

CHERRY, R.T. **Introdução a Administração Financeira**. São Paulo: Atlas, 1977.

CHIAVENATO, I. **Administração financeira**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

CHIAVENATO, I.; SAPIRO, A. **Planejamento Estratégico**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009

CHUEKE, G.V.; LIMA, M.C. Pesquisa Qualitativa: evolução e critérios. **Revista Espaço Acadêmico**, nº 128. V. 11 n. 128 (2012):, janeiro de 2012. Disponível em: https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/12974. Acessado em 22.mai.2022.

DAFT, R.L. **Administração**. Rio de Janeiro: Editora Thompson, 2006.

DOW, S.; FUENTES, C.R. Regional Finance: A Survey. **Regional Studies**, 1997, vol. 31, issue 9, 903-920. Disponível em: http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/00343409750130029. Acessado em 22.mai.2022.

DRUCKER, P.F. **Administração: tarefas, responsabilidades, práticas**. V.1. São Paulo : Pioneira, 1975.

_____. **As Fronteiras da Administração: onde as decisões do amanhã estão sendo determinadas hoje**. São Paulo : Pioneira, 1989.

FARIA, J.C. **O que é planejamento? Origens do planejamento**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora 1994.

FARIA, A.N. **O que é planejamento? Conceito e definição do que é planejamento**. 2. ed., Rio de Janeiro: Rio Fundo,1993.

FERREIRA, A.B.H. **Dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 2ª ed. São Paulo: Editores Ltda, 1986.

FILOMENA, B. **Planejamento estratégico BCF Consultoria**. UFRS, Departamento e Ciências Administrativas, 2016. Disponível em: https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/158550/001021892.pdf?sequence=1. Acessado em 12.abr.2022.

FISCHMANN, A.A.; ALMEIDA, M.I.R. **Planejamento estratégico na pratica**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1991.

FORTUNA, E. **Mercado financeiro: produtos e serviços**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 17ª edição, 2008.

FOULKS, S.M.; GRACI, S.P. Guidelines for Personal Financial Planning. **Business**, Vol. 33, n.2; p.. 32, 1989.

FUJI, A. H. O conceito de lucro econômico no âmbito da contabilidade aplicada. **Rev. Contabilidade e Finanças**. USP, São Paulo, n. 36, p. 74 a 86, set./dez. 2004.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas. 2019.

GITMAN, L.J. **Princípios de Administração Financeira**. 12. ed. São Paulo: Pearson, 2009.

GONZALEZ, I.V.D.P; OLIVEIRA, M.F.H.; SOUZA, S.P; BEHR, S.C.F; SOARES, M.L; PELISSARI, A.S. Pesquisa de Clima Organizacional: um estudo em uma secretaria municipal de educação do estado do Espírito Santo. **Qualitas Revista Eletrônica**, Vol. 12, N. 2, 2011.

GREENWALD, B.C.; STIGLITZ, J.E. Financial Market Imperfections and Business Cycles. **The Quarterly Journal of Economics**, Vol. 108, Issue 1, Feb. 1993, Pag 77-114, https://doi.org/10.2307/2118496.

GROPPELLI, A.A.; NIKBAKHT, E. **Administração Financeira**. 2ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

HALFED, M. **Investimentos: como administrar melhor seu dinheiro**. São Paulo: Fundamento Educacional, 2006.

HALLORAN, J.W. **Porque os Empreendedores Falham**. Tradução Kátia Aparecida Roque. São Paulo: Makron Books, 1994.

HITT, M.A.; IRELAND, R.D.; HOSKISSON, R.E. **Administração Estratégica**. São Paulo: Thomson Learning, 442 p. 2001. Disponível em: file:///C:/Users/proff/Downloads/ADMINISTRACAO%20ESTRATEGICA%20HITT.pdf. Acessado em 21.abr.2022.

IBGE - **População estimada de Foz do Iguaçu para 2021**. 2010 (último Censo oficial). Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/foz-do-iguacu/panorama. Acessado em 21.abr.2022.

INFOMONEY. **Foco na qualidade de vida: o que é educação financeira sustentável?** 2007. Disponível em: https://www.infomoney.com.br/onde-investir/foco-na-qualidade-de-vida-o-que-e-educacao-financeira-sustentavel/. Acessado em: 18.jan.2022.

KAPLAN, R. S.; NORTON, D. P. **Organização orientada para a estratégia: como as empresas que adotam o Balanced Scorecard prosperam no novo ambiente de negócios**. Rio de Janeiro: Campus, 2001. 416p

KIMURA, H. **Vencer a crise: Lições Para Superar as Dificuldades Financeiras**. 2019. 185 pág. Brasília. Disponível em: https://www.adm.unb.br/images/Documentos/Livro-Kimura.pdf. Acessado em 22.mai.2022.

KNÜPPE, L. Motivação e desmotivação: desafio para as professoras do Ensino Fundamental. **Educ. rev.** (27), Jun., 2006, https://doi.org/10.1590/S0104-40602006000100017, Disponível em: https://www.scielo.br/j/er/a/Q9KqTZnczCwRKMcgTFpm3jN/?lang=pt. Acessado em 22.mai.2022.

KUAZAQUI, E. (Org.). **Administração para não-administradores**. São Paulo: Saraiva, 2006.

KWASNICKA, E.L. **Introdução à administração**. São Paulo: Atlas, 2004.

LACOMBE, F.; HEILBORN, G. **Administração: princípios e tendências**. São Paulo: Saraiva, 2006.

LOPES, J.C.; ROSSETTI, J.P. **Economia Monetária**, São Paulo, ATLAS, 2002.

MAINARDES, E.W.; FERREIRA, J.; RAPOSO, M. Conceitos de estratégia e gestão estratégica: Qual é o nível de conhecimento adquirido pelos estudantes de gestão? **FACEF PESQUISA**, Franca, v.14, n.3,

p. 278-298, set./out./nov./dez. 2011. Disponível em: file:///C:/Users/proff/Downloads/296-884-2-PB.pdf. Acessado em 23.mai.2022.

MARCONI, M.A.; LAKATOS, E.M. **Fundamentos de metodologia científica**. 8ª. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MARSHALL, A. **Princípios de Economia**. São Paulo, SP: Abril Cultural, 1982.

MATTOSO, C.L.Q.; FERREIRA, G. Gaste com moderação: um estudo sobre o comportamento do jovem adulto universitário de classe C frente ao discurso do consumo consciente do dinheiro e do crédito. **Pensamento e Realidade**, v. 27, p. 56- 73,2012.

MATSUMOTO, A. S; TABAK, B. M; CAJUEIRO, D. O; BRITO, J. C; SOUZA, P. A. A pesquisa em Finanças no Brasil: a estrutura das colaborações científicas. **In**: Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia SEGeT, 5, 2008, Resende. ***Anais* Resende**: Associação Educacional Dom Bosco, 2008.

MAXIMIANO, A.C.A. **Introdução à administração** - 4ª ed. rev. e ampl. - São Paulo: Atlas, 1995.

MENDES, J.S. **Educação financeira para uma melhor qualidade de vida**. 39 pág. UNISUL, Tubarão (SC), 2015. Disponível em: http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2016/03/TCC-JULIANA-DE-SOUZA-MENDES.pdf. Acessado em 23.mai.2022.

MORA, M. **A evolução do crédito no brasil entre 2003 e 2010***. IPEA. Rio de Janeiro. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3537/1/td2022.pdf. Acessado em 21.abr.2022.

MÜLLER, C.J. **Modelo de gestão integrando planejamento estratégico, sistemas de avaliação de desempenho e gerenciamento de processos (MEIO - Modelo de Estratégia, Indicadores e Operações)**. 2003. 292f.. Tese (Doutorado em Engenharia) - Escola de Engenharia, UFRS, Porto Alegre, 2003.

OLIVEIRA, D.P.R. **Excelência na Administração estratégica**. Ed. Atlas S. A. - São Paulo, 1999.

PADOVEZE, C.L.; FREZATTI, F.; BENEDICTO, G.C**. A decisão de distribuição de lucros.** Cad. estud**. (11),** Jul 1994, https://doi.org/10.1590/S1413-92511994000200003, Disponível em: https://www.scielo.br/j/cest/a/9ZZ9qyFv4MWmqFvvyMWGstJ/?lang=pt. Acessado em 21.abr.2022.

PERETTI, L.C. **Aprenda a cuidar do seu dinheiro**. 3ª ed. Dois Vizinhos: Impressul, 2008.

PEREZ JUNIOR, J.H.; OLIVEIRA, L.M.; COSTA, R.G. **Gestão Estratégica de Custos**, 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2005.

PESTANA, M.C.; PIRES, P.M.S.G.; FUNARO, V.M.B.O.; UTUYAMA, A.S.; PACHECO, F.M.; GUIMARÃES. B.N. Desafios da sociedade do conhecimento e gestão de pessoas em sistemas de informação. **Ci. Inf**. 32 (2), Ago., 2003 • https://doi.org/10.1590/S0100-19652003000200009. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ci/a/3dLTJrbBxt7bNYbVCwvxPgr/?lang=pt#. Acessado em 23.mai.2022.

PETERS, T.J. Creating and maintaining excellence. In: KAWASAKI, G.; BOLLES, R. (Eds.). **Hindsights**: the wisdom and breakthroughs of remarkable people. New York : Warner Books, 1995. p. 40-50.

PROCON. **PROCON orienta: assuntos financeiros - inadimplência**. 2020. Disponível em: www.procon.pr.gov.br. Acessado em: 03.mar.2020.

REIS, T. **Teoria quantitativa da moeda: a inflação pelo excesso de oferta de moeda**. 2018. Disponível em: https://www.suno.com.br/artigos/teoria-quantitativa-da-moeda/. Acessado em 23.mai.2022.

REZENDE, F. **Finanças Públicas**. São Paulo: Atlas, 2001

RICHARDSON, R.J. *Pesquisa social:* métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1999.

ROBBINS, S. P. **Administração: mudanças e perspectivas**. São Paulo: Saraiva, 2005

ROESCH, S.M.A. **Projetos de Estágio e de Pesquisa em Administração**. 3ª. Ed. Ed. Atlas, 2005. São Paulo

ROSS, S.A.; WESTERFIELD, R.W.; JAFRFE, J.F. **Administração Financeira**. Tradução por Antônio Zoratto San Vicente. São Paulo: Atlas, 1995.

ROSS, S.A.; WESTRFIELD, R.W.; JORDAN, B.D. **Princípios de administração financeira**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2000.

SCANLAN, B.K. **Princípios de administração e comportamento organizacional**. São Paulo: Atlas, 1979.

SEBRAE - SEBRAE-SP, **Fluxo de Caixa**. 2016. 52 pag. E-Book. Disponível em: https://brasilmais.economia.gov.br/storage/files/shares/biblioteca/E-Book_%20Fluxo%20de%20caixa%20para%20pessoa%20jur%C3%ADdica.pdf. Acessado em 23.mai.2022.

SERASA. Inadimplência do consumidor atinge 61,6 milhões, revela Serasa**. Disponível em: www.serasa.com.br. Acessado em: 13/04/2020.**

SERRA, F.; FERREIRA, M.P. **A evolução histórica do conhecimento em estratégia**. UNISUL, 26 págs. Sem data (s/d). Disponível em: https://globadvantage.ipleiria.pt/files/2012/08/nota-de-aula_evolucao-da-estrategia.pdf. Acessado em 23.mai.2022.

SICSÚ, J.; CASTELAR, A. **Sociedade e Economia: estratégias de crescimento e desenvolvimento**. Ipea. Brasília, 2009. 252 pag. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3225/1/Livro_SociedadeeEconomia.pdf. Acessado em 23.mai.2022.

SMAB - SECRETARIA MUNICIPAL DE ABASTECIMENTO. Prefeitura municipal de Curitiba. **Orçamento Familiar e Economia Doméstica**. Curitiba, 2010.

SPC. **Facetas da mulher brasileira: Mercado de consumo**. 12 págs., 2016. Disponível em: file:///C:/Users/proff/Downloads/An%C3%A1lise-Consumo-das-Mulheres-_-Consumo.pdf. Acessado em 23.mai.2022.

TAYLOR, F.W. **Princípios de Administração Cientifica**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 1978.

VASCONCELLOS, M.A.; GARCIA, M.E. **Fundamentos de Economia**. 2ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

VISSOTTO JR., D. **Educação financeira nas escolas municipais : uma abordagem participativa**. Curitiba, cartilha. 2017. 375 p., il. color., grafs

WELSCH, G.A. **Orçamento empresarial**. Tradução e adaptação à terminologia contábil brasileira de Antônio Zoratto San Vicente. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1996.

ZACCARELLI, S.B. **Estratégia e sucesso nas empresas. Ed.** Saraiva, 2ª Ed. 2012.

ZDANOWICZ, J.E. **Planejamento Financeiro e Orçamento.** 2 ed. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1998.

APÊNDICE

Questionário

1- Sexo:

( ) Feminino ( ) Masculino

2- Idade entre:

( ) 18 à 24 anos ( ) 25 à 35 anos

( ) 36 à 45 anos ( ) Acima de 46 anos

3- Qual sua faixa de renda mensal?

( ) Até 2 salários mínimos

( ) Entre 2 e 4 salários mínimos

( ) Entre 5 e 7 salários mínimos

( ) Entre 8 e 10 salários mínimos

( ) Acima de 11 salários mínimos

4- Você dá prioridade ao lazer imediato ou pensa mais no seu lazer financeiro futuro?

( ) Lazer Imediato

( ) Lazer Financeiro Futuro

5- A sua renda é suficiente para pagar suas despesas?

( ) Sim

( ) Não

6- Seu salário costuma faltar ou sobrar no final do mês, após pagar suas despesas?

( ) Faltar

( ) Sobrar

7- Você faz algum tipo de investimento?

( ) Sim ( ) Não

8- Tem controle sobre suas finanças?

( ) Sim ( ) Não

9- Acredita ser necessário que alguém controle suas finanças, para que não entre em dificuldades financeiras irrecuperáveis?

( ) Sim ( ) Não

10- Tem noção do que é um planejamento financeiro?

( ) Sim ( ) Não

11- Você já fez um planejamento financeiro?

( ) Sim ( ) Não

12- Seu salário, geralmente dura quanto tempo?

( ) Uma semana

( ) Duas semanas

( ) Três semanas

( ) Quatro semanas

( ) Somente o necessário para pagar as suas contas.

13- A tendência de suas contas para os próximos seis meses é:

( ) Aumentar

( ) Diminuir

( ) Manter-se instável

( ) Ultrapassar todos os limites

( ) Ainda sem previsão

14- Você costuma exagerar com seus gastos pessoais?

( ) Sim, mas pretende se controlar no próximo mês.

( ) Sim. Já tentou, mas não consegue se controlar.

( ) Não, por que tem controle sobre suas finanças.

( ) Nunca pensou sobre este assunto.

15- Geralmente, você faz projeções da sua vida financeira:

( ) Mensalmente - (todo mês)

( ) Trimestralmente - (a cada 3 meses)

( ) Semestralmente - (a cada 6 meses)

( ) Anualmente - (a cada 12 meses)

( ) Não faz projeções financeiras.

16- Você acredita que o planejamento financeiro deve começar a ser feito a partir:

( ) da sua vida adulta

( ) Da sua juventude

( ) Do seu casamento

( ) a partir do nascimento de seus filhos

( ) Somente depois que meu orçamento estiver estourado

17- Você costuma comprar em seu nome, para que outras pessoas paguem?

( ) Sim, geralmente fico sem graça em dizer não

( ) Apenas para os conhecidos

( ) Apenas para os familiares

( ) Já comprei, mas não compro mais

( ) Não

18- Você já participou de algum treinamento ou curso sobre finanças ou na área financeira?

( ) Sim, com até 8 horas

( ) Sim, acima de 8 horas até 16 horas

( ) Sim, acima de 16 horas até 24 horas

( ) Sim, acima de 24 horas até 32 horas

( ) Sim, com 40 horas

( ) Não.

CAPÍTULO 5

Reabilitação e reintegração de pessoas em situação de rua na sociedade brasileira

DOI 10.29327/567563.2-5

Idelmara Silva Correia[1]
Frederico Fonseca da Silva[2]
Anjor Mujica de Paula[3]
Pedro Antônio Bittencourt Pacheco[4]

RESUMO: O presente estudo tem por intenção discorrer de forma contextualizada e reflexiva sobre os pressupostos que envolvem a população em situação de rua. Por se tratar de um fenômeno social de considerável ascensão nacional, os entraves em relação a políticas públicas são evidentes, gerando uma problemática de difícil solução. O objetivo central desse estudo consistiu em analisar e identificar os principais e reais motivos que levam a maioria das pessoas, ficarem em situação de rua de forma definitiva e permanente. O fator em que se justifica a realização da pesquisa provém questões de uma ideologia de vida, onde se crê que todo indivíduo deve ter os direitos garantidos por lei assegurados e devem neces-

1 - Acadêmica concluinte do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do IFPR - Instituto Federal do Paraná, do Campus Curitiba. ORCID 1926788314675096 Lattes: http://lattes.cnpq.br/1926788314675096E-mail: deaespinosa@gmail.com
2 - Engenheiro Agrônomo, doutor em Irrigação e Meio Ambiente, Professor e Pesquisador do IFPR - Instituto Federal do Paraná. ORCID 0000-0003-2817-6983. Lattes: http://lattes.cnpq.br/4691454480439777. E-mail: frederico.silva@ifpr.edu.br
3 - Pesquisador e Professor do IFPR - Instituto Federal do Paraná. Mestre de Engenharia de Produção. E-mail: anjor.mujica@ifpr.edu.br
4 - Professor e Pesquisador do IFPR - Instituto Federal do Paraná, Instituto Federal do Paraná. ORCID 0000-0002-7547-8442. E-mail: pedro.pacheco@ifpr.edu.br

sariamente usufruir desses direitos de forma igualitária, democrática e justa. Utilizou-se como métodos de coleta de dados a pesquisa bibliográfica e de campo, utilizando entrevistas semiestruturadas com moradores em situação de rua. Baseadas nas informações coletadas através das entrevistas, os resultados mostraram a vulnerabilidade em que se encontram os moradores de rua e os motivos que os levaram tais condições, onde o índice de fatores alusivos à dependência química é considerável. Diante dos resultados obtidos, chegou-se à conclusão de se implementar políticas públicas mais concretas, propondo projetos de reabilitação e reintegração destas pessoas em situação de rua, apoiados por esferas públicas municipais, estaduais e federais, tendo como colaboradores profissionais de diferentes áreas de atuação social, bem como estudantes em formação acadêmica.

Palavras-Chave: População de rua. Recuperação. Socialização. Políticas Públicas.

REHABILITATION AND REINTEGRATION OF HOMELESS PEOPLE IN BRAZILIAN SOCIETY

ABSTRACT: The present study intends to discuss in a contextualized and reflective way the assumptions that involve the homeless population. As it is a social phenomenon of considerable national ascension, the obstacles in relation to public policies are evident, generating a problem that is difficult to solve. The main objective of this study was to analyze and identify the main and real reasons that lead most people to be permanently and permanently homeless. The factor that justifies carrying out the research involves questions of an ideology of life, where it is believed that every individual must have the rights guaranteed by law and must necessarily enjoy these rights in an egalitarian, democratic and fair way. Bibliographic and field research was used as data collection methods, using semi-structured interviews with homeless people. Based on information collected through semi-structured interviews, the results showed the vulnerability of homeless people and the reasons that led them to such conditions, where the index of factors alluding

to chemical dependence is considerable. In view of the results obtained, it was concluded that more concrete public policies should be implemented, proposing the implementation of projects for the rehabilitation and reintegration of these homeless people, supported by municipal, state and federal public spheres, having as collaborators professionals from different areas of social action, as well as students in academic training.

Key words: Street population. Recovery. Socialization. Public policy

1 Introdução

A sociedade em linhas gerais, não privilegia a todos, tão pouco garante as responsabilidades sociais em busca do bem comum. Ainda que se almeje uma perspectiva pluralizada para os sujeitos, a sociedade contemporânea é impregnada de desigualdades que confrontam e dilacera a prospectiva social inclusiva. Intentar o enquadramento de todos a partir dos princípios de igualdade, gera uma certa utopia, principalmente no que tange a direitos básicos, como moradia, alimentação, saúde e educação. Nesse contexto, para entender as condições sócio-históricas da conjuntura da população em situação de rua, é preciso reportar as condicionantes que desencadeiam tal fato.

A realidade dos indivíduos que se encontram em situação de rua, reflete um cenário cruel, onde a vulnerabilidade humana é um fator recorrente. A situação desses indivíduos sempre estar associadas à miséria, violência, drogas, entre as demandas sociais negativas. Nesse sentido, pensar em reabilitação dessas pessoas perpassa em compreender, primeiramente, os motivos dos quais levaram ao estado de vulnerabilidade. A condição de situação de rua está inserida na perspectiva de exclusão social, que condiciona a privação de acessos e a ausência de cidadania.

Dessa forma, indivíduos imersos em conjuntura de completa exclusão social, as pessoas em situação de rua, não possuem sua autonomia, emancipação e, principalmente, cidadania. São vistos

como uma problemática de difícil solução. Por não terem, em muitos casos, documentação que comprovem sua existência, ausência de residência fixa, distanciamento total da família, ou mesmo por motivos meramente econômicos, estas pessoas tornam-se destituídas de atenção social e humanitária ficando, assim, expostas a vulnerabilidade social. Frente a tal pressuposto, surge o seguinte questionamento: quais os caminhos devem ser trilhados para reabilitar e reintegrar pessoas em situação de rua na sociedade?

A motivação pela escolha do tema considera questões de uma ideologia de vida, onde se crê que todo individuo deve ter os direitos por lei assegurados e devem, necessariamente, usufruir desses direitos de forma igualitária, democrática e justa. É muito importante que o profissional de Gestão Pública saiba lidar e se posicionar frente a situações adversas, buscando prover melhorias que beneficie toda a sociedade. As pessoas devem ter acesso a políticas públicas que sejam, de fato, eficazes para que as problemáticas que condicionam a exclusão social sejam minimizadas ou mesmo resolvidas. Ter acesso a serviços básicos de qualidade como moradia e uma vida digna, possibilita a reconstrução da sociedade favorecendo que a mesma se torne democrática.

O estudo apresenta por objetivo geral analisar e identificar os principais e reais motivos que levam a maioria das pessoas, ficarem em situação de rua de forma definitiva. E, por objetivos específicos, compreender a realidade da população em situação de rua; discutir acerca do preconceito e estigma sofrido pela população de rua que dificulta o enfrentamento da questão; e, sugerir ações estratégicas para reabilitar e reintegrar essas pessoas a sociedade. De modo a atender aos objetivos delimitados, este estudo se caracteriza em uma pesquisa exploratória de abordagem qualitativa, onde teve como subsídios para fundamentar-se as metodologias de pesquisa bibliográfica de campo utilizando-se, como recuso de coleta de dados, a proposta de entrevistas semiestruturadas, para pessoas inseridas no objeto de estudo.

Através do resultado da coleta de dados, apresenta-se um breve projeto com metas, ideias e sugestões que podem ser acata-

das através de políticas públicas em conjunto com toda a sociedade, para amenizar a problemática em questão. Conclui-se que, com esforços de todos é possível a reabilitação e reintegração destas pessoas em situação de rua, novamente na sociedade brasileira.

2 Referencial teórico

O presente estudo está alicerçado em quatro fundamentos: (2.1) Contexto sócio-histórico da população de rua; (2.2) Os sujeitos que integram a população de rua; (2.3) População em situação de rua e políticas públicas; e, (2.4) A realidade atual da população de rua.

2.1 Contexto sócio-histórico da população de rua

Desde os tempos coloniais, o Brasil teve sua sociedade construída de forma totalmente desigual, onde os menos favorecidos eram sujeitos a toda situação de exclusão, possuíam apenas a funcionalidade de trabalhar em prol do bem-estar da elite. O fenômeno da exclusão sempre fez parte do cotidiano da sociedade brasileira que, historicamente, quem não era provido de recursos financeiros e estudo, era segregado em detrimento de outros (BARROS *et al.*, 1999). Com os adventos de outros marcos históricos mundiais, segundo Iamamoto (2001), a exclusão social se evidenciava progressivamente e, durante o período da Revolução Industrial, tornaram-se mais frequentes.

Tal revolução concretizou o capitalismo, onde as classes menos favorecidas se viram na necessidade de vender sua força de trabalho, deixando as áreas de campo em busca de melhores condições de vida. Entretanto, alguns apresentaram muitas dificuldades de adaptação à nova realidade, e sem perspectivas passaram a morar nas ruas, ficando expostos à mercê de toda injustiça em meio à falta de posto de trabalho (KLAUMANN, 2018). Podendo-se assim dizer que, na maioria dos adventos históricos que transformaram a sociedade, surgia uma nova leva de moradores de rua. Logo, o contexto sócio histórico possui forte influência sobre a problemática.

Conforme Pires (2019), mesmo frente à evolução que o capitalismo trouxe a sociedade moderna, a cultura excludente e discriminatória sempre foi um fato determinante para disparidade social, causa principal do fenômeno de população em situação de rua. Mais que uma questão cultural, envolve outros aspectos com peso histórico, como a política, a cultura e a economia.

Castel (1998) cita que as pessoas das camadas sociais menos favorecidas no processo de estruturação do capitalismo tratavam-se, geralmente de imigrantes e periféricos, ou os chamados marginalizados, eram considerados inadaptados ao progresso, logo, não poderiam usufruir do desenvolvimento econômico. O capitalismo em linhas gerais, foi o condicionante para transformações econômicas, políticas e sociais, onde o crescimento populacional urbano ocasionou a formação de grupo populacional marginalizado por conta de aspectos alusivos ao capital.

> O aprofundamento do desemprego e do trabalho precário constitui fator relevante da expansão da superpopulação relativa ou exército industrial de reserva, da elevação dos índices de pobreza e dos níveis de vulnerabilidade da classe trabalhadora e, consequentemente, da expansão do fenômeno população em situação de rua, como parte constitutiva da pobreza e da superpopulação relativa, excedente à capacidade de absorção do capitalismo (SILVA, 2009, p. 115).

Nessa perspectiva, a situação de rua tornou-se um fenômeno não apenas no Brasil mais mundial onde o sujeito é desqualificado por não atender as demandas econômicas capitalistas. Logo, o impacto social é inevitável, e vários fatores acabam por levar as pessoas a morarem nas ruas. Entre tais fatores, destaca-se o desemprego, condicionante de outros fatores que levam as pessoas a permanecerem nas ruas, bem como o alcoolismo, drogas, prostituição, violência doméstica, abusos, entre outros (AGUIAR e IRIAT, 2012).

Conforme explicitam ainda Aguiar e Iriart (20126) a ida para as ruas provoca uma ruptura com as formas sociais, geralmente aceitas de sobrevivência segundo o princípio legitimador do mercado,

em que o trabalho é provedor da moradia, alimentação e demais necessidades. Viver na rua é romper com o mercado e seu estilo de vida, o que não significa a eliminação total do trabalho ou o impedimento à subsistência, mas o desenvolvimento de novos códigos, de formas específicas de garantia da sobrevivência.

Seguindo essa linha de pensamento Nascimento (1994), ressalta que o excluído não é apenas aquele que se encontra em situação de carência material, mas aquele que não é reconhecido como sujeito, estigmatizado, considerado nefasto ou perigoso à sociedade. Essa condição é o que caracteriza a cultura excludente, discriminatória e segregada em que as pessoas em situação de rua estão inseridas. Mesmo frente a tantas mudanças que globalizaram a sociedade tornando-a tecnológica e competitiva, são as mesmas mudanças que impuseram uma situação de exclusão extrema.

2.2 Quem são os sujeitos que integram a população de rua?

As pessoas inseridas na condição de população em situação de rua, por diferentes razões, foram inseridas em um contexto de cultura discriminatória e excludente, permeada por conflitos e desigualdade social. Segundo a Política Nacional para a População em Situação de Rua (PNPSR), instituída pelo Decreto n.º 7.053 (BRASIL, 2009), de 23 de dezembro de 2009 em seu Parágrafo Único artigo 1.º, população em situação de rua é um:

> [...] grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória (BRASIL, 2009).

Gomes e Pereira (2005) ressaltam que pessoas em situação de rua, ou um morador de rua, são pessoas em extrema pobreza,

que podem estar nessa condição, sozinhas ou acompanhadas da família. Em linhas gerais, são homens, mulheres, crianças, jovens e idosos expostos a todo tipo de vulnerabilidade. Nesse contexto, Silva (2006) afirma que os fatores que levam essas pessoas a estarem nas ruas por vezes estão atribuídos a “desavenças afetivas”, fatores ligados à história de vida dos indivíduos, os preconceitos relacionados à orientação sexual, à intolerância às situações de uso, abuso e dependência de álcool e outras drogas.

A população de rua, em muitos casos, são pessoas que possuem instrução, possuem letramento de mundo, alguns são analfabetos e tem muitos casos de pessoas com altos níveis de conhecimento, com profissão, mas que acabaram por estar nas ruas. Os grupos mais vulneráveis são crianças e idosos que, pela falta de assistência, vivem à mercê de todos os riscos, sendo privados de todos os direitos. Abreu e Oliveira (2017) citam que a população em situação de rua está imersa em condições extremamente precárias de saúde e no âmbito social.

O grupo de pessoas em situação de rua apresenta diversidade de identidades, históricos culturas e crenças diferentes. São pessoas inseridas em um fenômeno social, que cresce de forma considerável, espalhados pelos grandes centros urbanos, que buscam meios de sobrevivência nas ruas, ficam geralmente concentrados em espaços com grande circulação de pessoas, próximos a centros comerciais, rodoviárias, praças entre outros locais (VARANDA e ADORNO, 2004).

Conforme Sicari e Zanella (2018), o perfil das pessoas em situação de rua não se trata de um estereótipo de pessoas violentas como muitas pessoas acreditam, que pelo fato dessas pessoas estarem nas ruas elas praticam atos infracionais o tempo todo. São pessoas que, geralmente, não tem realmente a onde morar, e estão ali por conta de uma força maior que é a falta de condição econômica, fazem parte de uma invisibilidade social que incomoda a muitos, porém muito poucas ações são feitas.

Pesquisadores, dentre eles, Nunes (2020) têm se dedicado a estudos que permeiam outras realidades, como a “invisibilidade dos tradutores”, a “invisibilidade” dos monumentos.

2.3 População em situação de rua e políticas públicas

No que tange a pessoas em situação de rua, estas fazem parte do contexto social do país. Entretendo, a sociedade civil através de movimentos sociais, lutou incessantemente para implementar a democracia no país, para que todos tivessem de forma igualitária, perante a lei, direito e deveres. Assim, ocorreu em 5 de outubro de 1988, o que podemos classificar como uma ruptura histórica, que culminou na redemocratização do país onde promulgava-se a nova Constituição Federal (BRASIL, 1988).

Esse marco ressaltou de sobremaneira a presença e a luta dos movimentos sociais no processo de redemocratização, favorecendo assim a reorganização da sociedade civil, incluindo nas pautas emergenciais reforma e elaboração de novas políticas sociais, visto que, as políticas existentes possuíam um viés excludente. Para Tejadas (2013), os movimentos sociais que protagonizaram a redemocratização do país, angariaram a condição de agentes promotores da execução das políticas públicas.

Nesse contexto, em relação à população de rua, a Carta Magna explicita a garantia de acesso aos serviços para todos, inclusive aos indivíduos em situação de rua. Segundo a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), em seu artigo 6.º, prevê que são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados. Logo, ainda que estejam em situação de rua, os indivíduos possuem direitos previstos em lei.

No que tange a políticas públicas direcionadas a pessoas em situação de rua, a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) n.º 11.258 (BRASIL, 2005), dispõe em seu parágrafo único artigo 23,

que organização de serviços de Assistência Social, deve ser instituídos programas atribuídos às pessoas em situação de rua. No ano subsequente, em 2006, sob a coordenação do Ministério do Desenvolvimento Social, instituiu-se o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), visando idealizar e apresentar propostas de políticas públicas para a promoção da inclusão social de pessoas em situação de rua. Em 12 de dezembro, através da Portaria MDS nº 381 (BRASIL, 2006) ficou estabelecido a destinação de recursos de financiamento federal, destinado a municípios com população em situação de rua acima de 300.000 habitantes, para apoio à oferta de serviços, para acolhimento dessa população.

Em 11 de novembro de 2009, por meio da Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) n.º 109 (BRASIL, 2009), de 11 de novembro de 2009, instituiu Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Trata-se de um documento que qualifica os serviços socioassistenciais ao nível nacional, para as pessoas em situação de rua, subdivididos em: Serviço especializado em abordagem social; Serviço especializado para pessoas em situação de rua; Serviço de acolhimento institucional e serviço de acolhimento em república, que visa atender pessoas em processo de saída das ruas. No mesmo ano, foi criada através do Decreto n.º 7.053 (BRASIL, 2009), a Política Nacional para a População em Situação de Rua com o suporte do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento.

No ano de 2010, na data de 22 de novembro, a Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS) juntamente com Secretaria Nacional de Renda e Cidadania (SENARC), ficou disposto as orientações aos municípios e ao Distrito Federal para a inclusão de pessoas em situação de rua no Cadastro Único para programas Sociais do Governo Federal (o Cad Único). Foi criada a Resolução da Comissão de Inter gestores Tripartite (CIT) nº 07 (BRASIL, 2012), em 12 de abril de 2012, que delimitou critérios sobre distribuição dos recursos do financiamento Federal, voltado para a expansão de serviços socioassistenciais, incluindo na mesma pauta o Plano Integrado Decreto nº 7.426, (BRASIL, 2010) para o enfrentamento

ao crack e outras drogas, fato considerado uma problemática para população de rua.

Nos municípios há também a existência de Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) e pelos Centros de Referência Especializados para a População em Situação de Rua. Tais centros buscam traçar projetos para acolher e atender a população de rua, oferecendo a acessibilidade a serviços básicos e visando a resgatar a cidadania dessas pessoas. Segundo um levantamento da Sociedade Brasileira de Solidariedade (2020), atualmente existe no Brasil, 2.109 CREAS, sendo 2075 de municipais e 52 regionais.

Durante a pandemia da Covid-19 alguns projetos de leis foram implementados em prol da população de rua. No início da pandemia foi implementado o Projeto de Lei n.º 707/20 (BRASIL, 2020), de 18 de março de 2020, dispõe a proibição do isolamento compulsório de moradores de rua durante a vigência de epidemias ou pandemias, assegurando a pessoas que se encontram em tal situação, o respeito a direitos previstos na Política Nacional para a População em Situação de Rua, de acordo com o Decreto 7.053/09 (BRASIL, 2009). Segundo o texto, o isolamento torna-se obrigatório caso a pessoa em situação de rua, apresente sintomas e teste positivo para a doença. Tramita na Câmara dos Deputados, o texto do Projeto de Lei 2815/20 (BRASIL, 2020), de 21 de maio de 2020, que determina a todos os municípios com mais de 100 mil habitantes, oferecem estruturas para acolhimento das pessoas em situação de rua. O texto prevê que órgãos locais de assistência social e de vigilância sanitária sejam responsáveis pelo atendimento desse público.

2.4 A realidade atual da população de rua

Conforme dados apresentados em uma pesquisa em 12 de junho de 2020 realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2020), existia, aproximadamente, 221.869 pessoas em situação de rua, número que, em virtude do advento da pandemia da Covid-19, provavelmente deve ter tido um aumento considerável. Em decorrência da crise econômica desencadeada pela pande-

mia, segundos dados do IPEA (2020), a população em situação de rua, saltou a olhos vistos. A falta de emprego foi um dos principais fatores que implicou para esta condição. Conforme o site Agência Brasil (2020), houve, também, um crescimento no número de pedintes, principalmente crianças.

Segundo dados da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ, 2021), os municípios por não estarem preparados, a pandemia mostrou sua força, e deixou a falta de assistência evidente, principalmente em relação a abrigos, não houve ao que se sabe ampliações, tão pouco construções de novos espaços. O foco dos municípios era dar assistência de saúde, que ainda assim não atingiu a todos. Conforme destaca o IPEA (2020), o que permitiu observar o aumento da população em situação de rua, deu-se através dos olhos das organizações de serviço voluntario, pois, as filas em busca de alimento tiveram um crescimento visível. Outro fator que impactou os moradores de rua na pandemia foi o aspecto higiene ressaltado como protocolo de segurança sanitária, o distanciamento e isolamento social não foi contemplado pela população de rua.

Para Santos (2020), qualquer quarentena é sempre discriminatória, mais difícil para uns grupos sociais do que para outros. Nesse sentido, é evidente que não haveria por mais esforços das organizações de atendimento social, da implementação de um processo de isolamento para os moradores de rua. As condições da população em situação de rua não são favoráveis, e não há por parte das esferas públicas políticas sociais emergenciais para solucionar de imediato a situação dos moradores de rua durante a pandemia.

3 Metodologia

Este estudo, no intento de atender aos objetivos delimitados e elucidar a questão norteadora, adotou duas categorias de pesquisa para que culminasse em resultados pertinentes a proposta do tema em questão. Inicialmente foi adotada de modo a fundamentar cada um dos objetivos a pesquisa bibliográfica, exploratória de abordagem qualitativa.

Tal metodologia, segundo Gil (2002), é desenvolvida tendo por base material já publicado composto, principalmente, por livros e artigos; e, no caso do referido estudo, também utilizou textos de legislações.

Em relação à metodologia utilizou-se a pesquisa de campo (GONÇALVES, 2001). Por se tratar de uma pesquisa de cunho qualitativo, foi dada a possibilidade de observar, descrever, analisar e compreender os pressupostos do contexto que envolvem a população em situação de rua, interagindo com os atores envolvidos, através de entrevistas semiestruturadas, preservando suas respectivas identidades. A pesquisa de campo possibilitou complementar o levantamento bibliográfico visto que permite aos informantes abordar livremente o tema proposto (MINAYO *et al.*, 2002).

Foram entrevistadas duas pessoas em situação de rua no mês de julho de 2021, onde se pretendeu manter alguns diálogos de campo com as pessoas em situação de rua. A abordagem ocorreu em espaços públicos como praças e largos, durante o período do dia (Figuras 1 e 2).

Figura1. Praça Rui Barbosa, Curitiba (PR)

Fonte: Os autores (2021)

Figura 2. Praça Rui Barbosa, Curitiba (PR)

Fonte: Os autores (2021)

Antes de iniciar a entrevista foi feita uma sondagem, abordando as pessoas que poderiam dialogar sem maiores problemas, sendo que os participantes foram informados sobre os objetivos do estudo e informados que não haveria riscos em relação às respostas dadas. Os participantes serão mencionados como S1 e S2, no intuito de preservar suas identidades.

O estudo de campo de dividiu em dois momentos: o primeiro com a observação dos participantes, o mapeamento da área em que se encontravam, para iniciar a coleta de dados. O segundo momento foi realizado a explicação dos objetivos da pesquisa e a entrevista. A pesquisa foi desenvolvida com indivíduos do sexo masculino, com idades entre 30 e 50 anos. A entrevista aponta os fatos, as causas, e situações diretamente ocorridas, que motivou todos estes indivíduos, a se tornarem moradores de rua.

Foi desenvolvido um questionário, onde consta uma pesquisa com um total de 9 perguntas objetivas e em consonância com tema proposto, obtiveram-se as seguintes respostas de S1 e S2.

4 Resultado e discussão dos dados

A intenção, desde início da idealização dos objetivos da pesquisa, foi ir a campo observar e coletar todas as informações necessárias. Sendo assim, a pesquisa de campo, foi realizada durante o período da pandemia, mesmo com todos os seus agravantes, mas seguimos os protocolos de segurança para realizar a entrevista. Observou-se que não há soluções para atenuar a situação difícil em que os moradores de rua foram expostos durante a pandemia.

Quando se fez a primeira pergunta, referente à posse ou não de documentação pessoal, S1 respondeu que possui; e, S2 respondeu que possui, mas que as mesmas não estão atualizadas.

Preocupados com essa situação, o governo de Santa Catarina (SANTA CATARINA, 2020), passa a adotar políticas públicas voltadas para esse propósito. Assim, pessoas em situação de Rua da cidade de Florianópolis puderam tirar novas carteiras de identidade em uma ação social realizada entre o Instituto Geral de Perícias do estado e o Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP) da Prefeitura.

O segundo questionamento foi em relação ao contato com a família, ou se estavam acompanhados de algum familiar no atual momento. S1 respondeu que não tinha nenhum contato com a família e S2 não se recordava qual era a última vez que teve contato com algum familiar. Para Alcantara *et al*. (2015), o processo de exclusão social constitui-se como complexo e amplo, no que tange a aspectos de ordem econômica, estruturando-se também como um processo multifacetado, onde o fator vulnerabilidade implica, principalmente, no rompimento dos vínculos socioafetivos alusivos ao âmbito familiar e também alusivos à relação comunitária. Tais pressupostos ressalta a importância que a afetividade e relação familiar têm sobre os sujeitos em relação de rua.

A terceira pergunta foi relacionada ao acesso ao processo de escolarização, que, tanto S1 quanto S2, responderam que tiveram a acesso à Educação Básica, onde S1 completou o Ensino Fundamental 1; e, S2 chegou ao Ensino Fundamental 2, porém não com-

pletou. Concordando com Itatiaia (2017) quando afirma que a maioria dos moradores de rua, 62%, não passou do ensino fundamental.

Em uma sociedade imersa na desigualdade, o acesso ao processo de escolarização mesmo que garantido por lei, não é visto como uma prioridade pelo Estado, ou seja, as políticas públicas educacionais ainda são ineficazes. Nesse sentido, ao questionar os entrevistados sobre o processo de escolarização percebe-se que houve o acesso à escolarização, mas não a continuidade, fato que na visão de Sopelsa (2000, p.34) explicita a situação que o homem sofre influências das pessoas, da sociedade e do mundo. Logo, não há nenhum programa de retorno à escola, tão pouco interesse dos entrevistados a esse retorno.

A quarta questão foi alusiva ao âmbito profissional, onde se perguntou se os entrevistados tinham experiência profissional e se trabalhavam no momento. S1 respondeu que já trabalhou em muitos setores e chegou a ter registro em carteira como serviços gerais, porém, no momento trabalha com reciclagem. Já S2 falou que já trabalhou com carteira assinada e questionou que há oportunidades para quem está em situação de rua, mas sobrevive catando papel e material de reciclagem. Ambos relataram que não com sorte conseguem meio salário ao mês, com R$ 30 diários.

Segundo dados do IBGE (2015), moradores em situação de rua, a questão do desemprego é uma problemática de agravante considerável, visto que, por se encontrarem em tal situação, e por muitos não terem qualificação e escolaridade, a possibilidade de emprego formal com registro em carteira é muito difícil ou mesmo inexistente tal possibilidade. Tal circunstância se dá pela própria situação de vulnerabilidade. Conforme dados do IPEA (2020), a situação do desemprego agravou-se muito com a pandemia, trazendo para ruas ainda mais pessoas em situação de vulnerabilidade.

A sexta pergunta foi relacionada ao uso de álcool e drogas, se os entrevistados já fizeram ou fazem uso e já obtiveram tratamento. Segundo S1 já teve muitos problemas com drogas fato este que o levou para ruas e ainda tem problemas. Tentou fazer reabilitação na Fazenda Esperança, mais quando saiu não teve para aonde ir e

voltou às ruas. Acredita S1 que a bebida é um consolo; S2 fez tratamento para dependência química na Fazenda Esperança, porém no momento recorre à bebida e drogas, acredita ser muito difícil sair de tal situação. Questionados sobre se o álcool e as drogas foram condicionantes para eles morarem na rua a resposta também foi afirmativa.

A resposta apresentada pelos entrevistados, evidencia a situação da problematização da relação do álcool e as drogas com população de rua. Para Campos *et al*. (2004), fica explícita a influência do álcool na ruptura com os ambientes familiares; na manutenção de trabalhos intermitentes que favoreciam uma maior liberdade para o exercício de sua dependência química. Neste contexto, pode-se caracterizar o álcool e as drogas, como agentes de caráter socializador inseridos na cultura de rua.

Fechando a entrevista, à sétima pergunta foi atribuída a: se houvesse a oportunidade dos entrevistados saírem das ruas com uma proposta de moradia fixa ou temporária, juntamente com uma proposta de emprego, esta seria aceita? A reposta de S1 foi que antes de morar na rua, o mesmo tinha valor, casa, família, trabalho, mais as drogas acabaram com tudo isso. Assim, se tivesse oportunidade, claro que iria agarrar e buscar uma nova vida. Já para S2, bastava um emprego de carteira assinada que já era um começo, porque alugaria um canto e recomeçava.

A questão da oportunidade para moradores de rua, é uma saída para que os mesmos busquem ressignificar suas vidas e seu papel na sociedade. A ausência deste acolhimento por parte das esferas públicas, gera uma certa conformidade por parte do sujeito em situação de rua. Para Medrado e Spink (2000) dar sentido ao mundo é uma força poderosa e inevitável na vida em sociedade, logo, propiciar oportunidades para pessoas em situação de rua é essencial para reencontrarem sua representatividade social.

Frente a análise do conteúdo e interpretação dos dados coletados através das repostas dadas, foi possível identificar que problemas alusivos à dependência química é uma constates entre os sujeitos em situação de rua. São sujeitos que possuem documen-

tação geralmente, família e instrução escolar. Entretanto, emergiram-se para uma situação que os expõem a vulnerabilidade social. Mesmo com a oportunidade de realizarem um tratamento para deixarem a dependência química, retornaram ao vício e para ruas. Percebeu-se também que ambos possuem o desejo de sair das ruas e conquistarem sua ressignificação social, porém, devido à invisibilidade a eles atribuída, torna-se um desejo distante, o que Barbosa *et al*. (2016) chama de invisibilidade social.

Analisando as concepções de diferentes autores que versam sobre o tema, verifica-se que Barros *et al*. (1999) comentam que o fenômeno da exclusão é um fato histórico, onde Iamamoto (2001) ressalta esta afirmação. Klamann (2018) destaca a injustiça social que os moradores de rua sofrem. Castel (1998) menciona que a população de rua é geralmente composta de periféricos considerados inaptos ao progresso. Pires (2019) destaca que mesmo com o processo evolutivo do capitalismo, permanece a cultura excludente.

Silva (2009) destaca dois fatores de extrema relevância que condicionam a situação de rua a pobreza e o desemprego. Aguiar e Iriart (2012) ressalta a ruptura social que a situação de rua provoca, fato também analisado por Nascimento (1994) que menciona que excluído não se limita apenas a pessoa que não possui recursos, mas aquela que não tem acessibilidade a serviços básicos.

Silva (2006) menciona os problemas que levam as pessoas a irem buscar abrigo nas ruas que, na concepção de Abreu e Oliveira (2017), tais pessoas estão imersas na precariedade social. Varanda e Adorno (2004) falam que pessoas em situação de rua fazem parte de um fenômeno social. Gomes e Pereira (2005) ressaltam que pessoas em situação de rua, são pessoas em extrema pobreza. Sicari e Zanella (2018) explanam o perfil da população de rua. Tejadas (2013), comenta sobre a importância dos movimentos sociais no processo de redemocratização do país.

Observa-se ainda que em relação a todas as leis mencionadas ao longo do trabalho, todas priorizam oportunizar condições humanitárias para população de rua, partindo dos princípios de cidadania explicitados na Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988).

Os resultados apresentados tanto os referentes a entrevista com os moradores de rua e os coletados na revisão de literatura parecem apontar que o fenômeno da exclusão é algo que persiste marcar o contexto social e, embora haja pressupostos legais, pouco se tem feito para solucionar o problema que se agravou com a pandemia.

A diferença principal entre S1 e S2, centra-se somente na diferença de idade, pois ambos sofrem das mesmas mazelas cotidianas, e embora afirmem que se tiverem oportunidade saem das ruas, não corresponde à realidade, pois o vício em drogas e álcool necessita de um tratamento rigoroso que possa realmente livra-los do vício eminente e reintegrá-los a sociedade.

A diferença principal de pesquisas anteriores é que esta aborda os pressupostos alusivos ao contexto social em que a população de rua está inserida referente a pandemia da Covid-19. Os dados parecem confirmar que os resultados obtidos no estudo bibliográfico confrontam com dados obtidos em campo. As limitações para este estudo foram relacionadas especificamente a situação imposta pela pandemia, isolamento, distanciamento social, temor em contrair a doença em campo ou mesmo contaminar os sujeitos de pesquisa, mesmo atendendo aos protocolos de segurança, pois foi preciso ir a campo levantar os dados.

Os resultados do estudo seriam mais conclusivos se fosse possível observar outras regiões do país, e isso seria muito oportuno devido a fragilidade do meio estudado.

5 Considerações finais

Nos últimos anos observou-se um crescimento elevado de pessoas que estão em situação de rua no Brasil. As circunstâncias que levam essas pessoas a morarem nas ruas são decorrentes de diferentes e complexas demandas que, necessariamente, se faz pertinentes conhecer o perfil e a história de cada um destes indivíduos, para ser assim traçado um diagnóstico da real situação. Foi possível através de todas as informações coletadas para o desen-

volvimento desse estudo, averiguar que além da questão da extrema pobreza em que a população de rua está inserida, conta a ineficácia de políticas públicas destinada a este público.

Não se trata de pessoas que estão ali pela mera falta de acessibilidade de serviços básicos como moradia, saúde e educação, no caso os primordiais. Trata-se de pessoas imersas na falta de legitimidade e representatividade social, fruto da ausência de estratégias de articulação com a sociedade, tanto para solucionar a problemática como para democratizar a acessibilidade de tais serviços que são direitos assegurados na Constituição do Brasil. Apesar de comumente se ouvir que a população de rua é um fenômeno social realmente, sem sobra de dúvidas, é um processo concreto advindo desde os tempos coloniais, visto que a cultura excludente sempre persistiu no país.

Este estudo possibilitou afirmar que em boa parte dos grandes centros urbanos do Brasil, onde não existe um equipamento social ou quando existe é ineficiente, são organizações sem fins lucrativos e o voluntariado, as únicas fontes existentes de ajuda a população de rua. Por tanto, investir em políticas públicas e órgãos públicos é investir numa mola mestra de avanço para reabilitar e reintegrar à população de rua a sociedade. São pessoas que no contexto sociocultural, necessitam ser acolhidos sem julgamentos. Para tal, se faz necessário projetos sociais vinculados as políticas públicas que possam efetivar a garantia dos direitos e uma adesão qualitativa e critica de novas forças sociais para embasar a luta pela democratização da sociedade e do Estado.

Com a pandemia da Covid-19 evidenciou-se um quadro ainda mais complexo alusivo à população de rua. Apresentaram-se dilemas que explodiu o desrespeito ao controle social. Tais dilemas se acirram quando estamos tratando de população de rua, visto que se trata de pessoas que historicamente são subordinadas a marginalização e a invisibilidade. A pandemia no ato de escrita desse estudo, não findou, deixando evidente que outras situações como esta podem vir a existir. Sendo assim, todos os impactos ocasionados pela pandemia servem como lição para buscar soluções imediatas. Dessa forma, é digna de destaque iniciativas que possam levar de

fato a reintegração da população de rua a sociedade, atuando como sujeitos participativos e críticos.

Certamente que será necessário um conjunto de inserções e atribuições profissionais, cuja funcionalidade merece uma análise mais atenta, das diferentes áreas do conhecimento, principalmente as atribuídas as relações humanas, o que, entretanto, ultrapassa os propósitos de estudo. No âmbito das relações pessoais e políticas atribuídas a solucionar a problemática da população de rua, delineia-se pela mediação que se desenvolve entre organizações públicas, sociedade civil e os indivíduos em situação de vulnerabilidade social.

Acreditamos que o fortalecimento das políticas públicas em prol da população de rua, consiste em uma ação estratégica para solucionar tal fenômeno. Apostando nisso, sugere-se uma agenda não inconclusa de debates com toda a sociedade civil. Evidente, que tal agenda não se encontra fechada e nem esgotada, logo, espera-se que este estudo, sirva como fonte bibliográfica para futuras investigações, promovendo assim espaço dialógicos, para a construção de saberes, trocas de ideias, sobre a polução de rua favorecendo a democracia, cidadania e justiça para todos.

As conclusões em relação aos resultados tiveram o alcance esperado em considerando os objetivos delimitados previamente. Ficou evidenciado que mesmo subsidiados por leis, projetos e outras disposições legais, a população em situação de rua padece de políticas públicas eficazes que possam tirar essas pessoas das ruas, dando-lhes condições de retomarem suas vidas, com moradia, saúde, educação, cidadania e principalmente ressignificação social.

Referências

ABREU, D.; OLIVEIRA, W.F. Atenção à saúde da população em situação de rua: um desafio para o Consultório na Rua e para o Sistema Único de Saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 33, 2017.

AGUIAR, M.M.; IRIART, J.A.B. Significados e práticas de saúde e doença entre a população em situação de rua em Salvador, Bahia, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 28. 2012.

ALCANTARA, S. C., ABREU, D. P., & FARIAS, A. A. (2015). Pessoas em situação de rua: das trajetórias de exclusão social aos processos

emancipatórios de formação de consciência, identidade e sentimento de pertença. **Revista Colombiana de Psicología**, 24(1), 129-143. doi:10.15446/rcp.v24n1.40659. Disponível em: http://www.scielo.org.co/pdf/rcps/v24n1/v24n1a09.pdf Acessado em 15 de mar. 2022.

BARBOZA, A.; CANAN, A.H.; BARBOSA, I.; SANTOS Y. A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO MORADOR DE RUA NO BRASIL. **Jornal Eletrônico**, ano VIII, Edição especial, Dezembro/2016. Disponível em: file:///C:/Users/proff/Downloads/695-Texto%20do%20artigo-670-1340-10-20190610.pdf. Acessado em 13.abr.2022.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 22.nov.2021.

_____.**Decreto nº 7.426, de 2010** Institui o Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/legislacao/assistencia_social/decreto/decreto_7179.pdf. Acesso em: 12 de mar. 2022.

_____. **Decreto n° 7.053**, de 23 de dezembro de 2009. Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Disponível em:http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7053.htm. Acesso em 22.nov.2021.

_____. **Decreto n° 7.053**, de 23 de dezembro de 2009. Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Disponível em:http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7053.htm. Acesso em 22.nov.2021.

_____. **Lei nº 8.742. Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS)**. Brasília: DF, 7 de dezembro de 1993. BRASIL, Lei nº 1074/2003.

_____. **Resolução n° 109,** Tipificação Nacional dos Serviços Sócio assistenciais, de 11 de novembro de 2009. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/resolucao_CNAS_N109_%202009.pdf. Acesso em 22.nov.2021.

_____ **Resolução da Comissão Intergestores Tripartite - CIT nº 7, de 07 de junho de 2010**. Disponível em: https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=113947. Acesso em 22.nov.2021.

_____ **Projeto de Lei 2815/20.** Dispõe direitos e deveres de pessoas em situação de rua em situações de pandemias e epidemias que exijam isolamento temporário. Março de 2020.

Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2239481. Acesso em: 29.nov.2021.

_____. **Portaria nº 381, de 12 de dezembro de 2006**. Estabelece critérios e procedimentos relativos ao repasse de recursos financeiros aos municípios. Brasília, 2006b.

BARROS, R.P.; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. O combate à pobreza no Brasil: dilemas entre políticas de crescimento e políticas de redução da desigualdade. **In**: HENRIQUES, R. (org.). Anais do Seminário Desigualdade e Pobreza no Brasil. Rio de Janeiro, ago. 1999.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Rio de Janeiro, Vozes. 1998.

CAMPOS, G.M.; FERREIRA, R.F.; MATTOS, R.M. Situação de rua e alcoolismo: processos que se determinam mutuamente. **Revista Barbarói**, Santa Cruz do Sul, v.21 jul./dez. 2004.

GAMEIRO, N. Fundação Osvaldo Cruz - Fio Cruz. *In*: **População em situação de rua aumentou durante a pandemia**. [*S. l.*], 8 jun. 2021. Disponível em: https://www.fiocruzbrasilia.fiocruz.br/populacao-em-situacao-de-rua-aumentou-durante-a-pandemia/. Acesso em: 19 jan. 2022.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, M.A.; PEREIRA, M.L.D. Família em situação de vulnerabilidade social: uma questão de políticas públicas. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v 2, n. 10, p 357-363, abr./jun.2005.

GONÇALVES, E.P. **Iniciação à pesquisa científica**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2001.

IAMAMOTO, M.V. A questão social no capitalismo. **Revista Temporalis - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social**. Ano 2. Nº 3 (jan./jul.2001). Brasília: ABEPSS, Grafline, 2001.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **População em situação de rua: relatório do teste-piloto**. Rio de Janeiro: IBGE, abr. 2014.

IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Atlas de vulnerabilidade social dos municípios brasileiros**. Brasília: Ipea, 2020. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=35811. Acesso em: 19 de jan. 2022.

_____ **Arranjos populacionais e concentrações urbanas do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

ITATIAIA**. Levantamento exclusivo detalha situação dos moradores de rua de Belo Horizonte.** 2017. Disponível em: https://www.itatiaia.com.br/noticia/levantamento-exclusivo-detalha-situacao-dos-m. Acesso em: 14.Abr.2022.

KLAUMANN, A.R. **Moradores de Rua: Um enfoque histórico e socioassistencial da população em situação de rua no Brasil: a realidade do Centro Pop de Rio do Sul/SC**. 2018. Disponível em: http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2016/02/Alexandre-da-Rocha-Klaumann.pdf. Acesso em: 29.nov.2021.

LIMA, M. Observatório Terceiro Setor. *In*: **No Brasil, mais de 220 mil pessoas estão em situação de rua**. [*S. l.*], 10 dez. 2020. Disponível em: https://observatorio3setor.org.br/noticias/no-brasil-mais-de-220-mil-pessoas-estao-em-situacao-de-rua/. Acesso em: 19 jan. 2022.

MINAYO, M.C.S.; DESLANDES, S.F.; GOMES R.C. **Pesquisa social: Teoria, método e criatividade**. 21. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

NASCIMENTO, E.P. Globalização e exclusão social: fenômenos de uma nova crise da modernidade. **In**: DOWBOR, L.; IANNI, O.; RESENDE, P.E.A. (Org.). Desafios da globalização. São Paulo: Vozes, 1994. p. 43-58.

NUNES, E.D. Da invisibilidade social: breve reflexão. Ciênc. saúde coletiva 25 (10), Out 2020, Disponível em: https://doi.org/10.1590/1413-812320202510.20922020. Acesso em: 19.jan.2022.

PIRES, R.R.C. Implementando Desigualdades Reprodução de Desigualdades na Implementação de Políticas Públicas. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA: [s. n.], Rio de Janeiro. 2019.

SANTA CATARINA. **Documentos de identidade são emitidos para pessoas em situação de rua da Capital**. 2020. Disponível em: https://www.sc.gov.br/noticias/temas/desenvolvimento-social/documentos-de-identidade-sao-emitidos-para-pessoas-em-situacao-de-rua-da-capital. Acesso em: 22.fev.2022.

SANTOS, B.S. **A cruel pedagogia do vírus**. Coimbra: Edições Almedina, 2020, p. 32.

SÃO PAULO. Projeto de Lei 707/20, **Institui a Dispensa de Recomposição Orgânica - DRO para integrantes das Pastas de Segurança Pública, Assuntos Penitenciários e Saúde do Estado**. Disponível

em: https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1000356248. Acesso em: 12 de mar. 2022.

SICARI, A.A.; ZANELLA, A.V. Pessoas em Situação de Rua no Brasil: Revisão Sistemática. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v.38, ed. 4, p. 662-679, Out/Dez 2018.

SILVA, M.L.L. **Mudanças recentes no mundo do trabalho e o fenômeno população em situação de rua no Brasil 1995-2005**. 2006. 220 f. Dissertação (mestrado) - Universidade de Brasília.

_____. **Trabalho e população em situação de rua no Brasil**. São Paulo. Cortez, 2009.

SPINK, M.J.P.; MEDRADO, B.; MÉLLO, R.P. Vinte e cinco anos nos rastros, trilhas e riscos de produções acadêmicas situadas. In: Spink, Mary Jane Paris.; Brigagão, Jacqueline Isaac Machado; Nascimento Vanda Lúcia Vitoriano do; Cordeiro, Mariana Prioli (Orgs.). **A produção de informação na pesquisa social - compartilhando ferramentas**. Rio de Janeiro: Centro Edelnstein de Pesquisas Sociais, 2014. p. 14-30. Disponível em: http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/19103 Acessado em: 16 de mar. 2022.

SOPELSA, O. **Dificuldades de Aprendizagem: respostas em um atelier pedagógico**. 2 ed. Porto Alegre: Edipucrs, 2000.

SOCIEDADE Brasileira para Solidariedade. *In*: **Saiba quantas pessoas moram na rua no Brasil e o perfil dessa população**. [*S. l.*], março 2020. Disponível em: https://sbsrj.org.br/moradores-de-rua-brasil/. Acesso em: 19 jan. 2022.

TEJADAS, S.S. **Serviço Social e Ministério Público: aproximações mediadas pela defesa e garantia de direitos humanos**. Serviço Social & Sociedade, Cortez Editora Ltda, Setembro. 2013.

VARANDA, W.; ADORNO, R.C.F. Descartáveis urbanos: discutindo a complexidade da população de rua e o desafio para políticas de saúde. **Saúde e sociedade**, v. 13, p. 56-69, 2004.

CAPÍTULO 6

A importância do controle interno do patrimônio no Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Curitiba

DOI 10.29327/567563.2-6

Luiz Custódio[1]
Letícia Zanchi Angulski[2]
Alexandre Machado Fernandes[3]
Frederico Fonseca da Silva[4]
Paulinho Rene Stefanello[5]
Cleverson Pereira Leal[6]

RESUMO: Este estudo teve por objetivo evidenciar a importância do controle interno em uma instituição pública federal e demonstrar à sociedade de forma mais transparente como são aplica-

1 - Acadêmico do Curso de Bacharelado em Ciências Contábeis do Instituto Federal do Paraná, Técnico Administrativo em Educação no Instituto Federal do Paraná, Tecnólogo em Gestão Pública pelo Instituto Federal do Paraná.
2 - Acadêmica do Curso de Bacharelado em Ciências Contábeis do Instituto Federal do Paraná, Analista Financeiro na empresa Straumann Group S/A.
3 - Professor e Pesquisador do IFPR - Instituto Federal do Paraná. Mestre em Administração com ênfase em Gestão e Organizações pela Universidade Federal do Paraná-UFPR.
4 - Engenheiro Agrônomo, doutor em Irrigação e Meio Ambiente, Professor e Pesquisador do IFPR - Instituto Federal do Paraná. ORCID 0000-0003-2817-6983. Lattes: http://lattes.cnpq.br/4691454480439777. E-mail: frederico.silva@ifpr.edu.br
5 - Professor e Pesquisador do IFPR – Instituto Federal do Paraná. Mestre em Governança e Sustentabilidade. ORCID 0000-0002-0010-1720. E-mail: paulinho.stefanello@ifpr. edu.br.
6 - Professor e Pesquisador do IFPR - Instituto Federal do Paraná. Mestre em Desenvolvimento de Tecnologia pelo Institutos LACTEC. ORCID 0000-0002-9877-6127 E-mail: cleverson.leal@ifpr.edu.br.

dos os recursos provenientes de seus tributos. Este trabalho, tem por finalidade analisar e demonstrar o controle patrimonial do Instituto Federal do Paraná-Campus Curitiba. A metodologia utilizada neste estudo envolveu uma pesquisa qualitativa, tendo como características o caráter exploratório e descritivo, envolvendo pesquisas bibliográficas e documental. Utilizou-se a pesquisa de campo, à partir de entrevistas, que seguiu um roteiro semiestruturado de perguntas subjetivas, direcionada aos gestores responsáveis pelo setor de patrimônio, contendo assim, aspectos relacionados ao fluxo das atividades do controle dos bens patrimoniais e do processo de inventário da unidade gestora. A análise do resultado demonstrou que existe padronização no planejamento, na organização e nos procedimentos operacionais nas etapas de execução das atividades do controle patrimonial do campus Curitiba. Constatou-se que existe um sistema de controle interno integrado, que obedece a parâmetros e critérios estabelecidos pelas normas técnicas e legislações vigentes, e que a gestão dispõe de diversos instrumentos legais para o desempenho do serviço e tomada de decisões.

Palavras chave: Controle interno. Gestão. Patrimônio.

ABSTRACT: This study aims to highlight the importance of internal control in a federal public institution and demonstrate to society in a more transparent way how the resources from its taxes are needed. This work has as criterion and demonstration the patrimonial control of the Federal Institute of Paraná-Campus Curitiba. The methodology used in this study involved qualitative research, having as characteristics the exploratory and descriptive character, involving bibliographical and documental researches. Field research was used, based on a statement, which followed a semi-structured script of subjective questions, directed at managers responsible for the heritage sector, thus containing, related to the flow of activities in the control of heritage assets and the process of inventory of the management unit. An analysis of the result, that there is standardization in the planning, organization and operational procedures in the stages of execution of the activities of patrimonial control of the Curitiba campus. It was found that there is an integrated internal control system, which complies with parameters and criteria defined

by technical standards and current legislation, and that the management has several legal instruments for service performance and decision-making.

Keywords: Internal control. Management. Patrimony.

1 Introdução

Diante da transparência dos recursos aplicados no orçamento da administração pública, surge a necessidade de ter um maior controle sobre os atos administrativos.

Sendo assim, Cretella (2003) afirma, que os controles possam atender as demandas sem ferir a legislação vigente, respeitando os princípios básicos da administração pública, direta e indireta. Tais como: da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, publicidade e da eficiência. Estes são o alicerce da transparência no serviço público e, além do controle interno patrimonial ser de fundamental importância para os gestores públicos, produz benefícios para todos, evita perdas, desvios e fraudes.

Conforme a Lei 4.320/64 em seu artigo 1º estabelece normas gerais de direito financeiro e controle dos orçamentos e balanço da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, menciona que um controle eficiente e eficaz se faz necessário ao planejamento.

Posteriormente, o Decreto Lei nº 200/67 iniciou uma reforma gerencial e administrativa no que se refere ao controle interno. Sendo o primeiro passo para a reforma gerencial na administração pública brasileira, na qual vem passando por mudanças relacionadas ao controle interno de suas operações desempenhadas nas mais diversas áreas.

Essas mudanças são postas diante do gestor a fim de que o serviço público seja orientado não só voltados ao controle da legalidade, mas também ao controle gerencial de suas atividades. Castro (2011) menciona as principais mudanças trazidas pela edição do Decreto Lei nº 200/67:

– Descentralização administrativa; e
– Instituição de princípios de racionalidades administrativa.

Conforme o entendimento de Castro (2011), o processo de descentralização direciona as atividades da Administração Direta, dando assim maior autonomia à Administração Indireta para executar serviços típicos da Administração Pública, de maneira a superar a rigidez burocrática da administração direta. Ao instituir os princípios de racionalidades administrativa, esclarece que são ações que obedecem a visão sistêmica aos seguintes princípios fundamentais, tanto da administração federal para unidades federadas quanto na esfera privada:

– Planejamento e Orçamento;
– Coordenação;
– Descentralização e a Delegação de Poderes;
– Contratos e Convênios; e
– Os Controles dos resultados.

Seguindo estes aspectos e premissas gerenciais, o presente estudo foi desenvolvido junto ao Instituto Federal do Paraná – IFPR Campus Curitiba, sendo que em âmbito geral, o IFPR foi criado em dezembro de 2008 através da Lei 11.892, com a instituição da rede federal de educação, profissional, tecnológica, sendo criados simultaneamente 38 institutos federais de educação, e em funcionamento atualmente no país. É voltado a educação superior básica e profissional, pluricurricular, multicâmpus e descentralizada, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos, através de suas práticas pedagógicas e disciplinares.

O Controle Patrimonial do IFPR é desenvolvido pela Coordenadoria de Compras, Almoxarifado e Patrimônio - CCAP, e tem como responsabilidade além do controle interno da reitoria, dar suporte técnico e orientação quanto à execução do controle patrimonial dos câmpus.

Nesse sentido, o controle de bens permanentes do IFPR, através da Instrução Normativa Nº 205/88 da Secretaria de Administração Pública da Presidência da República - SEDAP/PR, é o principal instrumento que rege o controle de material, tanto de consumo, quanto permanente na administração pública federal. A SEDAP/PR é o órgão Central do Sistema de Serviços Gerais - SISG (Decreto nº 75.657, de 24.04.75), responsável pela orientação normativa dos órgãos setoriais integrantes do referido sistema. É feito de forma descentralizada em cada unidade gestora executora, para facilitar as operações e permitir maior autonomia por parte dos órgãos.

Destaca-se que o sistema de controle interno no setor público federal é realizado através da auditoria interna pela Controladoria Geral da União - CGU e pelo Setor Contábil, bem como pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, sendo todos estes órgãos responsáveis pela avaliação da gestão dos gestores públicos.

No mesmo sentido, as Normas Brasileiras de Contabilidade, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade, através da NBC TSP-11 que trata do regramento aplicado ao setor público, destaca a importância do reconhecimento, da mensuração e da divulgação de transações e outros eventos específicos tratados em outras normas do setor público (CFC, 2018).

Entre os bens públicos, o patrimônio mobiliário é fundamental e necessário ao desenvolvimento das atividades tanto do órgão como do agente público, permitindo que as atividades sejam executadas de acordo com o planejamento e plano de metas estabelecidos, bem como com a qualidade e resultados desejados.

Quando há falta de um sistema de controle interno e acompanhamento eficiente destes bens, estes ficam impossibilitados de serem utilizados pela administração pública. Os órgãos deixam de desempenhar adequadamente seu papel na execução das atividades e, como consequência, geração de gastos desnecessários aos cofres públicos e desperdício da aplicação dos recursos públicos do contribuinte.

Deste modo, o presente trabalho tem como objetivo responder ao seguinte questionamento: **Como é feito o controle interno patrimonial no IFPR Campus Curitiba?**

Para que a pergunta problema possa ser respondida, foram definidos os seguintes objetivos:

- **Geral:**
  a) Analisar e evidenciar o controle interno do patrimônio mobiliário do IFPR Campus Curitiba;
- **Específicos:**
  a) Constatar as principais características do controle patrimonial aplicado no IFPR Campus Curitiba;
  b) Identificar as principais metodologias e ferramentas utilizadas para o controle patrimonial do IFPR Campus Curitiba.

Tem ainda, a finalidade de demonstrar a necessidade do correto registro, fiscalização e vigilância dos bens de uso funcional da administração pública no Instituto Federal do Paraná (IFPR), Campus Curitiba. Para isso, será evidenciado os resultados do controle patrimonial para o conhecimento de toda a sociedade, demonstrando assim a transparência na gestão dos recursos e do patrimônio público da instituição.

2 Fundamentação teórica

2.1 Administração pública

A administração pública é um conjunto de órgãos públicos instituídos para consecução concreta dos objetivos do Governo, que exercem atividades administrativas e atendem as necessidades coletivas necessárias aos serviços públicos em geral, e assegurar a aplicação diária das leis, zelar pelas relações dos cidadãos com a administração central (DI PIETRO; 2003; p.113).

Na concepção de Silva (2004), administração pública é o conjunto de meios institucionais, materiais, financeiros e humanos organizados e necessários para executar as decisões políticas. Re-

presenta o conjunto de órgãos utilizados pelo poder político para atingir fins definidos.

No entendimento de Meirelles (2004, p. 64) a administração pública:

> Em sentido formal é o conjunto de órgãos instituídos para a consecução dos objetivos do governo; em sentido material, é o conjunto das funções necessárias aos serviços públicos em geral; em acepção operacional, é o desempenho perene e sistemático, legal e técnico, dos serviços próprios do Estado ou por ele assumidos em benefício da coletividade. Numa visão global, a administração é, pois, todo o aparelhamento do Estado pré-ordenado à realização de serviços, visando à satisfação das necessidades coletivas.

Quanto à estruturação da administração pública, determinada no Decreto 200/67 posteriormente alterado pelo Decreto 900/69 e, que aborda a organização da administração federal, a administração pública é compreendida pela administração direta e indireta.

Segundo Mello (2009), a administração direta é o conjunto de órgãos que desempenham, de forma centralizada, as atividades do Estado. É chamada de administração direta porque estes órgãos e funções estão previstas diretamente na Constituição Federal de 1988. Cabe destacar que entre as funções da administração direta está o exercício de polícia e a prestação de serviço público.

Já no entendimento de Silva (2004), administração indireta são as instituições vinculadas, cuja criação depende do Estado e que tem por função auxiliar o ente público na execução da atividade administrativa. Esta administração é composta pelos seguintes tipos de entidades: autarquias; fundações; empresas públicas e, sociedades de economia mista.

A administração pública federal atual foi definida pelo Decreto-lei 200/67, que a dividiu em duas áreas: Administração Direta e Administração Indireta. A Administração Direta abrange três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) e compreende o conjunto de

órgãos integrados, responsáveis pela condução da administração da União, como são os ministérios. A Administração Indireta compõe-se do conjunto de entes vinculados a cada Ministério.

2.2 Controle interno

De acordo com Castro (2015) o vocábulo controle tem origem no latim *rotulum*, que designava a relação dos contribuintes. Era a partir dessa lista que se contratava a operação do cobrador de impostos. Historicamente a palavra controle sempre esteve ligada às finanças. Em francês, *contrôler* significa registrar, inspecionar, examinar, com a finalidade da verificação da fidedignidade dos dados.

Chiavenato (2001), considerava o controle como um dos princípios da administração e que tinha como função "controlar o trabalho, para se certificar de que o mesmo está sendo executado com as normas estabelecidas".

O controle interno, ou controle interno administrativo, representa a segurança do administrador ou gestor público. O administrador público deve praticar o controle interno com segurança e responsabilidade, uma vez que este responde pelos atos que realiza ou delega a terceiros.

Assim, o controle interno deve ser uma atividade permanente dentro da organização, seguindo manuais de boas práticas, devendo apontar e solucionar determinados desvios dos objetivos traçados pela organização, uma vez que um controle bem estruturado permite uma diminuição nos gastos do orçamento público e independência administrativa.

Segundo Castro (2015, p. 373), na área pública:

> O controle interno compreende o conjunto de métodos e procedimentos adotados pela entidade, para salvaguardar os atos praticados pelo gestor e o patrimônio sob sua responsabilidade, conferindo fidedignidade aos dados contábeis e segurança às informações deles decorrentes.

O Tribunal de Contas da União - TCU (2010) faz uma ressalva para que não haja confusão entre o termo controle interno de uma entidade pública com o controle interno a que se refere o artigo 74 da Constituição Federal de 1988, o qual trouxe uma aparente confusão em relação à terminologia da área de controles, levando assim este órgão a dedicar esforços para o correto esclarecimento e fundamentação destes conceitos.

Vieira (2005) ao tentar esclarecer a confusão que se faz entre o sistema de controle interno da Constituição Federal de 1988 e o controle interno da própria entidade, explica que para haver uma correta compreensão do que seja o "sistema de controle interno" requer o entendimento do que seja "sistema", bem como do que seja "controle interno", e a decorrência deste controle organizado na forma de sistema. Segundo o art. 74, da Constituição Federal de 1988:

> Definição de Sistema: Conjunto de partes coordenadas (articuladas entre si) com vistas à consecução de objetivos bem determinados.
>
> Definição de Controle Interno: Conjunto de recursos, métodos e processos, adotados pelas próprias gerências do setor público, com vista a impedir o ERRO, a FRAUDE, e a INEFICIÊNCIA.
>
> Com as definições transcritas, Sistema de Controle Interno significa: Conjunto de unidades técnicas articuladas a partir de um órgão central coordenação, orientadas para o desempenho das atribuições de controle interno indicados na Constituição e normatizados em cada nível de governo.

Observa-se assim que o papel do sistema de controle interno de Poder, previsto no art. 74, da Constituição Federal de 1988, não substitui e nem confunde o sistema de controle interno de cada organização pública (TCU, 2009).

Segundo a INTOSAI – Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores (2004), defende padrões de estruturas de controles internos calcados no gerenciamento de riscos de

suas diretrizes para padrões de controle internos do setor público, adotando o modelo COSO I criado pelo Committe Of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission – COSO) atualizado em 2007, e incorporado ao modelo COSO II:

> Um processo integral realizado pela gerência e pelos funcionários de uma entidade, desenhado para enfrentar os riscos e para garantir razoável segurança de que, na consecução da sua missão institucional, os seguintes objetivos serão alcançados:
>
> 1) Execução correta, ética, econômica, eficiente e efetiva das operações;
>
> 2) cumprimento das prestações de contas;
>
> 3) cumprimento das leis e regulamentações;
>
> 4) garantia contra perdas, abuso ou dano dos recursos (INTONSAI, 2007).

Conforme a definição de controle interno emitida pelo Instituto Americano de Contadores Públicos Certificados – AICPA (1949):

> Controle interno compreende o plano de organização e o conjunto de todos os métodos e medidas, adotadas numa empresa para proteger seu ativo, verificar a exatidão e a fidedignidade de seus dados contábeis, incrementar a eficiência operacional e promover a obediência às diretrizes administrativas estabelecidas.

O Committe Of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission - COSO (Comitê das Organizações Patrocinadoras) publicou critérios práticos, que se tornou referência mundial para o tema de “controles internos”. O modelo foi apresentado em julho de 1992 denominado Controle Interno, atualmente conhecido como COSO I, e de acordo com Castro (2015):

> Controle Interno é um processo desenvolvido para melhorar o desempenho operacional, aumentar a confiança nas informações contábeis e financeiras e garantir conformidade com as regras estabelecidas, com propósito

> de medir a eficiência e a efetividade das operações em busca dos resultados fixados na estratégia da entidade e qualidade dos ativos.

Para Castro (2014) as atividades da administração pública há uma previsão de controle. Segundo Braga (2013)

> [...]o controle interno é uma atividade dinâmica que deve se adaptar continuamente às mudanças e riscos que a entidade tem de enfrentar, o monitoramento é necessário para assegurar que o controle interno está em harmonia com os objetivos, com o ambiente, com os recursos e com os riscos.

2.3 Controles pela lei do orçamento

O dirigente público deve obediência aos princípios da administração pública, definidos no artigo 37 da Constituição Federal:

> Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Não bastasse as regras estipuladas pela Constituição e os princípios da administração pública, o controle interno teve sua previsão legal a partir da publicação da Lei nº 4.320/64 promulgada em 17 de março de 1964 também conhecida como Lei das Finanças Públicas. Ela foi a primeira normatização federal a abordar a questão de controle das ações e, principalmente, das contas públicas que estabeleceu regras e normas gerais para a União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal em matéria de controle do orçamento, e elaboração de balanços.

> O foco principal dessa lei estava na regulamentação dos gastos públicos, e no que tange ao controle do orçamento público, da administração pública, direta ou indireta, constam no artigo 75, da Lei 4.320/64:

> **Art. 75.** O controle da execução orçamentária compreenderá;
>
> I – a legalidade dos atos que resultem a arrecadação da receita ou a realização da despesa, o nascimento ou a extinção de direitos e obrigações;
>
> II – a fidelidade funcional dos agentes da administração responsáveis por bens e valores públicos;
>
> III – o cumprimento do programa de trabalho, expresso em termos monetários e em termos de realização de obras e prestação de serviços;

Já o controle interno é abordado nos artigos 76 a 80:

> **Art. 76.** O Poder Executivo exercerá os três tipos de controle a que se refere o artigo 75, sem prejuízo das atribuições do Tribunal de Contas ou órgão equivalente.
>
> **Art. 77.** A verificação da legalidade dos atos de execução orçamentária será prévia, concomitante e sequente.
>
> **Art. 78.** Além da prestação ou tomada de contas anual, quando instituída em lei, ou por fim de gestão, poderá haver, a qualquer tempo, levantamento prestação ou tomada de contas de todos os responsáveis por bens ou valores públicos.
>
> **Art. 79.** Ao órgão incumbido da elaboração da proposta orçamentária ou a outro indicado na legislação, caberá o controle estabelecido no inciso III do artigo 75.
>
> **Parágrafo Único.** Esse controle far-se-á quando for o caso, em termos de unidade de medida, previamente estabelecida para cada atividade.
>
> **Art. 80.** Compete aos serviços de contabilidade ou órgãos equivalentes verificar a exata observância dos limites das quotas trimestrais atribuídas a cada unidade orçamentária dentro do sistema que for instituído para esse fim.

Posteriormente o Decreto-Lei nº 200/67, estabeleceu em seu artigo 6º, que as atividades da Administração Federal deveriam obedecer aos princípios fundamentais, quais sejam: Planejamen-

to, Coordenação, Descentralização, Delegação de Competência e Controle.

Planejamento: **Art. 7º.** A ação governamental obedecerá a planejamento que vise a promover o desenvolvimento econômico-social do País e a segurança nacional, norteando-se segundo planos e programas elaborados, e compreenderá a elaboração e atualização dos seguintes instrumentos básicos: a) plano geral de governo; b) programas gerais, setoriais e regionais, de duração plurianual; c) orçamento-programa anual; d) programação financeira de desembolso;

Coordenação: **Art. 8º.** As atividades da Administração Federal e, especialmente, a execução dos planos e programas de governo, serão objeto permanente de coordenação.

§ 1º A coordenação será exercida em todos os níveis da administração, mediante a atuação das chefias individuais, a realização sistemática de reuniões com a participação das chefias subordinadas e a instituição e funcionamento de comissões de coordenação em cada nível administrativo.

Descentralização **Art. 10.** A execução das atividades da Administração Federal deverá ser amplamente descentralizada.

§ 1º A descentralização será posta em prática em três planos principais: a) dentro dos quadros da Administração Federal, distinguindo-se claramente o nível de direção de execução; b) da Administração Federal para as unidades federadas, quando estejam devidamente aparelhadas e mediante convênio; c) da Administração Federal para a órbita privada, mediante contratos ou concessões.

Delegação de competência **Art. 11**. A delegação de competência será utilizada como instrumento de descentrali-

> zação administrativa, com o objetivo de assegurar maior rapidez e objetividade às decisões, situando-as na proximidade dos fatos, pessoas ou problemas a atender.

O controle deve ser executado em todos os níveis e órgãos da Administração Federal, conforme estabelece o artigo 13 do Decreto Lei 200/67:

> **Art. 13** O controle das atividades da Administração Federal deverá exercer-se em todos os níveis e em todos os órgãos, compreendendo, particularmente:
>
> a) o controle, pela chefia competente, da execução dos programas e da observância das normas que governam a atividade específica do órgão controlado;
>
> b) o controle, pelos órgãos próprios de cada sistema, da observância das normas gerais que regulam o exercício das atividades auxiliares;
>
> c) o controle da aplicação dos dinheiros públicos e da guarda dos bens da União pelos órgãos próprios do sistema de contabilidade e auditoria.

A Constituição Federal de 1988, ampliou o conceito de controle interno, desvinculando-o das áreas contábeis e financeiras das instituições públicas. O novo texto da Constituição Federal de 1988 trata do tema relacionado ao controle interno na Seção IX, que aborda a Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária, e no artigo 70, define que:

> **Art. 70** A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.
>
> **Parágrafo Único**: Prestará contas qualquer pessoa física ou entidade pública que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos

> ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária.

Há de se destacar que, na administração pública deve haver além do controle externo, um sistema de controle interno de cada poder, e que apesar de independente, devem ser integrados.

Fica evidente no artigo 74, da CF de 1988:

> Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:
>
> I - avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União;
>
> II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;
>
> III - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União;
>
> IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.
>
> § 1º Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade solidária.
>
> § 2º Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União.

No Setor Público, a Instrução Normativa Nº 01, de 06 de abril de 2001, da Secretaria Federal de Controle Interno / Controladoria

Geral da União – CGU (2001), assim define controle Interno Administrativo:

> O conjunto de atividades, planos, rotinas, métodos e procedimentos interligados, estabelecidos com vistas a assegurar que os objetivos das unidades e entidades da administração pública sejam alcançados de forma confiável e concreta, evidenciando eventuais desvios ao longo da gestão, até a consecução dos objetivos fixados pelo Poder Público.

2.4 A importância do controle interno nas entidades públicas federais

De acordo com Castro (2015), a importância do controle interno faz parte das atividades normais da Administração, tanto na esfera pública quanto na iniciativa privada. Tendo como função acompanhar a execução dos atos praticados indicando em caráter opinativo, preventivo ou corretivo, as ações a serem desempenhadas com a finalidade de evitar perdas, desvios, e auxiliar a boa e regular execução orçamentária, financeira, contábil e patrimonial. A finalidade dos controles internos administrativos é garantir o cumprimento das metas, proteger ações e evitar a ocorrência de improbidade e irregularidades, por meios dos princípios técnicos e instrumentos próprios.

Segundo Castro (2015; p.379) destaca-se:

> 1 Observar as normas legais, instruções normativas, estatutos e regimentos;
>
> 2 Assegurar, nas informações orçamentárias, contábeis, financeiras, administrativas e operacionais, sua exatidão, confiabilidade, integridade e oportunidade;
>
> 3 Evitar o cometimento de erros, desperdícios, abusos, práticas antieconômicas e fraudes;

4 Propiciar informações oportunas e confiáveis, inclusive de caráter administrativo ou operacional, sobre as metas realizadas e os resultados atingidos;

5 Salvaguardar os ativos financeiros e físicos quanto a sua boa e regular utilização;

6 Permitir a implementação de ações, programas, projetos, atividades, sistemas e operações, visando à eficácia, eficiência e economicidade na utilização; e

7 Assegurar a aderência das atividades às diretrizes, planos, normas e procedimentos da unidade / entidade.

A função do controle é indispensável para acompanhar a execução de programas e apontar suas falhas e desvios; zelar pela boa utilização, manutenção e guarda dos bens patrimoniais; verificar a perfeita aplicação das normas e princípios adotados e constatar a veracidade das operações realizadas. (MADRIGAL; 2016)

A administração de uma entidade deve considerar a eficácia e a eficiência de forma simultânea. Eficácia está ligada ao alcance de resultados, enquanto eficiência, à utilização dos recursos nesse processo. (CASTRO;2015)

2.5 Procedimentos do controle patrimonial

A Administração Pública observará em suas atividades os princípios fundamentais do planejamento, coordenação, descentralização de competências e controle, conforme estabelece o artigo 13 do Decreto Lei 200/67, os controles deverão ser desenvolvidos em todos os níveis e em todos os órgãos, inclusive a guarda dos bens (BRASIL, 1967).

O controle patrimonial é uma das funções da administração de recursos patrimoniais, o qual compreende um seguimento das atividades que começam com a aquisição e terminam com a retirada ou alienação do bem do patrimônio. No entanto, são executados procedimentos administrativos que permitem a concretização mate-

rial da atividade e procedimentos contábeis que proporcionam uma visão quantitativa de um determinado patrimônio (SANTOS, 2010).

Conforme Torres Júnior e Silva (2003), o controle patrimonial em todas as instituições, consiste em ações que asseguram, por meio de registros e relatórios, a coleta de dados relativos à identificação, existência, quantidade, localização, condições de uso e histórico dos bens patrimoniais, desde a sua primeira inclusão do bem, até a sua baixa final, ficando a cargo dos setores responsáveis pelo controle do patrimônio.

Levando-se em consideração algumas tarefas, tais como: incorporação, responsabilidade, distribuição, movimentação, inventários, baixa patrimonial, alienação, o controle atualiza os dados de registro e mantém sempre em dia o cadastro geral dos bens. Pelo controle, analisa-se o passado e o presente, bem como se estabelecem bases de ação para o futuro. Por meio do controle, planejam-se as inspeções periódicas, a fixação de chapas de tombamento dos bens móveis, e fiscaliza-se toda a movimentação dos bens ao longo de sua vida útil (SANTOS, 2010).

2.6 Patrimônio público

É um conjunto de bens e direitos, mensurável em dinheiro que pertence à União, Estado, Municípios, Autarquias ou Empresa Pública, amparado na Lei 4.717/65.

Segundo Kohama (2009), o termo patrimônio público compreende como um conjunto de bens, direitos e obrigações avaliado em moeda corrente pertencentes as entidades que compõem a administração pública.

Fazendo um paralelo da contabilidade aplicada ao Setor Público, pode-se dizer que todas as entidades públicas possuem o seu próprio patrimônio. De acordo com a NBC TSP Estrutura Conceitual é estabelecida o entendimento patrimônio através de seus ativos e a classificação dos elementos patrimoniais sob o aspecto contábil, apresentando informações sobre de sistema de informações contábeis para as entidades públicas. Além disso, classifica os elementos

patrimoniais em Ativo, Passivo, Receita, Despesa, Contribuição dos Proprietários e Distribuição aos Proprietários, utilizados para elaborar e aprimorar a compreensibilidade e divulgação das demonstrações contábeis e assegurar que forneçam informações úteis para uma avaliação significativa do desempenho e da situação patrimonial da entidade.

Para efeito desta NBC TSP Estrutura Conceitual (2016), entende-se por Patrimônio os ativos do setor público que ensejam potencial de serviços representados pelos ativos de recreação, do patrimônio cultural, comunitários, de defesa nacional e outros que sejam mantidos pelos governos e outras entidades do setor público e que sejam utilizados para a prestação de serviços a terceiros.

Meirelles (2008) afirma que anteriormente à definição de patrimônio, deve-se observar o conceito de bem, uma vez que este é amplo e abrange tudo aquilo que tem valor econômico ou moral e que seja suscetível de proteção jurídica, sendo que se tratando de entidades públicas, o mesmo pode ser definido como o conjunto de todas as coisas corpóreas ou incorpóreas que pertençam ao mesmo.

Conforme Souza (2002) afirma que é imprescindível a classificação adequada dos bens quanto à sua natureza, de forma a caracterizá-los como móveis e imóveis.

2.7 Bens permanentes

Diante a definição de bens, faz-se necessário realizar a diferenciação entre materiais permanentes e materiais de consumo, que segundo a Lei nº 4.320/64 em seu art.15 §2º, juntamente com a Portaria nº 448/2002 da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, estes são definidos como materiais permanentes aqueles que possuem a durabilidade superior a dois anos, ao contrário dos materiais de consumo, os quais perdem sua identidade física em uso corrente anteriormente ao mesmo período, apresentando baixo risco de perda e também baixo valor monetário, sendo alocados nos almoxarifados da entidade.

De acordo com Araújo e Arruda (2009), descreve que os bens permanentes como sendo os materiais que em razão do uso corrente, não perdem a sua identidade física e sua autonomia, mesmo quando incorporados a outro bem, têm a sua durabilidade prevista, superior a dois anos.

De acordo com a portaria da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) nº 448, de 13 de setembro de 2002, Art. 3º, considera como bens permanentes:

> Art. 3º - Na classificação da despesa serão adotados os seguintes parâmetros excludentes, tomados em conjunto, para a identificação do material permanente:
>
> I - Durabilidade, quando o material em uso normal perde ou tem reduzidas as suas condições de funcionamento, no prazo máximo de dois anos;
>
> II - Fragilidade, cuja estrutura esteja sujeita à modificação, por ser quebradiça ou deformável, caracterizando-se pela irrecuperabilidade e/ou perda de sua identidade;
>
> III - Perecibilidade, quando sujeito a modificações (químicas ou físicas) ou que se deteriora ou perde sua característica normal de uso;
>
> IV - Incorporabilidade, quando destinado à incorporação a outro bem, não podendo ser retirado sem prejuízo das características do principal; e,
>
> V - Transformabilidade, quando adquirido para fim de transformação [...] Art. 7º - Para a classificação das despesas de pequeno vulto, deverá ser utilizada a conta, cuja função seja a mais adequada ao bem ou serviço (STN, 2002).

2.8 Gestão e incorporação dos bens permanentes

Com a vinda da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000) que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão, os

agentes públicos entenderam a necessidade de um maior controle sobre a administração do patrimônio público.

Com base no Código de ética profissional do servidor público civil do Poder Executivo Federal, Decreto nº 1.171/94:

> III - a moralidade da administração pública não se limita a distinção entre o bem e o mal, devendo ser acrescida da ideia de que o fim é sempre o bem comum. O equilíbrio entre a legalidade e a finalidade, na conduta do servidor público, e que poderá consolidar a moralidade do ato administrativo.

De acordo com a Lei nº 8.112/1990 que dispõe sobre o regime dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, do regime disciplinar Capítulo I, dos deveres:

> Art.116.São deveres do servidor:
>
> I – exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo;
>
> II – ser leal às instituições a que servir;
>
> III – observaras normas legais e regulamentares;

E no Capítulo IV das Responsabilidades:

> Art.121.O servidor responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições.
>
> Art.122. A responsabilidade civil decorre de ato omissivo ou comissivo, doloso ou culposo, que resulte em prejuízo ao erário ou a terceiros.

Nesse sentido, o Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI, instrumento utilizado para registro, acompanhamento e controle da execução orçamentária, financeira, patrimonial e contábil utilizado pela União e pela maioria dos estados brasileiros, demonstra a sua preocupação com o patrimônio, exigindo, dos órgãos, um detalhamento maior dos seus bens. Cabe enfatizar, que a gestão e o ciclo de vida dos bens patrimoniais envolvem as seguin-

tes fases: recebimento; aceite; tombamento; incorporação; responsabilidade; movimentação; inventário e desfazimento (DIAS, 2006).

Tendo em vista as demandas por recursos de materiais, as instituições públicas utilizam o processo de incorporação para aquisição de bens, onde são realizados procedimentos licitatórios em que todos os fornecedores interessados têm condição de igualdade e de acordo com a contratação utiliza-se a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, conforme regulamentação dada pela Lei nº 8.666, de 21 de junho 1993 (MEIRELLES,2006).

Com base no artigo 21 da Lei de Licitações e Contratos nº 8.666/93, são modalidades de licitação: a concorrência, tomada de preços, convite, pregão, leilão e concurso. Já o artigo 24 da referida lei possibilita a dispensa de licitação, nos casos de emergência ou calamidade pública, urgência de contratar, ou sua inexigibilidade quando existe a inviabilidade de competitividade para contratar (MEIRELLES, 2006).

De acordo com o Manual de Administração Patrimonial das Instituições Públicas, a incorporação de um material permanente no sistema é o procedimento onde são registradas informações relacionadas ao ingresso de um bem tornando-o patrimônio da instituição. Esses são incorporados mediante compra, doação, permuta, cessão, transferência ou quaisquer outros métodos possíveis juridicamente para administração pública. A incorporação é um procedimento onde são registradas informações relacionadas ao ingresso de um bem ao acervo patrimonial das instituições públicas, podendo ocorrer de diversas formas, tais como:

- Compra: É a aquisição remunerada de material com utilização de recursos orçamentários através da Lei de Licitações e Contratos.
- Doação: É a modalidade de aquisição em que os materiais são entregues gratuitamente por entidades públicas ou privadas;
- Permuta: É a troca de materiais entre órgãos ou Entidades da Administração Pública;

– Cessão: Ocorre quando materiais são entregues com transferência gratuita de posse e direito de uso por órgãos ou entidades da Administração Pública.

De acordo com Dias (2006), cabe ressaltar que a gestão do patrimônio no processo de incorporação do ciclo do tombamento do bem exige critérios específicos para o ingresso na instituição, os quais obedecem às seguintes fases: Recebimento; Aceite; Vistoria e Cadastramento (Tombamento).

O recebimento é o ato administrativo pelo qual o bem solicitado é recepcionado no local previamente adequado, ocorrendo a conferência quantitativa relativa à data de entrega, firmando-se, a transferência da responsabilidade pela guarda e conservação do bem ao Departamento de Patrimônio (DIAS, 2006).

Após o procedimento anterior, a aceitação ocorre quando o material recebido é inspecionado pelo servidor habilitado, que verifica as especificações e a compatibilidade, em seguida informa o Departamento de Patrimônio, que confirma, se o bem-estar de acordo com o contrato de aquisição, se estiver, confirma-se a solicitação e consigna o aceite na nota fiscal ou em outro documento legal para entrega (SOUZA, 2002).

Já a Vistoria consiste em verificaras condições físicas de um bem a ser incluído e são aplicados a todos os casos de incorporação, sendo que estas serão realizadas pelo Departamento de Patrimônio com a finalidade de confirmar as informações constantes na nota fiscal, nos contratos ou nos documentos de incorporação (SOUZA, 2002).

Com a verificação de tais procedimentos vistoriados, procede o cadastramento de itens que ocorre por meio da inclusão de informações, como o número de requisição, número de processo de aquisição, modalidade de licitação, número da nota de empenho, número da nota fiscal ou outro documento hábil, informações sobre o fornecedor, data da compra e as especificações do bem. (SANTOS, 2010)

Como procedimento sequencial, ocorre o tombamento, que é a formalização da inclusão física de um bem patrimonial no acervo do Poder Público, efetivando-se com a atribuição de um número de tombamento, com a marcação física e com o cadastramento de dados, consiste em identificar o bem com um único número de registro patrimonial. (SOUZA, 2002)

Segundo Pozo (2001), é nessa etapa de cadastramento que ocorre o processo de codificação, através de uma sequência numérica padrão passando a ter um registro do histórico deste bem incorporado.

Após o cadastro, o bem é distribuído e passa a integrar a carga patrimonial do setor solicitante. De forma simultânea, ocorre a emissão do Termo de Responsabilidade, documento na qual o servidor responsável assina e assume formalmente, se responsabilizando pela guarda e uso do material, sendo necessário informar o setor de Patrimônio qualquer alteração e movimentação sofrida pelo mesmo (SANTOS, 2010).

Tal procedimento administrativo se encontra prescrito no artigo 87, do Decreto – Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, o qual dispõe que “os bens móveis, materiais e equipamentos em uso ficarão sob a responsabilidade dos chefes de serviço, procedendo-se periodicamente a verificações pelos competentes órgãos de controle”. (BRASIL, 1967)

Da mesma forma, o controle da movimentação dos bens na administração pública, é a transferência física de um bem entre endereços dentro da instituição ou fora das suas dependências, depois de ocorrida a distribuição pela Unidade de Almoxarifado, somente será realizada pelo Detentor da Carga, ou titular da unidade de Patrimônio. (SANTOS, 2010)

Tendo como base que todas as movimentações do bem devem ser cadastradas pelo setor de controle patrimonial da instituição conforme o item 6.1da IN/SEDAP/PR nº 205, de 08 de abril de 1988:

> Toda movimentação de entrada e saída de carga deve ser objeto de registro, quer trate de material de consumo nos almoxarifados, quer trate de equipamento ou material permanente em uso pelo setor competente. Em ambos os casos, a ocorrência de tais registros está condicionada à apresentação de documentos que os justifiquem (SEDAP, 1988).

2.9 Inventário

O controle patrimonial também é realizado de acordo com os inventários, os quais consistem na discriminação organizada e minuciosa dos bens e valores integrantes de um patrimônio, objetivando atender uma finalidade que é conhecer a realidade patrimonial de uma instituição (DIAS, 2006).

Piscitelli *et al*. (2002) reforça que o inventário também pode ser utilizado para auxiliar nas tomadas de contas indicando saldos existentes, detectar irregularidades e providenciar as medidas cabíveis.

O inventário na administração pública é um procedimento administrativo de controle pelo qual é realizado o arrolamento periódico dos direitos e dos deveres da Fazenda Pública, com os objetivos de se conhecerem com precisão os valores que são registrados na contabilidade que formam o ativo e passivo da instituição, apurar as responsabilidades dos agentes cuja guarda onde se encontram determinados bens (DIAS, 2006).

O Inventário Patrimonial é um procedimento administrativo e contábil obrigatório, previsto no art. 96 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, diz que “o levantamento geral dos bens móveis e imóveis terá por base o inventário analítico de cada unidade administrativa e os elementos da escrituração sintética na contabilidade”, combinado com os artigos 85 e 95 da referida Lei, baseado também na Instrução Normativa Nº 205/88 da Secretaria de Administração Pública da Presidência da República – SEDAP/PR, deve

ser realizado ao menos uma vez ao ano em todos os entes da Administração Pública Federal. (BRASIL, 1964)

No que se refere à realização dos inventários patrimoniais, o item 8, da IN/SEDAP/PR nº 205, de 08 de abril de 1988 trata com detalhes a questão:

> Inventário físico é o instrumento de controle para a verificação dos saldos de estoques nos almoxarifados e depósitos, e dos equipamentos e materiais permanentes, em uso no órgão ou entidade, que irá permitir, dentre outros:
>
> a) o ajuste dos dados escriturais de saldos e movimentações dos estoques com o saldo físico real nas instalações de armazenagem;
>
> b) a análise do desempenho das atividades do encarregado do almoxarifado através dos resultados obtidos no levantamento físico;
>
> c) o levantamento da situação dos materiais estocados no tocante ao saneamento dos estoques;
>
> d) o levantamento da situação dos equipamentos e materiais permanentes em uso e das suas necessidades de manutenção e reparos; e,
>
> e) a constatação de que o bem móvel não é necessário naquela unidade (SEDAP, 1988)

Os inventários físicos e contábeis podem ser aplicados com diferentes finalidades e realizados em períodos variáveis, em situações de mudança de direção em que existe a necessidade de transferência de responsabilidade por determinados bens ou anualmente, por ocasião do encerramento de exercício. (SANTOS, 2010)

De acordo com o item 8.1, da IN/SEDAP/PR Nº 205, de 08 de abril de 1988 são tipos de inventários:

a) anual - destinado a comprovar a quantidade e o valor dos bens patrimoniais do acervo de cada unidade gestora, existente em 31 de dezembro de cada exercício - constituído

do inventário anterior e das variações patrimoniais ocorridas durante o exercício;

b) inicial - realizado quando da criação de uma unidade gestora, para identificação e registro dos bens sob sua responsabilidade;

c) de transferência de responsabilidade- realizado quando da mudança do dirigente de uma unidade gestora;

d) de extinção ou transformação - realizado quando da extinção ou transformação da unidade gestora;

e) eventual - realizado em qualquer época, por iniciativa do dirigente da unidade gestora ou por iniciativa do órgão fiscalizador (SEDAP, 1988).

As comissões especiais de que trata esta Instrução Normativa, é a comissão inventariante constituída por, no mínimo, três servidores do quadro permanente da instituição que deverão executar o inventário físico, essas são instituídas pelo Diretor do Departamento de Administração ou à unidade equivalente sem prejuízo de outras orientações que possam vir do órgão central do Sistema de Serviços Gerais – SISG, que é o sistema que organiza a gestão das atividades de serviços gerais. (Inciso 11, IN 205/1988)

2.10 Desfazimento

A Administração Pública adquire bens permanentes que são utilizados durante o exercício de suas atividades ou na prestação de serviços públicos à sociedade. Com o decorrer do tempo, esses bens podem deixar de ser úteis à instituição pública detentora desses materiais, tornando-se “inservíveis”, denominação genérica atribuída aos bens ociosos, recuperáveis, antieconômicos, irrecuperáveis e inaproveitável em instituições do serviço público. É importante observar no caso desses bens que deixam de servir à finalidade para a qual foram adquiridos, não há motivo para que permaneçam integrados ao patrimônio do órgão detentor, devendo ser retirados do acervo patrimonial, isto é, deve ser realizado o desfazimento desses bens (SANTOS, 2002).

De acordo com Fonseca (2005), considera baixa patrimonial a retirada de bem da carga do acervo patrimonial da entidade, mediante registro da transferência deste para o controle de bens baixados, feita exclusivamente pelo setor de patrimônio, devidamente autorizado pelo gestor.

De acordo com as Portarias Normativas nº 07/2019 das instituições públicas federais, o desfazimento de materiais consiste no processo das atividades de identificação, recolhimento, classificação, destinação e baixa do acervo patrimonial, exercidas de acordo com a legislação vigente, prevista no Decreto 9.373, de 11 de maio de 2018, que fica decidida e autorizada pelos diretores gerais da instituição, que resultará no efetivo desfazimento.

O desfazimento de bens públicos previsto no Decreto nº 9.373/2018 dispõe sobre a alienação, a cessão, a transferência, a destinação e a disposição final ambientalmente adequada de bens móveis no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. A presente legislação revogou a Decreto n° 99.658, de 30 de outubro de 1990 e o Decreto lei n° 6.087, de 20 de abril de 2007.

O desfazimento de bens públicos inicia-se com o processo de exclusão de um bem do acervo patrimonial da instituição, de acordo com a legislação vigente e expressamente autorizada pelo dirigente da unidade gestora. Conforme artigo 3° do Decreto 9.373./2018 para o bem ser considerado inservível deve ser classificado como:

> I - ocioso - bem móvel que se encontra em perfeitas condições de uso, mas não é aproveitado;
>
> II - recuperável - bem móvel que não se encontra em condições de uso e cujo custo da recuperação seja de até cinquenta por cento do seu valor de mercado ou cuja análise de custo e benefício demonstre ser justificável a sua recuperação;
>
> III - antieconômico - bem móvel cuja manutenção seja onerosa ou cujo rendimento seja precário, em virtude de uso prolongado, desgaste prematuro ou obsoletismo; ou

> IV - irrecuperável - bem móvel que não pode ser utilizado para o fim a que se destina devido à perda de suas características ou em razão de ser o seu custo de recuperação mais de cinquenta por cento do seu valor de mercado ou de a análise do seu custo e benefício demonstrar ser injustificável a sua recuperação.

Em cumprimento ao Decreto 9.373, de 2018, antes de dar início ao desfazimento deverá ser aplicado o disposto na Seção VI, artigos 17 e 18, da Lei nº 8.666/93, ou seja, depois que todas as alternativas de reaproveitamento tiverem sido exploradas (remanejamento e transferência interna, alienação por venda, permuta ou por doação), é que poderá ser efetuado o desfazimento, na qual deverão ser dadas as corretas destinações de resíduos que incluem a reutilização, a reciclagem, a compostagem, a recuperação e o reaproveitamento energético, conforme prevê a Lei 12.305/2010, que institui os princípios e objetivos da Política Nacional de Resíduos Sólidos - PNRS. Essas leis referem-se às formas de desfazimento de bens públicos e o seu correto descarte, em observância as normas operacionais específicas de modo a evitar danos ou risco à saúde pública e a diminuir os impactos ambientais diversos (PROAD, 07/2019).

De acordo com o Art. 7º da Lei 9.373, de 2018, depois de realizado o inventário por comissão específica, os bens inservíveis cujo reaproveitamento seja considerado inconveniente ou inoportuno, e ao detectar que não estão sendo utilizados pela unidade serão alienados em conformidade com a legislação específica no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, indispensável a avaliação prévia, podendo vir a ter um melhor destino e aproveitamento que será realizado de acordo com o interesse público e processará da seguinte forma: por transferência; cessão; alienação; venda; doação e permuta (BRASIL, 2018).

3 Metodologia

Dentre os métodos disponíveis, o presente estudo se desenvolveu como uma pesquisa qualitativa; quantos aos objetivos, um

estudo de caráter exploratório e descritivo; optou-se pela pesquisa bibliográfica como base da fundamentação teórica, além de uma pesquisa documental e aplicação de questionário, visando atender aos objetivos estabelecidos.

Segundo Silva (2006), o método aplicado quanto à abordagem é o qualitativo, o que difere do método quantitativo por "não empregar dados estatísticos como centro do processo de análise do problema".

Trata-se de um estudo exploratório, com a finalidade de descobrir como é feito o controle patrimonial no Campus Curitiba através da análise documental e, também o estudo descritivo, das situações que envolvem a aquisição de bens patrimoniais em uma instituição pública que atendem a legislação específica em seu repertório obrigatório do controle patrimonial (LAKATOS; MARCONI; 2003).

Conforme Gil (2011), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado constituído principalmente de livros e artigos científicos. A vantagem dessa pesquisa permite ao investigador uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente na fonte.

A pesquisa documental segue os mesmos passos da pesquisa bibliográfica, enquanto esta utiliza das contribuições dos diversos autores baseado em produções literárias, a documental baseia-se em materiais que não receberam ainda tratamento analítico, tais como: documentos oficiais, manuais, contratos, relatórios de pesquisas (GIL, 2011).

Como instrumento de coleta, a entrevista seguiu um roteiro semiestruturado de perguntas subjetivas, contendo aspectos relacionados ao fluxo das atividades do controle dos bens patrimoniais, e do processo de inventário na unidade gestora.

Aliado aos demais métodos, foi adotado como período temporal um corte longitudinal, entre os anos de 2017 à 2020, para evidenciar e esclarecer o fluxo de atividades do controle patrimonial do IFPR Campus Curitiba.

Optou-se pela escolha da pesquisa a movimentação patrimonial do Campus Curitiba do Instituto Federal do Paraná - IFPR, desde o seu início, ou seja, o momento da aquisição e recepção dos bens permanentes até a sua destinação final, entrega ao requerente e, posteriormente os inventários anuais, porém o desfazimento destes bens procurou-se não discutir neste artigo.

4 Análise e interpretação das informações coletadas

4.1 Caracterização do Instituto Federal do Paraná

O IFPR é resultado da transformação da Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná - ETUFPR, que passou por um desmembramento no ano de 2008 e, deu origem ao Instituto Federal do Paraná. Com isso, a Escola Técnica da UFPR (ET) é autorizada a desvincular-se da UFPR e implantar o Instituto Federal.

É uma Instituição Pública Federal de ensino vinculado ao Ministério da Educação - MEC, por meio da Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica - SETEC. Possui natureza jurídica de autarquia, sendo detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático pedagógica e disciplinar.

Tais finalidades mencionadas se encontram previstas no seu estatuto que foi aprovado pela Resolução nº 13/2011 do Conselho Superior – CONSUP do IFPR, que é regido, pelos atos normativos e pela legislação federal e, também pelos seguintes instrumentos regulatórios como: Estatuto; Regimento Geral; Resoluções do Conselho Superior; Atos dos Órgãos Colegiados e Atos da Reitoria.

De acordo com a resolução nº 61/2017 do CONSUP - IFPR, declara que para fins de política e governança dos controles internos da gestão, compromete-se com o fortalecimento, apoiando-se em um sistema de controle interno manual e automatizado, que gere garantias para o cumprimento de seus objetivos institucionais e, permita que a instituição opere com nível aceitável de risco. Com isso, dispõe-se em manter, monitorar e revisar os controles internos

da gestão, que possa impactar a consecução dos objetivos estabelecidos pelo poder público.

A instituição utiliza como legislação aplicável em suas unidades, a Constituição Federal de 1988, a Lei de Licitações e Contratos - Lei 8.666/93, a Lei 10.520/02, e a Lei 4.320/64.

Assim como o Decreto nº 9.373, de 11 de maio de 2018, e a IN 205, de 08 de abril de 1988, da Secretaria de Administração Pública da Presidência da República – SEDAP, que tem como objetivo racional e minimizar custos no uso de material no âmbito do Sistema de Serviços Gerais – SISG visando maior eficiência dos recursos através de técnicas modernas que atualizam essa gestão com as desejáveis condições de operacionalidade no emprego do material nas diversas atividades.

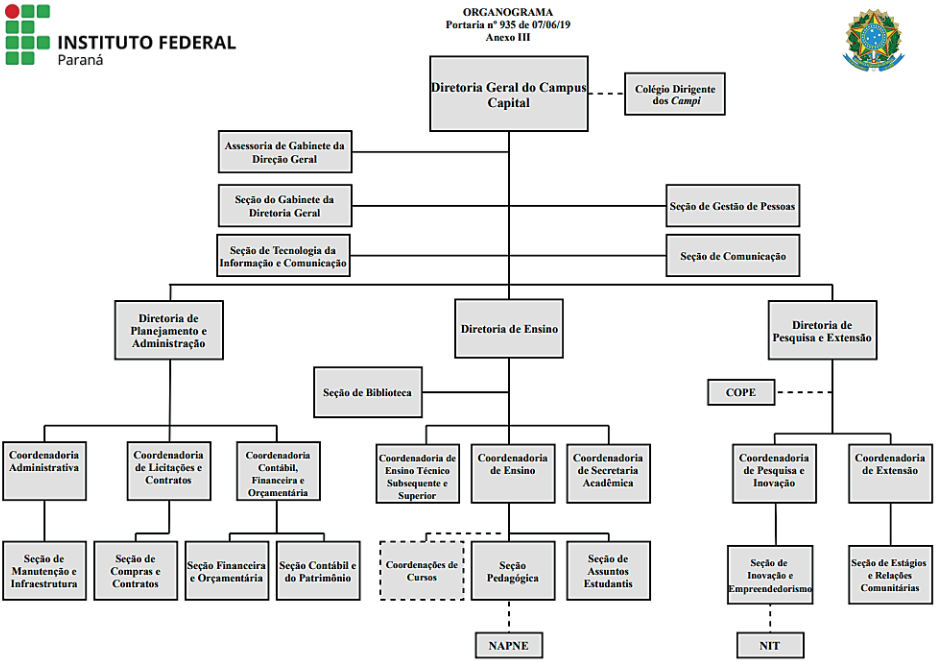
4.2 O campus curitiba

O campus Curitiba do Instituto Federal do Paraná – IFPR é uma unidade descentralizada gestora executora responsável por seu registro e gerenciamento de incorporação e alienação (transferência da propriedade de um bem) patrimonial.

A resolução nº 08/2014, regulamenta o regimento interno comum dos câmpus do IFPR, demonstrando que são unidades descentralizadas para fins de ensino, pesquisa e extensão, dotada de competência administrativa e pedagógica, estabelecida por ato do Conselho Superior, cujo funcionamento é baseado na Lei 11.892/2008, no Estatuto de Constituição, no Regimento Geral e nos regulamentos do Conselho Superior e da Reitoria.

Através da Portaria 938 de 07 de junho de 2019, em seu Anexo III, ficou determinada a estrutura organizacional de funcionamento das áreas de atividade do Campus Curitiba, conforme demonstra a figura 1.

Figura 1: Organograma do Campus Curitiba

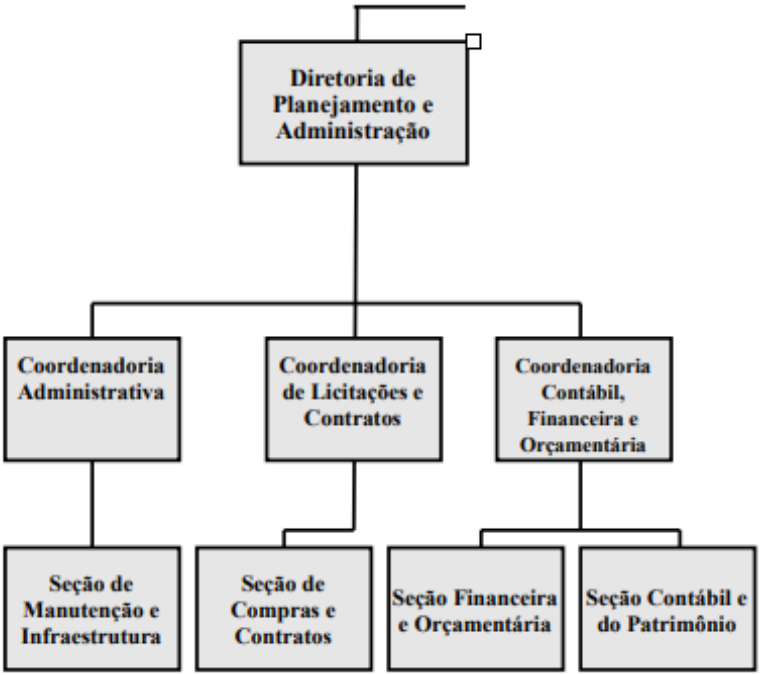


Fonte: adaptado do Site IFPR - 2020.

A estrutura organizacional do Campus Curitiba é composta pela Direção Geral e Assessoria de Gabinete e as demais seções anexas; também como as Diretorias de Planejamento e Administração e suas coordenações, Diretoria de Ensino e suas seções e Diretoria de Pesquisa e Extensão e suas coordenadorias. Já o Colégio Dirigente – CODIC é um órgão que assessora a gestão do campus o qual está diretamente alinhado com a Direção Geral.

A estrutura organizacional da Diretoria de Planejamento e Administração - DPA - do Campus Curitiba é formada por diversas unidades de serviços. Dentre elas: Coordenadoria Administrativa; e Seção de Manutenção e Infraestrutura. Coordenadoria de Licitações e Contratos; e Seção de Compras e Contratos. Coordenadoria Contábil Financeira e Orçamentária; e Seção Financeira e Orçamentária, e Seção Contábil e do Patrimônio, conforme demonstrado na figura 2.

Figura 2: Organograma da Diretoria de Planejamento e Administração - DPA – Curitiba



Fonte: dos autores, (adaptado) do Site IFPR - 2020.

4.3 Discussões e resultados

Para alcançar o objetivo proposto que é demonstrar “como é feito o controle interno patrimonial do IFPR Campus Curitiba” levantou-se junto a Diretoria de Planejamento e Administração - DPA -, especificamente na Seção de Patrimônio buscar informações e dados com base em materiais autênticos, tais como: documentos oficiais, manuais, contratos, relatórios, que atendam e corroborem com as afirmações encontradas no referencial teórico da pesquisa bibliográfica aqui utilizado.

Com isso, buscou-se saber de forma mais detalhada, que etapas são percorridas entre o aceite do bem e o registro adequado de todos os bens móveis adquiridos, seu cadastramento e destina-

ção para o uso do que está à disposição do IFPR para realização de suas atividades. A pesquisa teve a anuência do Diretor Geral do Campus, e foi direcionada aos agentes patrimoniais. A partir das informações coletadas, foi possível descrever as ações e rotinas praticadas no tocante ao controle patrimonial, à partir das impressões, pontos de vista e opiniões do entrevistado, permitindo seguir um norte rumo ao controle dos bens mobiliários patrimoniais do Campus Curitiba.

4.4 Fluxo das atividades do controle patrimonial da unidade

O controle patrimonial, é feito através do registro adequado de todos os bens móveis, adquiridos por recursos orçamentários e não orçamentários, que estão à disposição do IFPR para a realização de suas atividades, com a finalidade deque todo bem permanente adquirido deva ser incorporado no acervo patrimonial da instituição.

A incorporação é um procedimento na qual são registradas informações no sistema relacionadas a inclusão de um bem ou material permanente, tornando-o patrimônio da instituição. Este procedimento ocorrerá por compra, cessão, doação, permuta, transferências ou quaisquer outros métodos permitidos juridicamente para a administração pública. A incorporação por compra é o método padrão adotado no IFPR para aquisição usual de bens. A compra somente ocorrerá caso haja orçamento consignado no Orçamento Geral da União - OGU e se dará por procedimentos licitatórios, respeitando-se a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Com base na Lei de Licitações e Contratos, o IFPR utiliza a modalidade de Pregão Eletrônico, que é a principal forma de Licitação utilizada para o alcance da proposta mais vantajosa. Essa modalidade é regida pela Lei nº 10.520/02, e regulamentado pelo do Decreto nº 5.450 de 2005, que normatiza o pregão na forma eletrônica para aquisição de bens e serviços comuns, proporcionando agilidade e transparência no processo de aquisição.

Outra forma de aquisição de bens e materiais se faz em casos específicos, como dispensa de licitação, nos casos de emergência ou calamidade pública, urgência de contratar, ou a sua inexigibilida-

de quando da inviabilidade de competição para contratar. Para isso, é necessário que se descreva e detalhe ao máximo, o objeto de licitação, de forma a garantir que o bem possua as características e funções necessárias para a boa utilização.

Para o processo de aquisição através de compras de bens no Campus Curitiba, inicia-se com o preenchimento de requisição no Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos – SIPAC, no qual consta número da requisição, nome do solicitante, setor, data, especificação da finalidade, descrição do bem, quantidade, valores de referências atualizados, características específicas relacionadas ao objeto, dados dos fornecedores dos orçamentos e espaço para assinatura dos responsáveis pela aprovação da solicitação.

Em seguida, a requisição passa pela aprovação da chefia imediata, nos casos diretores de área e do diretor geral, sendo direcionado ao Departamento de Planejamento e Administração - DPA.

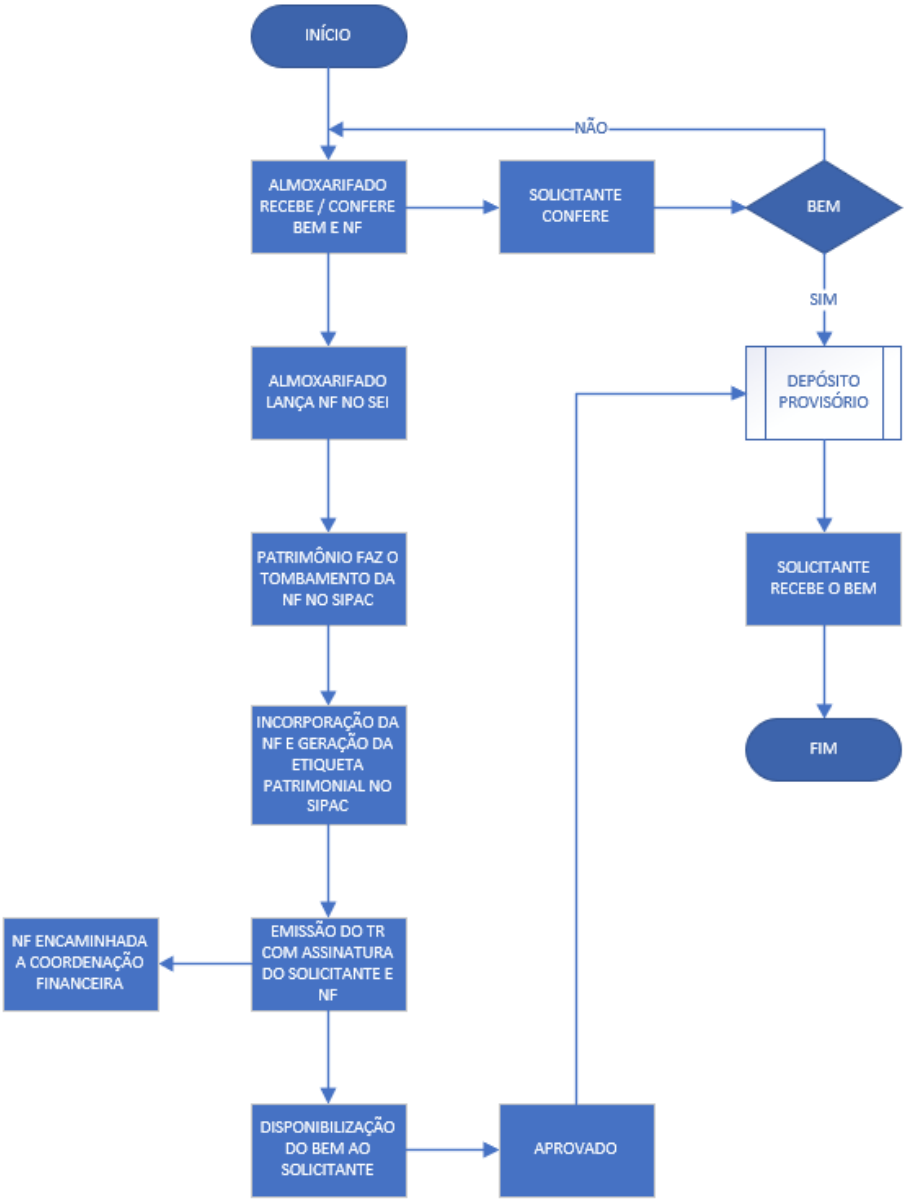
A Coordenadoria de Licitações e Contratos – CLC realiza o processo de compra e no SIPAC são registradas informações quanto ao procedimento licitatório como a modalidade, orçamentos, dados dos fornecedores etc.

Após a conclusão da compra mediante a concessão do objeto, que é o direito de transferência imediata desse bem da empresa para o Campus Curitiba, é encaminhado os autos a Seção Financeira e Orçamentária –SFO, onde será gerada a nota de empenho e realizado seu lançamento no SIPAC.

4.5 Ciclo operacional das atividades do controle patrimonial

O recebimento dos bens permanentes, bem como os bens de consumo adquiridos são da responsabilidade do setor de Almoxarifado, podendo ser observado o fluxo do controle patrimonial no Campus Curitiba através da Figura 3.

Figura 3 – Fluxograma do recebimento e destinação dos bens – Campus Curitiba



Fonte: Custódio e Angulski (2020).

É responsabilidade desta área a conferência quantitativa relativa à data de entrega do bem pelo fornecedor, que verifica o empenho do material entregue, juntamente com a nota fiscal.

Em seguida, é comunicado ao solicitante para que este faça a conferência do equipamento no local da entrega. Em se tratando de material específico, solicita-se a presença de pessoa capacitada da área para que seja validado e autenticado o bem. Confirmado, o solicitante verifica sua compatibilidade com o contrato de aquisição, e se o bem-estar de acordo com a proposta.

Estando o material de acordo com o contratado é realizado o aceite (assinatura de recebimento da nota fiscal), pelo solicitante. Após isso, o almoxarifado lança a nota fiscal no Sistema Eletrônico de Informações – SEI. Em seguida, o bem é direcionado ao depósito provisório para que o setor de patrimônio conclua o tombamento e a incorporação no acervo patrimonial do campus, disponibilizando assim que possível o bem ao solicitante.

Posteriormente, ao recebimento do material permanente e da nota fiscal, o setor de Almoxarifado firma-se a transferência do processo junto com a solicitação de registro patrimonial para a unidade responsável pelo patrimônio, pela guarda e conservação do objeto. Para que seja realizada a conferência da nota fiscal e vistoria física do bem permanente e, nos casos de recebimento definitivo dos bens, incorpora-se os itens ao acervo patrimonial do campus.

O bem adquirido pela instituição, ou recebido em doação, ao passar pela Seção de Patrimônio, tem a nota fiscal e outros dados relativo à aquisição do bem cadastrada no Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contrato – SIPAC. Feito tal procedimento efetua-se o tombamento, que é a realização da inclusão física de um bem patrimonial no acervo do Campus Curitiba e incorporando-o no sistema com atribuição de um número de tombamento.

Após isso, o processo é enviado à Coordenação Financeira para liquidação da despesa. Em conjunto, ocorre a emissão do Termo de Responsabilidade –TR que designa o responsável pela guar-

da/uso desse bem. Em seguida, o bem é distribuído e passa a integrar a carga patrimonial do setor solicitante.

Na geração do termo de responsabilidade, cria-se uma numeração sequencial crescente de dez dígitos que dará origem a uma etiqueta VOID inviolável. A qual deverá ser afixada no bem que recebeu o tombamento, com único número de registro patrimonial, além do QRCODE.

De acordo com o Manual de Administração Patrimonial do IFPR, todo bem depois de incorporado ao patrimônio, deve ser identificado individualmente no momento do seu tombamento, sendo executado pelo responsável pelo controle patrimonial da unidade.

Essa identificação consiste na atribuição de um número patrimonial exclusivo e deve permitir aos agentes do controle patrimonial coletar informações relativas à localização, estado de conservação, situação desse bem e o responsável por sua guarda e preservação.

Feito o tombamento o bem é colocado à disposição do detentor da carga patrimonial para uso, guarda e preservação de suas propriedades. O agente patrimonial orienta o servidor que receberá a carga patrimonial a realizar o recebimento dos bens no sistema SIPAC. Procede-se assim, assinatura digital ou quando não é possível realizar no sistema, efetua-se a assinatura de maneira manual no termo de responsabilidade.

Para que a gestão dos bens móveis pertencentes à entidade pública aconteça de forma apropriada e eficiente, é necessário classificar e codificar todos eles, com a finalidade de simplificar, identificar e padronizar com numeração todos os bens da entidade. Isso possibilitará sua identificação e localização além do seu histórico de entrada no acervo patrimonial da instituição através dos dados cadastrais do sistema físico e contábil (POZO, 2007).

De acordo com os relatos do agente patrimonial, observou-se que, o setor de almoxarifado é o responsável por encaminhar o processo junto com a solicitação do registro patrimonial para que o setor de patrimônio efetue o tombamento do bem permanente. Porém, ao comparar o modo operacional evidenciado na pesquisa de cam-

po com a pesquisa documental investigada na Instrução Interna de Procedimentos – IIP nº 30/2017, encontrou-se divergência na ordem de encaminhamento para o setor de patrimônio, pois de acordo com a Instrução Interna, quem envia o processo é o solicitante.

Constatou-se assim, que o setor de patrimônio ao adotar mudança no planejamento e organização em uma das etapas dos controles dos bens e centralizar as atividades para o setor de almoxarifado, evita comportamentos inadequados e ineficiência nos controles. O objetivo principal desta mudança é a eliminação de supostas ocorrências indesejadas, como por exemplo o bem chegar ao almoxarifado e ser retirado pelo solicitante sem a autorização do setor de patrimônio, vindo a gerar problemas no controle dos bens.

Uma vez que o material deixa de ser incluído no sistema patrimonial sem o devido tombamento, e seja entregue ao requisitante ou usuário sem assinatura do termo de responsabilidade sobre a devida guarda e conservação do bem, prejudicará a eficiência do controle patrimonial do campus.

Compreende-se que, essa ação era executada por vários solicitantes e que, cada um adotava uma maneira diferente de operacionalização; contudo, a partir dessas mudanças, esse procedimento centralizou-se em um único setor, para que sejam seguidas as normas e métodos de gerenciamento dos bens móveis.

Observa-se que a mudança de postura nos procedimentos operacionais, dessas medidas permite a aferição para melhorar a eficiência dos controles dos bens permanentes. Interpreta-se que essa ação seja um fator positivo desse setor, de forma a organizar melhor as responsabilidades dos controles internos da unidade.

4.6 Inventário patrimonial

O inventário anual no campus é realizado de acordo com a Portaria da Pró Reitoria de Administração - PROAD, com calendário e rotinas pré-estabelecidas, no qual será anunciado ao Diretor Geral com antecedência ao início dos trabalhos de contagem.

Assim como disposto na Instrução Normativa Nº 205/88 da SEDAP, o inventário dos bens permanentes ocorre uma vez ao ano, na qual é realizada a conferência física da existência de localização dos bens, realizado em cada uma das unidades separadamente, possuindo cada campus uma comissão para realização do inventário.

O processo do inventário físico no campus Curitiba é realizado pelas comissões inventariantes especiais, designadas por portaria interna anual, formados por pelo menos três servidores do quadro efetivo do IFPR, é realizado ao menos uma vez ao ano, de forma descentralizada, obedecendo ao calendário estabelecido pela Coordenadoria de Compras, Almoxarifado e Patrimônio - CCAP.

Desta forma, é a responsabilidade de cada campus da instituição executar o levantamento e encaminhamento dos resultados obtidos para a Coordenadoria de Compras, Almoxarifado e Patrimônio - CCAP. Observa-se assim, o cumprimento dos prazos, para que a Diretoria de Materiais, Serviços e Patrimônio - DMASP, proceda a consolidação dos dados institucionais referente a carga patrimonial e o repasse a Diretoria de Contabilidade e Finanças – DCF, para integralização dos dados no SIPAC e SIAFI.

Após o recebimento da Portaria pelo Diretor Geral, dá-se início ao processo de inventário que é coordenado pela Seção de Patrimônio do campus, no qual serão designados servidores envolvidos.

Sendo obrigatório atuação de qualquer um que venha a ser convocado, para compor a comissão do levantamento e conferência da carga patrimonial de cada detentor dos termos de responsabilidade e, demais documentos que devem ser repassados para seção contábil e patrimonial.

No campus Curitiba, o inventário patrimonial é uma das principais ferramentas de controle utilizadas pelos gestores, cuja finalidade é verificar de maneira minuciosa a composição do patrimônio da instituição. Isto possibilita a localização e a existência de bens, facilitando a atualização dos termos de responsabilidade e, por consequência, das listas de usuários efetivos.

Com o controle patrimonial, a gestão do patrimônio é aperfeiçoada, permitindo a correta contabilização dos bens permanentes, de modo a proporcionar a confrontação com os registros em sistema, e possibilitando ainda, correções/retificações de valores do patrimônio institucional. Desta forma, mantém a responsabilidade do servidor/instituição pela conservação dos bens patrimoniais, fornecendo informações seguras ao setor competente, e aos órgãos fiscalizadores, como a Controladoria Geral da União - CGU e Tribunal de Contas da União - TCU.

A partir do ano de 2018, as Coordenações de Curso que têm um servidor Técnico Administrativo em Educação - TAE no Laboratório, este servidor passou a ser o responsável direto pelo controle dos materiais deste ambiente. Desde então ficou definido como o novo detentor da carga patrimonial referente a Coordenadoria de Curso.

Deste modo, após o término do mandato do coordenador ocorre uma mudança, passa-se a transferência da carga patrimonial para o novo coordenador. Uma vez a carga patrimonial estando sob responsabilidade do servidor técnico, que está com sua lotação definida no laboratório, a conferência e levantamento patrimonial se torna mais rápida e efetiva, devido ao conhecimento técnico que o referido servidor detém.

Segundo o responsável pela seção de patrimônio, tal mudança obteve melhorias significativas, quanto ao controle de entrada e saída de materiais dos laboratórios.

Com isso, percebeu-se que ocorreu uma diminuição na movimentação de bens sem a prévia comunicação à seção de patrimônio, ao adotar como responsável o técnico de laboratório e, não mais sendo o coordenador de curso. Deste modo, refletiu-se diretamente na eficiência do inventário patrimonial do Campus. E ao mesmo tempo, proporcionou aos coordenadores mais comodidade e, tempo para “afazeres relacionados as tarefas didáticas pedagógicas”.

Demonstrou-se, que a transferência da responsabilidade da carga patrimonial do coordenador de curso para o técnico de laboratório. Assim como, ao centralizar a operação do envio do processo junto com a solicitação do registro patrimonial para o almoxarifado encaminhar ao setor de patrimônio efetuar o tombamento do bem. Observou-se, que essas mudanças podem ser consideradas como uma situação de boas práticas referente ao controle patrimonial na administração pública.

Diante da análise final do resultado obtido na pesquisa de campo, confirmou-se, que existe um sistema de controle interno que obedece a parâmetros e critérios estabelecidos pelas normas técnicas e legislação vigente e específica e, que a gestão dispõe de diversos instrumentos legais para o desempenho do serviço e tomadas de decisões nas atividades do patrimônio do campus.

5 Considerações finais

O presente estudo teve por finalidade pesquisar, analisar e evidenciar o controle interno do mobiliário do IFPR Campus Curitiba. Descobriu-se, que o tema retratado nesta investigação é relevante não apenas para a instituição como também para a sociedade, uma vez que relata como são aplicados recursos públicos em uma instituição pública de ensino.

Demonstrou-se que a importância do controle interno patrimonial tem como função acompanhar a execução dos atos praticados internamento no IFPR, indicando em caráter opinativo, preventivo e corretivo ações a serem desempenhadas, com objetivo de evitar perdas e/ou desvios, e auxiliar e regular a correta execução orçamentária, financeira, contábil e patrimonial institucional.

O controle interno do IFPR Campus Curitiba comprovou ter segurança e responsabilidade no cumprimento da legalidade, da impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e da eficácia da sua gestão, demonstrando atender às normas, diretrizes, legislações, determinações legais e a contabilidade aplicada ao setor público.

Detectou-se a existência de um sistema de controle interno interligado, que informa a situação do patrimônio por meio de metodologias, ferramentas e procedimentos na execução das suas atividades referente ao controle patrimonial da instituição.

Buscou-se saber de forma mais detalhada que etapas são percorridas entre o aceite do bem e, o registro adequado de todos os bens móveis adquiridos desde o seu tombamento até a sua destinação para o uso das atividades do campus Curitiba. Sendo assim, essas informações foram extraídas nos documentos institucionais e, teve como base, manuais, Instrução Interna de Procedimentos, relatórios e, contou como ferramentas essenciais de controles, o fluxograma, que identificou o caminho a ser percorrido.

Foi delimitado uma pesquisa de campo dentro da unidade gestora, na qual os agentes patrimoniais responderam perguntas relacionadas ao fluxo das atividades do controle patrimonial e do processo de inventário, que veio a nortear a percepção de como é feito o controle patrimonial dentro do campus.

No decorrer do estudo, verificou-se que os controles ineficientes podem trazer ocorrências indesejadas e causar prejuízo ao governo e a população brasileira. Nesse sentido, confirmou-se que a função do controle é indispensável para acompanhar a execução de programas e apontar suas falhas e desvios, zelar pela boa utilização, manutenção e guarda dos bens patrimoniais. Porque o não cumprimento dos procedimentos do controle interno pode realmente lesar os cofres públicos e toda a sociedade.

Diante das análises gerais, considerou-se que os controles internos estão em conformidade com as leis e normas aplicáveis, existindo um planejamento e organização através de métodos e procedimentos operacionais no fluxo das atividades do controle interno do patrimônio da instituição.

Verificou-se que ao longo da pesquisa, surgiram alguns pontos de dificuldade, ocasionando limitações que prejudicam a eficiência do controle patrimonial dos laboratórios, referentes à movimentação e o monitoramento dos bens. Percebeu-se que se algum

usuário ou servidor movimentar um equipamento ou bem de determinado ambiente para outro, não existe nenhum dispositivo, ferramenta ou forma de controle que localize a sua posição dentro do campus, demonstrando assim haver dificuldades no monitoramento dos controles dos bens permanentes do campus.

Observou-se também que alguns aspectos podem ser melhorados na efetividade do controle do patrimônio dos laboratórios. Recomenda-se que sejam implantados dispositivos de monitoria codificada, interligados ao sistema de patrimônio, através do uso de rádio frequência para registrar a movimentação dos bens dentro do perímetro da unidade, evitando assim dissonância do correto uso do bem ou mesmo furtos. Orienta-se também que seja implantado a título de sugestão, o uso de QRCODE matriz em todos os ambientes de laboratórios, e que sejam agrupados todos os números de tombamento já pertencentes a esses bens neste código.

De acordo com as limitações encontradas nas análises, propõe-se que seja criada uma política de publicização dentro da instituição, orientando a comunidade sobre a importância da preservação do patrimônio público. Como consequência, gera-se uma conscientização da comunidade para um controle eficiente e eficaz na gestão dos bens permanentes do campus, além de gerar benefícios à população, também traga maior eficiência no uso e gestão dos recursos públicos.

Espera-se que este estudo contribua para uma melhor discussão e compreensão sobre o controle patrimonial em uma instituição educacional pública, visando melhoria contínua nos controles internos desta área, e que possibilite o uso efetivo e eficiente de recursos para um melhor aproveitamento dos bens adquiridos, evitando assim o desperdício de recursos e otimização e manutenção do patrimônio público.

Como perspectivas futuras, sugerem-se a continuidade e aprofundamento sobre o tema, envolvendo análises complementares e comparativas junto as demais unidades do IFPR no estado do Paraná, contribuindo assim com os estudos acadêmicos para o bom andamento da administração pública.

Referências

AICPA - American Institute of Certified Public Accountants. **Princípios de controle interno.** Disponível em: <http://www.aicpa.org>. Acesso em: 02 out. 2019.

ARAÚJO, I.P.S.; ARRUDA, D. G. **Contabilidade Pública da Teoria à Prática**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**. Diário Oficial da União, Brasília, 05 out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 03 set. 2019.

BRASIL b. **Decreto-Lei nº 200 de 25 de fevereiro de 1967**. Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 27 fev. 1967, Disponível em: < http://http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0200.htm> Acesso em: 03 set. 2019.

BRASIL b. **Decreto-Lei n. 900 de 29 de setembro de 1969.** Altera disposições do Decreto-lei número 200, de 25 de fevereiro de 1967, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del0900.htm>. Acesso em: 20 set. 2019.

BRASIL b. **Decreto-Lei n. 4.717 de 29 de junho de 1965.** Regula a ação popular. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4717.htm>. Acesso em: 30 out. 2019.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 9.373, de 11 de maio de 2018**. Dispõe sobre a alienação, a cessão, a transferência, a destinação e a disposição final ambientalmente adequadas de bens móveis no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2018/decreto-9373-11-maio-2018-786674-publicacaooriginal-155545-pe.html>. Acesso em: 16 jul. 2020.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 1.171, de 22 de junho de 1994**. Aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1171.htm>. Acesso em: 12 dez. 2020.

BRASIL. **Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964**. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração de controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm> Acesso em: 12 dez. 2020.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm> Acesso em: 12 dez. 2020.

BRASIL. **Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002**. Institui modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10520.htm> Acesso em: 12 dez. 2020.

BRASIL. **Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990**. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8112cons.htm> Acesso em: 12 dez. 2020.

BRASIL. **Portaria nº 448, de 13 de setembro de 2002**. Ministério da Fazenda Secretaria do Tesouro Nacional. Divulga o detalhamento das naturezas de despesas 339030, 339036, 339039 e 449052. Disponível em:< https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9::::9:P9_ID_PUBLICACAO:8754> Acesso em: 01 dez. 2020.

CASTRO, D.P. **Auditoria, contabilidade e controle interno no setor público**: integração das áreas do ciclo de gestão: contabilidade, orçamento e auditoria e organização dos controles internos, com suporte à governança corporativa. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2011.

_____. **Auditoria, contabilidade e controle interno no setor público**: integração das áreas do ciclo de gestão: contabilidade, orçamento e auditoria e organização dos controles internos, com suporte à governança corporativa. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2015.

CHIAVENATO, I. **Teoria geral da administração.** São Paulo, 2001. v. VI-I.

CFC - CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução 2018/NBCTSP11, de 31 de dezembro de 2018**. **NBC TSP-11**. Disponível em: <https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTSP11.pdf>. Acesso em: 19 mai. 2019.

_____. **Resolução 2016/NBCTSPEC, de 04 de outubro de 2016**. **NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL**. Disponível em: < https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTSPEC.pdf>. Acesso em: 19 mai. 2019.

CGU - CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO. **Manual de Controle Interno:** Um Guia para Implementação e Operacionalização

de Unidades e Controle Interno Governamentais. Programa de Fortalecimento da Gestão Municipal. BRASÍLIA, 2001.

COSO - Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (org.). **Internal Control – *Integrated Framework.*** Executive Summary. United States of America: COSO, 1992. Disponível em: <http://www.coso.org/IC-IntegratedFramework-summary.htm>. Acesso em: 08 out. 2019.

CRETELLA JÚNIOR, J. Curso de direito administrativo. 18 ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2003.

DIAS, A.F.S. **Gestão Patrimonial na Administração Pública Estadual**. Florianópolis: Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina, 2006.

DI PIETRO, M.S.Z. **Direito administrativo**. 15. Ed. São Paulo: Atlas, 2003.

FONSECA, M.P.S.A. **Manual de Administração de Bens Móveis**. SGA - Gerência do Patrimônio Público. Acre. 2005. Disponível em: < http://www.florestadigital.acre.gov.br>. Acessado em 16 jul. 2020.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4º ed. São Paulo: Atlas, 2002.

_____. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 6º ed. São Paulo: Atlas, 2011.

IFPR REITORIA. **Manual de Administração Patrimonial do IFPR.** Disponível em <https://curitiba.ifpr.edu.br/menu-institucional/dpa/manuais/>. Acesso em: 15 abr. 2020.

_____. **Estatuto do IFPR.** Disponível em < https://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2010/06/Estatuto-Consolidado-em-08.04.2014.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2020.

_____. **Resolução nº 08, de 30 de abril de 2014.** Regulamenta o Regimento Interno Comum aos Campus do Instituto Federal do Paraná. Disponível em: <https://curitiba.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2011/06/Resolu%C3%A7%C3%A3o-08.14-Regimento-interno-comum-aos-campus-09.05.14.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2020.

_____. Gestão de Riscos e Controles Internos do IFPR. Disponível em <http://reitoria.ifpr.edu.br/161659-2/>. Acesso em: 25 set. 2019.

_____. **Portaria Normativa PROAD Nº 07/2019.** Disponível em < https://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2020/01/Portaria-Normativa-PROAD-n%C2%BA-07-de-26-de-setembro-de-2019.pdf>. Acesso em: 16 abr.2020.

INTOSAI. Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores. **Diretrizes para as normas de controle interno do setor público**./. - Organización Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores; Tradução de Cristina Maria Cunha Guerreiro, Delanise Costa e Soraia de Oliveira Ruther. Salvador: Tribunal de Contas do Estado da Bahia, 2007. Disponível em: <https://www.tce.ba.gov.br/images/intosai_diretrizes_p_controle_interno.pdf> . Acesso em: 19 mai. 2019.

KOHAMA, H. **Balanços Públicos: teoria e prática.** 2º. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

LAKATOS, E.M.; MARCONI, M.A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MADRIGAL, A. **A Importância do controle interno na administração pública.** Jus.com.br. 2016. Disponível em:<https://jus.com.br/artigos/48488/a-importancia-do-controle-interno-na-administracao-publica>. Acesso em: 25 set. 2019.

MEIRELLES, H.L. **Direito Administrativo Brasileiro**. 29 ed. São Paulo: Malheiros, 2004.

_____. **Direito Administrativo Brasileiro**. 32. ed. São Paulo: Malheiros, 2006.

_____. **Direito Municipal Brasileiro.** 16. ed. São Paulo: Malheiros, 2008.

MELLO, O.A.B. **Princípios gerais de direito administrativo**. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

PISCITELLI, R.B.; et al. **Contabilidade Pública**: Uma Abordagem da Administração Financeira Pública. São Paulo: Atlas, 2002.

POZO, H. **Administração de Recursos Materiais e Patrimoniais:** Uma abordagem logística. São Paulo: Atlas, 2001.

SANTOS, G. **Manual de Administração Patrimonial**. Florianópolis, 2002.

_____. **Gestão Patrimonial**. Florianópolis: Secco, 2010.

SEDAP/PR - Secretaria de Administração Pública da Presidência da República. **Instrução Normativa nº 205, de 08 de abril de 1988**. Disponível em: <http://www.comprasnet.gov.br/legislacao/in/in205_88.htm>. Acesso em: 24 out. 2019.

SILVA, J.A. **Curso de direito constitucional positivo**. 22. Ed. São Paulo: Malheiros, 2004.

SILVA, A.C.R. **Metodologia da pesquisa aplicada à contabilidade:** orientações de estudos, projetos, artigos, relatórios, monografias, dissertações, teses. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2006.

SOUZA, G.W. **Patrimônio Implantação e Controle na Administração.** Porto Alegre: Famurs, 2002.

TORRES, F.J.; SILVA, L.M. **A importância do controle contábil e extra-contábil dos bens permanentes adquiridos pela Administração Pública Federal**. Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**,** v.8, n.2, 2003.

TCU - Tribunal De Contas da União. **Critérios Gerais de Controle Interno na Administração Pública Um estudo dos modelos e das normas disciplinadoras em diversos países**. Diretoria de Métodos de Procedimentos de Controle. Brasília, 2009. Disponível em: <http://portal2.tcu.gov.br/portal/pls/portal/docs/2056688.pdf> Acesso em: 07 ago. 2019.

VIEIRA, C. **O controle interno nas câmaras municipais, segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal.** Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/clientes/federativo/bf_bancos/e0001565.pdf>. Acesso em: 8 nov. 2019.

CAPÍTULO 7

Acessibilidade em pontos de ônibus equipados com totens informativos que contém publicidade

DOI 10.29327/567563.2-7

Cleverton Nizer[1]
Frederico Fonseca da Silva[2]
Pedro Antônio Bitencourt Pacheco[3]
Alexandre Machado Fernandes[4]
Anjor Mujica de Paula[5]

RESUMO: Este projeto de pesquisa tem como objetivo de estudo uma análise qualitativa da acessibilidade em pontos de ônibus com publicidade do Novo Mobiliário Urbano da cidade de Curitiba (PR), com o objetivo de mapear e quantificar os abrigos que ainda oferecem dificuldades ou incompatibilidades à acessibilidade de pessoas com deficiência. Foram aplicados os métodos de "observação urbana" (Jan Gehl). Os modelos de abrigos abordados nesta

1 - Acadêmico concluinte do curso superior de Tecnologia em Gestão Pública, pelo IFPR - Instituto Federal do Paraná, campus Curitiba. Lattes http://lattes.cnpq.br/. Email: clevertonnizer@gmail.com
2 - Engenheiro Agrônomo, doutor em Irrigação e Meio Ambiente, Professor e Pesquisador do IFPR - Instituto Federal do Paraná. ORCID 0000-0003-2817-6983. Lattes: http://lattes.cnpq.br/4691454480439777. E-mail: frederico.silva@ifpr.edu.br
3 - Professor e Pesquisador do IFPR - Instituto Federal do Paraná. ORCID 0000-0002-7547-8442. E-mail: pedro.pacheco@ifpr.edu.br.
4 - Professor e Pesquisador do IFPR - Instituto Federal do Paraná, Campus Curitiba. Mestre em Administração pela Universidade Federal do Paraná - UFPR. ORCID 0000-0002-1005-6169. Lattes: http://lattes.cnpq.br/7123791883265745. E-mail: alexandre.fernandes@ifpr.edu.br.
5 - Pesquisador e Professor do IFPR - Instituto Federal do Paraná. Mestre de Engenharia de Produção. E-mail: anjor.mujica@ifpr.edu.br.

pesquisa são específicos, são fechados com vidros e tem um totem informativo (painel publicitário) junto ao abrigo que, em alguns casos, identificados na pesquisa, prejudicam a acessibilidade de cadeirantes e pessoas com a mobilidade reduzida ao impedir o acesso da pessoa com deficiência por ambos os lados, obrigando a pessoa a contornar o abrigo pelo lado de fora, impondo que a pessoa percorra, no mínimo, mais quatro metros que, em algumas situações, é em declive ou aclive acentuado. O objetivo deste artigo consistiu em melhorar a acessibilidade nos abrigos de pontos de ônibus.

Palavras Chave: Acessibilidade; Abrigo; Totem informativo;

ACCESSIBILITY AT BUS STOPS EQUIPPED WITH INFORMATION TOTENS CONTAINING ADVERTISING

ABSTRACT: This research project aims to study a qualitative analysis of accessibility at bus stops with advertising of the New Urban Furniture in the city of Curitiba (PR), in order to map and quantify the shelters that still offer difficulties or incompatibilities to the accessibility for people with disabilities. The methods of “urban observation” were applied (Jan Gehl. The shelter models discussed in this research are specific, they are closed with glass and have an information totem (advertising panel) next to the shelter that, in some cases, identified in the research, harm the accessibility of wheelchair users and people with reduced mobility by preventing the access of the disabled person from both sides, forcing the person to go around the shelter from the outside, imposing that the person walks at least four more meters than, in in some situations, it is on a slope or a steep slope. The objective of this article was to improve accessibility in bus stop shelters.

Keywords: Accessibility; Shelter; Information Totem;

1 Introdução

O planejamento urbano evolui com as necessidades que surgem e se tornam desafios para a Gestão Pública, oferecer uma solução viável que resolva o problema da acessibilidade com um bai-

xo custo de execução é primordial quando se trata de uma parceria público privada com o propósito de melhorar a vida urbana com ênfase na mobilidade da pessoa com deficiência que necessita acessar o transporte coletivo na cidade de Curitiba e melhorar o aspecto dos abrigos de pontos de ônibus com publicidade para que as futuras implantações ou realocações dos referidos mobiliários urbanos sejam padronizadas, a fim de melhorar também a simetria e estética dos mobiliários e proporcionando acessibilidade com excelência.

Após a constatação da falta de acessibilidade nos abrigos de paradas de ônibus da cidade de Curitiba iniciou-se um trabalho de pesquisa para identificar qualitativamente os abrigos do Novo Mobiliário Urbano equipados com um totem informativo que impedem a acessibilidade de pessoas com deficiência ou que dificultam o acesso livre aos abrigos, com o objetivo de melhorar a vida urbana e facilitar os acessos aos abrigos. As observações foram feitas a partir de uma solicitação negada a um cadeirante que não conseguia acessar o abrigo localizado à Rua Conselheiro Araújo, 300 ele tinha que esperar pelo ônibus fora do abrigo pois o totem informativo que é parte integrante do abrigo impedia o seu acesso, e para contornar o abrigo havia um aclive com um ressalto que o impedia de dar a volta para acessar o abrigo.

Por que não proporcionar acesso ao abrigo do ponto de ônibus por ambos os lados?

2 Metodologia

A metodologia utilizada quanto a sua natureza é uma pesquisa aplicada. “Pesquisa que abrange estudos elaborados com a finalidade de resolver problemas identificados no âmbito das sociedades em que os pesquisadores vivem” (GIL, 2017, p 25); quanto à abordagem é uma pesquisa qualitativa. “Pesquisa que tem por objetivo organizar dados, sem a utilização de técnicas estatísticas, analisando os resultados a partir de interpretações intuitivas e descritivas (subjetivas) do fenômeno observado (LAKATOS; MARCONI, 2017 p. 303) Quanto aos objetivos trata-se de uma pesquisa exploratória, “Tem como propósito proporcionar maior familiaridade

com o problema, com vistas a torna-lo mais explícito ou a construir hipóteses" (GIL, 2017, p 41); quanto aos procedimentos empíricos é um estudo de caso. "Consiste em um estudo profundo e exaustivo de um ou poucos casos, de maneira que permita o seu amplo e detalhado conhecimento" (GIL, 2017, p. 54); com uma pesquisa de campo " pesquisador vai pessoalmente a realidade e observa (coleta as informações) como ocorrem, ou seja, sem isolar ou controlar as variáveis" (GIL, 2017) ; quanto aos procedimentos teóricos foi feita uma pesquisa bibliográfica, "é desenvolvida com base em material já elaborado" (GIL, 2017, p. 44); e uma pesquisa documental "vale-se de material que ainda não recebeu um tratamento analítico (GIL, 2017, p 45); e, quanto ao método foi utilizado o método indutivo (LAKATOS e MARCONI, 2017).

Analisou-se quantitativamente abrigos implantados, com uma análise por amostragem para apontar a necessidade de melhorar a acessibilidade nos abrigos de paradas de ônibus que contém publicidade.

Para esse fim foram pesquisados 283 abrigos com publicidade, dentre um universo de 764 abrigos com publicidade existentes, para apontar quais abrigos permanecem inacessíveis ou incompatíveis com a acessibilidade e a necessidade de adequação para a acessibilidade de cadeirantes e pessoas com a mobilidade reduzida.

Metodologicamente, esta constatação permite levantar, pelo menos, uma pergunta que necessita ser respondida: Por que não proporcionar acesso ao abrigo do ponto de ônibus por ambos os lados?

3 Desenvolvimento e análise

Com o objetivo de melhorar a acessibilidade em pontos de ônibus com publicidade na Cidade de Curitiba, foi feita uma pesquisa nos abrigos de pontos de ônibus do Novo Mobiliário Urbano que estão quantificados no contrato 14.547/2002 (IPPUC, 2002b).

O total de abrigos de pontos de ônibus do Novo Mobiliário Urbano de Curitiba totaliza 2.600 distribuídos por todas as regiões da cidade. Estes abrigos são divididos em modelos 1A, 1B, 2A, e 2B, podem ser em bateria (vários abrigos unidos lado a lado como nas praças da região central da cidade), podem ser simples, duplos ou triplos com ou sem publicidade. Foram identificados na pesquisa os abrigos que são inacessíveis ou que dificultam a acessibilidade das pessoas com deficiência. Foi utilizada como base para a pesquisa a NBR 9050 (ABNT, 2020) que trata da acessibilidade em edificações, mobiliários, espaços e equipamentos urbanos.

Na maioria dos abrigos onde foi constatada a incompatibilidade com a acessibilidade, o totem informativo que é parte integrante do abrigo está implantado de maneira que impede o acesso ao abrigo pelo lado em que está implantado, obrigando a pessoa com deficiência a contornar pelo lado de fora para ter acesso ao abrigo.

Um abrigo tem uma extensão de 4,0 m onde, se um cadeirante ou uma pessoa com a mobilidade reduzida não consegue acessar o abrigo diretamente pelo lado em que está chegando ao abrigo, terá que contornar o abrigo para ter acesso pelo outro lado que não tem o totem informativo (publicidade) aumentando o trajeto em, no mínimo, mais 4,0 m; o mesmo raciocínio vale para os abrigos duplos, de 8,0 m; e, triplos 12,0 m. Após estas considerações acrescentamos o fator inclinação do terreno o que dificulta, consideravelmente, o deslocamento.

Somente considerando o acesso por ambos os lados do abrigo de ponto de ônibus já encontramos incompatibilidade com a acessibilidade e podemos afirmar que é incompatível também com o raciocínio lógico. Assim, por que não haver acesso pelos dois lados do abrigo? Desta forma, fica explicita a falta de acessibilidade e a falta de atuação da Gestão Pública para melhorar os acessos aos pontos de parada de ônibus implantados através do contrato supracitado.

Os abrigos de pontos de ônibus com publicidade foram implantados mediante a licitação 03/2002 (IPPUC, 2002a), e o contrato 14.547/2002 (IPPUC, 2002b), foram implantados por uma comissão formada por vários Órgãos governamentais que, à época, demarcaram e aprovaram os locais para as implantações dos abri-

gos, salientando que nas datas em que os abrigos foram implantados eram consideradas as revisões antigas da NBR 9050 (ABNT, 2020). A primeira revisão da norma vigeu de 1994 até 2004 e a segunda revisão vigeu de 2004 até 2015, as instalações dos abrigos terminaram em 2007.

As implantações dos abrigos foram feitas de maneira diferentes não havendo um padrão geral adotado quanto as distâncias mínimas exigidas pela norma. Em diferentes locais da cidade encontramos abrigos implantados com distâncias diferentes tanto na frente do abrigo como na parte posterior. Alguns abrigos foram implantados com distâncias mínimas de referência entre o totem informativo e o bordo da pista de rolamento, com 0,8 m, 0,9 m (conforme a norma vigente no ano de implantação), outros com 1,0 m, 1,2 m, 1,5 m, 1,6 m, 1,8 m, 2,0 m ou 2,2 m., podemos afirmar que não há um padrão regular adotado.

Em consulta à URBS e ao IPPUC fomos informados que a distância mínima a que se refere a NBR 9050 (ABNT, 2020) em alguns casos é observada na parte posterior do abrigo. A alegação de que a distância mínima de 1,2 m observada na parte de trás do abrigo, contempla apenas o deslocamento em linha reta, e não observa a necessidade de acessar o abrigo.

A obstrução de um dos lados do abrigo provocada pela presença do totem informativo a obrigação a pessoa com deficiência a dar a volta por trás do abrigo para ter acesso à área coberta, podemos afirmar que esta condição gera um conflito com a acessibilidade, mesmo que se afirme que há passagem livre por trás do abrigo conforme a NBR 9050 (ABNT, 2020). A pessoa com deficiência fica impedida de ter acesso ao abrigo diretamente por ambos os lados.

A ausência de um padrão linear e os diferentes recuos de alinhamentos prediais existentes na cidade de Curitiba e as diferentes disposições das calçadas também contribuíram para incompatibilidade com a acessibilidade nos abrigos. Em alguns casos em que os abrigos foram instalados é totalmente inacessível pelo lado em que se encontra implantado o totem informativo.

O objetivo do presente estudo consistiu em identificar abrigos de pontos de ônibus que ainda permanecem inacessíveis ou com a acessibilidade prejudicada tendo como base a NBR 9050 (ABNT, 2020).

3.1 Breve histórico da Norma Regulamentadora ABNT NBR 9050

Ainda na década de 1980 as demandas por uma normatização em acessibilidade levaram à criação de uma norma específica denominada NBR 9050, na qual ainda não era utilizado o termo acessibilidade. A norma foi criada com o intuito e título “Adequação as edificações e o mobiliário urbano a pessoa deficiente (ABNT NBR 9050/1985).

Em 1994 foi publicada a primeira revisão da NBR 9050, com 56 páginas, na qual o termo acessibilidade já era incluído. Seu título passa a ser Acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência a edificações, espaço, mobiliário e equipamentos urbanos (ABNT, 1994).

A segunda revisão da norma aconteceu em 2004, sendo intitulada: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaço, mobiliário e equipamentos urbanos” (ABNT, 2004).

Por fim, em 2015 esta norma ganha uma nova versão (GARCIA *et al.*, 2020). E, em 03 de agosto de 2020, tivemos uma nova revisão da ABNT NBR 9050 (ABNT, 2020) que cancela as versões anteriores.

3.2 Histórico de implantação dos abrigos com publicidade

Partiram do ano de 2002 em que foi feita a licitação pública que resultou na implantação do Novo Mobiliário Urbano da cidade de Curitiba, através do processo 79.098/2002 que gerou o edital de licitação que, por sua vez, gerou ao contrato de concessão.

A licitação foi elaborada com o foco principal de sua ação a área social, a atenção integral ao cidadão como questão estratégi-

ca de governo, enfatizando o modo integrado a identidade “Curitiba” procurando equiparar-se aos padrões internacionais de qualidade vigentes (IPPUC, 2002)

Em atendimento à Lei 8.666 (BRASIL, 1993) de 21/06/1993 e alterações posteriores, solicitou-se as competentes providências dessa Gerência (Gerência Administrativa e Financeira), no sentido de que seja instaurado Processo Administrativo referente a Concorrência Pública nº 03/2002 - IPPUC (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba), que tem por objeto a Concessão de uso de bens Municipais para a prestação de serviço Público e execução de obras abrangendo a concepção, desenvolvimento, fabricação, instalação, manutenção, limpeza e conservação do mobiliário urbano de uso e utilidade públicos em Curitiba (IPPUC, 2002a).

Os estudos técnicos e financeiros sobre a concessão foram feitos pelo IPPUC (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba), pela SMF (Secretaria Municipal de Finanças), pela URBS (Urbanização de Curitiba S.A) e PGM (Procuradoria Geral do Município). O prazo de concessão é de 20 anos podendo ser prorrogado por até mais 5 anos, findo qual os elementos do mobiliário urbano objeto da concessão passarão à propriedade do Município de Curitiba (IPPUC, 2002a).

Após homologada a licitação foram iniciadas as tratativas para as implantações dos Mobiliários Urbanos previstos no contrato. Foi formada uma comissão composta por entidades da Gestão Pública Municipal, IPPUC (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba) , URBS (Urbanização de Curitiba S.A), SMMA (Secretaria Municipal do Meio Ambiente), SMU (Secretaria Municipal de Urbanismo), SMF (Secretaria Municipal de Finanças) e PGM (Procuradoria Geral do Município), para tratar das implantações dos mobiliários urbanos. Sendo importante destacar que a SETRAN (Secretaria de Trânsito) na época da implantação do mobiliário era uma diretoria da URBS (Urbanização de Curitiba S.A.) denominada DIRETRAN (Diretoria de Trânsito). Ao final do contrato de concessão, todo o patrimônio instalado será repassado ao Município.

A abordagem desse estudo tratou apenas dos abrigos de pontos de ônibus com Publicidade. O contrato com a concessionária prevê uma série de outros Mobiliários (Tabela 1).

Tabela 1. Quantitativo dos elementos do mobiliário urbano

ELEMENTOS COM PUBLICIDADE	QUANTIDADE DE ELEMENTOS
Abrigos de Pontos de Ônibus Modelo I Padrão A	1000
Abrigos de Pontos de Taxi	100
Totens Informativos	310
Totens Multimídia - Modelo I Externos	35
Relógios Eletrônicos	40
Painéis Publicitários	70
Bicicletários	12
Bancas de Jornais	8
Quiosques Multiuso	5
TOTAL	1580
ELEMENTOS SEM VEICULAÇÃO DE PUBLICIDADE	**QUANTIDADE DE ELEMENTOS**
Abrigos de Pontos de Ônibus - Modelo I Padrão B	1390
Abrigos de Pontos de Ônibus - Modelo II Padrão B	150
Totens Multimídia - Modelo II Internos	36
Lixeiras - Modelo I	520
Lixeiras - Modelo II	3060
Lixeiras - Modelo III	620
Placas de Sinalização de Ciclovias	1000
Placa de Nomenclatura Urbana	100
Totens de Identificação de Bens Culturais	100
TOTAL	6976
TOTAL GERAL	8556

(Fonte contrato 14.547/2002)

Os números que compõem a tabela foram extraídos do Edital de Licitação 03/2002 - IPPUC e, segundo a concessionária, os números estão desatualizados por causa das adequações e interferências urbanísticas e arquitetônicas promovidas pelo Município e também por solicitações particulares de terceiros.

O Novo Mobiliário Urbano do qual se trata este estudo teve o início da sua implantação no ano 2002, devido à quantidade e a complexidade, foram feitos aditamentos contratuais para estender os prazos para até 2007.

Nos três primeiros anos das implantações dos abrigos (2002, 2003 e 2004) a NBR 9050 permitia uma distância mínima de passagem livre de 80 cm. Isso permitiu que as implantações fossem feitas respeitando esta medida. Em 2004 houve uma revisão da NR vigente (ABNT, 1994) e tal revisão aumentou a medida da distância mínima de passagem para 90 cm (ABNT, 2004).

Estas diferenças entre as revisões das duas NR permitiram as implantações dos abrigos com uma distância mínima inferior ao que tem como ideal para os dias de hoje. Em consulta ao IPPUC e a URBS informou-se de que a distância mínima de passagem livre em muitos casos é considerada pela parte de trás do abrigo, o que do ponto de vista abordado neste estudo impede o cadeirante de acessar o abrigo por ambos os lados (Figura 1).

Figura 1. Av. Anita Garibaldi, 850 (Fonte o autor)

Abrigo de Ponto de ônibus em frente à Justiça Federal no bairro Ahú, Av. Anita Garibaldi, 850 com distância inferior a 20 cm entre o painel publicitário e a rua, a distância impede o acesso direto ao abrigo pelo lado em que há a publicidade.

Com a revisão da norma, já no segundo ano de implantações dos abrigos, foi criado o primeiro conflito dos abrigos implantados com a Norma revisada (de 80 cm para 90 cm).

A partir de 2004 passou a ser aplicada a distância mínima de 90 cm e assim permaneceu até o fim das implantações dos abrigos em 2007, considerando que nas implantações desses abrigos a distância mínima foi aplicada entre o Totem informativo e o bordo da pista.

Constatada através do levantamento físico que, em vários abrigos instalados, não foi observada a distância mínima exigida pela norma entre o totem informativo e o bordo da pista de rolamento sendo aplicada a distância de passagem livre somente por trás do abrigo. Podendo afirmar que todos os abrigos foram implantados antes das duas últimas revisões da norma que aconteceram em 2015 e 2022, respectivamente.

Apesar de a NR à época permitir a distância mínima de 90cm muitos abrigos foram implantados com distâncias maiores para a acessibilidade devido às condições dos alinhamentos prediais e a disposição das calçadas existentes nos locais escolhidos para as implantações dos abrigos (Figura 2).

Figura 2. Abrigo instalado em frente a IPPUC, Rua José de Alencar, 2290 (Praça Isaac Midler) distância entre o totem informativo e o bordo da pista 2,30 m. (Fonte os autores)

Analisando as Figuras 1 e 2 percebeu-se que há uma forma ideal para a instalação dos abrigos (Figura 2) em que o abrigo fica a uma distância maior do bordo da pista de rolamento, permitindo melhor acesso ao abrigo por ambos os lados. Segundo as informações obtidas com a concessionária são 764 abrigos de pontos de ônibus com publicidade instalados, dos quais 182 já tiveram intervenções para o deslocamento do totem informativo.

Salienta-se que os números tratam de realocações por diversos motivos: acessibilidade; obstrução da visibilidade para o trânsito; acessos de garagens; questões sociais; e, de segurança também.

Nos casos das realocações dos abrigos em virtude de obras urbanísticas e arquitetônicas promovidas pelo município, como as implantações dos sistemas binários de trânsito, alterações dos itinerários, criações de novas linhas, extinções de linhas antigas, obras de melhorias, reformas e infraestrutura, em virtude destas intervenções podem sofrer alterações por causa da falta de espaço

Com o final das implantações dos abrigos no ano de 2007, ficaram expostas as incompatibilidades com a norma e, com o passar do tempo, foram surgindo as reclamações e as solicitações das adequações que foram atendidas pelo poder público, pontualmente, caso a caso; e, ainda em 2022, chegam demandas de adequações à acessibilidade em pontos de ônibus com publicidade que são prontamente atendidas pelo poder público em parceria com a concessionária, sempre usando como referência a NR NBR 9050/2020 (Versão mais recente).

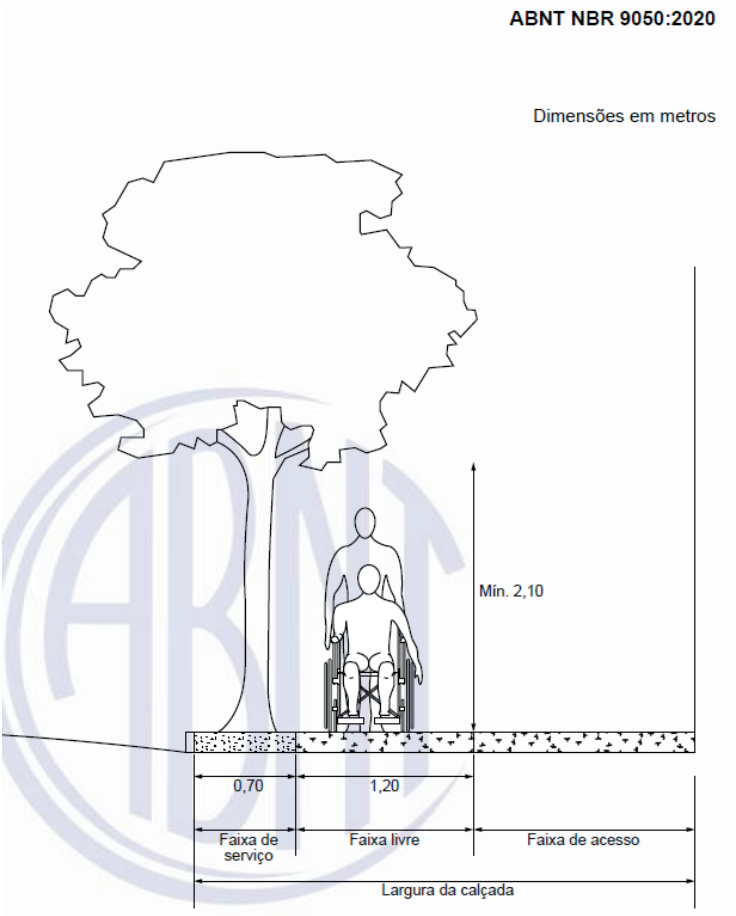
Quando foram feitas as implantações dos abrigos, mesmo com a norma expressa para a acessibilidade, ainda foi utilizado o critério de que havia um lado correto para acessar o abrigo e que seria o lado oposto ao lado em que está implantado o painel publicitário, afirmando assim que acessibilidade seria feita pela parte posterior ao abrigo obrigando os cadeirantes usuários do transporte coletivo a contornarem o abrigo para ter acesso a parte coberta.

Assim, nesses casos, foi ignorada a norma ou sugerido que a distância a qual se refere a norma estaria contemplada por atrás do abrigo (Figura 3).

Figura 3. Abrigo de Ponto de ônibus Avenida Vicente Machado, 2800 com distância inferior a 50 cm entre o painel publicitário e a rua passagem livre de 1,20 m atrás do abrigo (Fonte os autores)

A afirmação de que a distância livre para o deslocamento em área externas e feita por trás do abrigo é baseada no deslocamento em linha reta e não trata do acesso ao abrigo (Figura 4).

Figura 4. Distância mínima para o deslocamento de um cadeirante em linha reta conforme (ABNT NBR 9050, 2020)



Mesmo com essa afirmação de que a distância mínima é respeitada na parte de trás do abrigo, em consulta aos órgãos responsáveis URBS e IPPUC, foi informado que sempre que há uma demanda por adequação, o abrigo de ponto de ônibus com publicidade é vistoriado e é solicitado ao concessionário responsável a realocação ou remoção do totem informativo para melhorar a acessibilidade. O trâmite é iniciado através da solicitação do cidadão ou do Poder Público que formaliza junto à URBS o pedido de realocação e a URBS encaminha o Ofício ao concessionário que procede com a realocação.

3.3 A identificação do problema

Em 2016, receberam uma solicitação, via SIAC 156, para a realocação de um Totem Informativo que fica junto ao abrigo de ponto de ônibus situado à Rua Conselheiro Araújo, 300. A vistoria foi feita por uma equipe acompanhada de um engenheiro responsável e o representante da concessionária.

E, após a vistoria, a resposta do engenheiro foi uma negativa ao solicitante que, por coincidência, estava no local aguardando o ônibus fora do abrigo porque não conseguia acessar a parte coberta do abrigo por causa do Totem Informativo.

A alegação do engenheiro foi de que havia 1,5 m de passagem livre por trás para fazer o acesso ao abrigo. Porém, a inclinação do passeio impossibilitava a transposição pelo cadeirante. Mesmo que o cadeirante conseguisse transpor a inclinação por trás do abrigo isso o faria se deslocar por mais 4,0 m em aclive para ter acesso ao abrigo (Figura 5).

Figura 5. Abrigo de Ponto de Ônibus na Rua Conselheiro Araújo, 300, próximo ao Hospital de Clínicas. 67 cm entre o painel publicitário e a rua. Inclinação da calçada em aclive incompatível com a acessibilidade. (Fonte os autores)

Naquele momento o cadeirante aguardava o ônibus do lado de fora do abrigo, próximo ao poste, a partir daquela negativa passou-se a olhar com mais atenção para todos os abrigos de pontos de ônibus com publicidade para ver se não havia um problema semelhante e isso me motivou-nos a pesquisar estes elementos e questionar a forma em que se encontram instalados.

Apesar de haver poucas solicitações de realocações relacionadas com acessibilidade percebemos que havia algo errado, que era incompatível com a acessibilidade e com o raciocínio lógico a pessoa ter que contornar todo o abrigo para ter acesso a parte coberta.

Apesar da afirmação de que a distância mínima para a acessibilidade a qual se refere a NBR 9050 (ABNT, 2020) ser encontrada atrás do abrigo é uma incoerência afirmar que a pessoa com deficiência tenha que dar a volta por trás para ter acesso ao abrigo, sendo impedido de acessar o abrigo de forma direta.

Em um caso específico de um ponto de ônibus com abrigo duplo na Rua Amâncio Moro, estádio Couto Pereira, a distância aumenta para 8,0 m a mais a serem percorridos em aclive para ter acesso ao abrigo (Figuras 6 e 7).

Figura 6. Abrigo Duplo em frente ao estádio Major Antônio Couto Pereira na Rua Amâncio Moro, 63. Distância de 56 cm entre o painel publicitário e a rua (Fonte os autores)

Figura 7. Por este ângulo podemos ver a inclinação do terreno e a distância a ser percorrida por trás para ter acesso ao abrigo (Fonte os autores)

Foram identificados abrigos incompatíveis com acessibilidade e com a NR em diferentes locais da cidade e em importantes avenidas com grande fluxo de pessoas. Os abrigos identificados permanecem incompatíveis com a acessibilidade não proporcionando acesso direto ao abrigo por ambos os lados.

Em consulta à empresa responsável pela manutenção nos abrigos, fomos informados que do quantitativo de abrigos previstos no contrato existem, atualmente, 764 abrigos de pontos de ônibus com publicidade, sendo que os casos de incompatibilidade com a acessibilidade que foram identificados pelos cidadãos e que foram formuladas solicitações das adequações junto ao poder público foram adequados à acessibilidade.

Nesses casos, os totens informativos foram deslocados do abrigo ou realocados para outros espaços onde não interferem mais na acessibilidade. Onde, ao longo desses quase 20 anos de contrato foram desvinculados dos abrigos 182 totens informativos.

Segundo a URBS, as situações denunciadas pelos cidadãos são pontuais e são atendidas prontamente caso a caso. Se não houver a solicitação que provoque a ação do poder público o abrigo continuará com acessibilidade reduzida (e mesmo em situações como a que presenciei em que foi negado ao solicitante, a melhoria, com o argumento que havia mais de 1,5 m de passagem livre por trás do abrigo).

Observou-se que existem vários abrigos que ainda não se adequaram às evoluções das NR. Mesmo com as revisões da norma os abrigos implantados foram mantidos sem alterações.

Dessa forma foi gerado um problema que, com o decorrer do tempo, foi se tornado cada vez mais aparente com a implantação da frota de ônibus com elevadores e a utilização do transporte coletivo por pessoas com deficiência, os cadeirantes que, sem o advento do elevador em ônibus, não podiam utilizar o sistema de transporte coletivo da cidade de Curitiba passaram a ter acesso ao transporte público.

3.4 A interferência do mobiliário na acessibilidade.

A interpretação da NBR 9050/2020 é feita de maneira em que a pessoa com deficiência fique em segundo plano, dando prioridade para a implantação do abrigo com publicidade.

Nesse estudo fica muito claro que a defesa dos direitos das minorias é prejudicada em face das maiorias e do capital financeiros que financia as implantações dos abrigos e dos interesses que estão em jogo com a exploração da publicidade em locais públicos.

A interferência constatada do mobiliário instalado à acessibilidade das pessoas com deficiência é diferente na maioria dos casos em que a distância mínima permitida pela NR não é respeitada.

Em casos em que o abrigo se encontra em terreno plano em que o desnível não prejudica a acessibilidade há somente a impossibilidade de acessar o abrigo por ambos os lados levando o cadeirante a se deslocar a mais para acessar a parte coberta do abrigo.

Em locais em que o abrigo se encontra implantado em terreno com desnível a dificuldade imposta ao cadeirante chega a ser intransponível, obrigando o cadeirante a esperar pelo ônibus do lado de fora do abrigo.

Nestes casos específicos os abrigos estão inacessíveis aos cadeirantes que se deslocam sem acompanhantes.

De forma geral todos os abrigos em que não há distância suficiente para o acesso de um cadeirante por ambos os lados podem ser classificados como incompatíveis com à acessibilidade ou que dificultam à acessibilidade.

De forma geral, a falta de padrão dos abrigos permitiu que muitos fossem implantados sem atender a acessibilidade mínima para a PCD.

Figura 8. Abrigo de Ponto de Ônibus na Avenida Nossa Senhora de Lourdes, 500 - 2,4 m entre o totem informativo e o bordo da pista (fonte os autores)

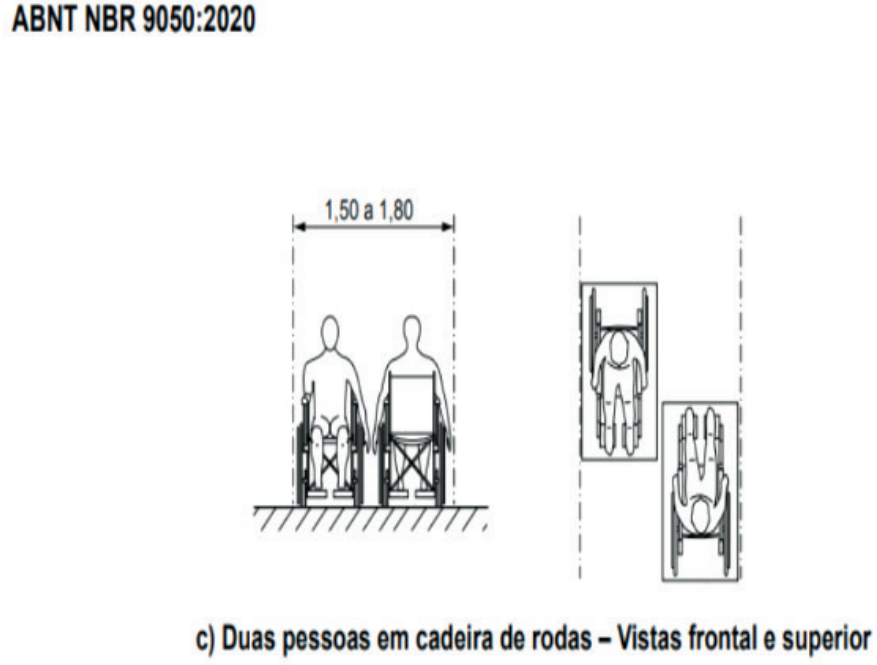
Este padrão deveria ser utilizado para a implantação de todos os abrigos com publicidade. Esta discussão deve ser levada ao poder público para que sejam eliminadas as incompatibilidades com a

acessibilidade em abrigos de pontos de ônibus criando um padrão de acessibilidade tendo como base a distância mínima exigida pela NBR 9050/2020, levando em consideração as possíveis evoluções e revisões.

Pode-se afirmar que a distância mínima deve ser rejeitada nas implantações de mobiliários urbanos em favor de uma distância maior para evitar o conflito com as possíveis revisões da norma que levariam a invalidar o serviço de implantações dos mobiliários urbanos que acabariam entrando em conflito com as revisões da NBR 9050/2020.

A partir da afirmação de que os abrigos devem ser implantados com uma distância de passagem livre sempre a maior do que a mínima estabelecida pela norma, o padrão sugerido neste trabalho (sugestão do autor) é 2,0 m, que oferece de 20 a 50 cm de passagem livre à maior (Figura 9).

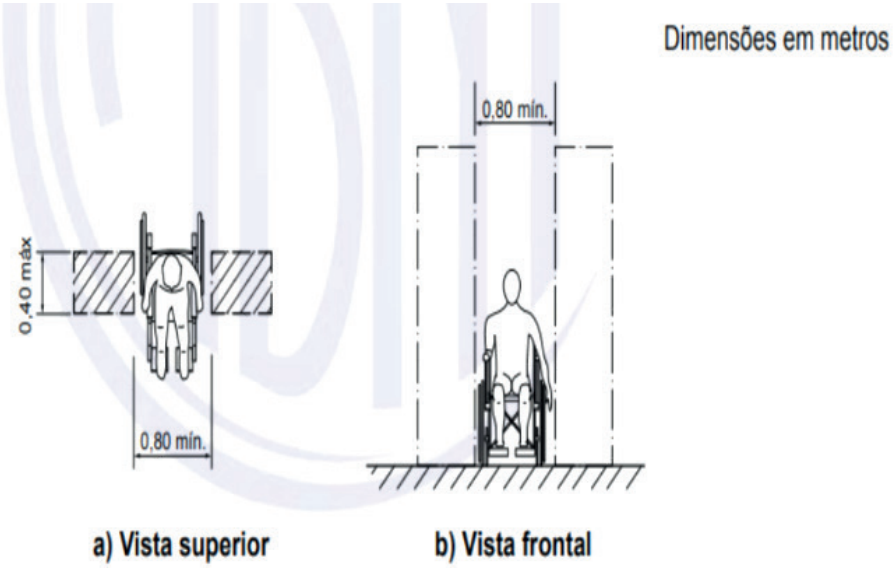
Figura 9. Distância mínima para passagem de dois cadeirantes ao mesmo tempo (Fonte ABNT NBR9050/2020)



A Figura 9 sugere a passagem de dois cadeirantes ao mesmo tempo em um mesmo espaço.

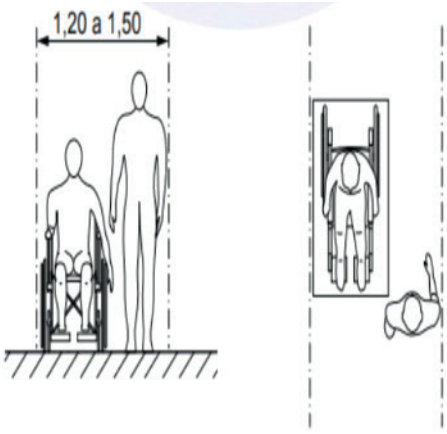
A NBR 9050/2020 sugere para a transposição de obstáculos isolados com menos de 40 cm, uma distância mínima de 80 a 90 cm (Figura 10).

Figura 10. Distância mínima para transposição de obstáculos isolados (Fonte ABNT NBR9050/2020)



Se considerarmos o totem informativo como um obstáculo isolado poderíamos admitir uma distância mínima de 80 cm, mas o fato é que o abrigo de ponto de ônibus não é considerado um obstáculo isolado. No caso do abrigo de ponto de ônibus deve ser considerado o deslocamento em linha reta, O que exige uma distância mínima de 1,2 m (Figura 11) da ABNT NBR 9050/2020.

Figura 11. Distância mínima para passagem de um cadeirante e um pedestre.

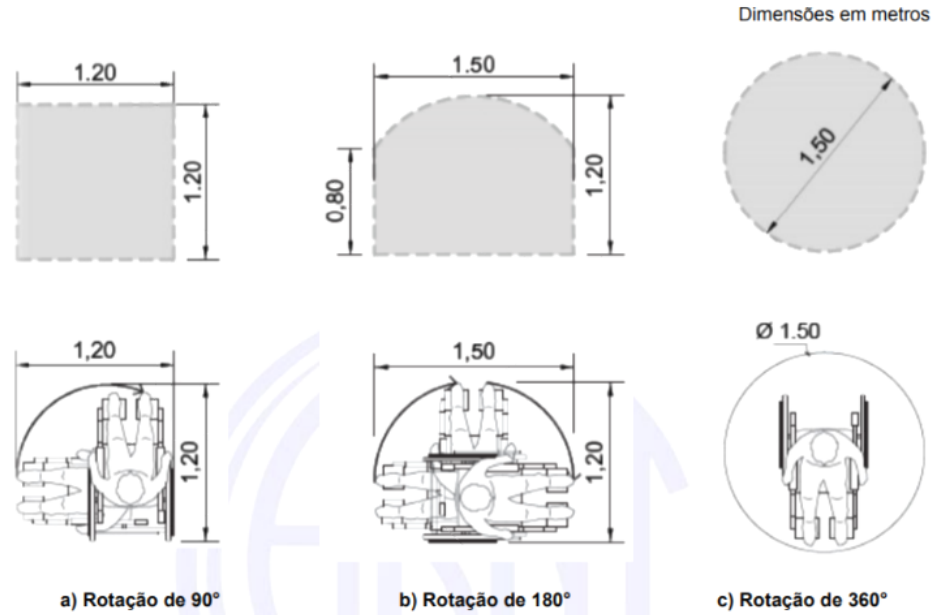


b) Um pedestre e uma pessoa em cadeira de rodas – Vistas frontal e superior

(Fonte contrato 14.547/2002)

Considerando as 10 e 11 pode-se afirmar que as distâncias mínimas são apenas uma referência para os casos em que não há a possibilidade de contemplar distâncias maiores, mais confortáveis e que possibilitem uma melhor acessibilidade. A distância mínima para manobra e rotação para cadeirantes é de 1,2 a 1,5 m (Figura 12) da ABNT (2020).

Figura 12. Distância mínima para manobra de meia volta do ou de uma volta completa do cadeirante



(Fonte ABNT NBR9050/2020)

As referências acima são as mais adequadas para de delimitar os espaços mínimos de acessos para cadeirantes sempre possibilitando a manobra e a rotação de 90 a 360º.

Figura 13. Rua Osvaldo Maciel, 250 (Parque Tanguá) abrigo sem publicidade (Fonte os autores)

A largura padrão dos abrigos é de 1,8 m sendo que para as calçadas mais estreitas da cidade existe um modelo com o teto de 1,6 m de largura, neste modelo menor não há a possibilidade de implantação de um totem informativo. Neste cenário, afirma-se que as implantações dos totens em abrigos de pontos de ônibus do Novo Mobiliário Urbano da Cidade de Curitiba só seriam possíveis em locais onde há espaço suficiente para a implantação do abrigo mais o totem informativo deixando uma passagem livre de, no mínimo, 1,8 m (Figura 14).

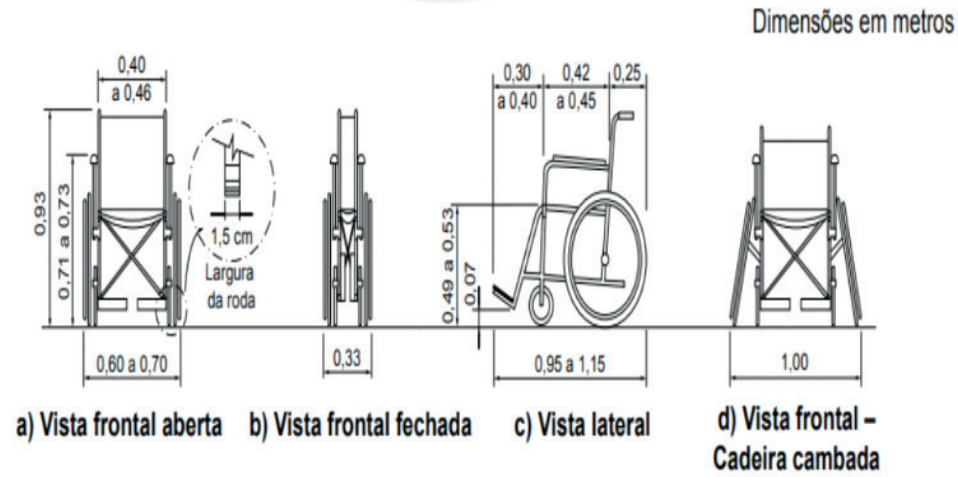
Figura 14. Avenida Francisco H. dos Santos, 1100 2,4 m entre o bordo da pista e totem informativo (os autores)

O Planejamento Urbano, quando disciplina aplicada à Gestão Pública, tem como objetivo planejar o crescimento ordenado das cidades e reordenar ou corrigir equívocos da Gestão Pública que prejudicam ou atrapalham a vida urbana. Desta forma, pretende-se propor um debate sobre a implantação dos mobiliários urbanos de uma forma que não prejudique a acessibilidade das pessoas com deficiência em abrigos de pontos de ônibus. Se podem fazer com excelência não podemos fazer menos do que o melhor para todos.

Em consulta aos órgãos responsáveis pela a implantação de abrigos de pontos de ônibus e totens foram informados que atualmente é considerada a distância mínima aceitável 1,2 m de passagem livre entre o bordo da pista e o totem ou do lado oposto entre a parte posterior do abrigo e o alinhamento predial. Esta distância mínima aceitável é utilizada levando em consideração o movimento de manobra de rotação da cadeira de rodas.

Por que não aplicar sempre a distância maior que dá maior acessibilidade e facilidade de manobra, temos que salientar que na figura está sendo utilizada como base uma cadeira de 80 cm de largura o que não contempla todos os tipos de cadeiras utilizadas

Figura 15. Cadeira cambada



(Fonte ABNT NBR9050/2020)

Foram preteridas as necessidades de acessibilidade das pessoas com deficiência que utilizam cadeiras de rodas frente as implantações dos abrigos de pontos de ônibus com publicidade na cidade de Curitiba.

Figura 16. Distância para passagem de dois cadeirantes ao mesmo tempo (Fonte os autores)

Este padrão chamou a atenção pois oferece uma distância muito superior a exigida pela Norma sendo um padrão de excelência para a acessibilidade

A Av. Anita Garibaldi por ser uma via muito estreita, há pouco espaço para acessibilidade e ainda há uma ciclovia que concorre com os espaços destinados aos abrigos de pontos de ônibus passando por baixo da área coberta do abrigo (Figura 17).

Figura 17. Avenida Anita Garibaldi, 5300 a ciclovia passa por baixo do abrigo (Fonte os autores)

Figura 18. Av. Anita Garibaldi, 1142 - 70 cm entre o bordo da pista e o totem informativo (Fonte os autores)

3.5 A Solução do problema

A interferência constatada dos totens informativos na acessibilidade das pessoas com deficiência em abrigos de pontos de ônibus da Cidade de Curitiba é um problema que deve ser resolvido pela Gestão Pública em duas frentes: A primeira, a partir da relação dos abrigos identificados na pesquisa apresentada nessa pesquisa em relação à NBR 9050/2020, solicitando a realocação dos totens que estiverem em conflito com a acessibilidade; a segunda frente de trabalho teria o objetivo de regulamentar as implantações dos Mobiliários Urbanos de forma que não houvessem mais implantações que pudessem ser questionadas frente a NBR 9050/2022.

Pode-se afirmar que além da discussão sobre as distâncias mínimas para a acessibilidade de pessoas com deficiência há o fato de que qualquer conflito com a acessibilidade dessas pessoas é incompatível com o conceito de Cidades Inteligentes.

Um fator importante é o custo da realocação do totem informativo, considerando que os mobiliários urbanos só podem ser instalados a partir de uma ordem expressa do Município através dos órgãos competentes sejam eles URBS, SETRAN, IPPUC, Meio Ambiente e Urbanismo. Assim, pode-se afirmar que a concessionária arcaria com o ônus da realocação para a adequação do abrigo à acessibilidade.

Segundo as informações obtidas com a concessionária, os custos com uma realocação de um totem informativo são em torno dos R$ 1.001,72 incluindo peças e mão de obra.

Ao analisar os dados coletados concluiu-se que os abrigos implantados nas regiões centrais da cidade são os que tem as menores distâncias entre os totens informativos e o bordo da pista de rolamento. Fica claro que somente após as primeiras implantações dos abrigos é que se observou a necessidade de deixar um espaço maior para acessibilidade.

Segundo a análise processo 079.098/2002, que iniciou as implantações dos abrigos, percebe-se que as implantações iniciaram pelas regiões centrais da cidade e, por isso, observamos que os

abrigos implantados nas regiões centrais são totalmente inacessíveis pelo lado em que se encontra o totem informativo. Como exemplos têm as Ruas XV de Novembro, Mal. Deodoro, Benjamim Constant, Conselheiro Araújo, Nilo Cairo, Vicente Machado, entre outras. Algumas das principais avenidas da cidade como a Manoel Ribas e Anita Garibaldi que também fizeram parte das primeiras implantações quando não se observavam as distâncias mínimas para a acessibilidade.

Analisando os dados coletados percebeu-se que somente após as primeiras implantações efetuadas é que se deu conta de que havia uma necessidade de melhorar a acessibilidade o que não foi feito com os abrigos já implantados e que não foram objetos de reclamações junto ao poder público.

Durante a coleta de dados encontrou-se alguns abrigos totalmente inadequados à acessibilidade implantados junto de árvores que impedem o acesso ou dificultam ainda mais o acesso ao abrigo.

Em outros casos os canteiros estão dispostos como obstáculos ao acesso do abrigo; e, por fim, as placas de trânsito, os postes de energia elétrica e iluminação pública constituem uma diversidade de obstáculos que bloqueiam o acesso dos abrigos de pontos de ônibus com publicidade (Figura 19).

Figura 19. Avenida Senador Souza Naves, 600 - abrigo sem acesso para cadeirantes (Fonte os autores)

A proposta de adequação é de que seja definido um padrão que permita uma melhor acessibilidade aos abrigos sem eliminar o totem informativo. As realocações podem ser feitas com a autorização do poder concedente através da gestora do contrato URBS com aprovação do IPPUC na escolha do novo local para a realocação do totem. Em consulta feita à URBS e ao IPPUC, realocações acabam por descaracterizar o mobiliário e só devem ser feitas em casos extremos, quando realmente há conflito com a acessibilidade ou quando atrapalha o trânsito. Uma das alegações do poder concedente é de que os totens foram implantados na faixa de serviços (faixa da calçada destinada à arborização, postes de energia elétrica e placas de trânsito.

Discorda-se de que a faixa de serviço sobrepõe à acessibilidade, apesar da faixa de serviços deve sempre haver acessibilidade principalmente quando se trata da acessibilidade a um abrigo.

As várias formas que se encontram os abrigos com publicidade implantados é a prova de que há sim uma forma mais adequada e acessível (Figuras 2,12,14 e15). Esta forma foi encontrada em poucos abrigos durante a pesquisa de uma forma geral, estas são sugestões de solução aos problemas, mas que devem ser tratados sob o aspecto de respeito à norma técnica e da legislação vigente

3.5 Dados da pesquisa

A pesquisa de nos abrigos foi realizada entre o mês de abril de 2021 e junho de 2022, alguns dados foram coletados entre 2016 e 2018 sendo revistos em 2022. Foi utilizada uma trena de 20,0 m para aferir as medidas citadas nas Tabelas 2 e 3 as medidas são aproximadas e não foi descontada a largura do meio fio, que não deve ser considerada como passagem livre para o cadeirante. Os abrigos pesquisados em que foram encontradas dificuldades ao livre acesso foram relacionados na Tabela 2.

Os abrigos podem ser divididos em dois grupos:

Os que são os inacessíveis pelo lado da publicidade com distância inferior a 80 cm entre o totem informativo e o bordo da pista,

nestes casos um cadeirante não consegue acessar o abrigo pelo lado em que se encontra a publicidade.

Os que tem a acessibilidade prejudicada ou dificultada que tem entre 80 cm e 1,0 m de passagem livre entre o bordo da pista e o totem informativo nestes casos um cadeirante consegue acessar o abrigo por ambos os lados porém pelo lado em que se encontra a publicidade o acesso é feito de forma precária colocando em risco o cadeirante.

Considerando que a pedra do meio fio ou guia tem em média 15 cm, mesmo que seja possível a passagem de um cadeirante, é muito precária a passagem muito próxima a pista de rolamento expondo o cadeirante a um risco que poderia ser evitado com um melhor acesso ao abrigo.

Os abrigos com distância de passagem livre inferior a 80 cm são totalmente inacessíveis pelo lado da publicidade visto que as cadeiras de rodas de forma geral têm 80 cm de largura podendo chegar até 1,0 m nos casos das cadeiras cambadas, são raras as cadeiras com menos de 80 cm de largura. Já os abrigos com mais de 80 cm de passagem livre até 1,0 m são inadequados a boa acessibilidade por expor o cadeirante a acessar o abrigo muito próximo ao meio fio e o bordo da pista. Foram encontrados três abrigos sem acessibilidade para cadeirantes em que não há a possibilidade de acessar o abrigo por ambos os lados, (o primeiro fica na Avenida Senador Souza Naves, 600 o segundo fica na Avenida Anita Garibaldi, 850 e o terceiro fica na Avenida Manoel Ribas, 5500) ou por obstáculos como árvores, canteiros, lixeiras ou totem. A maioria dos abrigos encontrados com falta de acessibilidade estão presentes nas principais ruas e avenidas da cidade e principalmente na região central.

Foram encontrados também vários abrigos com distâncias superiores a 2m entre o bordo da pista e o totem informativo, é o caso da Avenida Manoel Ribas, 5200 em ambos os sentidos da via a distância é superior a 4,0 m. De forma geral a maioria dos abrigos pesquisados tem a distância de 90 cm de passagem livre entre o bordo da pista e o totem informativo pode-se afirmar que este pa-

drão não considera a pedra de meio fio que tem no mínimo 12 cm que descontados espaço de passagem livre para a transposição de obstáculos fixos restariam apenas 78cm que é inferior ao que a norma estipula como distância mínima de passagem livre para a transposição de obstáculos fixos que é 80 cm.

As pedras de meio fio têm em média 15 cm e, no mínimo, 12 cm quando é padrão cimento, estes apontamentos são necessários para afirmar que não se deve considerar o meio fio como paragem livre e por isso todos os abrigos relacionados com distancia igual ou inferior a 90 cm estão em conflito com a ABNT NBR9050 isso passa a ser parte do problema quando o meio fio é contabilizado para atingir a distância mínima proposta na norma regulamentadora. Pela repetição do padrão de 90 cm pode-se afirmar que 35% dos 764 abrigos com publicidade tem a acessibilidade comprometida por causa da posição do totem informativo que contém a publicidade.

Tabela 2. Abrigos em conflito com a acessibilidade. (Fonte os autores)

Nº	LOCALIZAÇÃO DO ABRIGO	PASSAGEM LIVRE ENTRE A PUBLICIDADE E A VIA
1	R. Cons. Araújo, 300	77 cm
2	R. Cons. Araújo, 40 (Círculo Militar)	80 cm
3	R. Amâncio Moro (Estádio Couto Pereira)	67 cm
4	Av. Anita Garibaldi (Em frente à Justiça Federal)	33 cm (Totalmente inacessível)
5	R. XV de Novembro, 1300	90 cm
6	R. XV de Novembro, 1600	90 cm
7	R. XV de Novembro, 1800	67 cm
8	R. XV de Novembro, 2000	90 cm
9	R. XV de Novembro, 2700	90 cm
10	R. XV de Novembro, 3100	90 cm
11	R. Trajano Reis, 300	20 cm (árvore como obstáculo)
12	R. Vicente Machado, 2800	50 cm
13	R. Nilo Peçanha, 665	80 cm
14	Av. Vicente Machado, 2200	80 cm
15	Av. Vicente Machado, 1600	80 cm
16	Av. Vicente Machado, 1400	90 cm
17	Av. Vicente Machado, 1400 (COHAB)	90 cm

18	Av. Vicente Machado, 1000	90 cm
19	Av. Vicente Machado, 800	90 cm
20	Av. Vicente Machado, 500	90 cm
21	Av. Vicente Machado, 200	85 cm
22	R. João Gbur, 200	85 cm
23	R. Alferes, Poli, 1300	63 cm
24	Av. Victor Ferreira do Amaral, 3200 Sentido CTBA	90 cm
25	Av. Victor Ferreira do Amaral, 3200 Sentido Pinhais	90 cm
26	Av. Água Verde, 100	90 cm
27	Av. Água Verde, 400	1,0m (árvore como obstáculo)
28	Av. Água Verde, 800	90 cm
29	R. Mateus Leme, 700	68 cm
30	R. Mateus Leme, 1100	90 cm
31	R. Mateus Leme, 2500	90 cm
32	Av. Iguaçu, 800	90 cm
33	Av. Iguaçu, 1400	90 cm
34	Av. Iguaçu, 1800	90 cm
35	Av. Iguaçu, 2400	90 cm
36	Av. Iguaçu, 2700	90 cm
37	Av. Getúlio Vargas, 700	86 cm
38	Av. Getúlio Vargas, 2000	90 cm
39	Av. Getúlio Vargas, 2300	90 cm
40	Av. Getúlio Vargas, 2600	90 cm
41	Av. Getúlio Vargas, 3000	90 cm
42	Av. Getúlio Vargas, 3600	90 cm
43	Av. Getúlio Vargas, 4000	90 cm
44	Av. Getúlio Vargas, 4600	1,0m (sem acessibilidade)
45	R. Pe. Germano Mayer, 400	90 cm
46	Av. Senador Souza Naves, 600	Totalmente inacessível
47	Av. Senador Souza Naves, 1000	90 cm
48	Av. Senador Souza Naves, 1300	90 cm
49	R. Tamoios, 250	1,0m (árvore como obstáculo)
50	R. Francisco Frischman, 3100	96 cm
51	R. Mal. Deodoro, 555 (Receita Federal)	70 cm
52	R. Mal. Deodoro, 303	90 cm

53	R. Benjamin Constant, 300	60 cm
54	R. Benjamin Constant, 600	60 cm
55	R. Amintas, de Barros, 500	58 cm
56	R. Amintas, de Barros, 800	85 cm
57	R. Prof. Brandão, 50	70 cm (árvore como obstáculo)
58	R. Prof. Brandão, 1200	88 cm
59	R. Nilo Cairo, 300	70 cm
60	R. José, de Alencar, 400	95 cm
61	Av. Pres. Kennedy, 3300	74 cm
62	Av. São José, 468	(incompatível com a acessibilidade)
63	Av. Comendador Franco, 4700, sentido bairro	86 cm
64	Av. Comendador Franco, 4700, sentido centro	95 cm
65	Av. Comendador Franco, 6700, sentido bairro	70 cm
66	Av. Comendador Franco, 7800, sentido bairro	85 cm
67	R. Alcides Munhoz, 1400	85 cm
68	R. Alberto Foloni, 100	60 cm
69	R. Alberto Foloni,	94 cm
70	R. Eurípedes Garcez do Nascimento, 857	50 cm
71	R. Mal Hermes, 910 (Museu Oscar Niemeyer)	90 cm
72	R. Itatiaia, 100	65 cm
73	R. Imaculada Conceição, 1122 (PUC)	93 cm
74	R. Imaculada Conceição, 2000	98 cm
75	Av. Silva Jardim, 255	80 cm
76	Av. Silva Jardim, 800	80 cm
77	Av. Silva Jardim, 1200	80 cm
78	R. Brasílio Itiberê, 2559	96 cm
79	R. Rockefeller, 1400	96 cm (árvore como obstáculo)
80	Av. Manoel Ribas, 200	74 cm
81	Av. Manoel Ribas, 500, sentido bairro	90 cm
82	Av. Manoel Ribas, 500, sentido centro	90 cm
83	Av. Manoel Ribas, 950 (Igreja das Mercês)	93 cm
84	Av. Manoel Ribas, 1400, sentido bairro	97 cm
85	Av. Manoel Ribas, 1400, sentido centro	76 cm
86	Av. Manoel Ribas, 1705 (Pça Divina Pastora)	96 cm
87	Av. Manoel Ribas, 2200, sentido bairro	94 cm
88	Av. Manoel Ribas, 2200, sentido centro	94 cm

89	Av. Manoel Ribas, 2600, sentido bairro	90 cm
90	Av. Manoel Ribas, 2600, sentido centro	90 cm
91	Av. Manoel Ribas, 3600, sentido centro	93 cm
92	Av. Manoel Ribas, 4400, sentido bairro	97 cm
93	Av. Manoel Ribas, 4700, sentido bairro	94 cm
94	Av. Manoel Ribas, 5800	Totalmente inacessível
95	R. Alferes, Poli, 1300	63 cm
96	R. Brasílio Itiberê, 3600	90 cm
97	R. Brasílio Itiberê, 2559	96 cm
98	Av. N. Sra. Aparecida, 300, sentido centro	94cm
99	Av. N. Sra. Aparecida, 500, sentido centro	90 cm
100	Av. N. Sra. Aparecida, 700, sentido bairro	93 cm
101	Av. N. Sra. Aparecida, 1600, sentido bairro	72 cm
102	Av. Cândido Hartman, 2200 (Abrigo Linha Turismo)	94 cm
103	Av. Cândido Hartman, 2200	88 cm
104	Av. Cândido Hartman, 2200 sentido bairro	92 cm
105	Av. Anita Garibaldi, 1142	70 cm
106	Al. Augusto Stellfeld, 200	98 cm
107	R. Des. Motta, 2600	93 cm
108	Av. do Batel, 1200 sentido bairro	94 cm
109	R. Gonçalves, dias, 300	96 cm
110	R. Alf. Ângelo Sampaio, 100	91 cm
111	R. Alf. Ângelo Sampaio, 600	94 cm
112	R. Alf. Ângelo Sampaio, 900	96 cm
113	R. Bento Viana, 300	94 cm
114	R. Bento Viana, 600	94 cm
115	R. Bento Viana, 1200	98 cm
116	Praça Alfredo Andersen (Hospital Evangélico)	94 cm
117	Praça da Ucrânia	80 cm
118	R. Jacarezinho, 100 (Hospital NSRA das Graça)	78 cm
119	R. Júlio Perneta, 695 (Canal da Música)	79 cm
120	R. Miltho Anselmo da Silva, 1400	77 cm
121	R. Visconde, de Nácar, 500	89 cm
122	R. Visconde, de Nácar, 1300	86 cm

A partir dos dados apresentados percebeu-se que a maioria dos abrigos pesquisados foram implantados com uma distância de 90 cm entre o bordo da pista e o totem informativo.

As medidas encontradas incluem o meio fio ou guia que tem, em média, 15 cm se considerarmos que o cadeirante não deve transitar com a cadeira sobre a guia ou meio fio por questões de segurança.

A maioria dos abrigos relacionados na Tabela 2 estão fora da norma para uma distância mínima de 80 cm para transposição de obstáculos com distância inferior a 40 cm. Em consulta ao IPPUC informa-se de que não se deve considerar o meio fio como área transitável para o cadeirante. Nos casos analisados (Tabela 2) os cadeirantes que quiserem acessar os abrigos só podem fazer o acesso pelo lado do abrigo em que não há a publicidade isto o levará a contornar o abrigo para ter acesso.

Pode-se destacar os abrigos com distância inferior a 80 cm como sem possibilidade de acesso independente do meio fio ou guia. Nestes casos o cadeirante terá que dar a volta no abrigo ou esperar o ônibus do lado de fora do abrigo. Assim, quer-se propor as adequações necessárias para que nem um cadeirante tenha que esperar pelo ônibus desabrigado por falta de acessibilidade. E, para isto, relacionou-se os abrigos com total impossibilidade de acesso pelo lado em que está disposta a publicidade (Tabela 3).

Tabela 3. Abrigos sem possibilidade de acesso pelo lado em que está disposta a publicidade. (Fonte os autores)

Nº	LOCALIZALÇÃO DO ABRIGO	PASSAGEM LIVRE ENTRE A PUBLICIDADE E A VIA
1	R. Cons. Araújo, 300	77 cm
2	R. Cons. Araújo, 40 (Círculo Militar)	80 cm
3	R. Amâncio Moro (Estádio Couto Pereira)	67 cm
4	Av. Anita Garibaldi (Em frente à Justiça Federal)	33 cm
7	R. XV de Novembro, 1800	67 cm
11	R. Trajano Reis, 300	20 cm (árvore como obstáculo)
12	R. Vicente Machado, 2800	50 cm
13	R. Nilo Peçanha, 665	80 cm
14	Av. Vicente Machado, 2200	80 cm
15	Av. Vicente Machado, 1600	80 cm

21	Av. Vicente Machado, 200	85 cm
22	R. João Gbur, 200	85 cm
23	R. Alferes, Poli, 1300	63 cm
29	R. Mateus Leme, 700	68 cm
37	Av. Getúlio Vargas, 700	86 cm
46	Av. Senador Souza Naves, 600	Totalmente inacessível
51	R. Mal. Deodoro, 555 (Receita Federal)	70 cm
53	R. Benjamin Constant, 300	60 cm
54	R. Benjamin Constant, 600	60 cm
55	R. Amintas, de Barros, 500	58 cm
56	R. Amintas, de Barros, 800	85 cm
57	R. Prof. Brandão, 50	70cm (árvore como obstáculo)
58	R. Nilo Cairo, 300	70 cm
61	Av. Pres. Kennedy, 3300	74 cm
62	Av. São José, 468	(incompatível com a acessibilidade)
63	Av. Comendador Franco, 4700, sentido bairro	86 cm
65	Av. Comendador Franco, 6700, sentido bairro	70 cm
66	Av. Comendador Franco, 7800, sentido bairro	85 cm
67	R. Alcides Munhoz, 1400	85 cm
68	R. Alberto Foloni, 100	60 cm
70	R. Eurípedes Garcez do Nascimento, 857	50 cm
71	R. Mal Hermes, 910 (Museu Oscar Niemeyer)	90 cm
72	R. Itatiaia, 100	65 cm
75	Av. Silva Jardim, 255	80 cm
76	Av. Silva Jardim, 800	80 cm
77	Av. Silva Jardim, 1200	80 cm
80	Av. Manoel Ribas, 200	74 cm
85	Av. Manoel Ribas, 1400 sentido centro	76 cm
94	Av. Manoel Ribas, 5800	Totalmente inacessível
95	R. Alferes, Poli, 1300	63 cm
96	R. Brasílio Itiberê, 3600	90 cm
101	Av. Nossa Senhora Aparecida, 1600 sentido bairro	72 cm
105	Av. Anita Garibaldi, 1142	70 cm
117	Praça da Ucrânia	80 cm
118	R. Jacarezinho, 100 (Hospital NSRA das Graça)	78 cm

119	R. Júlio Perneta, 695 (Canal da Música)	79 cm
120	R. Miltho Anselmo da Silva, 1400	77 cm
122	R. Visconde, de Nácar, 1300	86 cm

Se pode afirmar que os padrões encontrados de 90 cm e 80 cm ocorreram por causa da norma vigente na época das implantações e que os abrigos que foram demandados junto ao poder público para a melhoria da acessibilidade foram adequados.

Considerando a distância mínima de 80 cm para a transposição de obstáculos e que a cadeira de rodas padrão tem 80 cm todas as distâncias descritas na Tabela 3 de 80 cm para menor são inacessíveis pelo lado em que está disposta a publicidade e as distâncias entre 80 cm e 95 cm na transposição do totem informativo pelo cadeirante uma das rodas da cadeira passará em cima da guia ou meio fio expondo o cadeirante a o risco de queda e de colisão.

Nestes casos devem ser realocados os totens informativos para melhorar a acessibilidade e também por questões de segurança.

Através da pesquisa realizada para este artigo encontrou-se as mais diversas formas de abrigos com publicidade espalhados por toda a cidade em que não há um padrão de referência, locais em que o totem informativo foi apenas deslocado um pouco para liberar a passagem (Figura 20).

Figura 20. Publicidade deslocada do abrigo (Fonte os autores)

Esta solução apresentada na figura 20 descaracteriza o mobiliário, em alguns locais os abrigos implantados são totalmente inacessíveis. Foram encontrados durante a pesquisa de campo três abrigos com publicidade em que não é possível à um cadeirante acessar o abrigo por qualquer um dos lados.

Figura 21. Abrigo sem acesso a cadeirantes Avenida Manoel Ribas, 5800 em frente ao Restaurante Madalosso (Fonte os autores)

A solução para a adequação é a realocação do totem informativo que impede a acessibilidade para um novo local, de preferência para outro abrigo que esteja implantado de uma forma em que a inclusão de um novo totem não prejudique nem a acessibilidade nem a visibilidade para o trânsito.

Para isto há a necessidade de uma pesquisa ampla para identificar os abrigos que poderiam receber a realocação. No caso de não haver a possibilidade de realocação em outro abrigo o totem informativo pode ser realocado solo em um local adequado, em que seja interessante também ao que se refere a comercialização do espaço de publicidade, evitando realocar o totem apenas deslocando alguns poucos metros (Figura 20), para não descaracterizar o mobiliário deixando fora do padrão.

4 Considerações finais

Após a análise dos dados coletados percebeu-se que não há um padrão nas implantações dos abrigos com publicidade. Seja pelas fluentes atualizações das normas, seja pelas inúmeras variáveis que existem nos locais quanto a área disponível onde pontos de ônibus foram originalmente implantados.

Em diversos locais pesquisados encontrou-se variadas distâncias, variadas formas em que os abrigos foram implantados, mesmo os abrigos tendo dimensões padronizadas. Porém as calçadas e logradouros públicos são de dimensões diferentes a depender da região da cidade.

As diferentes medidas das calçadas impedem uma padronização linear quanto as implantações dos abrigos de pontos de ônibus. Porém não impedem que sejam elaborados critérios técnicos para padronizar as implantações de tal maneira que não haja diferença nas diretrizes e NR à acessibilidade a cadeira cambada com 1,0 m de largura afirmamos que a distância mínima pra uma manobra de meia volta 180º é de 1,5 m e para uma manobra de 360º é de 1,8 m arredondados para maior

A acessibilidade em abrigos de paradas de ônibus da cidade de Curitiba é de responsabilidade da Gestão Pública na área do planejamento urbano, seja nas adequações a serem feitas com as evoluções das normas, ou seja, em novos projetos urbanísticos e arquitetônicos.

Percebeu-se através da pesquisa que alguns abrigos foram implantados de uma forma em que se pode afirmar ser a ideal para a acessibilidade, o que podemos usar como um padrão perfeitamente aceitável para a acessibilidade de cadeirantes e pessoas com a mobilidade reduzida, com espaço superior ao mínimo exigido pela NBR 9050/2020.

Durante a coleta de dados foram encontrados vários abrigos implantados com distâncias superiores a 2,0m, que mostram um padrão ideal para a implantação de um abrigo com publicidade oferecendo todo o espaço necessário para acessibilidade com um pa-

drão esteticamente mais simétrico com a calçada passando pela frente do abrigo

A URBS como gestora do transporte público em Curitiba deve ser o referencial em soluções para a acessibilidade em pontos de ônibus e o IPPUC, como órgão consultivo e de planejamento, deve sempre avalizar tecnicamente as ações em que envolvem alterações e inovações nos projetos urbanísticos e arquitetônicos da cidade de Curitiba.

Em conjunto estas duas Autarquias Municipais devem elaborar os planos para as adequações dos mobiliários já implantados e regulamentar as novas implantações a serem feitas no futuro, sempre privilegiando a pessoa com deficiência em todas as suas necessidades, não somente obedecendo as distâncias mínimas regulamentares e sim utilizando critérios que sejam de excelência em acessibilidade em locais públicos.

As diferentes medidas das calçadas e recuos dos alinhamentos prediais impedem uma padronização linear quanto as implantações dos abrigos de pontos de ônibus. Porém não impedem que sejam elaborados critérios técnicos para padronizar as implantações de tal maneira que não haja diferenciação nas diretrizes e NR à acessibilidade.

Em algumas vias encontrou-se abrigos instalados próximos ao bordo da pista e com 90 cm entre a publicidade e o bordo da pista e espaço superior a 4,0 m atrás do abrigo é o caso do trecho da avenida Manoel Ribas próximo à igreja das Mercês são quatro abrigos implantados com espaço sobrando na parte posterior do abrigo, poderiam ter posicionado melhor deixando uma passagem livre maior do que os 90 cm de passagem livre.

Quando se referem a estes 90 cm que se encontra na maioria dos abrigos pesquisados (quase 50% dos abrigos pesquisados tem 90 cm de passagem livre entre a publicidade e o bordo pista) refere-se a distância total de passagem livre sem descontar o meio fio que, quando é de cimento tem, aproximadamente, 12 cm; e quando é de pedra tem, aproximadamente, 15 cm. Descontado estes valo-

res têm distâncias inferiores a 80 cm o que os coloca frontalmente em desacordo com a ABNT NBR 9050/2020 que estabelece como um vão mínimo para transposição de obstáculos em linha reta 80 cm.

Não podem considerar o meio fio como espaço a ser utilizado pelo cadeirante pois além do risco de queda a proximidade com a via expõe o cadeirante à passagem dos veículos pois a maioria das paradas de ônibus não dispõe de recuo ou remanso para a manobra do ônibus fazendo com que os veículos transitem muito próximos ao meio fio.

Com toda a certeza podem afirmar que a maior dificuldade imposta ao deslocamento de pessoas com deficiência é a falta de manutenção nas calçadas ou a irregularidade ou a falta de calcadas adequadas para o trânsito de pedestres e cadeirantes. Porém este artigo visa apontar a incompatibilidade de alguns abrigos de paradas de ônibus com a acessibilidade de pessoas com deficiência e a falta da aplicação da ABNT NBR 9050 nas implantações dos abrigos.

Espera-se contribuir de forma significativa na construção de uma cidade mais inclusiva em que seja possível ter acesso a todos os abrigos de pontos de ônibus da cidade.

É necessário um cronograma de adequações para diminuir o impacto financeiro devido à quantidade dos abrigos com publicidades que necessitam adequações para melhor atender à acessibilidade.

Referências

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR 9050**. 2020. Disponível em https://www.caurn.gov.br/wp-content/uploads/2020/08/ABNT-NBR-9050-15-Acessibilidade-emenda-1_-03-08-2020.pdf acessado em 02.set.2022.

ABNT - **NBR 9050 - Adequações das edificações e do mobiliário urbano à pessoa deficiente**. 1985. 37 p. Disponível em https://documentos.mpsc.mp.br/portal/manager/resourcesDB.aspx?path=5453, acessado em 02.set.2022.

ABNT - **NBR 9050 - Acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência a edificações, espaço, mobiliário e equipamentos urbanos**. 1994. 56 p. Disponível em https://documentos.mpsc.mp.br/portal/manager/resourcesDB.aspx?path=5452, acessado em 20.set.2022.

ABNT - **NBR 9050 - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços, e equipamentos urbanos**. 2004. Disponível em https://pt.slideshare.net/douglas_matos/nbr-9050-2004, acessado em 02.set.2022.

BRASIL, **Lei 8.666**, de 21/06/1993. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8666cons.htm, acessado em 02.set.2022.

GARCIA, A.F.; ANDRADE, I.F.; FRANZ, L.A.S.; RODRIGUES, L.B.S. **Evolução da NBR 9050: Uma breve discussão a partir da avaliação comparativa entre as versões 2004 e 2015**. Disponível em: https://eventos.antac.org.br/index.php/entac/article/view/966/601, acessado em acessado em 04.set.2022

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisas**. 2017. 176 p. Disponível em https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/150/o/Anexo_C1_como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf , acessado em 02.set.2022

IPPUC - **Concorrência pública nº 03/2002**, que trata da concessão de bens municipais para prestação de serviço público e execução de obras abrangendo a concepção, desenvolvimento, fabricação fornecimento, instalação, manutenção, limpeza e conservação de mobiliário urbano de uso e utilidade públicos no município de Curitiba, com direito a exploração publicitária. Disponível em arquivo físico na Área Comercial da URBS, acessado em 20.jun.2022.

IPPUC - **Contrato 14.547/2002**, PMC – Prefeitura Municipal de Curitiba. Disponível em arquivo físico na Área Comercial da URBS, acessado em 20.jun.2022.

LAKATOS, M.L.; MARCONI, A.M. **Fundamentos de metodologia científica**. 2017. Disponível em https://www.meulivro.biz/metodologia/3358/fundamentos-de-metodologia-cientifica-lakatos-marconi-8-ed-pdf/, acessado em 02.set.2022

PMC - Prefeitura Municipal de Curitiba. Novo Mobiliário Urbano da cidade de Curitiba, através do processo 79.098/2002. Disponível em arquivo físico na Área Comercial da URBS, acessado em 20.jun.2022.

SILVA, D.; GARCIA, M.N.; FARAH, O.E. Métodos quantitativos na pesquisa de marketing. **In** N. K. Pizzinatto e O. E. Farah. (orgs.). Pesquisa pura e aplicada para marketing (pp. 57-78) São Paulo: Editora Atlas.

CAPÍTULO 8

Viabilidade econômica da suinocultura e ovinocultura: um estudo em uma propriedade familiar de Tangará da Serra - MT

DOI 10.29327/567563.2-8

Bethânia Batista Carneiro da Silva[1]
Josiane Silva Costa dos Santos[2]
Graziele de Oliveira Aragão Servilha[3]
Luiz Panhoca[4]

RESUMO: A diversificação é uma estratégia de sobrevivência na qual o agricultor familiar não depende de um único cultivo, mas sim de vários, que geram maior segurança alimentar e renda. Na busca de maior estabilidade econômica e subsistência, alguns agricultores familiares de Mato Grosso, têm investido na criação extensiva de suínos e ovinos, que, em razão da alta produção de grãos no estado, torna o custo da alimentação relativamente baixo, e também pela atividade não demandar alta mão-de-obra. O objetivo do estudo foi verificar a viabilidade econômica da suinocultura e ovinocultura em uma propriedade familiar de Tangará da Serra–MT Brasil. Trata-se de uma pesquisa descritiva, abordagem quantitativa e tem como estratégia de pesquisa estudo de caso. Os instrumentos de coleta de dados foram entrevistas semiestruturas, roteiro estruturado e observação *in loco*. As ferramentas de análise foram Valor

1 - Email beh_carneiro@hotmail.com
2 - Email Josiane.santos@unemat.br
3 - Email graziele.aragao@unemat.br
4 - Email panhoca@ufpr.br

Presente Líquido (VPL), Taxa Interna de Retorno (TIR) e Tempo de Retorno do Capital (*Payback).* A Taxa Mínima de Atratividade (TMA) foi de 7,5% a.a., e o período de análise foi de 10 anos. Foram simulados três cenários: I custos e receitas normais, II custos normais e redução de 15% nas receitas, III aumento de 20% nos custos e redução de 10% nas receitas. Os resultados demonstraram que as atividades quando analisadas com os custos e as receitas normais, geraram VPL positivo, TIR acima da TMA e o *payback* de 3,54 anos para suinocultura e 8,97 anos para a ovinocultura. Contudo, em situações adversas apenas a suinocultura demonstrou ser viável economicamente, podendo ser considerada a melhor alternativa de renda para agricultura familiar da região.

Palavras chaves: Análise econômica. Agricultura familiar. viabilidade.

1 Introdução

A agricultura familiar no Brasil destaca-se pela diversificação de culturas, estratégia de sobrevivência que não depende de um único cultivo, mas sim de vários simultaneamente (HAAS, 2008). Tal estratégia traz maior segurança à renda dos produtores, de forma que quanto maior for à diversidade de produção, maior a estabilidade econômica proporcionada a estes (SIMONETTI et al, 2011). Prova disso, é que a agricultura familiar é responsável pela produção de parte expressiva dos alimentos de origem animal como: 60% produção de leite, 50% das aves, 30% dos bovinos e 59% do rebanho dos suínos (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA, 2016).

Neste sentido, a criação de suínos tem despertado o interesse de alguns produtores familiares que têm investido na atividade pelo fato dos custos serem menores em relação à alimentação e cuidados gerais (EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL - EMATER, 2016). O baixo custo da alimentação está relacionado ao fato de que o estado de Mato Grosso é o maior produtor nacional de grãos, tendo assim preços mais acessíveis que os

demais estados (COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB, 2017).

A ovinocultura também tem assumido importantes papéis tanto para a subsistência das famílias rurais como à economia (VIANA, 2008). No estado de Mato Grosso, em 2013, o rebanho era de aproximadamente 2 milhões de cabeças, com uma taxa de crescimento de 27% ao ano, correspondendo a 11% do rebanho nacional, possuindo abatedouros em Alta Floresta, Cáceres, Campo Novo do Parecis, Confresa, Juína, Primavera do Leste, Rondonópolis, Tabaporã e Tangará da Serra. (SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL - SENAR, 2014).

Neste contexto, o objetivo geral do estudo foi analisar a viabilidade econômica da suinocultura e ovinocultura em uma propriedade familiar de Tangará da Serra-MT, e como objetivos específicos: Levantar os custos de infraestrutura, implantação, manutenção e receitas provindas das suas atividades; desenvolver fluxo de caixa; simular cenários e calcular os indicadores VPL, TIR e Payback.

Justifica-se a pesquisa em razão da relevância econômica da realidade pecuária familiar, principalmente, no município de Tangará da Serra-MT, onde a agricultura familiar predominante, ocupando o 9º lugar no ranking dos municípios do estado com o maior número de estabelecimentos agrícolas familiares, totalizando 4.176 propriedades (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE, 2006).

Além do estudo contribuir no gerenciamento da propriedade pois, apesar de existirem estudos que fazem análise econômica, no que tange a realidade e condições dos agricultores familiares (ALBERTON; MARQUEZAN; ORSATO, 2015; BRABO et al, 2017; FRANÇA; HOLANDA JUNIOR; SOUSA NETO, 2011; MENEGON FILHO, 2001; SOCOLOSKI et al, 2017; VILELA et al, 2013; ZANIN; BAGATIRI; PESSATTO, 2010) quando se trata da produção de suínos e ovinos, em especial no estado de Mato Grosso, com agricultores familiares é quase inexistente.

2 Referencial teórico

2.1 História e importância da Agricultura Familiar no Brasil

No Brasil a origem e o reconhecimento da agricultura familiar é resultado das lutas de movimentos que batalhavam por créditos, melhorias de preços, regulamentação da previdência social rural e formas diferenciadas de comercialização (SCHNEIDER, 2010). Tem relação com a assinatura do Tratado de Assunção, que originou o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), as ações políticas sindicais comandadas pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e a participação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), dos quais originou a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF). Após a difusão do tratado, foi implementado os debates e grupos de trabalhos que discutiam e definiam novas regras, produtos, alíquotas de importação e etc. (NAVARRO, 2010).

Tais discussões e mudanças ocorreram no início de 1990, período em que o Brasil ingressava no neoliberalismo. Neste interim a consolidação da agricultura familiar veio com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), instituído através do decreto presidencial nº 1.946/1996 e posteriormente transformando na Lei da Agricultura Familiar, nº 11.326/2006 (SCHNEIDER, 2010).

A lei nº 11.326/2006 define que o agricultor ou empreendedor familiar rural é aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo aos seguintes requisitos: não obter área maior do que quatro módulos fiscais; utilizar, predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas de seus estabelecimentos; ter percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas rurais; que dirija seu estabelecimento com sua família (BRASIL, 2006).

Todavia, antes da promulgação da lei, a referência da agricultura familiar era quase inexistente, os termos usualmente utilizados,

atendendo a denominações locais e regionais eram, colono, sitiante, posseiro, ribeirinhos, entre outros (SCHNEIDER 2010). Sendo classificados ainda como: pequenos produtores, mini fundiários, agricultura de subsistência ou agricultores de baixa renda (NAVARRO 2010). Sendo comum ainda, caracterizar a agricultura familiar como um setor atrasado economicamente, tecnologicamente e socialmente, voltado para a produção de alimentos básicos e cultivo de subsistência, porém, essa visão não condiz com a realidade desta classe (BUAINAIN et al, 2007).

A agricultura familiar brasileira é bastante diversificada, incluindo tanto as famílias que vivem e exploram propriedades rurais de pequeno porte em condições de pobreza como, produtores inseridos no novo agronegócio. Este conjunto diversificado de agricultores familiares é composto por interesses particulares de estratégias de sobrevivência, produção e comercialização (BUAINAIN et al, 2007; GAZOLLA; SCHNEIDER, 2007).

A relevância deste segmento na economia é clara, por estar diretamente vinculado à segurança alimentar do mundo; a preservação dos alimentos tradicionais, balanceando assim a alimentação; e representar oportunidade para aquecer as economias locais e controlar a inflação dos alimentos consumidos. Sendo responsável por 80% da produção dos alimentos do mundo (ORGANIZAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA - FAO, 2014).

2.2 Importância da análise de investimento no agronegócio

Nos últimos anos, o setor do agronegócio brasileiro vem se destacando economicamente devido à sua capacidade de aumento na produtividade e de geração de empregos em várias regiões (CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA - CEPEA, 2018). Por esse motivo, surge a necessidade dos pequenos produtores otimizar suas produções e aumentar suas rendas, buscado novas alternativas de investimento, diversificando suas produções (VIANA et al., 2014). Além disso, os produtores rurais

têm procurado aprender conceitos e técnicas da contabilidade, que os auxiliam na administração e controle das suas atividades rurais (ULRICH, 2009).

Neste contexto, uma das técnicas é a análise de viabilidade de investimento, que se caracteriza como instrumento fundamental para investir em determinada atividade (VIANA et. al, 2014). Tal mecanismo é um estudo técnico de possibilidade e lucratividade que tem por objetivo expor as condições e o ambiente que a empresa se encontra (ASSAF NETO, 2009). Assim, a avaliação de investimento tem por objetivo demonstrar o retorno devido aos proprietários do capital investido (SOARES, 2006).

Desta forma, a avaliação básica de um investimento envolve alguns cálculos e análises dos métodos para entender os resultados financeiros, sendo: Valor Presente Líquido (VPL), Período de Recuperação do Investimento (Payback), Taxa Interna de Retorno (TIR), Taxa Mínima de Atratividade (TMA) (CASAROTTO FILHO; KOPITTKE, 1996, HOJI, 2010, SOUZA; CLEMENTE, 2004).

A TMA é a taxa mínima que se espera receber, caso o investimento seja atrativo (GITMAN, 2010), podendo ser definida pelos investidores ou pelos analistas, sendo a melhor alternativa de investimento com o menor grau de risco para aplicação (SOUZA; CLEMENTE, 2004).

A TIR (Equação 1), também conhecida como taxa de desconto do fluxo de caixa, é a taxa de desconto que equaliza as entradas (recebimentos) com as saídas (pagamentos) de capital. Além disso, a TIR tem a função de descontar um valor futuro ou aplicar o fator de juros sobre um valor presente, ou seja, de calcular o valor futuro para o valor presente ou o valor presente para o valor futuro (HOJI, 2003, HOJI, 2010).

$$0 = -I + \sum_{t=1}^{n} \frac{FC_t}{(1+TIR)^t}$$

(Equação 1)

Portanto, dentro dos parâmetros estabelecidos pelos gestores, compara-se a TIR com a TMA. Para o projeto ser considerado viável a TIR tem que ser superior a TMA, caso contrário o projeto é inviável (LIZOTE et al., 2014, RIBEIRO, 2016).

O VPL (Equação 2) é o atual valor em moeda de um montante futuro, a quantia necessária que deve ser investida hoje a uma determinada taxa de juros e determinado prazo equivalente ao montante futuro (GITMAN, 2010), ou seja, o valor presente corresponde ao valor futuro descontado a uma determinada taxa de juros (HOJI, 2010). O VPL procura ainda expressar os fluxos em valores monetários da data de início da análise, transformando em valores atuais (SANVICENTE, 1987), que quando trazidos para a data inicial (data 0) é necessário superar o investimento prévio (GITMAN, 2010).

$$VPL = -I + \sum_{t=1}^{n} \frac{FC_t}{(1+K)^t}$$

(Equação 2)

Onde: I é o investimento de capital na data zero, FCt representa o retorno na data t do fluxo de caixa; n é o prazo de análise do projeto; e, k é a taxa mínima para realizar o investimento ou custo de capital do projeto de investimento. Fonte: Ponciano et al. (2004).

O VPL é obtido subtraindo o investimento do valor presente nas entradas de fluxo de caixa, descontando a taxa de custo de capital. O VPL considera, explicitamente, o valor do dinheiro no tempo, sendo que para o projeto ser viável, o VPL tem que ser maior que 0 (zero), caso contrário o projeto é inviável (GITMAN, 2010).

Já o Payback (Equação 3) é uma técnica que calcula o período exigido para o investidor recuperar o capital investido (RIBEIRO, 2016), ou seja, é o número de anos ou meses necessários para recuperar o investimento inicial (GROPPELLI ; NIKBAKHT, 2010).

O método Payback é mais utilizado quando se espera velocidade de retorno do investimento (SANVICENTE, 1987). Sendo assim, quanto maior for o tempo considerado, maior será o grau de incerteza do investimento e quanto menor o tempo de retorno, menor

o risco (BRAGA, 1989). Logo, para obter o Payback é necessário dividir o investimento inicial pelas entradas de caixa regulares (GITMAN, 2010).

$$\text{PAYBACK} = \frac{\text{Investimento Inicial}}{\text{Fluxo de Caixas Regulares}}$$

(Equação 3)

O Payback é considerável viável quando o prazo calculado for inferior ao prazo desejável de recuperação do investimento (RIBEIRO, 2016).

2.3 Suinocultura

Da suinocultura derivam produtos como: o toucinho, a banha, o couro, que tem alto valor econômico nas indústrias; as cerdas são utilizadas na fabricação de escovas; o estêrco constitui um adubo de qualidade que auxilia na fertilização do solo; do estomago dos suínos é extraído a pepsina, da qual se obtém o suco gástrico, utilizado na elaboração de medicamentos; entre outros (BARRETO, 1973).

Além desta variedade, os suínos são animais de crescimento rápido, atingindo muito cedo a idade adulta, por exemplo, a vida útil das porcas varia de 2,5 a 3,5 anos (CAVALCANTI, 1943). Os porcos atingem o estado adulto em um ano, dando sua primeira cria (com média de cinco ou mais leitões). Depois da fase adulta, a porca pode dar até duas crias por ano. Portanto, tem um retorno maior e mais rápido comparado com outras atividades (BARRETO, 1973).

No cenário mundial, a carne suína brasileira é bastante competitiva e representativa em relação a outros países (GONÇALVES; PALMEIRAS, 2006). Os principais destinos da carne suína brasileira: Rússia (43%), Hong Kong (15,5%), China (10,1%), Argentina (6,6%) e Cingapura (5,4%) (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS CRIADORES DE SUÍNOS - ABCS, 2017).

O Brasil vem sendo um dos maiores produtores e exportadores da carne suína, classificando-se em quarto lugar no ano de 2014, perdendo apenas para a China, União Europeia e Estados Unidos (PORTAL BRASIL, 2015). No primeiro quadrimestre de 2017, o Brasil exportou 198 mil toneladas de carne suína (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS CRIADORES DE SUÍNOS - ABCS, 2017).

O desenvolvimento econômico dos grandes produtores da carne suína tem despertado interesse de pequenos agricultores familiares, que segundo a EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA - EMBRAPA (2014) têm procurado formas de investir em propostas para o desenvolvimento de tecnologias para as pequenas propriedades rurais, que são vistas como alternativa para a suinocultura brasileira.

2.4 Ovinocultura

A ovinocultura é uma atividade presente em vários países, com fins econômicos e de autoprodução das famílias rurais (GUSE et al, 2013). Dentro da agropecuária, tem grande potencial de gerar renda para a agricultura familiar, pois fornece alimentos, como carne e vestimentas com a extração da lã (RAMOS et al, 2014). No final da década de 90, as regiões brasileiras passaram a desenvolver uma nova fase na ovinocultura, na qual a produção de carne ovina se desenvolveu de forma grandiosa no país, até mesmo em regiões em que a atividade era insignificante, ocasionando assim, um interesse da produção em pequenas propriedades (RAINERI et al, 2013).

A ovinocultura no Brasil vem passando por grandes mutações, como a transição da produção da lã, que era prioritária, para a de carne ovina e consequentemente a expansão da atividade para novas áreas (RAINERI et al, 2013). Logo, o principal objetivo da atividade no país se tornou a produção de carne. Desta forma, os preços pagos aos produtores tiveram um aumento na última década, tornando a atividade mais atraente e rentável, fato que contribui para o aumento da produção e abate (VIANA, 2008).

Em 2005, o Brasil possuía 15,5 milhões de cabeças ovinas distribuídas por todo o país, porém com maior concentração no Rio Grande do Sul (VIANA, 2008). Em 2017, o rebanho de ovinos brasileiro é de 18 milhões de cabeças, ou seja, crescimento de 16,13%, concentrando-se com maior destaque na região Sul e Nordeste, e se expandindo para o Centro-Oeste (CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA - CNA BRASIL, 2016).

Neste contexto, a ovinocultura contribui para a economia do país com a produção de lã que em 2015 foi de 10,92 mil toneladas, atingindo uma receita de R$ 96,87 milhões com aumento de 15% no valor em relação a 2014 (IBGE, 2015). Além disso, os ovinos possibilitam a exploração da carne (maior volume), o couro (menor volume), e pequena produção de leite usados na fabricação de queijos especiais (RAINERI et al, 2013).

Apesar das conquistas deste setor, o consumo mundial de carne ovina ainda é limitado em comparação com outros produtos, como a carne suína e bovina. Todavia, no Brasil, o consumo é maior do que a de produção, sendo abastecido parcialmente por importações feitas principalmente do Uruguai. Tal fato estimula o setor brasileiro a produzir cada vez mais ovinos (SEBRAE, 2014).

3 Procedimentos metodológicos

A pesquisa caracteriza-se como descritiva, com abordagem quantitativa e teve como estratégia de pesquisa o estudo de caso. Pesquisas descritivas têm como objetivo principal a descrição das características de certo estabelecimento (GIL, 1999), enquanto a abordagem quantitativa busca quantificar os dados coletados utilizando-se de método de técnicas estatísticas (RICHARDSON, 1999). Estudo de caso por se caracterizar de uma pesquisa especifica que consiste em um estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos de uma unidade que se analisa profundamente, a fim de identificar sua identidade própria (GIL, 2010; RODRIGO 2008).

O objeto de estudo foi as atividades de suinocultura e ovinocultura desenvolvidas em uma propriedade rural familiar, localizada na comunidade linha 12, município de Tangará da Serra – MT. Os

dados foram coletados, com base na produção de um ano e utilizou como instrumentos de coletas entrevista semiestrutura, roteiro estruturado e observação in loco.

Inicialmente foi levantado o perfil da família, os tratos culturais empregados para manutenção das atividades, bem como formas e preços de comercialização. No roteiro estruturado foi anotado todos os equipamentos e infraestruturas necessárias nas duas atividades, para posterior consulta de preços em lojas da região e on-line a fim de considerar o valor de mercado. O custo da terra foi considerado com base no preço de arrendamento praticado na região.

Para cálculo da depreciação utilizou-se as alíquotas de 4% a.a. para as benfeitorias construídas, 10% para as instalações hídricas, 10% para outros equipamentos. O valor residual considerado foi de 15% (Tabela 1). Já para a mão de obra, considerou-se para as duas atividades o cálculo com base no salário mínimo R$ 937,00, que dividido por 220 horas mensais, resultou em R$ 4,26 a hora/salário, sendo necessário 3 horas por dia para cada criação.

Destaca-se que o preço de venda por quilo considerado para a comercialização, tanto a suinocultura quanto a ovinocultura, foram com base no peso bruto do animal vivo, pois na realidade do produtor não tem abatedouro.

Após o levantamento dos dados de implantação, manutenção e receitas foi elaborado o fluxo de caixa e realizou-se a simulação de diferentes cenários a fim de conhecer até que ponto as atividades são viáveis, utilizando as seguintes variações:

- Cenário I: Custos e receitas normais.
- Cenário II: Custo normais com redução de 15% das receitas;
- Cenário III: Aumento de 20% nos custos e redução de 10% nas receitas.

As ferramentas de análise utilizadas foram: Período de Recuperação do Investimento (Payback), Valor Presente Líquido (VPL) e a Taxa Interna de Retorno (TIR), a uma taxa mínima de atividade (TMA) de 7,5%, baseada na taxa básica de juros referenciada pelo Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC).

4 Resultados e discussões

4.1 Caracterização da propriedade

A unidade em estudo é uma propriedade rural, de característica familiar, localizada na comunidade linha 12, no município de Tangará da Serra – MT. A propriedade cresceu nos últimos anos, totalizando 84 hectares e desenvolve as atividades de bovinocultura, avicultura, suinocultura e ovinocultura extensiva, com mão de obra estritamente familiar, composta por marido, esposa e uma pequena ajuda do seu filho caçula.

O proprietário é natural de Sarandi – Rio Grande do Sul, onde morava com pais e irmãos e trabalhavam na agricultura com o cultivo de soja, feijão e trigo. No ano de 1983 casou-se e em 1985 teve sua primeira filha. No mesmo ano, juntamente com seus pais, irmãos, esposa e filha migraram para o estado de Mato Grosso, município de Sapezal, assustando-se com o solo, vegetação e clima do Cerrado, visto que segundo Branco (2000) o solo é arenoso e avermelhado, pobre em nutrientes e rico em alumínio, podendo ser relativamente fértil, com árvores de aparência seca, galhos retorcidos e o clima seco.

A família residiu por sete anos em Sapezal - MT cultivando arroz e soja. Em 1992 o agricultor comprou uma propriedade rural em Vila Bela - MT, com renda proveniente de herança familiar, e mudou-se com sua esposa e filha mais velha, ficando pouco tempo na propriedade. No mesmo ano, vendeu e comprou sua atual propriedade em Tangará da Serra, na qual iniciou a construção da moradia e posteriormente curral e chiqueiro para a atividade de ovinocultura e suinocultura extensiva. Em 1993 teve mais um filho, o caçula.

Inicialmente, na propriedade de Tangará da Serra cultivava-se milho, arroz e a criação extensiva de suínos e ovinos. Porém, a produção de milho e arroz não deu certo, logo o agricultor resolveu investir em avicultura e bovinocultura. A atividade de suinocultura e ovinocultura permaneceu pelo fato de exigir pouca mão de obra, baixo custo de manutenção e contribuir com o abastecimento de alimentos para a subsistência.

Apesar das mudanças e dificuldades enfrentadas pelo agricultor, os dois filhos foram criados exclusivamente com a renda oriunda da propriedade, têm formação de nível superior, a filha mais velha em administração em uma universidade particular e o filho mais novo está cursando engenharia civil em uma universidade pública, ambos não têm a intenção de continuar com a propriedade e as atividades rurais da família.

4.2 Infraestruturas e equipamentos necessários para a implantação da suinocultura e ovinocultura

A Tabela 1 apresenta as infraestruturas, construções e equipamentos utilizados nas atividades de suinocultura e ovinocultura, bem como o tempo de vida útil e depreciação destes. A infraestrutura do curral e chiqueiro considerou todos os materiais, equipamentos e mão de obra necessários para a construção. No item instalação hídrica está inclusos os materiais de construção e instalação, mão de obra, rede elétrica de um poço semi-artesiano de 20 m e bomba d'agua. O item outros equipamentos consistem em uma balança varão de 100 kg, utilizada na pesagem dos animais para a comercialização.

Tabela 1. Tabela de dimensionamento da CIPA.

GRAU de RISCO*	NÚMERO DE PARTICIPANTES DA CIPA	0 a 19	20 a 29	30 a 50	51 a 80	81 a 100	101 a 120	121 a 140	141 a 300	301 a 500	501 a 1000	1001 a 2500	2500 a 5000	5000 a 10.000	Acima de 10.000 p/ cada grupo de 2500 acrescentar
1	Efetivos					1	1	1	1	2	4	5	6	8	1
	Suplentes					1	1	1	1	2	3	4	5	6	1
2	Efetivos				1	1	2	2	3	4	5	6	8	10	1
	Suplentes				1	1	1	1	2	3	4	5	6	8	1
3	Efetivos		1	1	2	2	2	3	4	5	6	8	10	12	2
	Suplentes		1	1	1	1	1	2	2	4	4	6	8	8	2
4	Efetivos		1	2	3	3	4	4	4	5	6	9	11	13	2
	Suplentes		1	1	2	2	2	2	3	4	5	7	8	10	2

Fonte: Portaria nº 422 (Nova NR-5) (BRASIL, 2021)

Os custos de infraestrutura e equipamento da atividade de ovinocultura, aqui apresentados, são inferiores ao do estudo de Sbruzzi (2015) na região Sul, cujo investimento inicial na atividade de ovinocultura foi de R$ 70.577,00, todavia não considerou a infraestrutura do curral. Já o estudo do França, Holanda Junior e Sousa Neto (2011) na região Nordeste aplicou um investimento inicial de R$ 69.000,00 para as atividades de ovinocultura e caprinocultura.

4.3 Custos de implantação das atividades

O custo de implantação (custo 0) consiste no tempo necessário para implantação das atividades, sendo considerado um mês. Nesta etapa levantou-se os custos de aquisição das matrizes e reprodutores, totalizando 16 suínos e 27 ovinos e gastos com alimentação (milho e sal), no item insumos (Tabela 2). A mão de obra consistiu em 3 horas por dia, com o valor da hora/salário de R$ 4,26, totalizando 90 horas no mês. Critério semelhante foi adotado por Sbruzzi (2015) ao avaliar que o trabalhador da ovinocultura gasta em média 3 horas por dia, com salário base praticado na região de R$ 937,00. O item 'outros custos' abordou o valor do frete para transporte das matrizes e reprodutores, considerando ida e volta e a energia elétrica do período.

Tabela 2. Custos de implantação para a atividade de Ovinocultura e Suinocultura

Especificações	Suínos	Ovinos
1) Insumos	10.985,00	13.445,00
2) Mão-de-obra (hora)	383,40	383,40
3) Outros custos	620,00	620,00
Total 1+2+3	11.988,40	14.448,40

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

No estudo realizado por Gollo, Vian e Diel (2017), em São Lourenço de Oeste – SC, os custos com atividade de suinocultura totalizam R$ 13.900,00, incluindo mão de obra, energia elétrica, material de consumo e depreciação.

4.4 Custos de manutenção das atividades

A Tabela 3 apresenta os custos de manutenção das atividades. No ano 1, a atividade de suinocultura, além das matrizes e reprodutores, considerou a produtividade de uma cria por matriz resultando em 112 nascidos, já na ovinocultura apenas 50% das matrizes tiveram uma cria, totalizado 18 nascidos.

Tal produtividade se altera, no ano 2 foi considerada 2,333 crias por suínos, com média de 7,5, totalizam 262 nascidos. Por outro lado, para os ovinos considerou-se 1,5 crias com média de 1,5, resultando 56 nascidos. Consequentemente, a alimentação, vacinas, medicamentos, energia elétrica variam conforme a produção dos ovinos e suínos. A partir do ano 2º os custos e a produção se estabilizam coma mesma média sempre.

No item insumos, considera-se sal e milho para alimentação dos ovinos, e para os suínos, além do milho, calculou-se o custo da alimentação alternativa praticada pelo produtor, que consiste em frutas e raízes oriundas da propriedade (manga, mamão, goiaba e mandioca) e aquisição de vermicida e antibióticos, cuja necessidade varia conforme a produtividade. Para os custos com mão de obra foram calculadas 1.080 horas por ano (média de 3 horas por dia) e com assistência técnica considerou-se uma visita por ano, caso necessário.

No item outros custos, a energia elétrica foi calculada de acordo com número de suínos e ovinos, assim no ano 2 houve um aumento. O custo da terra considerou o valor do arrendamento em hectares/cabeça, com base no preço praticado na região, sendo 2 hectares para os ovinos e ½ para os suínos. Destaca-se que o valor de depreciação apresentado não foi incluído no fluxo de caixa, pois não caracteriza-se desembolso.

Tabela 3. Custos de manutenção das atividades de suinocultura e ovinocultura.

Especificações	Ano 1				A partir do ano 2			
Especificações	Suínos	%	Ovinos	%	Suínos	%	Ovinos	%
1) Insumos	**4.282,00**	**34,63%**	**2.423,75**	**19,82%**	**7.057,00**	**45,88%**	**4.135,00**	**28,44%**
Milho	3.672,00	29,70%	1.383,75	11,32%	6.372,00	41,43%	2.475,00	17,02%
Sal	-	0,00%	540,00	4,42%	-	0,00%	900,00	6,19%
Alim. Altern.	150,00	1,21%	-	0,00%	225,00	1,46%	-	0,00%
Vermicida	280,00	2,26%	140,00	1,14%	280,00	1,82%	280,00	1,93%
Antibiótico	180,00	1,46%	360,00	2,94%	180,00	1,17%	480,00	3,30%
2) Mão de ob.	**4.900,80**	**39,64%**	**4.900,80**	**40,08%**	**4.900,80**	**31,87%**	**4.900,80**	**33,71%**
Mão de obra	4.600,80	37,21%	4.600,80	37,62%	4.600,80	29,91%	4.600,80	31,64%
Assis. Veter.	300,00	2,43%	300,00	2,45%	300,00	1,95%	300,00	2,06%
3) Out. custos	**3.181,85**	**25,73%**	**4.903,50**	**40,10%**	**3.421,85**	**22,25%**	**5.503,50**	**37,85%**
Energ. Elétrica	1.200,00	9,71%	1.200,00	9,81%	1.440,00	9,36%	1.440,00	9,90%
Custos da terra	600,00	4,85%	2.400,00	19,63%	600,00	3,90%	2.760,00	18,98%
Depreciação*	1.381,85	11,18%	1.303,50	10,66%	1.381,85	8,98%	1.303,50	8,97%
Total 1+2+3	**12.364,65**	**100,00%**	**12.228,05**	**100,00%**	**15.379,65**	**100,00%**	**14.539,30**	**100,00%**

*Valor deduzido do fluxo de caixa.

Fonte: Dados da pesquisa (2017)

No estudo de Alberton, Marquezan e Orsato (2015) para a suinocultura, a ração é o que apresentou maior custo, correspondente a 36,22% do total, assemelhando-se a este estudo, pois, no ano 2 o custo com alimentação é o maior, cerca de 42,89%. Já, no estudo de Kruger et al. (2015) o maior custo consistiu na contratação de um serviço terceirizado de limpeza e desinfecção das instalações dos suínos.

Por outro lado, no estudo de Sbruzzi (2015) com a ovinocultura, os custos anuais com ração correspondem a 36,65% dos custos totais, seguido pela mão de obra que representa 24,27%. Realidade divergente pode ser notada neste estudo, em que o maior custo foi com a mão de obra, 42,11% (ano 1) e 34,76% (ano 2).

4.5 Receitas das atividades

A Tabela 4 apresenta as receitas das atividades com a venda de suínos e ovinos vivos. No ano 1 considerou-se 112 suínos nas-

cidos, com peso médio para comercialização de 15 kg e preço de venda de R$ 8,00/kg, e para os ovinos considerou-se 18 nascidos, com peso médio de 29 kg e preço de venda de R$ 13,00/kg. No ano 2 considerou-se 262 suínos nascidos com média de 15 kg e 56 ovinos nascidos com média de 29 kg.

Tabela 4: Criação, quantidade por kg, preço de venda e receita total das atividades de ovinocultura e suinocultura.

Período da criação	Criação	Prod. Kg/ ano	Preço / kg	Total de receita
Ano 1	Suínos	1.680 kg	8,00/kg	13.440,00
	Ovinos	522 kg	13,00/kg	6.786,00
Ano 2, 3, 4, ..., 10	Suínos	3.930 kg	8,00/kg	31.440,00
	Ovinos	1.624 kg	13,00/kg	21.112,00

Fonte: Dados da Pesquisa (2017).

As receitas apuradas para os suínos, no estudo de Kruger et al. (2015), na região de Santa Catarina na propriedade 'A' totalizaram R$ 21.913,84 e na propriedade 'B' R$ 19.880,85. Já no estudo de Suptitz (2009) a receita calculada na foi de R$ 8.153,43 com peso médio de 22,39 kg por leitão.

Em contrapartida, para os ovinos, no estudo do Sbruzzi (2015) no estado de Santa Catarina, a receita anual calculada foi de R$ 25.000,00. Já no estudo de França et al. (2011) no Ceará, a receita anual foi de R$ 22.395,00. No estudo do Barros et al. (2008) com média de 32 kg de peso corporal por ovino, a receita obtida foi de R$ 23.645,04 com criação em pasto e R$ 23.847,75 em confinamento.

4.6 Análise econômica e de sensibilidade por cenários

A Tabela 5 apresenta o fluxo de caixa das atividades analisadas, considerando os custos e receitas normais de produção com uma taxa mínima de atratividade de 7,5% ao ano. Observa-se que a

ovinocultura apresentou fluxo de caixa acumulado positivo apenas no nono ano de R$ 142,47, já com a suinocultura o retorno positivo ocorreu em um tempo menor, no quarto ano, com valor de R$ 5.936,64, demonstrando ser uma atividade mais rentável, com receitas superiores em todos os períodos.

Tabela 5. Fluxo de caixa das atividades TMA 7,50%.

Ano		Ovinos			Suínos		
		Custos desc.	Receita desc.	Fluxo cx. Acum.	Custos desc.	Receita desc.	Fluxo cx. Acum.
0	Implantação	38.922,41	-	-38.922,41	38.516,45	-	-38.516,45
1	Manutenção	10.162,37	6.312,56	-42.772,22	10.216,56	12.502,33	-36.230,68
2	Manutenção	11.453,37	18.268,90	-35.956,69	12.112,75	27.206,06	-21.137,38
3	Manutenção	10.654,30	16.994,33	-29.616,66	11.267,68	25.307,96	-7.097,09
4	Manutenção	9.910,97	15.808,68	-23.718,96	10.481,56	23.542,29	5.963,64
5	Manutenção	9.219,51	14.705,75	-18.232,72	9.750,29	21.899,80	18.113,15
6	Manutenção	8.576,29	13.679,76	-13.129,25	9.070,04	20.371,91	29.415,03
7	Manutenção	7.977,94	12.725,36	-8.381,83	8.437,24	18.950,61	39.928,40
8	Manutenção	7.421,34	11.837,55	-3.965,63	7.848,60	17.628,48	49.708,28
9	Manutenção	6.903,57	11.011,67	142,47	7.301,02	16.398,58	58.805,84
10	Manutenção	6.421,93	10.243,41	3.963,95	6.791,65	15.254,50	67.268,69
Total		127.624,01	131.587,97		131.793,83	199.062,52	

Fonte: Dados da pesquisa (2017)

Na atividade de suinocultura a TMA determinada no estudo de Kruger et al. (2015) foi de 13% a.a., no período projetado de 20 anos, obtendo o primeiro fluxo de caixa positivo de R$ 1.053,42, em 19,62 anos. Por outro lado, o estudo de Gollo, Vian e Diel (2017) a uma TMA de 15% a.a., no período de 10 anos, a atividade demonstrou-se inviável, apresentando um fluxo de caixa negativo em todo o período de análise, não sendo possível recuperar o investimento realizado, devido ao baixo retorno da atividade.

A Tabela 6 apresenta um resumo dos indicadores de rentabilidade, simulando três cenários no período de dez anos. Em situações normais (cenário I) as atividades de suinocultura e ovinocultura mostram-se viáveis economicamente, apresentando VPL po-

sitivo e TIR superior a TMA. Com destaque para suinocultura, que demonstrou ser mais vantajosa por apresentar indicadores superiores e Payback de 3,54 anos. Nos cenários II e III a ovinocultura traz indicadores negativos, portanto, uma atividade vulnerável, pois em situações de instabilidade econômica mostra-se inviável.

Tabela 6: Análise econômica por cenário das duas atividades

Cenários	Variáveis	Ovinocultura	Suinocultura
I: Custos e receitas normais	VPL TIR (a.a) Payback	3.963,95 9,29% 8,97	67.268,69 33,02% 3,54
II: Custos normais e redução 15% nas receitas	VPL TIR (a.a) Payback	-15.774,24 -0,66%	37.409,31 22,89% 4,83
III: Aumento de 20% nos custos e redução de 10% nas receitas	VPL TIR (a.a) Payback	-34.719,64 -9,93%	21.003,67 15,26% 6,24

Fonte: Dados da Pesquisa (2017).

No estudo de Sbruzzi (2015) a ovinocultura obteve um VPL inferior ao encontrado neste estudo, de R$ -13.758,93 e TIR de 8% a.a., não conseguindo recuperar o investimento na atividade no tempo considerado, de 14 anos. Situação semelhante foi identificada no estudo de Barros et al. (2008) em que o VPL, obtido com venda de carneiros vivos, foi R$ -58.969,31 e com TIR 0,07% a.a. Já para França et al. (2011) o VPL encontrado foi positivo, de R$ 64.911,62 e TIR 35,64%.

A suinocultura no estudo de Gollo, Vian e Diel (2017) obteve o VPL de R$ 137.153,06, TIR de 31,55% e Payback de 3,22 anos, no período de 10 anos. Por outro lado, no estudo de Alberton, Marquezan e Orsato (2015) o VPL foi de R$ 1.244.860, TIR de 34,60% e Payback de 3,4 anos, no período de análise de 10 anos. No estudo realizado por Kruger, Baccin e Mazzioni (2017), no município de Quilombo – SC, VPL positivo de R$ 197.972,03, TIR de 17,73% a uma TMA de 10% a.a. e Payback de 4,10 anos.

5 Considerações finais

As atividades de suinocultura e ovinocultura são viáveis economicamente de acordo com os indicadores econômicos, em situações normais. Com destaque para a suinocultura que apresentou VPL, TIR, positivo nos três cenários simulados e Payback que variou entre 3,54 a 6,24 anos. Contudo, a ovinocultura apresentou indicadores positivos apenas em situações normais, demonstrando ser uma atividade vulnerável, que diante de instabilidade econômica pode apresentar-se como uma atividade inviável.

É possível considerar as atividades estudadas como alternativas viáveis para os produtores familiares rurais da região, por exigir poucas horas de mão de obra e da realidade do produtor pesquisado, haja vista não demandar alto investimento em tecnologias. Principalmente a atividade de suinocultura, além do ciclo reprodutivo curto e maior produtividade também possui mais demanda na região, que contribui para o aumento do fluxo de receita.

Por fim, cabe enfatizar que os resultados apresentados não devem ser generalizados, por se tratar de um estudo de caso a realidade variar de produtor para produtor. Tendo em vista a importância dessas atividades para os agricultores familiares e a economia local, propõe-se que sejam realizados estudos conforme a realidade da região, a fim de comparar os resultados apresentados, bem como auxiliar no fomento e elaboração de políticas públicas de acordo com a localidade.

Referências

ABCS - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS CRIADORES DE SUÍNOS. **Exportações de carne suína superam resultados de 2016 no 1º quadrimestre.** 2017. Disponível em: <http://www.abcs.org.br/component/content/article/89-noticias-destaque-pag-inicial/2422-exportacoes-de-carne-suina-superam-resultado-de-2016-no-1o-quadrimestre> Acesso em: 04 Jun. 2017.

___ .**Mapeamento da suinocultura brasileira.** ed.1º, Brasília, 2016. Disponível em: <http://www.abcs.org.br/attachments/-01_Mapeamento_COMPLETO_bloq.pdf> Acesso em: 04 Jun. 2017.

ALBERTON, J.R.; MARQUEZAN, L.H.F.; ORSATO, R. Análise de rentabilidade: um estudo de caso na produção de suínos e gado leiteiro na Serra Gaúcha (RS). In: XV Convenção de contabilidade do Rio Grande do Sul. 15., Fundaparque, 2015. **Anais...** Bento Gonçalves – RS, 2015.

ASSAF NETO, A. **Finanças corporativas e valor**. São Paulo: Atlas, p. 1-656, 2009.

BARRETO, G.B. **Curso de suinocultura:** Curso de noções de saneamento rural. ed. 5. Campinas: Instituto Campineiro de Ensino Agrícola, 1973.

BARROS, C.S.; et al. Rentabilidade da produção de ovinos de corte em pastagem e em confinamento. **Revista Brasileira de Zootecnia**. Viçosa - MG, v. 38, n. 11, p. 2270 - 2279, dez./2008.

BRABO, M.F.; et al. Viabilidade econômica da produção familiar de tambaqui em gaiolas flutuantes no Oeste paraense, Amazônia, Brasil. **Revista Custos e @gronegócio *online*.** v. 13, n. 1, p. 275-293, Jan./Mar. 2017.

BRAGA, Roberto. **Fundamentos e técnicas de administração financeira.** ed. 1. São Paulo: Atlas, 1989.

BRANCO, S.M. **Cerrado:** Origem, natureza e curiosidades. ed. 1. Moderna Editora, 2000.

BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de Julho de 2006:** Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm> Acesso em: 13 Mai. 2017.

BUAINAIN, A.M.; et al. **Agricultura Familiar e inovação tecnológica no Brasil:** características, desafios e obstáculos. ed. 1. Campinas: UNICAMP, 2007.

CASAROTTO FILHO, N.; KOPITTKE, B.H. **Análise de investimentos:** matemática financeira, engenharia econômica, tomada de decisão, estratégia empresarial. v. 7, São Paulo: Atlas, 1996.

CAVALCANTI, S.S. **Produção de suínos.** ed. 1. Campinas: Instituto Campineiro de Ensino Agrícola, 1943.

CEPEA - CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA. **O crescimento do agronegócio realmente tem se refletido em maior renda para agentes do setor?** 03 de setembro de 2018. Disponível em: <https://www.cepea.esalq.usp.br/br/opiniao-cepea/o-crescimento-do-agronegocio-realmente-tem-se-refletido-

-em-maior-renda-para-agentes-do-setor.aspx > Acesso em: 12 Fev. 2019.

CNA BRASIL - CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA. **Livro com panorama da Ovinocultura é lançado em Brasília**. 22 de novembro de 2016. Disponível em: <http://www.cnabrasil.org.br/noticias/livro-com-panorama-da-ovinocultura-e-lancado-em-brasilia > Acesso em: 07 Jun. 2017.

CONAB - COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **Acompanhamento da safra brasileira grãos**. v.4 – Safra 2016/2017, n.6, Brasília, p. 1-176. Março de 2017. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/17_03_14_15_28_33_boletim_graos_marco_2017bx.pdf> Acesso em: 16 Jan. 2018.

EMATER RN - INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL. **Suinocultura é opção para a agricultura familiar.** Emater Mossoró. 26 de abril de 2016. Disponível em: <http://www.emater.rn.gov.br/Conteudo.asp?TRAN=ITEM&TARG=113629&ACT=null&PAGE=null&PARM=null&LBL=NOT%C3%8DCIA> Acesso em: 03 Jul. 2017.

EMBRAPA - EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. Workshop Suinocultura e Agricultura Familiar: tendências, modelos alternativos e possibilidades. 23 de Julho de 2014. Disponível em: <https://www.embrapa.br/suinos-e-aves/busca-de-eventos/-/evento/137729/01workshop-suinocultura-e-agricultura-familiar-tendencias-modelos-alternativos-e-possibilidades> Acesso em: 16 Jan. 2018.

FAO - ORGANIZAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA. **Colocar os agricultores familiares em primeiro para erradicar a fome.** Roma, 16 de outubro de 2014. Disponível em: <http://www.fao.org.br/cafppef.asp> Acesso em: 13 Mai. 2017.

FRANÇA, F.M.C.; HOLANDA JUNIOR, E.V.; SOUSA NETO, J.M. Análise da viabilidade financeira e econômica do modelo de exploração de ovinos e caprinos no Ceará por meio do sistema agrossilvipastoril. **Revista Econômica do Nordeste.** Fortaleza, v. 42, n. 2, p. 287-308, abr./jun., 2011.

GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. A produção da autonomia: os “papeis” do autoconsumo na reprodução social dos agricultores familiares. **Estudo Sociedade e Agricultura.** Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 89 – 122, 2007.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas da pesquisa social.** ed. 5. São Paulo: Atlas, 1999.

_____. **Como elaborar projetos de pesquisa**. ed. 5. São Paulo: Atlas, 2010.

GITMAN, L.J. **Princípios de administração financeira**. ed. 12. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

GOLLO, V.; VIAN, M.; DIEL, F.J. Análise da viabilidade econômico-financeira das atividades leiteira e suinícola em uma propriedade rural. In: XXIV Congresso Brasileiro de Custos. 24., Florianópolis, 2017. **Anais...** Florianópolis - SC, 2017.

GONÇALVES, R.G.; PALMEIRAS, E.M. Suinocultura Brasileira. **Revista acadêmica de economia.** n. 71, Dez, 2006.

GROPPELLI, A.A.; NIKBAKHT, E. **Administração Financeira.** ed. 3. São Paulo: Saraiva, 2010.

GUSE, J.C.; et al. Cooperativismo para o desenvolvimento regional: uma caracterização socioeconômica da cooperativa de ovinocultores do município de Santigado/RS. **Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental.** v. 11, n. 11, p. 2313-2320, jun., 2013.

HAAS, J.M. Diversificação de produção no meio rural como estratégia de sobrevivência: um estudo de caso da região noroeste do Rio Grande do Sul. In: IV Encontro Nacional da Anppas, 06., Brasília, 2008**. Anais...** Brasília, 2008.

HOJI, M. **Administração financeira:** uma abordagem pratica: matemática financeira aplicada, estratégias financeiras, análise, planejamento e controle financeiro. ed. 4. São Paulo: Atlas, 2003.

_____. **Administração financeira e orçamentária.** ed. 9. São Paulo: Atlas, 2010.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2006*:*** Agricultura Familiar Primeiros Resultados. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/50/agro_2006_agricultura_familiar.pdf> Acesso em: 15 Jan. 2018.

_____. **Produção da pecuária mundial.** Rio de Janeiro: IBGE, 2015. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/84/ppm_2015_v43_br.pdf> Acesso em: 06 Jun. 2017.

KRUGER, S.D.; BACCIN, R.S.; MAZZIONI, S. Análise da viabilidade econômico-financeira da atividade suinícola. In: XXIV Congresso Brasileiro de Custos. 24., Florianópolis, 2017. **Anais...** Florianópolis, 2017.

KRUGER, S.D.; BACCIN, R.S.; MAZZIONI, S. Viabilidade econômico-financeira do desenvolvimento da suinocultura no sistema de parce-

ria. In: Congresso de Contabilidade. Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, 2015. **Anais...** Florianópolis – SC, 2015.

LIZONETE, Suzete Antonieta et al. Análise de Investimentos: um Estudo Aplicado em uma Empresa do Ramo Alimentício. In: XI Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia. Resende – RJ. **Anais...** Resende – RJ, 2014.

MDA - Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário. **O que é agricultura familiar?** 6 de setembro de 2016. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/o-que-%C3%A9-agricultura-familiar > Acesso em 13 Mai. 2017.

MENEGON FILHO, L. **A viabilidade econômica de pequenas propriedades rurais.** 2001. 82 p. Dissertação (Mestrado apresentada ao curso de MBA). FVG/EAESP. São Paulo.

NAVARRO, Z. **A agricultura familiar no Brasil:** entre a política e as transformações da vida econômica. In. A Agricultura Brasileira: desempenho, desafios e perspectivas / organizadores: José Garcia Gasques, José Eustáquio Ribeiro Vieira Filho, Zander Navarro. Brasília: Ipea, 2010 p. 185-209.

PONCIANO, N.J.; et al. Análise de viabilidade econômica e de risco da fruticultura na Região Norte Fluminense. **Revista Economia e Sociologia Rural**, v. 42, n.4, p. 615-635, 2004.

PORTAL BRASIL. **Rebanho bovino brasileiro cresce e chega a 212,3 milhões de cabeças de gado.** 09 de outubro de 2015. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2015/10/rebanho-bovino-brasileiro-cresce-e-chega-a-212-3-milhoes-de-cabecas-de-gado> Acesso em: 04 Jun. 2017.

RAINERI, C.; et al. As inovações tecnológicas na ovinocultura brasileira e seus efeitos na organização do sistema agroindustrial. **PUBVET**. Londrina, v.7, n. 21, ed. 244, 2013.

RAMOS, M.J.; et al. Sistema agroindustrial da carne ovina no Oeste Paranaense. **Revista de Política Agrícola.** Ano XXIII, n. 1, Jan./Fev./Mar., 2014.

RIBEIRO, W.L. **Como calcular a viabilidade de um projeto utilizando técnicas de análise de investimento:** Payback Simples, VPL e TIR. Disponível em:<https://www.wankesleandro.com/single-post/2016/12/01/Como-calcular-a-viabilidade-de-um-projeto-utilizando-tC3A9cnicas-de-anC3A1lise-de-investimento-Payback-Simples-VPL-e-TIR> Acesso em: 05 de Fev. 2019.

RICHARDSON, R.J. **Pesquisa social:** métodos e técnicas. ed. 3, São Paulo: Atlas, 1999.

RODRIGO, J. Estudo de caso. Fundamentação Teórica. Vestcon. Brasília, 2008.

SANVICENTE, A.Z. **Administração financeira**. ed. 3. São Paulo: Atlas, 1987.

SBRUZZI, B. **Estudo de viabilidade econômica na ovinocultura de corte na fazenda Rincão da Palha – SC.** Trabalho de Conclusão de Curso (graduação). Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC (Curso de Zootecnia), Florianópolis, 2015.

SCHNEIDER, S. Reflexões sobre diversidade e diversificação Agriculturas, formas familiares e desenvolvimento rural. **Ruris.** v. 4, n. 1, p. 85 – 131, Mar. 2010.

SEBRAE - SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Razões para investir na ovinocultura.** 2014. Disponível em: <http://www.sebraemercados.com.br/razoes-para-investir-em-ovinocultura/> Acesso em: 09 Jun. 2017.

SENAR MT - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural. Mato Grosso se prepara para produzir carne de cordeiro em grande escala. 21 de agosto de 2014. Disponível em: <http://www.senarmt.org.br/noticia_completa.php?codNoticia=235385> Acesso em: 03 Jul. 2017.

SIMONETTI, D.; et al. Os processos de diversificação da agricultura familiar: uma revisão literária. ***Synergismus Scyentifica* UTFPR.** Pato Branco, n. 06, 2011.

SOARES, J.A.R. **A análise de risco, segundo o método de Monte Carlo, aplicada à modelagem financeira das empresas.** Porto Alegre, RS: Faculdade de Ciências Econômica. Dissertação de Mestrado - Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS. 2006.

SOCOLOSKI, et al. Análise econômica da produção olerícola : um estudo com agricultores familiares. **Revista Custos e @gronegócio *online.*** v.13, edição especial, p. 389-407, Abril, 2017.

SOUZA, A.; CLEMENTE, A. **Decisões Financeiras e Análise de Investimento.** São Paulo: Atlas, 2004.

SUPTITZ, L.A.S.; WOBETO, M.C.R.; HOFER, E. Gestão de custos na suinocultura: um estudo de caso. **Revista Custos e @gronegócios *online***. v. 5, n. 1, Jan./Abr., 2009.

ULRICH, E.R. Contabilidade rural e perspectivas da gestão no agronegócio. **Revista de administração e ciências contábeis do IDEAU**. v. 4, n. 9, 2009.

VIANA, G.; et al. Análise de investimentos em projetos de agronegócios: um estudo comparativo entre culturas tradicionais e a cultura flores-

tal de eucalipto na mesorregião centro-sul do Paraná. **Revista Custos e @agronegócio *online.*** v. 10, n. 4, p. 241-265, Out/Dez, 2014.

VIANA, J.G.A. Panorama Geral da Ovinocultura no Mundo e no Brasil. **Revista Ovinos.** Porto Alegre, Ano 4, nº 12, Mar., 2008.

VILELA, M.C.; et al. Análise da viabilidade econômico-financeira de projeto de piscicultura em tanques escavados. **Revista Custos e @agronegócio *online.*** v. 9, n. 3, p. 154-173, Jul./Set., 2013.

ZANIN, A.; BAGATINI, F.M.; PESSATO, C.B. Viabilidade econômico-financeira de implantação de biodigestores: uma alternativa para reduzir os impactos ambientais causados pela suinocultura. **Revista Custos e @gronegócios *online*.** v. 6, n. 1, p. 121-139, Jan/Abri, 2010.